





**DECRETA:**  
**Art. 1º** - Declara a utilidade pública, para fins desapropriação, amigável ou judicial, necessária para implantação de passagem de adutora de água para o abastecimento do Município Rio das Ostras/RJ, conforme processo administrativo nº SEI-150001/005282/2023, por conta da Concessionária RIO+ SANEAMENTO BL3 S.A., a favor do Estado do Rio de Janeiro, os imóveis compreendidos nas faixas de terras situadas no Município de Casimiro de Abreu/RJ.  
Parágrafo único. As faixas de terras a que se refere o caput deste artigo assim se descrevem e caracterizam com os seguintes dados, a saber:  
O bem imóvel está matriculado no Cartório de Registro Imobiliário da Comarca de Casimiro de Abreu/RJ, sob o número 10335, descrito e caracterizado, da Fazenda da Barra, inscrita no INCRA sob o nº 5200200050026, que no seu todo possui 19,5988 Hectares, onde inicia-se no **Marco MJ**, com coordenadas UTM Sirgas 2000 E=806937.459;N=7506797.811, na confrontação da Fazenda da Barra, sendo desmembrada da referida matrícula, com área total de 2.421,00 m², a área a ser criada assim descrita:  
**Marco MJ** segue-se até o **Marco MJ1**, com coordenada UTM Sirgas 2000 E=806977.095;N=7506728.320, com azimute de 150°18'03" e distância de 80,00 metros, confrontando com a Fazenda da Barra.  
Do **Marco MJ1** segue-se até o **Marco MJ2**, com coordenada UTM Sirgas 2000 E=806965.015;N=7506720.979, com azimute de 238°42'51" e distância de 14,14 metros, confrontando com a Fazenda da Barra.  
Do **Marco MJ2** segue-se até o **Marco MK**, com coordenada UTM Sirgas 2000 E=806897.815;N=7506773.626, com azimute de 308°04'34" e distância de 85,37 metros, confrontando com a Fazenda da Barra com matrícula 10336.  
Finalmente, segue-se até o **Marco MJ** (Início da descrição) com azimute de 58°36'51" e distância de 46,44 metros, confrontando com a Fazenda da Barra, fechando assim o polígono descrito Área 02 à desapropriar de 2.421,00 m2.  
**Art. 2º** - Incluem-se na presente declaração de utilidade pública as acessões e benfeitorias existentes nos imóveis localizados na área mencionada na alínea a que se referem o parágrafo único do art. 1º  
**Art. 3º** - A desapropriação de que trata o presente Decreto é necessária para viabilizar Sistema de Abastecimento em Rio das Ostras/RJ, responsável por abastecer aproximadamente 160.000 de habitantes do Município de Rio das Ostras/RJ.  
**Art. 4º** - A Concessionária RIO+ SANEAMENTO BL3 S.A. promoverá a desapropriação nos termos do disposto no inciso I do artigo 3º Decreto-Lei nº 3.365/1941, ficando autorizada adotar as providências necessárias à efetivação da desapropriação de que trata este Decreto e à efetivação do ato, em composição amigável ou judicial, podendo, ainda, praticar todos os atos indispensáveis para tanto, inclusive a alegação de urgência no processo judicial de desapropriação, para fins de imissão provisória na posse conforme artigo 15 do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941.  
**Art. 5º** - A Concessionária RIO+ SANEAMENTO BL3 S.A. será a responsável por arcar com todos os custos referentes às desapropriações.  
**Art. 6º** - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.  
**Art. 7º** - A área desapropriada e declarada como de utilidade pública está demonstrada no croqui memorial descritivo em anexo (52308803), que integram este Decreto para todos os fins e efeitos.  
  
**Art. 8º** - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 31 de julho de 2023

**CLÁUDIO CASTRO**  
Governador

Id: 2497888

Atos do Governador

ATOS DO GOVERNADOR  
DECRETOS DE 31 DE JULHO DE 2023

O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições constitucionais e legais,

RESOLVE:

**NOMEAR** MARCOS ANTONIO DE SOUZA SILVEIRA para exercer o cargo de Chefe de Gabinete, símbolo VP-3, da Chefia de Gabinete, do Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro - RIOPREVIDÊNCIA, da Secretaria de Estado de Fazenda, anteriormente ocupado por Tatiana Seixas Guimarães Gomes, ID. Funcional nº 5137417-0. Processo nº SEI-040161/008961/2023.

**EXONERAR**, a pedido e com validade a contar de 21 de março de 2023, **ELI DE SOUZA JARDIM**, ID FUNCIONAL Nº 4346344-4, do cargo em comissão de Gerente de Área, símbolo FAETEC 5, da Fundação de Apoio à Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro - FAETEC, da Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação. Processo nº SEI-260005/005912/2023.

**EXONERAR**, a pedido e com validade a contar de 27 de julho de 2023, **RODRIGO OLIVEIRA DE SOUSA**, ID FUNCIONAL Nº 5116250-4, do cargo de Subsecretário de Estado, símbolo SS, da Subsecretaria de Gestão e Fiscalização de Obras, da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Cidades. Processo nº SEI-460001/001458/2023.

**DESIGNAR**, nos termos do § 6º do art. 35, do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 2479, de 08/03/79, com a nova redação dada pelo Decreto nº 25.299, de 19/05/99, com validade a contar de 31 de julho de 2023, a Assessora **MARCELA RIBEIRO MOREIRA**, ID Funcional 43317030, para sem prejuízo de suas atribuições, responder, interinamente, pela Subsecretaria de Gestão e Fiscalização de Obras, da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Cidades, Processo nº SEI-460001/001458/2023.

**EXONERAR**, com validade a contar de 01 de agosto de 2023, **SORAYA RAPOSO CAVALCANTI**, ID FUNCIONAL 3559624-1, do cargo em comissão de Superintendente, símbolo DG, da Secretaria de Estado da Mulher. Processo nº SEI-500001/000369/2023.

**NOMEAR** GIULIA GARUZI LUZ MACHADO, ID FUNCIONAL Nº 5083724-9, para exercer, com validade a contar de 01 de agosto de 2023, o cargo em comissão de Superintendente, símbolo DG, da Secretaria de Estado da Mulher, anteriormente ocupado por Soraya Raposo Cavalcanti, ID Funcional 3559624-1. Processo nº SEI-500001/000369/2023.

Id: 2497894

ATOS DO GOVERNADOR  
DECRETO DE 31 DE JULHO DE 2023

O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta do processo administrativo nº SEI-E-040084/000106/2020,

**DECRETA** a **CASSAÇÃO DE APOSENTADORIA** de **LUIZ OCTAVIO MENDES DE ABREU**, Auditor Fiscal da Receita Estadual aposentado, Matrícula 0294.518-6, ID Funcional nº 1940935-4, inscrito no CPF sob o nº 358.355.917-72, por transgressão aos artigos 40, VIII, 52, I e 55,

1. QUADRO DE OFICIAIS COMBATENTES (QOC)

1.1. PARA PRIMEIRO-TENENTE BM

POR ANTIGUIDADE

2º TEN BM QOC/17

MARLLON DO ESPIRITO SANTO OLIVEIRA

RG: 53.413 Id. Func.: 50881272

DECRETO DE 31 DE JULHO DE 2023

O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o que consta no Processo nº SEI-270085/001128/2022.

RESOLVE:

**PROMOVER** no Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro, de acordo com o art.5º c/c art. 17, III, do Decreto-Lei nº 176, de 09 de julho de 1975, em ressarcimento de preterição, com validade a contar de 21 de agosto de 2022, o seguinte militar:

1. QUADRO DE OFICIAIS COMBATENTES (QOC)

1.1. PARA 2º TENENTE BM

POR ANTIGUIDADE

ASP OF BM QOC/19

RAPHAEL ALVES SANTOS

RG: 53.463 Id. Func.: 51013118

Id: 2497893

**NOMEAR** GRACELENE GOMES DE SOUZA para exercer o cargo em comissão de Chefe de Serviço, símbolo DAI-6, do Serviço de Infra-estrutura Administrativa, da Divisão de Arquivo Central, da Coordenadoria de Administração, da Diretoria de Administração e Finanças do Departamento de Trânsito do Estado do Rio de Janeiro - DETRAN/RJ, da Secretaria de Estado da Casa Civil, anteriormente ocupado por Augusto Nunes Lima, ID Funcional nº 511154-9. Processo nº SEI-150159/004161/2023.

**EXONERAR** MARCOS AURELIO NORBERTO NOVO, ID. FUNCIONAL Nº 51213257, do cargo em comissão de Assistente III, símbolo DAI-5, do Gabinete da Presidência, do Departamento de Trânsito do Estado do Rio de Janeiro - DETRAN/RJ, da Secretaria de Estado da Casa Civil. Processo nº SEI-150158/000117/2023.

**NOMEAR** MARIZA ALVES DAS SILVA para exercer o cargo em comissão de Assistente III, símbolo DAI-5, do Gabinete da Presidência, do Departamento de Trânsito do Estado do Rio de Janeiro - DETRAN/RJ, da Secretaria de Estado da Casa Civil, anteriormente ocupado por Marcos Aurelio Norberto Novo, ID. Funcional nº 51213257. Processo nº SEI-150158/000117/2023.

**EXONERAR** GILBERTO DA SILVEIRA JUNIOR, ID FUNCIONAL Nº 4401469-4, do cargo em comissão de Chefe de Unidade, símbolo DAI-6, da Unidade de Serviço Descentralizado - USD, da Coordenadoria de Serviços Descentralizados, da Coordenadoria Geral de Integração de Serviços, do Departamento de Trânsito do Estado do Rio de Janeiro - DETRAN/RJ, da Secretaria de Estado da Casa Civil. Processo nº SEI-150063/009043/2023.

**NOMEAR** CAMILLA MASSUH FALETA DE ARAÚJO para exercer o cargo em comissão de Chefe de Unidade, símbolo DAI-6, da Unidade de Serviço Descentralizado - USD, da Coordenadoria de Serviços Descentralizados, da Coordenadoria Geral de Integração de Serviços, do Departamento de Trânsito do Estado do Rio de Janeiro - DETRAN/RJ, da Secretaria de Estado da Casa Civil, anteriormente ocupado por Gilberto da Silveira Junior, ID Funcional nº 4401469-4. Processo nº SEI-150063/009043/2023.

**NOMEAR** GILBERTO DA SILVEIRA JUNIOR, ID FUNCIONAL Nº 4401469-4, para exercer o cargo em comissão de Chefe de Serviço, símbolo DAI-6, do Serviço de Cadastramento e Controle, da Divisão de Terceiros, Permissionários e Entidades, da Diretoria de Registro de Veículos, do Departamento de Trânsito do Estado do Rio de Janeiro - DETRAN/RJ, da Secretaria de Estado da Casa Civil, anteriormente ocupado por Roberto Wagner Batalha, ID Funcional nº 2987306-1. Processo nº SEI-150063/009042/2023.

**NOMEAR** JOÃO ANTÔNIO GUIMARAES PARENTE, ID FUNCIONAL Nº 5108873-8, para exercer, com validade a contar de 27 de julho de 2023, o cargo em comissão de Chefe de Núcleo, símbolo DAI-6, do Núcleo de Apoio Administrativo, do Gabinete da Presidência, do Departamento de Trânsito do Estado do Rio de Janeiro - DETRAN/RJ, da Secretaria de Estado da Casa Civil, anteriormente ocupado por João Pedro Fernandes da Silva, ID Funcional nº 5142894-6. Processo nº SEI-150023/000665/2023.

**EXONERAR**, com validade a contar de 27 de julho de 2023, **JOÃO PEDRO FERNANDES DA SILVA**, ID FUNCIONAL Nº 5142894-6, do cargo em comissão de Chefe de Núcleo, símbolo DAI-6, do Núcleo de Apoio Administrativo, do Gabinete da Presidência, do Departamento de Trânsito do Estado do Rio de Janeiro - DETRAN/RJ, da Secretaria de Estado da Casa Civil. Processo nº SEI-150023/000665/2023.

**NOMEAR** SIDICLEY CARLOS MANHÃES DE SOUZA, ID. FUNCIONAL Nº 5075959-0, para exercer, com validade a contar de 01 de agosto de 2023, o cargo em comissão de Assistente II, símbolo DAI-

DIÁRIO OFICIAL PARTE I - PODER EXECUTIVO

PUBLICAÇÕES

ENVIO DE MATÉRIAS:

As matérias para publicação deverão ser enviadas pelo sistema edof's ou entregues em mídia eletrônica nas Agências Rio e Niterói.

PARTE I - PODER EXECUTIVO:

Os textos e reclamações sobre publicações de matérias deverão ser encaminhados à Assessoria para Preparo e Publicações dos Atos Oficiais - à Rua Pinheiro Machado, s/nº - (Palácio Guanabara - Casa Civil), Laranjeiras, Rio de Janeiro - RJ, Brasil - CEP 22.231-901  
Tels.: (21) 2334-3242 e 2334-3244

Serviço de Atendimento ao Cliente da Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro: Tel.: (21) 2717-7840.

AGÊNCIAS DA IMPRENSA OFICIAL

**RIO** - Praça Pio X, nº 55, 6º andar - Centro - Rio de Janeiro  
Tel.: (21) 2332-6549  
Email.: agerio@ioerj.rj.gov.br  
Atendimento das 8h às 17h

**NITERÓI** - Rua Professor Heitor Carrilho, nº 81 - Centro - Niterói/RJ.  
Tel: (21) 2717-4427 - E-mail: agenit@ioerj.rj.gov.br  
Atendimento das 8h às 17h.

PREÇO PARA PUBLICAÇÃO:

cm/col \_\_\_\_\_ R\$ 132,00

**RECLAMAÇÕES SOBRE PUBLICAÇÕES DE MATÉRIAS:**  
Deverão ser dirigidas, por escrito, à Diretora-Presidente da Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro, no máximo até 10 (dez) dias após a data de sua publicação.







RESOLVE:

**\*EXONERAR**, com validade a contar de 27 de julho de 2023, **MARCOS DOS SANTOS BAPTISTA**, ID FUNCIONAL Nº 5139157-0, do cargo em comissão de Ajudante I, símbolo DAI-1, do Departamento de Trânsito do Estado do Rio de Janeiro - DETRAN/RJ, da Secretaria de Estado da Casa Civil. Processo nº SEI-150023/000662/2023. \*Omitido no D.O. de 31/07/2023.

**\*\*EXONERAR**, com validade a contar de 26 de julho de 2023, **NATHALIA COUTO CHAVES LOPES DA CUNHA**, ID FUNCIONAL Nº 5015044-8, do cargo em comissão de Coordenador, símbolo DAS-8, da Coordenadoria de Despesa, da Superintendência de Orçamento, da Subsecretaria de Planejamento e Orçamento, da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão. Processo nº SEI-120001/003485/2023.

**\*\*NOMEAR LUANA PALAVRA VIANNA MOUZINHO**, ID FUNCIONAL 5034540-0, para exercer, com validade a contar de 26 de julho de 2023, o cargo em comissão de Coordenador, símbolo DAS-8, da Coordenadoria de Despesa, da Superintendência de Orçamento, da Subsecretaria de Planejamento e Orçamento, da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, anteriormente ocupado por Nathalia Couto Chaves Lopes da Cunha, ID Funcional nº 5015044-8. Processo nº SEI-120001/003485/2023.

\*Replicados por terem saído com incorreções do D.O. de 31/07/2023.

APOSTILAS DO SECRETÁRIO  
DE 31 DE JULHO DE 2023

**ATO DE 28/07/2023 - PUBLICADO NO D.O. DE 31/07/2023** - Tendo em vista o que consta do processo nº SEI-480001/000307/2023, fica retificado para **ANABELA FERNANDES DE SOUSA**, ID Funcional nº 5024057-9, o nome da servidora a quem se refere o presente Ato de nomeação para exercer o cargo em comissão de Secretaria de Estado de Energia e Economia do Mar, mantidos os demais termos.

**ATO DE 11/07/2023 - PUBLICADO NO D.O. DE 12/07/2023** - Tendo em vista o que consta do processo nº SEI-170004/000434/2023, fica retificada para **10 de julho de 2023**, a data da validade da nomeação de **ELISABETE MACHADO**, ID FUNCIONAL Nº 4354470-3, para o exercer o cargo em comissão do Instituto Estadual de Engenharia e Arquitetura - IEEA, da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Cidades, mantidos os demais termos.

**ATO DE 11/07/2023 - PUBLICADO NO D.O. DE 12/07/2023** - Tendo em vista o que consta do processo nº SEI-170004/000434/2023, fica retificada para **10 de julho de 2023**, a data da validade da exoneração de **ISIS LANDIM MARTINS**, ID. FUNCIONAL Nº 5133320-1-3, do cargo em comissão do Instituto Estadual de Engenharia e Arquitetura - IEEA, da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Cidades, mantidos os demais termos.

Id: 2497895

DESPACHOS DO SECRETÁRIO  
DE 31 DE JULHO DE 2023

**PROCESSO Nº SEI-150001/001890/2023 - AUTORIZO** a prorrogação da cessão da servidora ANDREA RIECHERT SENKO, Analista de Planejamento e Orçamento, ID Funcional nº 4378005-9, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, para a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, a fim de continuar exercendo o cargo Secretário, da Secretaria Municipal de Fazenda e Planejamento - SMFP, com ônus para o órgão cessionário.

**PROCESSO Nº SEI-040161/008896/2023 - AUTORIZO** a cessão do servidor do servidor ALAN LUXARDO, ID 29451477, Delegado de Polícia, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado de Polícia Civil, para o Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro - RIOPREVIDÊNCIA, com ônus para o órgão cessionário, pelo período de dois (02) anos a contar da publicação.

**PROCESSO Nº SEI-030041/002751/2022 - AUTORIZO** a cessão do servidor LEANDRO DA COSTA SANTOS, Músico Corista, Id. Funcional nº 31047815, Vínculo 3, Matrícula nº 3060239-5, do Quadro de Pessoal da Fundação Teatro Municipal do Rio de Janeiro - FTM, para a Secretaria de Estado de Educação - SEEDUC, sem ônus para o órgão cessionário.

**PROCESSO Nº SEI-100002/001137/2021 - AUTORIZO** a permanência da cessão da servidora SUELY DE ARAUJO SILVA, Assistente de Administração II, Mat. 5022-9, do Quadro de Pessoal da Companhia de Transportes sobre Trilhos do Estado do Rio de Janeiro - RIOTRI-LHOS, para a Secretaria de Estado da Casa Civil/Subsecretaria de Comunicação Social Rádio Roquette-Pinto, sem ônus para o órgão cessionário.

Id: 2497891

SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL  
SUBSECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS

DESPACHOS DO SUBSECRETÁRIO  
DE 20.07.2023

**PROCESSO Nº SEI-030022/007428/2022 - FATIMA DE SOUZA**, ID Funcional 19836023, Artífice, vínculo 1 (SEEDUC) e Supervisor Escolar D, matrícula 46403 (Prefeitura Municipal de Belford Roxo).

**PROCESSSSO Nº SEI-030035/004530/2021 - IONE MARIA DO CARMO**, ID Funcional 43950337, Professor Docente I - 18 horas, vínculo 1 (SEEDUC) e Auxiliar de controle de Endemias, matrícula 230.544-9 (Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro).

**ILÍCITA** a acumulação de cargos pelas servidoras conforme dispõe o artigo 37, inciso XVI, da CRFB/1988.

DE 26.07.2023

**PROCESSO Nº SEI-030031/002172/2022 - LUCIANA DA SILVA VICENTE**, ID Funcional 43922350, Professor Docente I - 18 horas, vínculos 1 e 2 (SEEDUC).

**PROCESSO Nº SEI-E-03/014/4366/2014 - WILLIAM DA SILVA PINHO**, ID Funcional 44099681, Professor Docente I - 18 horas, vínculos 1 e 2 (SEEDUC).

**PROCESSO Nº SEI-E-03/004/100/2016 - ASSIS RANGEL LEANDRO**, ID Funcional 50314530, Professor Docente I - 30 horas, vínculos 1 e 2 (SEEDUC).

**PROCESSO Nº SEI-E-03/8900004/2005 - MALENA RODRIGUES MESSA NEVES**, ID Funcional 36696048, Professor Docente I - 18 horas, vínculo 3 (SEEDUC) e Professor Educação Básica, matrícula 158275 (Prefeitura Municipal de Petrópolis).

**PROCESSO Nº SEI-E-03/8613674/2011 - LEONARDO DA SILVA BRUNO**, ID Funcional 43809715, Professor Docente I -18 horas, vínculo 1 (SEEDUC) e Professor I, matrícula 715311 (Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu).

**LÍCITA** a acumulação de cargos pelos servidores conforme dispõe o artigo 37, inciso XVI, alínea "a", da CRFB/1988.

**PROCESSO Nº SEI-E-01/005/396/2014 - GILMAR ROSA**, ID Funcional 40731448, Inspetor de Polícia, vínculo 1 (SEPOL) - inativo e Professor Docente I - 16horas, vínculo 2 (SEEDUC) - inativo. **LÍCITA** a acumulação de cargos pelo servidor conforme dispõe o artigo 37, inciso XVI, alínea "b", da CRFB/1988.

**PROCESSO Nº SEI-080003/000055/2020 - MANTENHO** o despacho index 9027771, publicado no DO de 30/11/2020, que considerou ILÍCITA a acumulação de cargos do servidor CILEIA VIGNOLI, ID Funcional 31994385, Auxiliar de Serviços Operacionais de Saúde, vínculo 1 da (SES) e Auxiliar de Enfermagem, matrícula não informada da Prefeitura Municipal de Saguarema. DE OFÍCIO ATRIBUO EFEITO

SUSPENSIVO AO RECURSO, tendo em vista o justo receio para administração, quanto a suspensão dos vencimentos/proventos do servidor conforme artigo 58, parágrafo único da Lei Estadual nº 5.427/2009, enquanto pendente de Parecer da Procuradoria do Estado sobre o tema. Remeta-se o presente processo ao Conselho de Recursos Administrativos do Estado do Rio de Janeiro - CRASE/RJ, para que seja apreciado o pedido de reconsideração, na forma de Recurso Administrativo.

Id: 2497562

SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL  
SUBSECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS

DESPACHOS DO SUBSECRETÁRIO  
DE 20.07.2023

**PROCESSO Nº SEI-E-03/005/32/2017 - FABIANE PESSOA DOS SANTOS PINHEIRO**, ID Funcional 42565065, Professor Docente I - 18 horas, vínculo 1 (SEEDUC) e Professor Docente I - 30 horas, vínculo 2 (SEEDUC).

**PROCESSO Nº SEI-260005/005583/2023 - SELMA ALMEIDA DE JESUS**, ID Funcional 32303130, Professor FAETEC I - 20 horas, vínculo 2 (FAETEC) e Professor de Ensino Básico, Técnico Tecnológico, matrícula 1487008 (Comando da Aeronáutica).

**PROCESSO Nº SEI-030030/004596/2023 - JACQUELINE SÁ MUYLAERT**, ID Funcional 5560691, Professor Docente I - 18 horas, vínculo 1 (SEEDUC) e Professor I - Educação Física, matrícula 239.681-0 (Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro).

**PROCESSO Nº SEI-030034/002969/2023 - ELOISA HELENA MARTINS VIVAS**, ID Funcional 38364387, Professor Docente I - 18 horas, vínculo 1 (SEEDUC) e Professor Docente I - OO SUP - 16 horas, matrícula 16090 (Prefeitura Municipal de São Gonçalo).

**PROCESSO Nº SEI-E-03/10101923/2008 - CARLOS ALBERTO BRÁS DA SILVA**, ID Funcional 42544505, Professor Docente I - 18 horas, vínculo 1 (SEEDUC) e Professor Docente I, matrícula 7080 (Prefeitura Municipal de Maricá).

**PROCESSO Nº SEI-030035/000625/2023 - LUIS FELIPE FERREIRA PERINEI**, ID Funcional 51377934, Professor Docente I - 18 horas, vínculo 1 (SEEDUC) e Professor de Ensino Fundamental, matrícula 299.598-3 (Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro).

**PROCESSO Nº SEI-E-03/035/1180/2019 - VANESSA SIQUEIRA PEREIRA DA COSTA**, ID Funcional 43850090, Professor Docente I - 18 horas, vínculo 1 (SEEDUC) e Professor I, matrícula 712939 (Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu).

**PROCESSO Nº SEI-E-03/7130201/2006 - LUCINÉIA MARIA VIAL**, ID Funcional 42546117, Professor Docente I - 18 horas, vínculo 1 (SEEDUC) e Professor II, matrícula 8842 (Prefeitura Municipal de São João de Meriti).

**PROCESSO Nº SEI-030039/003816/2021 - RENATA ALVES DE SOUZA GREGORIO**, ID Funcional 5741750, Professor Docente I - 18 horas, vínculos 2 e 3 (SEEDUC).

**PROCESSO Nº SEI-030034/003075/2023 - JANIEL RANGEL PATTA**, ID Funcional 43893740, Professor Docente I - 30 horas, vínculo 2 (SEEDUC) e Professor MG-2E, matrícula 653151 (Prefeitura Municipal de Saquarema).

**PROCESSO Nº SEI-E-03/005/2649/2019 - MARGARET PITOMBEIRA DE TOLEDO**, ID Funcional 34999140, Professor Docente II, vínculo 1 (SEEDUC) e Professor 1ª a 4ª série C, matrícula 5853 (Prefeitura Municipal de Belford Roxo).

**PROCESSO Nº SEI-E-03/970/2002 - EVANDRO CUNHA GUIMARAES**, ID Funcional 39531767, Professor Docente I -18 horas, vínculos 1 e 3 (SEEDUC).

**PROCESSO Nº SEI-030036/006247/2022 - MÔNICA REGINA DE SOUZA DOS ANJOS**, ID Funcional 40280977, Professor Docente I - 18h, vínculo 1 (SEEDUC) e Professor II, matrícula 212.030-1 (PCRJ).

**PROCESSO Nº SEI-030037/002618/2023 - ANA CLÁUDIA ROSA DOS SANTOS**, ID. Funcional 39564339, Professor Docente I - 18 horas, vínculo 1 (SEEDUC) e Professor II, matrícula 122.705 (Prefeitura Municipal de Duque de Caxias).

**LÍCITA** a acumulação de cargos pelos servidores nos termos do art. 37 inciso XVI, alínea "a", da CRFB/1988.

**PROCESSO Nº SEI-150159/005028/2021 - JORGE MILTON CAMILLO PINTO**, ID Funcional 50298461, Assistente Técnico Administrativo, vínculo 1 (DETRAN) e Auxiliar de Controle de Endemias, matrícula 273.804-5 (Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro).

**PROCESSO Nº SEI-270141/000089/2021 - CAMILA NUNES ANTUNES GROTZ**, ID Funcional 43402658, 1º Tenente BM - Enfermeira, vínculo 1 (CBMERJ), Enfermeiro, matrícula 248133 (Prefeitura Municipal de Duque de Caxias) e Gerente, matrícula 242659 (Prefeitura de Municipal de Petrópolis)

**PROCESSO Nº SEI-E-01/102676/2000 - TANIA CANDEIA FERREIRA DA ROCHA BATISTI**, ID Funcional 33263574, Professor Docente I - 18 horas, vínculo 1 (SEEDUC) e Professor II, matrícula 013.537-6 (Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro) e Professor II, matrícula 058.094-4 (Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro).

**PROCESSO Nº SEI-E-27/037/100784/2018 - MAURICIO GUIMARÃES GASPAP**, ID Funcional 20402430, Tenente Coronel BM - Médico, vínculo 2 (CBMERJ), Médico, vínculo 1, (SES) e Médico, matrícula não informada (Prefeitura de Nilópolis).

**PROCESSO Nº SEI-040160/000359/2022 - JOSE TARSIA**, ID Funcional 36568040, Professor Docente I - 16 horas - vínculos 1 e 2 - Secretaria de Estado de Educação - SEEDUC e Cargo não informado - matrícula 3891 - Prefeitura Municipal de Itaguaí.

**PROCESSO Nº SEI-E-08/220951/2011 - MARIO ANTÔNIO SARAIVA LOPES**, ID Funcional 38330369, Professor Docente I - 16 horas - vínculo 2 - Secretaria de Estado de Educação - SEEDUC, Professor FAETEC I - 40 horas - vínculo 3 - Fundação de Apoio à Escola Técnica - FAETEC e Professor Docente I - matrícula 40\*\*\*01- Instituto de Benefícios e Assistência aos Servidores Municipais de Cabo Frio - IBASCAF.

**PROCESSO Nº SEI-210070/001125/2021 - MARCELLO ERICK SIQUEIRA PRAÇA**, ID Funcional 21843473, Inspetor de Segurança Penitenciária, vínculo 2 (SEAP) e Professor I, matrícula 235.101-3 (PCRJ).

**PROCESSO Nº SEI-E-01/00152401/1999 - LAURA MARQUES CRUZ**, ID Funcional 41078187, Professor Docente I - 16h, vínculo 1 (SEEDUC) - inativo, Professor Docente I - 16h, vínculo 2 (SEEDUC) - inativo e Professor Docente I, matrícula 442-3 (IPASG) - inativo.

**PROCESSO Nº SEI-150159/005030/2021 - DIEGO DA MOTTA LIMA**, ID Funcional 50282999, Assistente Técnico de Identificação Civil, vínculo 1 (DETRAN) - ativo e Auxiliar Técnico da Defesa Civil, matrícula 275.026-3 (PCRJ).

**PROCESSO Nº SEI-150159/005029/2021 - TEREZINHA CRISTINA BORGES MOURA**, ID Funcional 41866134, Assistente Técnico de Trânsito, vínculo 3 (DETRAN) e Professor II, matrícula 254.900-4 (Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro).

**ILÍCITA** a acumulação de cargos pelos servidores conforme dispõe o artigo 37, inciso XVI, da CRFB/1988.

Id: 2497512

SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL  
SUBSECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS

DESPACHO DO SUBSECRETÁRIO  
DE 26.07.2023

**PROCESSO Nº SEI-E-03/24979/1981 - MANTENHO** o despacho index 20404628, publicado no DO de 13/08/2021, que considerou ILÍCITA a acumulação de cargos do servidor VALCILEIA DE ALMEIDA SILVA, ID Funcional 37302477, Professor Docente II, vínculo 1 (SEEDUC), Professor Inspetor Escolar, vínculo 2 (SEEDUC) e Professor 1ª a 4ª série (Prefeitura Municipal de Itaboraí). DE OFÍCIO ATRIBUO EFEITOS SUSPENSIVOS AO RECURSO, tendo em vista o justo receio para administração, quanto a suspensão dos vencimentos/proventos do servidor conforme artigo 58, parágrafo único da Lei Estadual nº 5.427/2009, enquanto pendente de Parecer da Procuradoria do Estado sobre o tema. Remeta-se o presente processo ao Conselho de Recursos Administrativos do Estado do Rio de Janeiro - CRASE/RJ, para que seja apreciado o pedido de reconsideração, na forma de Recurso Administrativo.

Id: 2497576

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS  
ATO DO DIRETOR-PRESIDENTE  
DE 21/07/2023

**DESIGNA CELSO SOARES SILVA**, Agente de Saneamento I, como Presidente, **MARCOS AURELIO ANTUNES DE MORAES**, Agente Administrativo F, **MARCO AURELIO LIMA MARQUES**, Agente Administrativo E, e **ARILDO CESAR NOGUEIRA DE CASTRO**, Agente de Saneamento F, como Membros Titulares, e **SANDRA XAVIER**, Agente Administrativa F, como Membro Suplente. Gerente do Contrato **JANE BAPTISTA CAMPOS DE MOURA**, Gerente, bem como **MARCIO MONTEIRO DE AZEVEDO**, Técnico de Contabilidade II, como suplente, para compor a Comissão de Fiscalização na "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE EMPILHADEIRAS PARA ATENDIMENTO AOS ÓRGÃOS DA CEDAE NO ÂMBITO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO", de que trata o Processo SEI 150001/007175/2022. Contrato CEDAE Nº 073/2023(DAD). Ordem de Serviço P/FIS nº 31.365-00/2023.

Id: 2497532

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

ATO DO DIRETOR-PRESIDENTE  
DE 24/07/2023

**DESIGNA ANTONIO JOSE LOPES PEREIRA**, Economista E, como Presidente, **MARILI FERREIRA DA CUNHA**, Contadora E, e **ROBERTA BOCKS AVELLAR**, Advogada D, como Membros Titulares, e **HELIO DE OLIVEIRA GOMES**, Agente Administrativo F, como Membro Suplente. Gerente da Contratação **JANE BAPTISTA CAMPOS DE MOURA**, Gerente, bem como **HEDMILTON MOURAO CARDOSO**, Assessor I, como Suplente, para compor a Comissão de Fiscalização destinada à "CEF - PORTAL JUDICIAL / ACESSO A INFORMAÇÕES DE CONTAS DE DEPÓSITOS JUDICIAIS", de que trata o Processo SEI E-12/800.432/2020. Ordem de Serviço P/FIS nº 28.259-02/2023. Revoga a Ordem de Serviço P/FIS nº 28.259-01 de 18 de janeiro de 2023.

Id: 2497528

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

ATO DO DIRETOR-PRESIDENTE  
DE 24/07/2023

**DESIGNA RONALDO DA SILVA CANAVEZES**, Técnico de Eletromecânica II, como Presidente, **TITO RODRIGUES PONTES PINHEIRO**, Engenheiro C e **ANDRE LUIS TORRES RIBAS**, Agente de Saneamento H, como Membros Titulares, e **LEANDRO TEIXEIRA PINTO**, Engenheiro C, como Membro Suplente. Gerente do Contrato **WELLIS RODRIGO DA SILVA COSTA**, Técnico de Laboratório IV, bem como **OSEIAS DE SOUZA GOMES**, Contador C, como Suplente, para compor a Comissão de Fiscalização para a "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O SERVIÇO DE REPARO EM MOTOR ASSÍNCRONO, INSTALADO NA ELEVATÓRIA DE ADUÇÃO DE ÁGUA BRUTA DA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA DO GUANDU (ETA-GUANDU)", de que trata o Processo SEI 150001/002709/2023. Contrato CEDAE nº 038/2023 (DSG). Ordem de Serviço P/FIS nº 31.143-01/2023. Revoga a Ordem de Serviço P/FIS nº 31.143-00 de 13 de abril de 2023.

Id: 2497529

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

ATO DO DIRETOR-PRESIDENTE  
DE 25/07/2023

**DESIGNA ROGERIO SANTOS**, Engenheiro D, como Presidente, **JOSE ALEXANDRE SILVA DOS SANTOS**, Técnico de Eletromecânica II, e **MANOEL ANTONIO LADEIRA FILHO**, Agente de Saneamento I, como Membros Titulares, e **CRISTIANO DOS SANTOS AMARAL**, Engenheiro C, como Membro Suplente. Gerente do Contrato **KAREN DEBERG REIS WELBERT**, Economista E, bem como **ANDREA PEREIRA NEVES**, Agente Administrativa F, como Suplente, para compor a Comissão de Fiscalização para a "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA PREDIAL, COM ADEQUAÇÕES E MODERNIZAÇÕES, QUANDO NECESSARIO, LOTE 06", de que trata o Processo SEI 150001/025422/2022. Contrato CEDAE nº 008/2023 (DTP). Ordem de Serviço P/FIS nº 31.170-01/2023. Revoga a Ordem de Serviço P/FIS nº 31.170-00 de 10 de maio de 2023.

Id: 2497530

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS  
ATO DO DIRETOR-PRESIDENTE  
DE 25/07/2023

**DESIGNA LEANDRO TEIXEIRA PINTO**, Engenheiro C, como Membro Titular, e **TITO RODRIGUES PONTES PINHEIRO**, Engenheiro C, como Membro Suplente. Gerente da Contratação **MARCIO MONTEIRO DE AZEVEDO**, Técnico de Contabilidade II, bem como **ALESSANDRO DA CUNHA MOREIRA**, Agente Administrativo F, como suplente, para compor a Comissão de Fiscalização para a "AQUISIÇÃO DE VALVULAS ROTATIVAS DE 3 A 4 VIAS - DIÂMETRO ½" PARA A GERÊNCIA GGL", de que trata o Processo SEI 150001/010441/2023. Ordem de Serviço P/FIS nº 31.324-01/2023. Revoga a Ordem de Serviço P/FIS nº 31.324-00 de 07 de julho de 2023.

Id: 2497531

DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO  
DO RIO DE JANEIRO  
DIRETORIA GERAL DE HABILITAÇÃO

DESPACHOS DO DIRETOR  
DE 28.07.2023

**PROCESSO Nº SEI-150068/006195/2022 - DETERMINO** a submissão do condutor UBIRACI QUEIROZ DOS SANTOS, registro nº 3344806890 a Curso de Reciclagem para Condutores Infratores (CR-CI) nos termos do artigo 268, II, da Lei 9.503/97 (Código de Trânsito Brasileiro); A entrega da CNH, pelo supramencionado condutor, no prazo de até 05 (cinco) dias, para cumprimento deste ato, se ainda não o houver realizado; A liberação do cadastro de habilitação do referido condutor, somente após conclusão integral do determinado neste ato.

**PROCESSO Nº SEI-150068/004150/2023 - DETERMINO** a cassação da CNH, nos termos do artigo 263, III da Lei 9.503/97 (CTB), expedida em nome de FLAVIO DA SILVA BORGES, registro nº 233502710, levando-se em consideração o prazo de 01 (um) ano, conforme sentença condenatória transitada em julgado em 03/05/2016; A aplicação do disposto no artigo 268, inciso IV, do CTB, devendo o condutor submeter-se ao curso de reciclagem; A submissão a novos exames (I - de aptidão física e mental, II - avaliação psicológica, III - escrito, sobre legislação de trânsito, e IV - de direção veicular, realizado na via pública, em veículo da categoria para a qual estiver habilitado), conforme estabelecido no art. 160, *caput*, do CTB com a regulamentação da Resolução CONTRAN nº 300/2008; A entrega da CNH pelo condutor, no prazo de até 05 (cinco) dias, para cumprimento deste ato, se ainda não o houver realizado.

Id: 2497690

SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL  
FUNDAÇÃO CENTRO ESTADUAL DE ESTATÍSTICAS, PESQUISAS E FORMAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO RIO DE JANEIRO

ATO DA PRESIDENTE

PORTARIA CEPERJ/PRESI Nº 8799 DE 31 DE JULHO DE 2023

DESIGNA SERVIDORA PARA SUBSTITUIR O DIRETOR DA ESCOLA DE GESTÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS DURANTE SUAS FÉRIAS, IMPEDIMENTOS E AFASTAMENTOS

**A PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO CENTRO ESTADUAL DE ESTATÍSTICAS, PESQUISAS E FORMAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO RIO DE JANEIRO**, no uso de suas atribuições legais, nos termos do Art. 50 do Decreto n.º 47.978 de 09 de março de 2022, e conforme consta no Processo nº SEI-150161/000458/2023,



RESOLVE:

**Art. 1º** - Designar a servidora SIMONE COELHO AGUIAR, Id. Funcional n.º 5128819-2, ocupante do cargo de Coordenadora, para sem prejuízo de suas atribuições, substituir o Diretor da Escola de Gestão e Políticas Públicas, LEONARDO MAZZURANA, durante suas férias, impedimentos e afastamentos.

**Art. 2º** - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 31 de julho de 2023	
IZABEL MARIA BRITO TOLEDO Presidente	Id: 2497804
SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL FUNDAÇÃO CENTRO ESTADUAL DE ESTATÍSTICAS, PESQUISAS E FORMAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO RIO DE JANEIRO	
DESPACHO DA PRESIDENTE DE 27.07.2023	
*PROCESSO Nº SEI-150161/000456/2023 - <b>CONCEDO</b> 03 (três) meses de licença prêmio, referente ao 4º quinquênio (período base de 07/07/2018 a 05/07/2023), nos termos do Art. 129 do Decreto nº 2479/79, ao servidor DELMAR DOS SANTOS, Técnico Superior Administrativo, Id Funcional nº 3215266-3, para usufruto em data oportuna. *Republikado por incorreção no original publicado no D.O. de 28.07.2023.	
INSTITUTO DE PESOS E MEDIDAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	Id: 2497803
ATO DO PRESIDENTE	
PORTARIA IPEM/GAPRE Nº 1179 DE 31 DE JULHO DE 2023	
DESIGNA SERVIDOR PARA ATUAR NO PROGRAMA DE DADOS ABERTOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	

O PRESIDENTE DO INSTUTO DE PESOS E MEDIDAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - IPEM/RJ, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO:

- o disposto no art. 9º do Decreto Estadual nº 48.449, que estabeleceu a política de Gestão e Controle do Programa de Dados Abertos do Governo do Estado do Rio de Janeiro e no Processo nº SEI-430001/002444/2023; e

- o que consta dos autos do Processo nº SEI-150164/001247/2023.

RESOLVE:

**Art. 1º** - Designar o servidor CARLOS ALBERTO COLONEZI COSTA JUNIOR, ID Funcional nº 44279485, para, sem prejuízo de suas funções, representar o Instituto de Pesos e Medidas do Estado do Rio de Janeiro - IPEM/RJ no Programa de Dados Abertos do Estado do Rio de Janeiro e dar fiel cumprimento ao Decreto Estadual nº 48.449 de 04 de abril de 2023.

**Art. 2º** - Esta Portaria entrará em vigor na data da assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 31 de julho de 2023	
KENNEDY MARTINS Presidente	Id: 2497755
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO	
RETIFICAÇÕES D.O. DE 31/07/2023 PÁGINA 05 - 3ª COLUNA	
RESOLUÇÃO SEPLAG Nº 151 DE 21 DE JULHO DE 2022	
DISPÕE SOBRE A DESCENTRALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DE CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO, NA FORMA A SEGUIR ESPECIFICADA.	

Onde se lê:

RESOLUÇÃO SEPLAG Nº 151 DE 21 DE JULHO DE 2022	
Leia-se:	
RESOLUÇÃO CONJUNTA SEPLAG/SEPM Nº 151 DE 21 DE JULHO DE 2023	
Id: 2497694	
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO	
DESPACHO DO SECRETÁRIO EM EXERCÍCIO DE 18.07.2023	

**PROCESSO Nº SEI-E-01/004/995/2014 - DEFIRO**, com fundamento no Decreto Estadual 48.244/2022, Resolução SECC 91/2023 e Parecer 06/2023/SEPLAG/ASSJUR, a conversão em pecúnia de 30 (trinta) dias de férias não usufruídas, em favor do ex-servidor Paulo Allevato, identidade funcional nº 43446639, foi detentor do cargo em comissão de Coordenador, símbolo DAS-8 e **RECONHEÇO** a dívida, de acordo com a Certidão 33/2023, expedida pela Superintendência de Recursos Humanos, no valor total de R\$ 4.840,00 (quatro mil oitocentos e quarenta reais) que corrigido pela UFIR-RJ de 2023 é correspondente a R\$ 8.714,06 (oito mil setecentos e quatorze reais e seis centavos) observando-se a disponibilidade orçamentária desta Secretaria de Estado.

Id: 2494644
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
DESPACHO DO SECRETÁRIO EM EXERCÍCIO DE 18.07.2023
PROCESSO Nº SEI-120001/003004/2023 - <b>DEFIRO</b> , com fundamento no Decreto Estadual 48.244/2022, Resolução SECC 91/2023 e Parecer 22/2023/SEPLAG/ASSJUR - MSB, a conversão em pecúnia de 20 (vinte) dias de férias não usufruídas, em favor da ex-servidora Luciana Valéria Coelho Marques Akerman, identidade funcional nº 5119195-4, que foi detentora do cargo em comissão de Assessor, símbolo DAS-7 e <b>RECONHEÇO</b> a dívida, de acordo com a Certidão 30/2023, expedida pela Superintendência de Recursos Humanos, no valor total de R\$ 5.333,33 (cinco mil e trezentos e trinta e três reais e trinta e três centavos) observando-se a disponibilidade orçamentária desta Secretaria de Estado.
Id: 2494643

Secretaria de Estado de Fazenda

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
ATO DO SECRETÁRIO
RESOLUÇÃO SEFAZ Nº 555 DE 28 DE JULHO DE 2023
ALTERA A RESOLUÇÃO SEFAZ Nº 191, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2017, QUE DISPÕE SOBRE A RESTITUIÇÃO DO INDÉBITO.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE FAZENDA, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso II do Parágrafo Único do art. 148 da Constituição do Estado do Rio de Janeiro, e tendo em vista o Processo nº SEI-040070/000041/2023,

RESOLVE:

**Art. 1º** A Resolução SEFAZ nº 191, de 27 de dezembro de 2017, passa a vigorar com as seguintes modificações:

I - alteração da ementa, que passa a vigorar com a seguinte redação: "DISPÕE SOBRE A RESTITUIÇÃO DO INDÉBITO";

II - alteração do caput e dos §§ 3º e 4º do art. 1º, que passam a vigorar com as seguintes redações:

"Art. 1º A restituição do indébito será processada de acordo com as normas estabelecidas na Seção IV, do Capítulo III, do Decreto nº 2.473/79 - Regulamento do Processo Administrativo Tributário - RPAT, e na Seção VI, do Capítulo III, do Título I, do Livro II do Decreto-Lei nº 5/75, e com observância do que dispõe esta Resolução.  
(...)  
§ 3º O direito de pleitear a restituição do indébito extingue-se nos termos do art. 186 do Decreto-Lei nº 5/75 e, no caso do indébito relativo à participação no resultado e compensação financeira previstas no art. 20, § 1º, da Constituição Federal, extingue-se nos termos dos arts. 1º e 2º do Decreto nº 20.910, de 06 de janeiro de 1932.  
§ 4º O direito à restituição do indébito só se configura mediante a comprovação de regularidade perante o Fisco, quanto a débitos inscritos ou não em Dívida Ativa, relativos ao mesmo tributo da importância reclamada, observado o disposto no art. 12 e no parágrafo único do art. 7º.";

III - alteração do inciso II do art. 3º, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º (...)  
(...)  
II - tratando-se de indébito relativo a ITD, IPVA ou outros tributos, mediante depósito em conta corrente do contribuinte, observadas as hipóteses de compensação previstas em Lei.";

IV - alteração do caput, do inciso I e do Parágrafo Único do art. 5º, que passam a vigorar com as seguintes redações:

"Art. 5º O pedido de restituição do indébito deverá ser instruído, sob pena de indeferimento de plano, com:  
I - formulário de requerimento disponível no endereço eletrônico da Secretaria de Estado de Fazenda.  
(...)  
Parágrafo Único - O pedido de que trata o caput será instruído com os dados bancários do requerente ou de terceiro, mediante autorização expressa.";

V - alteração do caput do art. 8º, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 8º/A autoridade competente para decidir apresentará recurso de ofício ao Superintendente de Fiscalização e Inteligência Fiscal nos casos de deferimento de restituição de in-

**Art. 2º** - Designar para atuar na Comissão de Fiscalização e Gestão, sem prejuízo de suas atribuições, os servidores elencados abaixo:

FISCAL TÉCNICO	FISCAL REQUISITANTE	FISCAL ADMINISTRATIVO	SUPLENTE
GUSTAVO GONÇALVES ROCHA, ID Funcional nº5118396-0	MARCUS VINÍCIUS CAETANO, ID Funcional nº5120418-5	REGINA CELIA DO NASCIMENTO LACERDA NEGREIROS ID Funcional nº 5142895-4	ELIAS ALVES DE OLIVEIRA MACHADO ID Funcional 5112499-9

**Art. 3º** - Substituir os servidores DAVID CARVALHO FONSECA, ID Funcional 5085141-1, pelo servidor GUSTAVO GONÇALVES ROCHA, ID Funcional nº5118396-0, RAFAELLE DE ABREU ORLANDO, ID Funcional nº 5028984-5, pelo servidor MARCUS VINÍCIUS CAETANO, ID Funcional nº GUSTAVO DARZE DA SILVA, ID Funcional nº 5129088-0, pela servidora REGINA CELIA DO NASCIMENTO LACERDA NEGREIROS ID Funcional nº5142895-4, na função de fiscal titular Substituir a servidora BEATRIZ DE SOUZA BRANDÃO SOARES, ID Funcional nº5123161-1, pelo servidor RAFAELLE DE ABREU ORLANDO, ID Funcional nº 5028984-5, na função de Gestor do contrato supracitado e o servidor NELSON DANIELLO DAMASIO, ID Funcional 5112491-2 pelo servidor ELIAS ALVES DE OLIVEIRA MACHADO ID Funcional 5112499-9 na função de suplente do contrato nº 022/2021.

**Art. 4º** - Os Fiscais Administrativos se responsabilizarão pelo que consta nos incisos I, III, V, IX, X, XI, XII, XIX, XXI, XXII, XXIII, XXVI, XXVII, XXIX, XXXI, XXXII e XXXIII do artigo 13 da Resolução SEFAZ Nº 401 de 24 de junho de 2022.

**Art. 5º** - Os Fiscais Técnicos se responsabilizarão, principalmente, pelo que consta nos incisos I, II, IV, VI, VII, VIII, IX, X, XI, XII, XIII, XIV, XV, XVI, XVII, XVIII, XIX, XX, XXVIII, XXX, XXXI, XXXII, XXXIII e XXIV do artigo 13 da Resolução SEFAZ Nº 401 de 24 de junho de 2022.

**Art. 6º** - Os Fiscais Requisitantes se responsabilizarão pelo que consta nos incisos I, IX, X, XI, XII, XIV, XV, XVI, XVIII, XIX, XX, XXIV, XXV, XXVII, XXVIII, XXX, XXXI, XXXII e XXXIII do artigo 13 da Resolução SEFAZ Nº 401 de 24 de junho de 2022.

**Art. 7º** - Designar como Gestor do Contrato, o servidor RAFAELLE DE ABREU ORLANDO, ID Funcional nº 5028984-5, para sem prejuízo de suas atribuições, cumprir as determinações contidas na Resolução SEFAZ Nº 401 de 24 de junho de 2022.

**Art. 8º** - A atual Comissão de Acompanhamento e Fiscalização do Contrato que menciona passa a ter como Fiscal Requisitante o servidor MARCUS VINÍCIUS CAETANO, ID Funcional nº5120418-5, como Fiscal Administrativo a servidora REGINA CELIA DO NASCIMENTO LACERDA NEGREIROS, ID Funcional nº5142895-4, como Fiscal Técnico o servidor GUSTAVO GONÇALVES ROCHA, ID Funcional nº5118396-0, e como Suplente o servidor ELIAS ALVES DE OLIVEIRA MACHADO ID Funcional nº5112499-9. Integra a Comissão, como Gestor do Contrato, o servidor RAFAELLE DE ABREU ORLANDO, ID Funcional nº 5028984-5, nos termos da Resolução SEFAZ nº 509 de 31 de março de 2023.

**Art. 9º** - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação. Rio de Janeiro, 27 de julho de 2023

INGRID SASSEN PAZ SANTA BRIGIDA Superintendente de Compras e Contratos
Id: 2497507

débito com valor superior a: (...);  
**VI** - alteração do caput do art. 23, que passa a vigorar com a seguinte redação:  
  
"Art. 23./A restituição de indébito relativo ao IPVA será efetivada mediante depósito em conta corrente do contribuinte, observadas as hipóteses de compensação.  
(...);"

**VII** - alteração do § 1º do art. 25, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 25. (...)  
§ 1º O pedido de restituição de indébito também poderá ser apresentado pelo sistema SEI ou em qualquer Auditoria Fiscal.  
(...)"

**Art. 2º** - Fica revogado o § 1º do art. 19 da Resolução SEFAZ nº 191, de 27 de dezembro de 2017.

Rio de Janeiro, 28 de julho de 2023	
LEONARDO LOBO PIRES Secretário de Estado de Fazenda	Id: 2497565
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA	
ATO DO SECRETÁRIO DE 28/07/2023	

**REMOVE**, a pedido, **FERNANDA ROSA CARVALHO COSTA WAJ-SENZON**, Auditor Fiscal da Receita Estadual 2ª Categoria, identidade funcional 4417087-4, da Assessoria de Gestão Estratégica, da Subsecretaria Geral de Fazenda, da Secretaria de Estado de Fazenda, para Subsecretaria Adjunta de Planejamento e Governanças, da Subsecretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação, da mesma Secretaria. Processo nº SEI-040075/000029/2023.

Id: 2497566
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E CONTRATOS
ATO DA SUPERINTENDENTE PORTARIA SUPCC Nº 322 DE 27 DE JULHO DE 2023
INSTITUI COMISSÃO DE GESTÃO, FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO, PARA OS FINS QUE MENCIONA.

**A SUPERINTENDENTE DE COMPRAS E CONTRATOS**, no uso de suas atribuições legais, atribuídos no inciso VI, art. 17, da Resolução SEFAZ nº 409/2022, e no art. 6º, da Resolução SEFAZ nº 509/2023,

CONSIDERANDO:

- a necessidade de consolidar a gestão, acompanhamento, fiscalização, e a execução de contratos, em concretização dos princípios que orientam a Administração Pública, especialmente os insculpidos no Art. 37 de Constituição Federal de 1988;

- a necessidade de delimitar a atuação de Fiscais Administrativos, Fiscais Técnicos e Fiscais Requisitantes nos contratos em que seu objeto trate de tecnologia da informação e comunicação, tendo em vista a ausência de normativo próprio que atribua as devidas competências a estes, com fundamento na Resoluções SEFAZ nº 509/2023 e 401/2022 e Decreto Estadual nº 45.600/2016.

**RESOLVE:**  
**Art. 1º** - Instituir Comissão de Fiscalização e Gestão do Contrato nº 022/2021, celebrado com a empresa BRASOFTWARE INFORMÁTICA LTDA, constante no processo SEI-040227/000058/2020, cujo objeto trata prestação de serviços de comercialização de licenças de software e serviços microsoft, para uso em estações de trabalho e em equipamentos especializados, de modo a propiciar a atualização do parque tecnológico da Secretaria de Fazenda de Estado do Rio de Janeiro, na forma do Termo de Referência e do instrumento convocatório.

SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E CONTRATOS
PORTARIA SUPCC Nº 325 DE 27 DE JULHO DE 2023
ATO DA SUPERINTENDENTE INSTITUI COMISSÃO DE GESTÃO, FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO, PARA OS FINS QUE MENCIONA.

**A SUPERINTENDENTE DE COMPRAS E CONTRATOS**, no uso de suas atribuições legais, atribuídos no inciso VI, art. 17, da Resolução SEFAZ nº 409/2022, e no art. 6º, da Resolução SEFAZ nº 509/2023,

CONSIDERANDO:

- a necessidade de consolidar a gestão, acompanhamento, fiscalização, e a execução de contratos, em concretização dos princípios que orientam a Administração Pública, especialmente os insculpidos no Art. 37 de Constituição Federal de 1988;

- a necessidade de delimitar a atuação de Fiscais Administrativos, Fiscais Técnicos e Fiscais Requisitantes nos contratos em que seu objeto trate de tecnologia da informação e comunicação, tendo em vista a ausência de normativo próprio que atribua as devidas competências a estes, com fundamento na Resoluções SEFAZ nº 509/2023 e 401/2022 e Decreto Estadual nº 45.600/2016.

**RESOLVE:**  
**Art. 1º** - Instituir Comissão de Fiscalização e Gestão do Contrato nº 011/2021, celebrado com a empresa CLARO/SA, cujo objeto trata de prestação de serviços de comunicação de dados de longa distância (WAN), conexão internet para rede governo e serviços complementares de tecnologia da informação e comunicação para o Governo do Estado do Rio de Janeiro, para atender as demandas do CONTRANTE e demais órgãos do Estado do Rio de Janeiro, na forma do Termo de Referência, do Edital de Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 0001/2021, constante no Processo nº SEI-040227/000001/2021.



Art. 2º - Designar para atuar na Comissão de Fiscalização e Gestão, sem prejuízo de suas atribuições, os servidores elencados abaixo:

FISCAL TÉCNICO	FISCAL REQUISITANTE	FISCAL ADMINISTRATIVO	SUPLENTE
PAULO MARCELO DA ROCHA SILVA, ID Funcional nº 4323383-0	VICTORIA CAVALCANTI FIDALGO BARBOSA, ID Funcional 5121971-9	REGINA CELIA DO NASCIMENTO LACERDA NEGREIROS ID Funcional nº 5142895-4	MÁRCIO FERREIRA DA COSTA, ID Funcional nº 5130572-0

Art. 3º Substituir os servidores GUSTAVO DARZE DA SILVA, ID Funcional nº 5129088-8, pela servidora REGINA CELIA DO NASCIMENTO LACERDA NEGREIROS, ID Funcional nº 5142895-4, e RAFAEL-LE DE ABREU ORLANDO, ID Funcional nº 5028984-5, pela servidora VICTORIA CAVALCANTI FIDALGO BARBOSA, ID Funcional 5121971-9, na Comissão de Acompanhamento e Fiscalização do contrato nº 011/2021.

Art. 4º - Os Fiscais Administrativos se responsabilizarão pelo que consta nos incisos I, III, V, IX, X, XI, XII, XIX, XXI, XXII, XXIII, XXVI, XXVIII, XXIX, XXXI, XXXII e XXXIII do artigo 13 da Resolução SEFAZ Nº 401 de 24 de junho de 2022.

Art. 5º - Os Fiscais Técnicos se responsabilizarão, principalmente, pelo que consta nos incisos I, II, IV, VI, VII, VIII, IX, X, XI, XII, XIII, XIV, XV, XVI, XVII, XVIII, XIX, XX, XXVIII, XXX, XXXI, XXXII e XXXIII do artigo 13 da Resolução SEFAZ Nº 401 de 24 de junho de 2022.

Art. 6º - Os Fiscais Requisitantes se responsabilizarão pelo que consta nos incisos I, IX, X, XI, XII, XIV, XV, XVI, XVII, XVIII, XIX, XX, XXIV, XXV, XXVII, XXVIII, XXX, XXXI, XXXII e XXXIII do artigo 13 da Resolução SEFAZ Nº 401 de 24 de junho de 2022.

Art. 7º - Permanece como Gestor do Contrato, o servidor, CELSO HENRIQUE FERREIRA DA SILVA ID Funcional nº5129091-0, para sem prejuízo de suas atribuições, cumprir as determinações contidas na Resolução SEFAZ Nº 401 de 24 de junho de 2022.

Art. 8º A atual Comissão de Fiscalização e Gestão do Contrato do Contrato que menciona passa a ter como Fiscal Administrativo: REGINA CELIA DO NASCIMENTO LACERDA NEGREIROS ID Funcional nº 5142895-4, Fiscal Requisitante: VICTORIA CAVALCANTI FIDALGO BARBOSA, ID Funcional nº5121971-9, Fiscal Técnico PAULO MARCELO DA ROCHA SILVA, ID Funcional nº 4323383-0, Suplente MÁRCIO FERREIRA DA COSTA, ID Funcional nº 5130572-0, e como Gestor do Contrato, o servidor CELSO HENRIQUE FERREIRA DA SILVA ID Funcional nº5129091-0, conforme as disposições da Resolução SEFAZ nº 509 de 31 de março de 2023.

Art. 9º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação. Rio de Janeiro, 27 de julho de 2023

INGRID SASSEN PAZ SANTA BRIGIDA  
Superintendente de Compras e Contratos

Id: 2497604

SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E CONTRATOS

ATO DA SUPERINTENDENTE

PORTARIA SUPCC Nº 326 DE 28 DE JULHO DE 2023

DESIGNA E SUBSTITUI MEMBROS PARA  
COMPOR A COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO, DO RECEBIMENTO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO Nº 032/2022.

A SUPERINTENDENTE DE COMPRAS E CONTRATOS, no uso de suas atribuições legais, atribuídos no inciso VI, art. 17, da Resolução SEFAZ nº 409/2022, e no art. 8º, da Resolução SEFAZ nº 401/2022,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar os servidores GUTEMBERG FERNANDES DE LIMA, ID Funcional 5005999-8, VITOR FERREIRA BENATTI, ID Funcional 5006064-3 e JOSÉ LUIZ TEIXEIRA BRAGA, ID Funcional 4040485-4, para compor a Comissão de Acompanhamento da Execução, do Recebimento e da Fiscalização do contrato nº 032/2022, celebrado entre o Estado do Rio de Janeiro, através SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA - SEFAZ e a empresa L8 GROUP S.A (CONSORCIO OX21), cujo objeto é a prestação de serviços, contínuos e especializados, em solução integrada de captação, armazenamento, transmissão, gestão e custódia de evidências digitais, com fornecimento, por comodato, de câmeras operacionais portáteis, e demais equipamentos necessários à execução do objeto, para estabelecer os links com o sistema de armazenamento em nuvem, oferecendo infraestrutura nas instalações físicas das CONTRATANTES, configurações, manutenções, atualizações, correções de software, hardware, bem como acessórios dos equipamentos, e suporte técnico para toda solução, incluindo garantia total, durante as atividades operacionais e o prazo de contrato, na forma e condições expressas no Termo de Referência, da Lei nº 8.666/93, na forma do Termo de Referência, constante do processo administrativo nº SEI-040196/000932/2022.

Art. 2º - Substituir os servidores CRISTIANE JORDÃO HUHN, ID Funcional 4387483-5 e WALLACE VINICIUS DA SILVA FARIA, ID Funcional 5013433-7, pelos servidores VITOR FERREIRA BENATTI, ID Funcional 5006064-3, JOSÉ LUIZ TEIXEIRA BRAGA, ID Funcional 4040485-4 e MARTIN BARIA, ID FUNCIONAL 1941005-0, na Comissão de Acompanhamento e Fiscalização do Contrato.

Art. 3º - Designar o servidor LEANDRO MOITA LABOISSIERE, ID Funcional 4387064-3, como suplente dos servidores mencionados no artigo 2º.

Art. 4º - Manter a servidora ANA PAULA PEREIRA DE SOUZA ID Funcional 5116944-4 como Gestora do contrato mencionado no artigo 1º.

Art. 5º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 28 de julho de 2023

INGRID SASSEN PAZ SANTA BRIGIDA  
Superintendente da Superintendência de Compras e Contratos

Id: 2497509

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA  
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
SUPERINTENDÊNCIA DE RECURSOS HUMANOS

DESPACHO DA SUPERINTENDENTE  
DE 28.07.2023

PROCESSO Nº SEI-E-04/35200/1987- MARCIO DE ANDRADE FERREIRA BORGES, Analista da Fazenda Estadual 1ª Categoria, identidade funcional nº 1943147-3, no período de 01.08.2023 a 29.10..2023. AUTORIZO o gozo da Licença Prêmio.

Id: 2497534

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA  
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
SUPERINTENDÊNCIA DE RECURSOS HUMANOS

DESPACHO DA SUPERINTENDENTE  
DE 28.07.2023

PROCESSO Nº SEI-040186/000002/2022 - MARCOS SPENCER DE OLIVEIRA MAIA, Auditor Fiscal da Receita Estadual 1ª Categoria. Id. Funcional nº 5006049-0. AVERBE-SE, para fins de aposentadoria e disponibilidade, de acordo com o Art. 75 da LC 69/90, a forma permitida pela Constituição Federal, no atual § 9º, do Art. 201, com alteração determinada pela Emenda Constitucional nº 20/98, o tempo de serviço/contribuição prestado sob o Regime Geral de Previdência Social, nos períodos de 13/07/1981 a 30/09/1981, 01/10/1981 a 06/01/1983, 01/02/1983 a 04/02/1985, 13/02/1985 a 31/01/1986, 01/02/1986 a 01/01/1988, 02/01/1988 a 14/01/1988, 01/06/1988 a 01/03/1990, 05/06/1990 a 05/05/1997, 01/06/1997 a 31/03/1998, 01/04/1998 a 31/05/1998, 01/04/1999 a 31/07/1999, 01/03/2007 a 31/03/2007 e 01/08/2009 a 31/08/2009, totalizando 6.052 (seis mil e cinquenta e dois) dias de efetivo exercício.

Id: 2497602

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA  
SUBSECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

ATO DO SUBSECRETÁRIO

PORTARIA SUBCINT/SEFAZ Nº 18 DE 31 DE JULHO DE 2023

REGULAMENTA A INVESTIGAÇÃO PRELIMINAR NO ÂMBITO DA SUBSECRETARIA DE CONTROLE INTERNO DA SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA.

O SUBSECRETÁRIO DE CONTROLE INTERNO DA SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA, no uso das atribuições legais, e considerando o disposto no Decreto nº 31.896, de 20 de setembro de 2002, que dispõe sobre a uniformização dos atos oficiais; na Lei Estadual nº 5.427/2009, que estabelece normas sobre atos e processos administrativos no âmbito do Estado do Rio de Janeiro; e o constante dos autos do Processo SEI-040077/000018/2023,

CONSIDERANDO:

- o disposto no Decreto nº 31.896, de 20 de setembro de 2022, que dispõe sobre a uniformização dos atos oficiais,

- o disposto na Lei Estadual nº 5.427/2009, que estabelece normas sobre atos e processos administrativos no âmbito do Estado do Rio de Janeiro,

- o constante dos autos do Processo SEI-040077/000018/2023,

RESOLVE:

Art. 1º - A Subsecretaria de Controle Interno da SEFAZ, poderá instaurar a Investigação Preliminar - IP para reunir as informações necessárias à apuração de fatos noticiados como irregulares ou denúncia, nas hipóteses de não haver elementos com convicção suficientes para a instauração de sindicância disciplinar.

§1º - A IP é o procedimento administrativo preparatório, sigiloso, não punitivo e será instaurada mediante Despacho do Subsecretário de Controle Interno, devendo indicar, preferencialmente, um ou mais servidores lotados na Corregedoria Interna da SEFAZ para conduzirem os trabalhos:

I - o prazo fixado para a conclusão dos trabalhos é de sessenta dias, podendo ser prorrogados por uma única vez;

II - caso necessário poderá ser indicado servidor suplente para fins de substituição e orientação.

§2º - Na hipótese de Investigação Preliminar para apurar cometimento de ato lesivo contra a Administração Pública por pessoa jurídica, prevista na Lei Federal nº 12.846, de 01 de agosto de 2013, observar-se-á o procedimento do Decreto Estadual nº 46.366, de 19 de julho de 2018, alterado pelo Decreto Estadual nº 46.788, de 14 de outubro de 2019;

Art. 2º - O servidor ou comissão de servidores, indicados pela Subsecretaria de Controle Interno - SUBCINT para condução dos trabalhos da IP estarão lotados, preferencialmente, na Corregedoria Interna da SEFAZ.

§1º - O servidor ou comissão de servidores deverá observar as regras de impedimento ou suspeição previstos na Lei Estadual nº 5.427/2009, no prazo máximo de 05 dias após a publicação da portaria ou da verificação de situação de impedimento ou suspeição, sob pena de responder administrativamente por prática de atos que sabia serem ilegais;

§2º - O servidor ou comissão de servidores indicados deverá comunicar a sua chefia imediata eventuais férias ou afastamentos que impossibilitem a condução ou a conclusão dos trabalhos, situação que imporá a convocação do suplente para a devida continuidade;

§3º - O servidor ou comissão de servidores deve zelar pelas informações processuais, que deverão tramitar de maneira sigilosa, e ainda observar as regras concernentes à proteção de dados no Estado do Rio de Janeiro.

Art. 3º - A IP obedecerá, dentre outros, aos princípios da legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, transparência, moralidade, segurança jurídica, prudência, discricão, impessoalidade, eficiência, celeridade, oficialidade, publicidade, participação, proteção da confiança legítima e interesse público.

Parágrafo Único - Além dos princípios elencados no caput, a IP deverá observar as seguintes regras:

I - objetividade no atendimento ao interesse público, vedada a promoção pessoal de agentes ou autoridades;

II - atuação segundo padrões éticos de probidade, decoro e boa-fé;

III - indicação objetiva, clara e em linguagem simples dos pressupostos de fato e de direito nos documentos produzidos e juntados na IP;

IV - adequação entre meios e fins, principalmente quanto aos instrumentos probatórios utilizados;

V - discricão acerca dos fatos apurados e dos servidores envolvidos;

VI - adequação do Relatório aos normativos internos da SEFAZ, aos enunciados da PGE-RJ e outros normativos da CGE-RJ, bem como do TCE-RJ;

VII - adoção de formas simples, suficientes para propiciar adequado grau de certeza, segurança e respeito aos direitos dos administrados.

Art. 4º - O servidor indicado para conduzir os trabalhos da investigação deverá, após a publicação da portaria de instauração, autuar processo SEI obrigatoriamente sigiloso e comunicar no processo principal a instauração do referido à SUBCINT para fins de controle.

§1º - O servidor ou comissão de servidores deverá liberar o acesso da SUBCINT ao processo sigiloso após a conclusão do relatório, para leitura, análise e fiscalização;

§2º - Todos os documentos eletrônicos produzidos no processo SEI devem conter assinatura digital;

§3º - Eventuais documentos não eletrônicos deverão ser digitalizados e autenticados administrativamente no SEI pelo servidor ou comissão de servidores responsáveis pela condução dos trabalhos;

§4º - O servidor ou comissão de servidores poderá utilizar os modelos previstos no Manual do Sindicante, desde que realizadas pertinentes adequações estruturais à IP.

Art. 5º - O servidor responsável pelas averiguações da investigação deverá apresentar relatório conclusivo no prazo regulamentar com suas impressões e sugestões, e, na sequência, remeter o processo para a SUBCINT, para apreciação e análise.

§1º - O relatório deverá conter o escopo ou objeto da apuração, o breve relato dos fatos e os achados constatados ou comprovados, as sugestões de apuração e a conclusão sobre existência ou não de ir-

regularidade, a indicação de autoria e os possíveis riscos identificados;

§2º - O relatório deverá ser descritivo quanto aos fatos e objetivo quanto as normas violadas, utilizando-se o servidor ou comissão de servidores de linguagem simples e compreensível;

§3º - O servidor ou comissão de servidores deve abstrair possíveis valorações jurídicas ou suposições não passíveis de comprovação.

Art. 6º - A IP poderá resultar em:

I - arquivamento - Em caso de ausência de indícios de autoria e materialidade da infração;

II - instauração de sindicância disciplinar - Em caso de existência de indícios de autoria e materialidade, desde que a possível penalidade não ultrapasse 30 dias de suspensão;

III - remessa à Controladoria Geral do Estado do Rio de Janeiro, com sugestão de instauração de processo administrativo disciplinar (PAD) -

Em caso de existência de indícios de autoria e materialidade, cuja possível penalidade seja compatível com suspensão acima de 30 dias ou demissão;

IV - instauração de processo administrativo de responsabilização (PAR) - Em caso de existência de atos lesivos cometidos por pessoa jurídica contra a Administração Pública;

V - celebração de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC);

VI - propostas ou sugestões orientadoras, vinculativas ou não, quando da identificação de possíveis riscos para a Administração Pública, objetivando o aprimoramento da gestão.

Parágrafo Único - Da IP não poderá resultar aplicação de sanção, sendo dispensável a observância dos princípios do contraditório e ampla defesa.

Art. 7º - Após o recebimento na SUBCINT, o processo será analisado pelo titular da Corregedoria Interna, que deverá apresentar sua manifestação contendo as impressões acerca dos fatos apurados e as medidas que entende cabíveis ao caso, submetendo-o ao Subsecretário de Controle Interno.

§1º - Em caso de necessidade de novas diligências, excepcionalmente, o processo da IP poderá retornar ao servidor ou comissão de servidores para diligências específicas ou esclarecimentos acerca do relatório;

§2º - Encaminhada a manifestação conclusiva com as medidas propostas pelo titular da Corregedoria Interna, a SUBCINT poderá acatar as medidas apresentadas na manifestação ou adotar outras medidas julgadas cabíveis.

Art. 8º - O Subsecretário de Controle Interno, na condição de autoridade instauradora, deverá proferir a decisão nos autos.

Parágrafo Único - As principais peças do procedimento apuratório serão juntadas ao processo principal.

Art. 9º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 31 de julho de 2023

FRANCISCO PEREIRA IGLESIAS  
Subsecretário de Controle Interno

Id: 2497719

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA  
CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
PRIMEIRA CÂMARA

\*Pauta de Julgamento para a Sessão Ordinária, por videoconferência, autorizada pela Resolução SEFAZ nº 144, de 29/04/2020, regulamentada pela Portaria CCEJ nº 039, de 04/05/2020, alterada pela Portaria CCEJ nº 047, de 13/10/2022, do dia 29º de agosto de 2023, às 14h00min.

Recursos nºs 77.648 e 77.659 (Recursos Voluntários) - Processo nº E-04/043/100003/2018 e E-04/043/100006/2018 - Recorrente: M H M DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA - Recorrida: JUNTA DE REVISAO FISCAL - Relator: Conselheiro Gustavo Kelly Alencar - Representante da Fazenda: Nilson Furtado de Oliveira Filho.

Recursos nºs 78.412, 78.413 e 78.414 (Recursos Voluntários) - Processo nº E-04/211/006428/2021, E-04/211/006427/2021 e E-04/211/006426/2021 - Recorrente: COR CHIC MODAS EIRELI- Recorrida: JUNTA DE REVISAO FISCAL - Relator: Conselheiro Luiz Carlos Sampaio Afonso - Representante da Fazenda: Natália Faria de Souza.

Recurso nº 79.891 (Recurso Voluntário) - Processo nº SEI-040044/000135/2022 - Recorrente: CERVEJARIA CIDADE IMPERIAL S.A. - Recorrida: JUNTA DE REVISAO FISCAL - Relator: Conselheiro Graciliano José Abreu dos Santos - Representante da Fazenda: Nicola Tutungi Júnior.

Recurso nº 76.596 (Recurso de Ofício) - Processo nº E-04/022/001167/2019 - Recorrente: JUNTA DE REVISAO FISCAL- Interessada: CASA HUNGARA LANCHES LTDA - Relator: Conselheiro Gustavo Kelly Alencar - Representante da Fazenda: Nilson Furtado de Oliveira Filho.

NOTA EXPLICATIVA: Os julgamentos adiados serão realizados independentemente de nova publicação, conforme dispõe o §3º do Artigo 72 do Regimento Interno do Conselho de Contribuintes do Estado do Rio de Janeiro, com redação dada pela Resolução SEFAZ nº 80 de 23 de junho de 2017. Processo nº SEI-20071-001/000010/2020. \*Replicado por incorreções no original publicado no D.O. de 28/07/2023.

Id: 2497580

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA  
CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
PRIMEIRA CÂMARA

Pauta de Julgamento para a Sessão Ordinária, por videoconferência, autorizada pela Resolução SEFAZ nº 144, de 29/04/2020, regulamentada pela Portaria CCEJ nº 039, de 04/05/2020, alterada pela Portaria CCEJ nº 047, de 13/10/2022, do dia 29º de agosto de 2023, às 15h00min.

Recurso nº 74.779 (Recurso Voluntário) - Processo nº E-04/211/002925/2018- Recorrente: PETROLEO BRASILEIRO S/A PETROBRAS - Recorrida: JUNTA DE REVISAO FISCAL - Relator: Conselheiro Graciliano José Abreu dos Santos - Representante da Fazenda: Erick Ribeiro Maués Paixão.

Recurso nº 77.600 (Recurso Voluntário) - Processo nº E-04/211/016878/2020 - Recorrente: ARCOS DOURADOS COMERCIO DE ALIMENTOS S.A. - Recorrida: JUNTA DE REVISAO FISCAL - Relator: Conselheiro Luiz Carlos Sampaio Afonso - Representante da Fazenda: Nilson Furtado de Oliveira Filho.

Recurso nº 77.920 (Recurso Voluntário) - Processo nº E-04/211/016866/2020 - Recorrente: ARCOS DOURADOS COMERCIO DE ALIMENTOS S.A. - Recorrida: JUNTA DE REVISAO FISCAL - Relator: Conselheiro Luiz Carlos Sampaio Afonso - Representante da Fazenda: Nilson Furtado de Oliveira Filho.

Recurso nº 78.819 (Recurso de Ofício) - Processo nº E-04/211/006745/2021 - Recorrente: JUNTA DE REVISAO FISCAL - Interessada: A.F.C TRANSPORTE DE CARGA EIRELI - Relator: Conselheiro Luiz Carlos Sampaio Afonso - Representante da Fazenda: Nilson Furtado de Oliveira Filho.

Recurso nº 80.611 (Recurso de Ofício) - Processo nº SEI-040224/007239/2022 - Recorrente: JUNTA DE REVISAO FISCAL - Interessada: FIBERX DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE TELECOMUNICACOES LTDA - Relator: Conselheiro Gustavo Kelly Alencar - Representante da Fazenda: Nicola Tutungi Júnior.

NOTA EXPLICATIVA: Os julgamentos adiados serão realizados independentemente de nova publicação, conforme dispõe o §3º do Artigo 72 do Regimento Interno do Conselho de Contribuintes do Estado do Rio de Janeiro, com redação dada pela Resolução SEFAZ nº 80 de 23 de junho de 2017. Processo nº SEI-20071-001/000010/2020. \*Replicado por incorreções no original publicado no D.O. de 28/07/2023.

Id: 2497581



<div>SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA CONSELHO DE CONTRIBUINTES PRIMEIRA CÂMARA</div> <div><p>*Pauta de Julgamento para a Sessão Ordinária, por videoconferência, autorizada pela Resolução SEFAZ nº 144, de 29/04/2020, regulamentada pela Portaria CCERJ nº 039, de 04/05/2020, alterada pela Portaria CCERJ nº 047, de 13/10/2022, do dia 29º de agosto de 2023, às 16h00min.</p><p>Recurso nº 65.821 (Recurso Voluntário) - Processo nº E-04/034/010814/2015- Recorrente: CASAS GUANABARA COMESTIVEIS LTDA - Recorrida: JUNTA DE REVISAO FISCAL - Relator: Conselheiro Gustavo Kelly Alencar - Representante da Fazenda: Nilson Furtado de Oliveira Filho. Patrono: Luiz Gustavo A. S. Bichara, OAB/RJ nº 112.310.</p><p>Recurso nº 78.716 (Recurso de Ofício) - Processo nº E-04/041/002331/2017 - Recorrente: JUNTA DE REVISÃO FISCAL - Interessado: ELTON CORREA D'AVILA - Relator: Conselheiro Graciliano José Abreu dos Santos - Representante da Fazenda: Nicola Tutungi Júnior.</p><p>Recurso nº 80.530 e 80.531 (Recurso de Ofício) - Processo nº E-04/007/000399/2017 e E-04/007/000410/2017 - Recorrente: JUNTA DE REVISÃO FISCAL - Interessada: DIREMADI MARKETING E SERVICOS LTDA - Relator: Conselheiro Luiz Carlos Sampaio Afonso - Representante da Fazenda: Nicola Tutungi Júnior.</p><p>Recurso nº 80.616 (Recurso de Ofício) - Processo nº SEI-040224/008351/2022 - Recorrente: JUNTA DE REVISÃO FISCAL- Interessada: DIAGEO BRASIL LTDA - Relator: Conselheiro Luiz Carlos Sampaio Afonso - Representante da Fazenda: Nicola Tutungi Júnior.</p><p>NOTA EXPLICATIVA: Os julgamentos adiados serão realizados independentemente de nova publicação, conforme dispõe o §3º do Artigo 72 do Regimento Interno do Conselho de Contribuintes do Estado do Rio de Janeiro, com redação dada pela Resolução SEFAZ nº 80 de 23 de junho de 2017. Processo nº SEI-20071-001/000010/2020. *Replicado por incorreções no original publicado no D.O. de 28/07/2023.</p></div> <div>Id: 2497582</div>
<div>ADMINISTRAÇÃO VINCULADA</div>
<div>SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA FUNDO ÚNICO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO DIRETORIA DE SEGURIDADE GERÊNCIA DE RELACIONAMENTO COM O SEGURADO COORDENADORIA DE CONFORMIDADE E PADRONIZAÇÃO</div> <div>DESPACHO DO COORDENADOR DE 28/07/2023</div> <div><p>PROCESSO Nº SEI-PD-04/144.201/2021 - De acordo com a documentação apresentada, declaro que conforme a instrução processual, RENATO CESAR TAVARES RANGEL, na qualidade de FILHO INVÁLIDO, <b>NÃO FAZ JUS</b> à concessão do benefício de pensão por morte do ex-segurado MARIA DA CONCEICAO TAVARES BARBOSA, ID Funcional nº 16412-7 da SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO, por ausência de documentação comprobatória da condição de beneficiário.</p><p>Id: 2497523</p></div> <div>SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA FUNDO ÚNICO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO DIRETORIA DE SEGURIDADE GERÊNCIA DE RELACIONAMENTO COM O SEGURADO COORDENADORIA DE CONFORMIDADE E PADRONIZAÇÃO</div> <div>DESPACHO DO COORDENADOR DE 28/07/2023</div> <div><p>PROCESSO Nº SEI-PD-04/146.590/2020 - De acordo com a documentação apresentada, declaro que conforme a instrução processual, FERNANDA DA COSTA FERREIRA OLIVEIRA, na qualidade de COMPANHEIRA, <b>NÃO FAZ JUS</b> à concessão do benefício de pensão por morte do ex-segurado CELSO AZEVEDO MACHADO, ID Funcional nº 540690-0 da SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO, por ausência de documentação comprobatória da condição de beneficiária.</p><p>Id: 2497648</p></div> <div>SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA FUNDO ÚNICO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO DIRETORIA DE SEGURIDADE GERÊNCIA DE RELACIONAMENTO COM O SEGURADO COORDENADORIA DE CONFORMIDADE E PADRONIZAÇÃO</div> <div>DESPACHO DO COORDENADOR DE 28/07/2023</div> <div><p>PROCESSO Nº SEI-PD-04/152.114/2021 - De acordo com a documentação apresentada, declaro que conforme a instrução processual, ILMARA DOS SANTOS CERQUEIRA, na qualidade de CÔNJUGE, <b>NÃO FAZ JUS</b> à concessão do benefício de pensão por morte do ex-segurado IVAN DA SILVA CERQUEIRA, ID Funcional nº 2005012-7 da SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA, por ausência de documentação comprobatória da condição de beneficiária.</p><p>Id: 2497649</p></div> <div>SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA FUNDO ÚNICO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO DIRETORIA DE SEGURIDADE GERÊNCIA DE RELACIONAMENTO COM O SEGURADO COORDENADORIA DE CONFORMIDADE E PADRONIZAÇÃO</div> <div>DESPACHO DO COORDENADOR DE 28/07/2023</div> <div><p>PROCESSO Nº SEI-PD-04/143.350/2021 - De acordo com a documentação apresentada, declaro que conforme a instrução processual, WILSON RIBEIRO DE AVILA, na qualidade de CÔNJUGE, <b>NÃO FAZ JUS</b> à concessão do benefício de pensão por morte do ex-segurado MARIA NEIVA MARTINS DE AVILA, ID Funcional nº 591025-0 da SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO, por ausência de documentação comprobatória da condição de beneficiário.</p><p>Id: 2497650</p></div> <div>SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA FUNDO ÚNICO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO DIRETORIA DE SEGURIDADE GERÊNCIA DE RELACIONAMENTO COM O SEGURADO COORDENADORIA DE CONFORMIDADE E PADRONIZAÇÃO</div> <div>DESPACHO DO COORDENADOR DE 28/07/2023</div> <div><p>PROCESSO Nº SEI-PD-04/143.328/2021 - De acordo com a documentação apresentada, declaro que conforme a instrução processual, ROSANE FERREIRA DA SILVA, na qualidade de FILHA, <b>NÃO FAZ JUS</b> à concessão do benefício de pensão por morte do ex-segurado ANTONIO DA SILVA, ID 4149833-0 da SEPM, uma vez que a requerente tem a idade superior a 24 anos e não é inválida não podendo ser habilitada como beneficiária à pensão por morte como filha conforme o art. 14 da lei 5260 de 2008.</p><p>Id: 2497651</p></div>

<div>SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA FUNDO ÚNICO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO DIRETORIA DE SEGURIDADE GERÊNCIA DE RELACIONAMENTO COM O SEGURADO COORDENADORIA DE CONFORMIDADE E PADRONIZAÇÃO</div> <div>DESPACHO DO COORDENADOR DE 28/07/2023</div> <div><p>PROCESSO Nº SEI-PD-04/142.410/2020 - De acordo com a documentação apresentada, declaro que conforme a instrução processual, MARA CRISTINA BRAGA DA SILVA, na qualidade de COMPANHEIRA, <b>NÃO FAZ JUS</b> à concessão do benefício de pensão por morte do ex-segurado SIDNEY DA SILVA AVELAR, ID Funcional nº 249436-1 da SEPM, por ausência de documentação comprobatória da condição de beneficiária.</p><p>Id: 2497652</p></div> <div>SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA FUNDO ÚNICO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO DIRETORIA DE SEGURIDADE GERÊNCIA DE RELACIONAMENTO COM O SEGURADO COORDENADORIA DE CONFORMIDADE E PADRONIZAÇÃO</div> <div>DESPACHO DO COORDENADOR DE 28/07/2023</div> <div><p>PROCESSO Nº SEI-PD-04/147.61/2021 - De acordo com a documentação apresentada, declaro que conforme a instrução processual, TATIANE LUZIA MACHADO, na qualidade de COMPANHEIRA, <b>NÃO FAZ JUS</b> à concessão do benefício de pensão por morte do ex-segurado MARCUS VINICIUS DE MOURA GUIU, matrícula 01/21834 do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RJ, por ausência de documentação comprobatória da condição de beneficiária.</p><p>Id: 2497723</p></div> <div>SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA FUNDO ÚNICO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO DIRETORIA DE SEGURIDADE GERÊNCIA DE RELACIONAMENTO COM O SEGURADO COORDENADORIA DE CONFORMIDADE E PADRONIZAÇÃO</div> <div>DESPACHO DO COORDENADOR DE 28/07/2023</div> <div><p>PROCESSO Nº SEI-PD-04/143.351/2021 - De acordo com a documentação apresentada, declaro que conforme a instrução processual, ESTER AMARAL DA SILVA, na qualidade de CÔNJUGE, <b>NÃO FAZ JUS</b> à concessão do benefício de pensão por morte do ex-segurado JORGE FORTUNATO DA SILVA, ID Funcional nº 2532727-5 da UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RJ, por ausência de documentação comprobatória da condição de beneficiária.</p><p>Id: 2497647</p></div> <div>SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA FUNDO ÚNICO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO DIRETORIA DE SEGURIDADE GERÊNCIA DE RELACIONAMENTO COM O SEGURADO COORDENADORIA DE CONFORMIDADE E PADRONIZAÇÃO</div> <div>DESPACHO DO COORDENADOR DE 31/07/2023</div> <div><p>PROCESSO Nº SEI-PD-04/154.74/2021 - De acordo com a documentação apresentada, declaro que conforme a instrução processual, MARIA CRISTINA DE MELLO MENDES DO CARMO, na qualidade de CÔNJUGE, <b>NÃO FAZ JUS</b> à concessão do benefício de pensão por morte do ex-segurado EDGARD DO CARMO JUNIOR, ID Funcional nº 2126134-2 do INSTITUTO DE ASSIS. DOS SERVIDORES DO ESTADO RJ, por ausência de documentação comprobatória da condição de beneficiária.</p><p>Id: 2497763</p></div> <div>SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA FUNDO ÚNICO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO DIRETORIA DE SEGURIDADE GERÊNCIA DE RELACIONAMENTO COM O SEGURADO COORDENADORIA DE CONFORMIDADE E PADRONIZAÇÃO</div> <div>DESPACHO DO COORDENADOR DE 28/07/2023</div> <div><p>PROCESSO Nº SEI-PD-04/139.246/2021 - De acordo com a documentação apresentada, declaro que conforme a instrução processual, EVANILDO RIBEIRO DE ANDRADE, na qualidade de COMPANHEIRO, <b>NÃO FAZ JUS</b> à concessão do benefício de pensão por morte do ex-segurado MARCIA CRISTINA DE SOUZA RANGEL, ID Funcional nº 4217451-1 da SECRETARIA ESTADUAL DE SAÚDE, por ausência de documentação comprobatória da condição de beneficiário.</p><p>Id: 2497724</p></div> <div>SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA FUNDO ÚNICO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO DIRETORIA DE SEGURIDADE GERÊNCIA DE RELACIONAMENTO COM O SEGURADO COORDENADORIA DE CONFORMIDADE E PADRONIZAÇÃO</div> <div>DESPACHO DO COORDENADOR DE 31/07/2023</div> <div><p>PROCESSO Nº SEI-PD-04/142.14/2021 - De acordo com a documentação apresentada, declaro que conforme a instrução processual, MARIA FRANCISCA VIEIRA DA SILVA, na qualidade de COMPANHEIRA, <b>NÃO FAZ JUS</b> à concessão do benefício de pensão por morte do ex-segurado SAMUEL ABREU MARQUES, ID Funcional nº 2369481-5 da SEPM, por ausência de documentação comprobatória da condição de beneficiária.</p><p>Id: 2497764</p></div> <div>SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA FUNDO ÚNICO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO DIRETORIA DE SEGURIDADE GERÊNCIA DE RELACIONAMENTO COM O SEGURADO COORDENADORIA DE CONFORMIDADE E PADRONIZAÇÃO</div> <div>DESPACHO DO COORDENADOR DE 18/07/2023</div> <div><p>PROCESSO Nº SEI-PD-04/143.367/2021 - De acordo com a documentação apresentada, declaro que conforme a instrução processual, VANDA MARIA DO NASCIMENTO, na qualidade de COMPANHEIRA, <b>NÃO FAZ JUS</b> à concessão do benefício de pensão por morte do ex-segurado JOEL PINTO DA SILVA, ID Funcional nº 946563-4 da SEPM, por ausência de documentação comprobatória da condição de beneficiária.</p><p>Id: 2497524</p></div> <div>SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA FUNDO ÚNICO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO DIRETORIA DE SEGURIDADE GERÊNCIA DE RELACIONAMENTO COM O SEGURADO COORDENADORIA DE CONFORMIDADE E PADRONIZAÇÃO</div> <div>DESPACHO DO COORDENADOR DE 28/07/2023</div> <div><p>PROCESSO Nº SEI-PD-04/146.472/2021 - De acordo com a documentação apresentada, declaro que conforme a instrução processual,</p></div>
---

<div>GELSO IGNACIO DE AMORIM, na qualidade de COMPANHEIRO, <b>NÃO FAZ JUS</b> à concessão do benefício de pensão por morte do ex-segurado JUCARA FERREIRA CABRAL, ID Funcional nº 4179879-1 da SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO, por ausência de documentação comprobatória da condição de beneficiário.</div> <div>Id: 2497525</div>		
<div>SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA FUNDO ÚNICO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO DIRETORIA DE SEGURIDADE GERÊNCIA DE RELACIONAMENTO COM O SEGURADO COORDENADORIA DE CONFORMIDADE E PADRONIZAÇÃO</div> <div>DESPACHOS DO COORDENADOR DE 31/07/2023</div> <div><p>PROCESSO Nº SEI-PD-04/143.315/2020 - De acordo com a documentação apresentada, declaro que conforme a instrução processual, PIETRO CASTRO FERNANDES, na qualidade de MENOR SOB GUARDA, <b>NÃO FAZ JUS</b> à concessão do benefício de pensão por morte do ex-segurado JULIO CESAR DA SILVA DE SOUZA, ID Funcional nº 2422022-1 da SEPM, por ausência de documentação comprobatória da condição de beneficiário</p><p>Id: 2497765</p></div> <div>SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA FUNDO ÚNICO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO DIRETORIA DE SEGURIDADE GERÊNCIA DE RELACIONAMENTO COM O SEGURADO COORDENADORIA DE CONFORMIDADE E PADRONIZAÇÃO</div> <div>DESPACHO DO COORDENADOR DE 31/07/2023</div> <div><p>PROCESSO Nº SEI-PD-04/143.238/2021 - De acordo com a documentação apresentada, declaro que conforme a instrução processual, WASHINGTON LUIZ DE MATOS CEZARIO, na qualidade de FILHO INVÁLIDO, <b>NÃO FAZ JUS</b> à concessão do benefício de pensão por morte do ex-segurado MARIA DO CARMO DE MATOS CEZARIO, ID Funcional nº 2114093-6 do IASERJ, por ausência de documentação comprobatória da condição de beneficiário.</p><p>Id: 2497766</p></div> <div>SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA FUNDO ÚNICO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO DIRETORIA DE SEGURIDADE GERÊNCIA DE RELACIONAMENTO COM O SEGURADO COORDENADORIA DE CONFORMIDADE E PADRONIZAÇÃO</div> <div>DESPACHO DO COORDENADOR DE 28/07/2023</div> <div><p>PROCESSO Nº SEI PD-04/146.453/2021 - De acordo com a documentação apresentada, declaro que conforme a instrução processual, LAUZILIO DE OLIVEIRA, na qualidade de FILHO INVÁLIDO, <b>NÃO FAZ JUS</b> à concessão do benefício de pensão por morte do ex-segurado OSVALDO ANTONIO DA SILVA, ID Funcional nº 209674-9 da SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO, por ausência de documentação comprobatória da condição de beneficiária.</p><p>Id: 2497526</p></div> <div>SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA FUNDO ÚNICO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO DIRETORIA DE SEGURIDADE GERÊNCIA DE RELACIONAMENTO COM O SEGURADO COORDENADORIA DE CONFORMIDADE E PADRONIZAÇÃO</div> <div>DESPACHO DO COORDENADOR DE 31/07/2023</div> <div><p>PROCESSO Nº SEI-PD-04/135.758/2020 - De acordo com a documentação apresentada, declaro que conforme a instrução processual, ILAUSILIO DE OLIVEIRA, na qualidade de FILHO INVÁLIDO, <b>NÃO FAZ JUS</b> à concessão do benefício de pensão por morte do ex-segurado MILTON DE OLIVEIRA, ID Funcional nº 626964-8 da SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA CIVIL, uma vez que o parecer da perícia médica do Estado (SUPCPMSO) foi negativo quanto a sua habilitação a pensão por morte na qualidade de filho inválido.</p><p>Id: 2497767</p></div> <tr><td><div>Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços</div></td></tr> <tr><td><div>SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS COMISSÃO PERMANENTE DE POLÍTICAS PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO</div><div>ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2023</div><div><p>Aos dezessete de julho de dois mil e vinte e três, às 10 horas - (Processo nº SEI-220012/000635/2023, realizou-se a 7ª Reunião Ordinária da Comissão Permanente de Políticas para o Desenvolvimento Econômico do Estado do Rio de Janeiro (CPPDE). Participaram da reunião, como convidados, o Sr. Alexandre Jorge Esteves, Diretor de Incentivos Fiscais da Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro (CODIN), o Sr. Victor Hugo Mello Lavinias, Superintendente de Concessão e Análise de Incentivos Fiscais da CODIN, a Sra. Priscila Haidar Sakalem, Assessora-Chefe na Governadoria do Estado do Rio de Janeiro, a Sra. Thayane Ataíde Ferraz Sarges, Assessora da Chefia de Gabinete da Secretaria de Estado de Fazenda (SEFAZ), a Sra. Adriane Abreu de Sousa, integrantes da Secretaria Executiva da CPPDE, o Sr. Robson José Storani, Assessor da Subsecretaria Executiva da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços (SEDEICS) e o Sr. Paulo Victor Rabello Gonçalves, Agente de Desenvolvimento da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços (SEDEICS).</p><p><b>MESA DOS TRABALHOS:</b> A mesa foi composta pela Sra. Fernanda Pereira Curdi, representando o Secretário de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços, na qualidade de Presidente da Comissão, pelo Sr. Rubens Antônio Albuquerque Júnior, representando o Secretário de Estado da Casa Civil (SECC), e pelo Sr. Thompson Lemos da Silva Neto, representando o Secretário de Estado de Fazenda (SEFAZ)</p><p><b>QUÓRUM DE INSTALAÇÃO:</b> apresentado o quórum nos termos do art. 6º, do Decreto nº 47.618/21, que institui o Regimento Interno da CPPDE.</p><p><b>QUESTÃO DE ORDEM:</b> Solicitação de enquadramento no Tratamento Tributário Especial (TTE) de ICMS/RJ: 1. HEXAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS PERFUMARIA LTDA. SEI-220010/000489/2022. Lei nº 9.025/2020; 2. ITAFER COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA. SEI-220010/000050/2023. Lei nº 6.979/2015; 3. AMIGOLD IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE ARTIGOS PARA PRESENTES LTDA. SEI-220010/000031/2023. Lei nº 9.025/2020; 4. MIS-</p></div></td></tr>	<div>Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços</div>	<div>SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS COMISSÃO PERMANENTE DE POLÍTICAS PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO</div> <div>ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2023</div> <div><p>Aos dezessete de julho de dois mil e vinte e três, às 10 horas - (Processo nº SEI-220012/000635/2023, realizou-se a 7ª Reunião Ordinária da Comissão Permanente de Políticas para o Desenvolvimento Econômico do Estado do Rio de Janeiro (CPPDE). Participaram da reunião, como convidados, o Sr. Alexandre Jorge Esteves, Diretor de Incentivos Fiscais da Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro (CODIN), o Sr. Victor Hugo Mello Lavinias, Superintendente de Concessão e Análise de Incentivos Fiscais da CODIN, a Sra. Priscila Haidar Sakalem, Assessora-Chefe na Governadoria do Estado do Rio de Janeiro, a Sra. Thayane Ataíde Ferraz Sarges, Assessora da Chefia de Gabinete da Secretaria de Estado de Fazenda (SEFAZ), a Sra. Adriane Abreu de Sousa, integrantes da Secretaria Executiva da CPPDE, o Sr. Robson José Storani, Assessor da Subsecretaria Executiva da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços (SEDEICS) e o Sr. Paulo Victor Rabello Gonçalves, Agente de Desenvolvimento da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços (SEDEICS).</p><p><b>MESA DOS TRABALHOS:</b> A mesa foi composta pela Sra. Fernanda Pereira Curdi, representando o Secretário de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços, na qualidade de Presidente da Comissão, pelo Sr. Rubens Antônio Albuquerque Júnior, representando o Secretário de Estado da Casa Civil (SECC), e pelo Sr. Thompson Lemos da Silva Neto, representando o Secretário de Estado de Fazenda (SEFAZ)</p><p><b>QUÓRUM DE INSTALAÇÃO:</b> apresentado o quórum nos termos do art. 6º, do Decreto nº 47.618/21, que institui o Regimento Interno da CPPDE.</p><p><b>QUESTÃO DE ORDEM:</b> Solicitação de enquadramento no Tratamento Tributário Especial (TTE) de ICMS/RJ: 1. HEXAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS PERFUMARIA LTDA. SEI-220010/000489/2022. Lei nº 9.025/2020; 2. ITAFER COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA. SEI-220010/000050/2023. Lei nº 6.979/2015; 3. AMIGOLD IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE ARTIGOS PARA PRESENTES LTDA. SEI-220010/000031/2023. Lei nº 9.025/2020; 4. MIS-</p></div>
<div>Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços</div>		
<div>SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS COMISSÃO PERMANENTE DE POLÍTICAS PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO</div> <div>ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2023</div> <div><p>Aos dezessete de julho de dois mil e vinte e três, às 10 horas - (Processo nº SEI-220012/000635/2023, realizou-se a 7ª Reunião Ordinária da Comissão Permanente de Políticas para o Desenvolvimento Econômico do Estado do Rio de Janeiro (CPPDE). Participaram da reunião, como convidados, o Sr. Alexandre Jorge Esteves, Diretor de Incentivos Fiscais da Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro (CODIN), o Sr. Victor Hugo Mello Lavinias, Superintendente de Concessão e Análise de Incentivos Fiscais da CODIN, a Sra. Priscila Haidar Sakalem, Assessora-Chefe na Governadoria do Estado do Rio de Janeiro, a Sra. Thayane Ataíde Ferraz Sarges, Assessora da Chefia de Gabinete da Secretaria de Estado de Fazenda (SEFAZ), a Sra. Adriane Abreu de Sousa, integrantes da Secretaria Executiva da CPPDE, o Sr. Robson José Storani, Assessor da Subsecretaria Executiva da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços (SEDEICS) e o Sr. Paulo Victor Rabello Gonçalves, Agente de Desenvolvimento da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços (SEDEICS).</p><p><b>MESA DOS TRABALHOS:</b> A mesa foi composta pela Sra. Fernanda Pereira Curdi, representando o Secretário de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços, na qualidade de Presidente da Comissão, pelo Sr. Rubens Antônio Albuquerque Júnior, representando o Secretário de Estado da Casa Civil (SECC), e pelo Sr. Thompson Lemos da Silva Neto, representando o Secretário de Estado de Fazenda (SEFAZ)</p><p><b>QUÓRUM DE INSTALAÇÃO:</b> apresentado o quórum nos termos do art. 6º, do Decreto nº 47.618/21, que institui o Regimento Interno da CPPDE.</p><p><b>QUESTÃO DE ORDEM:</b> Solicitação de enquadramento no Tratamento Tributário Especial (TTE) de ICMS/RJ: 1. HEXAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS PERFUMARIA LTDA. SEI-220010/000489/2022. Lei nº 9.025/2020; 2. ITAFER COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA. SEI-220010/000050/2023. Lei nº 6.979/2015; 3. AMIGOLD IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE ARTIGOS PARA PRESENTES LTDA. SEI-220010/000031/2023. Lei nº 9.025/2020; 4. MIS-</p></div>		



TUREX COMÉRCIO ATACADISTA DE ALIMENTOS LTDA. SEI-220010/000103/2023. Lei nº 6.979/2015; **5. CTA DISTRIBUIDORA LTDA.** SEI-220010/000104/2023. Lei nº 9.025/2020; **6. ENFRAIM PHARMA MEDICAMENTOS E MATERIAIS HOSPITALARES LTDA.** SEI-220010/000072/2023. Decreto nº 36.450/2004; **7. COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENSE LTDA.** SEI-220010/000130/2023. Decreto nº 36.450/2004; **8. VIKS IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA.** SEI-220010/000526/2022. Lei nº 9.025/2020; **9. COSTA MARINE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA.** E-11/003/4/14. Decreto nº 43.771/12; **10. DISTRIBUIDORA DISPAT LTDA.** SEI-220010/000443/2021 e E-22/010/139/2019. Lei nº 9.025/2020; **11. ALF NETO DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS E PRODUTOS ALIMENTÍCIOS UNIPESSOAL LTDA.** SEI-220010/000205/2022. Lei nº 9.025/2020; **12. LINCE ATACADISTA LTDA.** SEI-220010/000028/2023. Lei nº 9.025/2020; **13. OPORTUNE COMERCIAL LTDA.** SEI-220010/000198/2023. Lei nº 6.979/2015; **14. ALT INDÚSTRIA E SERVIÇOS LTDA.** SEI-220010/000491/2021. Lei nº 6.979/2015; **15. CONFIANÇA LATÍCIÑOS COMÉRCIO ATACADISTA EIRELI.** SEI-220010/000376/2021. Lei nº 9.025/2020; **16. VITRINE DIRETA EIRELI.** SEI-220010/000257/2021. Decreto nº 36.449/2004. **17. LUCK DISTRIBUIDORA LTDA.** SEI-220010/000309/2022. Lei nº 9.025/2020; **18. ONCO PROD DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES E ONCOLÓGICOS LTDA.** SEI-220010/000366/2022. Decreto nº 36.450/2004; **19. EKO PLASTO RECICLAGEM LTDA.** SEI-220010/000381/2021. Lei nº 4.178/2003; **20. CONTEN SOLUÇÕES EM AÇO LTDA.** SEI-220010/000518/2022. Lei nº 6.979/2015; **21. CPX DISTRIBUIDORA S.A.** SEI-220010/000370/2022. Decreto nº 36.499/2004; **22. DISTRIMIL DISTRIBUIDORA LTDA.** SEI-220010/000592/2022.. Lei nº 9.025/2020; **23. CLEAN-MIX PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA LTDA.** SEI-220010/000273/2021. Lei nº 9.025/2020; **24. GLASSTEMPER GTSUL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE VIDROS EIRELI.** SEI-220010/000190/2022. Lei nº 6.979/2015; **25. SLR FRIBURGO COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA.** SEI-220010/000104/2022. Lei nº Lei nº 9.025/2020; **26. DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS SANTA CRUZ LTDA.** SEI-220010/000440/2022. Decreto nº 36.450/2004; **27. HIPER MAX COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA.** SEI-220010/000515/2022. Lei nº 9.025/2020; **28. NOBREZA ATACADISTA LTDA.** SEI-220010/000228/2022. Lei nº 9.025/2020; **29. PARACAMBI INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PERFILADOS LTDA.** SEI-220010/000280/2021. Lei 6.979/2015.

Aberta a reunião, a Sra. Fernanda Pereira Curdi, representando o Presidente da CPPDE, atendendo a disposição no inciso I, do art. 17 do regimento interno da CPPDE (Decreto nº. 47.618/2021), questionou aos demais membros da Comissão, se concordam em manter a sugestão acolhida, por unanimidade, na 5ª e na 6ª Reuniões Ordinárias da CPPDE, realizada em 18 de maio de 2023 e em 19 de junho de 2023, respectivamente, de retirar de pauta os pleitos de enquadramento na Lei nº 6.979/2015, que envolvem os municípios entrantes, considerando que o projeto de lei visando sanar por completo todos os vícios formais decorrentes da inclusão dos municípios entrantes na Lei nº 6.979/2015, estar em vias de ser submetido à apreciação da ALERJ, que se constitui nos procedimentos finais para a produção de efeitos da extensão do incentivo tributário pretendido. Ratificou que a proposta é de realizar reunião específica para tratar da matéria e informou que existe um passivo de aproximadamente 50 processos nesse contexto. Os demais membros da Comissão concordaram por manter a decisão de retirar de pauta os pleitos de enquadramento na Lei nº 6.979/2015, que envolvem os municípios entrantes. Em seguida, a Sra. Fernanda Pereira Curdi, informou a recepção de ofício da SEFAZ, dirigido ao Presidente da CPPDE, solicitando, como extrapauta, a reapresentação do pleito de enquadramento da empresa Geração Z Distribuidora de Material Elétrico Ltda., inscrita no CNPJ nº 37.254.303/0001-40, visando rever a decisão da 6ª Reunião Ordinária de 2023, em decorrência de fatos constatados que podem representar a existência de interdependência dos sócios. A solicitação foi acolhida pelos membros da CPPDE e a matéria será apresentada após os assuntos pautados. Por fim, a Sra. Fernanda Pereira Curdi, passou a palavra ao Sr. Alexandre Jorge Esteves, Diretor de Incentivos Fiscais da CODIN, que informou que a adequação da metodologia de avaliação dos pleitos apresentados por empresas de comércio exterior, está na fase final. Informou, ainda, que estão desenvolvendo uma metodologia para as empresas requerentes do incentivo instituído pela Lei nº 8.960/2020 - setor metalmeccânico. Em seguida, iniciou com a apresentação dos assuntos pautados.

**1. Solicitação de enquadramento no TTE de ICMS/RJ previsto na Lei nº 9.025/2020. HEXAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS PERFUMARIA LTDA., inscrita no CNPJ nº 09.179.079/0001-34, PROCESSO: SEI-220010/000489/2022.** A empresa atua no ramo de distribuição de medicamentos, higiene pessoal, cosméticos, perfumaria e correlatos, constituída em 2007, localizada no município do Rio de Janeiro. O projeto apresentado objetiva a manutenção e o desenvolvimento das atividades operacionais de distribuição de produtos de higiene pessoal, cosméticos e perfumaria, permitindo que a empresa obtenha competitividade frente aos seus concorrentes. Quanto ao impacto econômico, o projeto prevê investimentos da ordem de R\$580 mil. O estudo mercadológico aponta que quanto à quantidade de empresas que atuam no setor, no estado do Rio de Janeiro, existem 60 (sessenta) sociedades empresariais, com o mesmo CNAE principal (46.46-0-01), sendo apenas 03 (três) situadas no Município de Duque de Caxias que possuem tratamento tributário especial (TTE). Além disso, o estudo mercadológico destaca, no cenário macroeconômico, que a atividade de comércio atacadista de cosméticos e produtos de perfumaria vem crescendo ao longo dos anos no Brasil e no estado do Rio de Janeiro, existindo lacuna para o crescimento do segmento no espaço geográfico em que se situa a requerente, e conclui que não há concorrência predatória. Quanto ao impacto social decorrente da concessão do incentivo, o projeto prevê a geração total de 25 (vinte e cinco) postos de trabalho no período de 5 (cinco) anos. A CODIN, informou que o projeto não atende o requisito legal, referente à área de armazenagem, conforme disposto no inciso I do artigo 8º da Lei nº 9.025/2020, e, diante dessa situação, opinou pelo indeferimento do pleito. A SEFAZ informou que a empresa se encontra com a situação fiscal e cadastral regular, entretanto, considerando a manifestação da CODIN, que a empresa não cumpre requisito legal exigido por lei, se manifestou desfavorável ao pleito. Com base nas informações prestadas pela CODIN, a Sra. Fernanda Pereira Curdi e o Sr. Rubens Antônio Albuquerque Júnior opinaram pelo indeferimento do pleito. **DECISÃO:** Os membros da CPPDE decidiram, por unanimidade, **indeferir** o pleito da empresa **HEXAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS PERFUMARIA LTDA.,** inscrita no CNPJ nº **09.179.079/0001-34,** tendo em vista o não atendimento de requisito legal da área de armazenagem e estocagem de produtos mínima de 1.000m², determinado no inciso I do art. 8º da Lei nº 9.025/2020. Decidiram, ainda, que na hipótese de a empresa estar utilizando tacitamente o incentivo fiscal condicionado, fica desde já desenhadrada, na forma do art. 12 do Decreto nº 47.201/2020, remetendo-se os autos à SEFAZ para prosseguimento.

**2. Solicitação de enquadramento no TTE de ICMS/RJ previsto na Lei nº 6.979/2015. ITAFER COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA., inscrita no CNPJ nº 46.202.435/0001-10, PROCESSO: SEI-220010/000050/2023. DECISÃO:** Processo retirado de pauta, conforme decisão dos membros da CPPDE, aduzido no início da Ata.

**3. Solicitação de enquadramento no TTE de ICMS/RJ previsto na Lei nº 9.025/2020. AMIGOLD IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE ARTIGOS PARA PRESENTES LTDA., inscrita no CNPJ nº 10.765.131/0001-13, PROCESSO: SEI-220010/000031/2023.** A empresa atua no comércio de exterior atacadista que realiza importação por conta própria, por conta e ordem ou por encomenda, está no mercado há mais de 10 anos recebendo mercadoria importada e vendendo para todo território nacional, atuando no Comércio Atacadista de Tecidos, Artefatos de Tecidos e de Armarinho, constituída em 2009, localizada no município de Duque de Caxias. O projeto da requerente objetiva o enquadramento da empresa no regime tributário instituído pela Lei nº 9.025/2020, visando a redução da carga tributária, que

propiciará novos investimentos, contribuindo com o desenvolvimento regional e aumentando a credibilidade da requerente. Quanto ao impacto econômico decorrente da concessão do incentivo, o projeto prevê a realização de investimentos da ordem de R\$5 mil. O estudo mercadológico aponta que quanto à quantidade de empresas que atuam no setor, no estado do Rio de Janeiro, existem 109 (cento e nove) sociedades empresárias, com o mesmo CNAE principal (46.41-9-03), sendo que apenas 01 (uma) possui tratamento tributário especial (TTE). Além disso, o estudo mercadológico destaca, no cenário macroeconômico, que a atividade de comércio atacadista de artigos de armarinho vem crescendo ao longo dos anos no Brasil e no estado do Rio de Janeiro, existindo lacuna para o crescimento do segmento no espaço geográfico em que se situa a requerente, e conclui que não há concorrência predatória. Quanto ao impacto social decorrente da concessão do incentivo, prevê no projeto a geração de 129 (cento e vinte e nove) postos de trabalho, no período de 05 (cinco) anos. A CODIN informou que a requerente apresentou toda a documentação cadastral e fiscal, e entendeu que o projeto se mostra interessante ao desenvolvimento econômico e social do Estado e se manifestou pelo deferimento do pleito, ressaltando que como a empresa se encontra em operação, a concessão do incentivo não implicará renúncia de receita, visto que o inciso I, do artigo 7º da Lei nº 9.025/2020, assegura o recolhimento mensal mínimo do ICMS. A SEFAZ informou que a empresa se encontra com a situação fiscal e cadastral regular e se manifestou favorável ao pleito. A Sra. Fernanda Pereira Curdi, subsidiada pelas manifestações da CODIN e da SEFAZ, se manifestou favorável ao pleito da empresa. O Sr. Rubens Antônio Albuquerque Júnior, acompanhou a opinião da Sra. Fernanda Curdi. **DECISÃO:** Os membros da CPPDE decidiram, por unanimidade, **deferir** o pleito de enquadramento da **AMIGOLD IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE ARTIGOS PARA PRESENTES LTDA.,** inscrita no CNPJ nº **10.765.131/0001-13,** no regime tributário especial instituído pela Lei nº 9.025/2020.

**4. Solicitação de enquadramento no TTE de ICMS/RJ previsto na Lei nº 6.979/2015. MISTUREX COMÉRCIO ATACADISTA DE ALIMENTOS LTDA., inscrita no CNPJ nº 19.544.426/0003-04. PROCESSO: SEI-220010/000103/2023. DECISÃO:** Processo retirado de pauta, conforme decisão dos membros da CPPDE, aduzido no início da Ata.

**5. Solicitação de enquadramento no TTE de ICMS/RJ previsto na Lei nº 9.025/2020. CTA DISTRIBUIDORA LTDA., inscrita no CNPJ nº 46.453.483/0001-80. PROCESSO: SEI-220010/000104/2023.** A requerente é uma empresa de comércio atacadista de materiais de construção em geral, constituída em 2022, localizada no município de Belford Roxo. O projeto apresentado objetiva a expansão dos negócios prevista para os próximos anos, aumentando assim a sua capacidade instalada e consequentemente gerando postos de emprego e arrecadação para o estado do Rio de Janeiro. Quanto ao impacto econômico decorrente da concessão do incentivo, o projeto prevê a realização de investimentos da ordem de R\$3,6 milhões. O estudo mercadológico aponta que quanto à quantidade de empresas que atuam no setor, no estado do Rio de Janeiro, existem 35 (trinta e cinco) sociedades empresárias, com o mesmo CNAE principal (46.79-6-99), sendo que nenhuma possui tratamento tributário especial (TTE). Além disso, o estudo mercadológico destaca, no cenário macroeconômico, que a atividade de comércio atacadista de materiais de construção em geral vem crescendo ao longo dos anos no Brasil e no estado do Rio de Janeiro, existindo lacuna para o crescimento do segmento no espaço geográfico em que se situa a requerente, e conclui que não há concorrência predatória. Quanto ao impacto social decorrente da concessão do incentivo, o projeto prevê a geração de 110 (cento e dez) postos de trabalho, no período de 05 (cinco) anos. A CODIN informou que a requerente apresentou toda a documentação cadastral e fiscal, e entendeu que o projeto se mostra interessante ao desenvolvimento econômico e social do Estado e se manifestou pelo deferimento do pleito. A SEFAZ informou que a empresa se encontra com a situação fiscal e cadastral regular. Entretanto, solicitou baixar em diligência o processo para verificação de possível interdependência dos sócios do mesmo grupo econômico da requerente, conforme disposto no § 2º do art. 1º da Lei nº 8.445/2019. A Sra. Fernanda Pereira Curdi, concordou com a solicitação da SEFAZ, e se manifestou favorável em baixar em diligência o processo. O Sr. Rubens Antônio Albuquerque Júnior, acompanhou a opinião da Sra. Fernanda Curdi. **DECISÃO:** Os membros da CPPDE decidiram, por unanimidade, **baixar diligência, por até 90 dias a contar da publicação desta Ata,** o pleito de enquadramento da **CTA DISTRIBUIDORA LTDA.,** inscrita no CNPJ nº **46.453.483/0001-80,** para que a SEFAZ realize a verificação da existência de interdependência com outras unidades do mesmo grupo societário.

**6. Solicitação de enquadramento no TTE de ICMS/RJ previsto no Decreto nº 36.450/2004. EFFRAIM PHARMA MEDICAMENTOS E MATERIAIS HOSPITALARES LTDA., inscrita no CNPJ nº 12.348.346/0001-64. PROCESSO: SEI-220010/000072/2023.** A solicitante atua no comércio atacadista de medicamentos e drogas de uso humano, constituída em 2010, localizada no município de Duque de Caxias. O projeto apresentado objetiva a ampliação e o desenvolvimento das atividades operacionais de distribuição de medicamentos, permitindo que a empresa obtenha competitividade no mercado nacional frente aos seus concorrentes. O projeto prevê investimento da ordem de R\$608 mil. O estudo mercadológico aponta que atualmente no estado do Rio de Janeiro, existem 748 (setecentos e quarenta e oito) sociedades empresárias como mesmo CNAE principal (46.44-3-01), sendo que quarenta e nove (49) contam com tratamento tributário especial (TTE). Além disso, no cenário macroeconômico, apresenta que a atividade de comércio atacadista de medicamentos e drogas de uso humano, vem crescendo ao longo dos anos no Brasil e no estado do Rio de Janeiro e conclui que não há concorrência predatória. Quanto ao impacto social, o projeto prevê a geração de 62 (sessenta e dois) postos de trabalho no final de 5 (cinco) anos. A CODIN informou que a requerente apresentou toda a documentação cadastral e ambiental exigida em lei e com base no Relatório Circunstanciado, no Estudo Mercadológico e na Nota Metodológica, entendeu que o presente pleito se mostra interessante ao desenvolvimento econômico do Estado e se manifestou pelo deferimento do pleito. A SEFAZ informou que a empresa se encontra com a situação fiscal e cadastral regular e se manifestou favorável ao pleito. A Sra. Fernanda Pereira Curdi, subsidiada pelas manifestações da CODIN e da SEFAZ, se manifestou favorável ao pleito da empresa. O Sr. Rubens Antônio Albuquerque Júnior, acompanhou as manifestações da CODIN, SEFAZ e SEDEICS. **DECISÃO:** Os membros da CPPDE decidiram, por unanimidade, **deferir** o pleito de enquadramento da **EFFRAIM PHARMA MEDICAMENTOS E MATERIAIS HOSPITALARES LTDA.,** inscrita no CNPJ nº **12.348.346/0001-64,** no regime tributário especial instituído pelo Decreto nº 36.450/2004.

**7. Solicitação de enquadramento no TTE de ICMS/RJ previsto no Decreto nº 36.450/2004. COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA., inscrita no CNPJ nº 67.729.178/0007-34. PROCESSO: SEI-220010/000130/2023.** A solicitante atua no comércio atacadista de medicamentos e produtos para a saúde, representante de grandes laboratórios, constituída em 2022, localizada no município de Itaitiaia. O projeto apresentado objetiva a ampliação e o desenvolvimento das atividades operacionais de distribuição de medicamentos, permitindo que a empresa obtenha competitividade no mercado nacional frente aos seus concorrentes. O projeto prevê investimento da ordem de R\$1,95 milhão. O estudo mercadológico aponta que, atualmente, no estado do Rio de Janeiro, existem 748 (setecentos e quarenta e oito) sociedades empresárias como mesmo CNAE principal (46.44-3-01), sendo que 49 (quarenta e nove) contam com tratamento tributário especial (TTE). Além disso, apresenta no cenário macroeconômico, que a atividade de comércio atacadista de medicamentos e drogas de uso humano, vem crescendo ao longo dos anos no Brasil e no estado do Rio de Janeiro e conclui que não há concorrência predatória. Quanto ao impacto social, o projeto prevê a geração de 14 (quatorze) postos de trabalho no final de 5 (cinco) anos. A CODIN informou que a requerente apresentou toda a documentação cadastral e ambiental exi-

gida em lei e com base no Relatório Circunstanciado, no Estudo Mercadológico e na Nota Metodológica, entendeu que o presente pleito se mostra interessante ao desenvolvimento econômico do Estado e opinou pelo deferimento do pleito. A SEFAZ informou que a empresa se encontra com a situação fiscal e cadastral regular e se manifestou favorável ao pleito. A Sra. Fernanda Pereira Curdi, subsidiada pelas manifestações da CODIN e da SEFAZ, opinou favorável ao pleito da empresa. O Sr. Rubens Antônio Albuquerque Júnior, acompanhou as opiniões da CODIN, SEFAZ e SEDEICS. **DECISÃO:** Os membros da CPPDE decidiram, por unanimidade, **deferir** o pleito de enquadramento da **COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA.,** inscrita no CNPJ nº **67.729.178/0007-34,** no regime tributário especial instituído pelo Decreto nº 36.450/2004.

**8. Solicitação de enquadramento no TTE de ICMS/RJ previsto na Lei nº 9.025/2020. VIKS IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA., inscrita no CNPJ nº 21.648.666/0001-20. PROCESSO: SEI-220010/000526/2022.** A solicitante é uma empresa de comércio atacadista de mercadorias em geral, sem predominância de alimentos ou de insumos agropecuários, localizada no município de Teresópolis, constituída em 2014. O projeto apresentado objetiva a redução da carga tributária, possibilitando a competitividade frente aos seus concorrentes, ampliando seus segmentos atendidos. Quanto ao impacto econômico decorrente da concessão do incentivo, o projeto prevê investimento da ordem de R\$ 1,15 milhão. O estudo mercadológico aponta que, atualmente, no estado do Rio de Janeiro, existem 396 (trezentos e noventa e seis) sociedades empresárias com o mesmo CNAE principal (46.93.1-00), sendo que 09 (nove) possuem tratamento tributário especial (TTE). Além disso, o estudo mercadológico destaca, no cenário macroeconômico, que a atividade de Comércio Atacadista de Mercadorias em Geral, sem Predominância de Alimentos ou de Insumos Agropecuários, vem crescendo ao longo dos anos no Brasil e no estado do Rio de Janeiro e conclui que não há concorrência predatória. Quanto ao impacto social decorrente da concessão do incentivo, a requerente informou que estima contratar 38 (trinta e oito) empregados durante o período de 5 (cinco) anos. A CODIN informou, que a requerente apresentou toda a documentação cadastral e ambiental exigida em lei e com base no Relatório Circunstanciado, no Estudo Mercadológico e na Nota Técnica, entendeu que o pleito se mostra interessante ao desenvolvimento econômico do Estado e opinou pelo seu deferimento, ressaltando que como a empresa se encontra em operação, a concessão do incentivo não implicará renúncia de receita, visto que o inciso I, do artigo 7º da Lei nº 9.025/2020, assegura o recolhimento mensal mínimo do ICMS. A SEFAZ informou que a empresa se encontra com a situação fiscal e cadastral regular e se manifestou favorável ao pleito. A Sra. Fernanda Pereira Curdi, com base nas informações prestadas, se manifestou pelo deferimento do pleito. O Sr. Rubens Antônio Albuquerque Júnior, acompanhou a SEFAZ e a SEDEICS, opinando pelo deferimento do pleito. **DECISÃO:** Os membros da CPPDE decidiram, por unanimidade, **deferir** o pleito de enquadramento da **VIKS IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA.,** inscrita no CNPJ nº **21.648.666/0001-20,** no regime tributário especial instituído pela Lei nº 9.025/2020.

**9. Solicitação de enquadramento no TTE de ICMS/RJ previsto no Decreto nº 43.771/12. COSTA MARINE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA., inscrita no CNPJ nº 08.369.458/0002-05. PROCESSO: e-11/003/4/14 -COSTA MARINE.** Fundada em 2006, é uma empresa que possui como principal atividade econômica a produção e comercialização de peixes (atum/sardinha) enlatados. Cabendo registrar que também produz dos compar-timentos em que serão alocados e comercializados tais produtos, sendo certo que seu processo produtivo vai desde a recepção, seleção e classificação do pescado, realização de limpeza, evisceração, filetagem e acondicionamento até o enlatamento e comercialização. No amparo do Decreto nº 43.771/2012, que institui o Tratamento Tributário Especial Para Empresas Produtoras de Pescado Processado, a empresa firmou Termo de Acordo com o estado do Rio de Janeiro, ao final de 2015, de modo a efetivar o direito de fruir o tratamento tributário do referido decreto, que concede redução da base de cálculo de ICMS nas saídas internas e interestaduais, diferimento do ICMS incidente na importação e aquisição interna e interestadual de ativos, na importação de matérias-primas destinadas ao seu processamento industrial e na aquisição interna de matérias-primas, materiais de embalagem e outros insumos destinados ao seu processamento industrial. Dentre as condições previstas no Termo de Acordo está a obrigação de manter 355(trezentos e cinquenta e cinco) empregos da planta industrial e gerar, no mínimo, 88 (oitenta e oito) postos de trabalho em até 03(três) anos. A empresa, diante dos incentivos concedidos, das obrigações assumidas, da crise econômica com implicações diretas e significativas no consumo, solicita a extensão do incentivo de modo a alcançar a importação do tempo easy-open no diferimento de ICMS, visto que compõe a caracterização final dos produtos e conforme informado pela requerente, tal componente não se encontra disponível para aquisição de fabricantes nacionais, o que implica a importação do mesmo para fins de atendimento de exigência de mercado, bem como dos órgãos regulatórios do seguimento. Solicita, também, a alteração da meta de empregos de modo que passe a constar a obrigação de manutenção dos 241(duzentos e quarenta e um) postos de trabalho existentes à época do pedido de revisão. Nesse quesito a CODIN salientou que o estado do Rio de Janeiro vem, ao longo dos anos, sofrendo com diversas crises econômicas trazendo dificuldades para o setor industrial manter sua produção e, por consequência, os seus postos de trabalho, enfatizando, com base nas informações apresentadas pela empresa que o setor industrial, em especial o de pescado, vem sofrendo retração, haja vista a escassez de matéria prima, implicando a realização de importação de pescados já limpos e cortados e consequentemente a redução do quadro. Ao final a CODIN opinou pelo deferimento dos pleitos da requerente, ressaltando que a revisão de tais pontos possuem o condão de permitir que a empresa continue a exercer sua atividade em solo fluminense, preservando os postos de trabalho existentes e a arrecadação para o Estado que, segundo informações da requerente, vem apresentando significativos incrementos. Diante do exposto e com base nas disposições contidas no Decreto nº 47.201/2020 e no Decreto nº 47.618/2021, os membros da CPDDE reconheceram que as matérias apresentadas não são de competência da Comissão. Entretanto, para que seja dado prosseguimento aos pleitos, os membros determinaram: (i) com relação ao tempo easy-open, instruir o processo com parecer da Procuradoria-Geral do Estado acerca de matéria semelhante, e distribui-la às Assessorias Jurídicas das respectivas pastas, Casa Civil, Fazenda e Desenvolvimento Econômico, para apreciação e manifestação, de modo a esclarecer se o tempo easy-open se configura como matéria-prima destinada ao processo produtivo, e (ii) acerca da alteração da meta de empregos, encaminhar à Secretaria de Estado de Fazenda, a quem cabe a competência da matéria, para adoção das medidas pertinentes.

**10. Solicitação de enquadramento no TTE de ICMS/RJ previsto na Lei nº 9.025/2020. DISTRIBUIDORA DISPAT LTDA., inscrita no CNPJ nº 34.239.308/0001-06. PROCESSO: SEI-220010/000443/2021 e E-22/010/139/2019.** A solicitante é uma empresa atuante no setor de distribuição de produtos de materiais, ferramentas e ferragens, constituída em 2019, localizada no município de São João de Meriti. O projeto objetiva a redução da carga tributária, possibilitando a competitividade frente aos seus concorrentes. Quanto ao impacto econômico decorrente da concessão do incentivo, a solicitante não apresentou em seu projeto, valores a título de investimento, ressaltando que a Lei nº 9.025/2020, não impõe tal obrigação como pré-requisito. O estudo mercadológico aponta que quanto à quantidade de empresas que atuam no setor, atualmente, no estado do Rio de Janeiro, existem 416 (quatrocentos e dezesseis) sociedades empresárias com o mesmo CNAE principal (46.72-9-00), sendo que 13 (treze) contam com tratamento tributário especial (TTE), situadas, principalmente, nos municípios do Rio de Janeiro, Duque de Caxias e Macaé. Além disso, o estudo mercadológico destaca no cenário macroeconômico, que a atividade de comércio atacadista de ferragens e ferramentas, vem crescendo ao longo dos anos no Brasil e no estado do Rio de Janeiro,



existindo lacuna para crescimento do segmento no espaço geográfico em que se situa a requerente, e conclui que não há concorrência predatória. Quanto ao impacto social decorrente da concessão do incentivo, o projeto prevê a geração de 18 (dezoito) postos de trabalho, no período de 05 (cinco) anos. A CODIN informou que a requerente entregou a documentação cadastral e ambiental, entretanto, com base no Relatório Circunstanciado, no Estudo Mercadológico e Nota Metodológica, entendeu que o presente pleito não se mostra interessante para o desenvolvimento econômico do Estado, pois a requerente não cumpriu com os requisitos básicos exigidos pelo regime pleiteado, notadamente a área de armazenagem e estocagem de produtos mínima de 1.000m², determinado no inciso I do art. 8º da Lei nº 9.025/2020, e opinou pelo indeferimento do pleito. A SEFAZ informou que a empresa se encontra com a situação fiscal e cadastral regular, mas tendo em vista as informações prestadas pela CODIN se manifestou desfavorável ao pleito. A Sra. Fernanda Pereira Curdi e o Sr. Rubens Antônio Albuquerque Júnior, também com base nas informações prestadas pela CODIN, opinaram pelo indeferimento do pleito. **DECISÃO:** Os membros da CPPDE decidiram, por unanimidade, **indeferir** o pleito de enquadramento da **DISTRIBUIDORA DISPAT LTDA.**, inscrita no CNPJ nº **34.239.308/0001-06**, tendo em vista o não atendimento de requisito legal da área de armazenagem e estocagem de produtos mínima de 1.000m², determinado no inciso I do art. 8º da Lei nº 9.025/2020. Decidiram, ainda, que na hipótese de a empresa estar utilizando tacitamente o incentivo fiscal condicionado, fica desde já desenhadrada, na forma do art. 12 do Decreto nº 47.201/2020, remetendo-se os autos à SEFAZ para prosseguimento.

**11. Solicitação de enquadramento no TTE de ICMS/RJ previsto na Lei nº 9.025/2020. ALF NETO DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS E PRODUTOS ALIMENTÍCIOS UNIPessoal LTDA., inscrita no CNPJ nº 15.625.187/0002-77. PROCESSO: SEI-220010/000205/2022.** A solicitante atua no setor de distribuição de produtos alimentícios em geral, principalmente pão, sucos e bebidas alcoólicas, constituída em 2021, localizada no município de Volta Redonda. O projeto apresentado objetiva o crescimento na distribuição dos produtos que comercializa, visando a redução da carga tributária que possibilitará melhorar sua competitividade frente aos seus concorrentes. Quanto ao impacto econômico decorrente da concessão do incentivo, o projeto prevê investimento da ordem de R\$1,5 milhão. O estudo mercadológico aponta que quanto à quantidade de empresas que atuam no setor, atualmente no estado do Rio de Janeiro, existem 192 (cento e noventa e duas) sociedades empresárias com o mesmo CNAE principal (46.39-7-01), sendo que 97 (noventa e sete) possuem tratamento tributário especial (TTE), situadas, principalmente, nos municípios do Rio de Janeiro, Duque de Caxias, São Gonçalo e Barra Mansa. Além disso, o estudo mercadológico destaca no cenário macroeconômico, que a atividade de comércio atacadista de produtos alimentícios em geral vem crescendo ao longo dos anos no Brasil e no estado do Rio de Janeiro, existindo lacuna para crescimento do segmento no espaço geográfico em que se situa a requerente, e conclui que não há concorrência predatória. Quanto ao impacto social decorrente da concessão do incentivo, o projeto prevê a geração de 19 (dezenove) empregos diretos e 15 (quinze) indiretos no período de 05 (cinco) anos. A CODIN com base no Relatório Circunstanciado, no Estudo Mercadológico e na Nota Metodológica, entendeu que o projeto se mostra interessante ao desenvolvimento econômico e social do Estado, e opinou pelo deferimento do pleito, ressaltando que como a empresa se encontra em operação, a concessão do incentivo não implicará renúncia de receita, visto que o inciso I, do artigo 7º da Lei nº 9.025/2020, assegura o recolhimento mensal mínimo do ICMS. A SEFAZ informou que a empresa se encontra com a situação fiscal e cadastral regular, e opinou favorável ao pleito. A Sra. Fernanda Pereira Curdi acompanhou as opiniões da CODIN e SEFAZ. O Sr. Rubens Antônio Albuquerque Júnior acompanhou a SEDEICS e opinou favorável ao pleito. **DECISÃO:** Os membros da CPPDE decidiram, por unanimidade, **deferir** o pleito de enquadramento da **ALF NETO DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS E PRODUTOS ALIMENTÍCIOS UNIPessoal LTDA.**, inscrita no CNPJ nº **15.625.187/0002-77**, no regime tributário especial instituído pela Lei nº 9.025/2020.

**12. Solicitação de enquadramento no TTE de ICMS/RJ previsto na Lei nº 9.025/2020. LINCE ATACADISTA LTDA., inscrita no CNPJ nº 44.221.400/0001-00. PROCESSO: SEI-220010/000028/2023.** A solicitante atuano ramo de comércio atacadista de produtos alimentícios, eletrodomésticos, eletrônicos e artefatos de uso doméstico, constituída em 2021, localizada no município de São Gonçalo. O projeto apresentado objetiva obter competitividade para o desenvolvimento de suas atividades de distribuição de produtos no estado do Rio de Janeiro, permitindo captar clientes no mercado fluminense e obter isonomia tributária frente aos seus concorrentes. Quanto ao impacto econômico decorrente da concessão do incentivo, o projeto prevê investimento da ordem de R\$1,51 milhão. O estudo mercadológico aponta que quanto à quantidade de empresas que atuam no setor, atualmente, no estado do Rio de Janeiro existem 192 (cento e noventa e duas) sociedades empresárias, com o mesmo CNAE principal (46.39-7), , sendo 22 (vinte e duas) situadas no município de Duque de Caxias. Além disso, o estudo mercadológico destaca no cenário macroeconômico, que a atividade de comércio atacadista de produtos alimentícios em geral vem crescendo ao longo dos anos no Brasil e no estado do Rio de Janeiro, existindo lacuna para crescimento do segmento no espaço geográfico em que se situa a requerente, e conclui que não há concorrência predatória. Quanto ao impacto social decorrente da concessão do incentivo, o projeto prevê a geração de 25 (vinte e cinco) postos de trabalho no período de 05 (cinco) anos. A CODIN com base no Relatório Circunstanciado, no Estudo Mercadológico e na Nota Metodológica, entendeu que o projeto se mostra interessante ao desenvolvimento econômico e social do Estado, e opinou pelo deferimento do pleito, ressaltando que como a empresa se encontra em operação, a concessão do incentivo não implicará renúncia de receita, visto que o inciso I, do artigo 7º da Lei nº 9.025/2020, assegura o recolhimento mensal mínimo do ICMS. A SEFAZ informou que a empresa se encontra com a situação fiscal e cadastral regular, e se manifestou favorável ao pleito. A Sra. Fernanda Pereira Curdi acompanhou as manifestações da CODIN e SEFAZ. O Sr. Rubens Antônio Albuquerque Júnior acompanhou a SEDEICS e se manifestou favorável ao pleito. **DECISÃO:** Os membros da CPPDE decidiram, por unanimidade, **deferir** o pleito de enquadramento da **LINCE ATACADISTA LTDA.**, inscrita no CNPJ nº **44.221.400/0001-00**, no regime tributário especial instituído pela Lei nº 9.025/2020.

**13. Solicitação de enquadramento no TTE de ICMS/RJ previsto na Lei nº 6.979/2015. OPORTUNE COMERCIAL LTDA., inscrita no CNPJ nº 28.067.286/0001-41. PROCESSO: SEI-220010/000198/2023. DECISÃO:** Processo retirado de pauta, conforme decisão dos membros da CPPDE, aduzido no início da Ata.

**14. Reapresentação - Solicitação de enquadramento no TTE de ICMS/RJ previsto na Lei nº 6.979/2015. ALT INDÚSTRIA E SERVIÇOS LTDA., inscrita no CNPJ nº 18.816.049/0001-82. PROCESSO: SEI-220010/000491/2021.** A requerente atuano comércio atacadista de máquinas e equipamentos para uso industrial e possui um extenso rol de atividades secundárias registradas como fabricação de peças industriais do setor metal mecânico, constituída em 2013, no município de Três Rios. O projeto apresentado pela empresa busca recuperar a competitividade no cenário atual de desvalorização do real frente a moedas estrangeiras. Quanto ao impacto econômico decorrente da concessão do incentivo, o projeto prevê um investimento da ordem de R\$ 2,7 milhões. O estudo mercadológico elaborado pela CODIN apontou que quanto à quantidade de empresas que atuam no setor, atualmente, no estado do Rio de Janeiro existem 264 (duzentos e sessenta e quatro) sociedades empresárias com o mesmo CNAE principal (22.29-3-02), sendo que 08 (oito) contam com tratamento tributário especial (TTE). Além disso, o estudo mercadológico destaca no cenário macroeconômico, que a atividade de fabricação de artefatos de material plástico vem crescendo ao longo dos anos no Brasil e no estado do Rio de Janeiro, existindo lacuna para crescimento do segmento no espaço geográfico em que se situa a requerente, e conclui que

não há concorrência predatória. Quanto ao impacto social decorrente da concessão do incentivo, o projeto prevê a geração de 105 (cento e cinco) postos de trabalho no período de 05 (cinco) anos. O pleito da empresa foi submetido na 4ª Reunião Ordinária da CPPDE de 2022, e por decisão unânime dos membros, baixado em diligência, para que a CODIN verificasse se a empresa atendeu os requisitos dispostos na Lei nº 6.979/2015, e caso necessário, promovesse a adequação do Relatório Circunstanciado e do Estudo Mercadológico. A CODIN informou que houve erro material na informação do CNAE compatível com o pleito solicitado, ao dizer que seria o principal, porém é o secundário. Informou, também, que a empresa atendeu os requisitos legais, elaborou novo Estudo Mercadológico, e com base no Relatório Circunstanciado e na Nota Metodológica, entendeu que o projeto se mostra interessante ao desenvolvimento econômico e social do Estado, e opinou pelo deferimento do pleito, ressaltando que como a empresa se encontra em operação, a concessão do incentivo não implicará renúncia de receita, visto que o inciso I, do artigo 7º da Lei nº 9.025/2020, assegura o recolhimento mensal mínimo do ICMS. A SEFAZ ratificou que a empresa se encontra com a situação fiscal e cadastral regular, e se manifestou favorável ao pleito. A Sra. Fernanda Pereira Curdi acompanhou as manifestações da CODIN e da SEFAZ. O Sr. Rubens Antônio Albuquerque Júnior acompanhou a SEDEICS e se manifestou pelo deferimento do pleito. **DECISÃO:** Os membros da CPPDE decidiram, por unanimidade, **deferir** o pleito de enquadramento da **ALT INDÚSTRIA E SERVIÇOS LTDA.**, inscrita no CNPJ nº **18.816.049/0001-82**, no regime tributário especial instituído pela Lei nº 6.979/2015.

**15. Reapresentação - Solicitação de enquadramento no TTE de ICMS/RJ previsto na Lei nº 9.025/2020. CONFIANÇA LATÍCIOS COMÉRCIO ATACADISTA EIRELI, inscrita no CNPJ nº 29.082.715/0002-01. PROCESSO: SEI-220010/000376/2021.** A requerente atua no segmento de comércio atacadista de alimentos industrializados, constituída em 2019, localizada no município de Nova Iguaçu. O projeto apresentado objetiva melhorar suas operações de distribuição, o que dará maior competitividade no mercado, perante seus concorrentes. Quanto ao impacto econômico decorrente da concessão do incentivo, o projeto prevê investimento da ordem de R\$439 mil. O estudo mercadológico aponta que quanto à quantidade de empresas que atuam no setor, atualmente no estado do Rio de Janeiro, existem 233 (duzentos e trinta e três) sociedades empresárias, com o mesmo CNAE principal (46.31-1-00), sendo que apenas 09 (nove) possuem tratamento tributário especial (TTE). Além disso, o estudo mercadológico destaca no cenário macroeconômico, que a atividade de comércio atacadista de leite e laticínios vem crescendo ao longo dos anos no Brasil e no estado do Rio de Janeiro, existindo lacuna para crescimento do segmento no espaço geográfico em que se situa a requerente, e conclui que não há concorrência predatória. Quanto ao impacto social decorrente da concessão do incentivo, o projeto prevê a geração de 45 (quarenta e cinco) postos de trabalho, no final de 05 (cinco) anos. O pleito da empresa foi submetido na 5ª Reunião Ordinária da CPPDE de 2023 e por decisão, unânime, dos membros baixado em diligência para que a SEFAZ verificasse a inconsistência da informação cadastral da requerente. A CODIN ratificou que o projeto se mostra interessante ao desenvolvimento econômico e social do Estado, e manteve sua opinião pelo deferimento do pleito. A SEFAZ informou que o contribuinte, por meio do processo SEI-040075/000022/2023, apresentou uma série de documentos que comprovaram que a sociedade empresária promoveu a regular transformação de seu tipo societário, deixando de ser EIRELI, passando a ser uma sociedade limitada, ficando dessa forma cadastralmente regular. Entretanto, observou que a requerente apresentou Certidão Positiva de Débitos, de modo que o contribuinte se encontra irregular junto ao fisco. Observou, ainda, que recentemente a empresa apresentou, por meio de peticionamento intercorrente, a Certidão Negativa de Débitos, sem contudo estar registrado a confirmação da regularidade fiscal. Diante dessa situação, a SEFAZ solicitou baixar em diligência o processo, para confirmar a regularidade fiscal da requerente, inclusive junto à PGE. A Sra. Fernanda Pereira Curdi acompanhou a manifestação da SEFAZ e se manifestou favorável a baixar em diligência o processo. O Sr. Rubens Antônio Albuquerque Júnior acompanhou a SEDEICS. **DECISÃO:** Os membros da CPPDE decidiram, por unanimidade, **por baixar em diligência** o processo da empresa **CONFIANÇA LATÍCIOS COMÉRCIO ATACADISTA EIRELI**, inscrita no CNPJ nº **29.082.715/0002-01**, para que a SEFAZ possa verificar e confirmar a regularidade fiscal da requerente, haja vista a recente apresentação de Certidão Negativa de Débitos. Decidiram ainda que o processo retornará na próxima Reunião Ordinária da CPPDE.

**16. Reapresentação - Solicitação de enquadramento no TTE de ICMS/RJ previsto no Decreto nº 36.449/2004. VITRINE DIRETA EIRELI, inscrita no CNPJ nº 25.300.362/0001-29. PROCESSO: SEI-220010/000257/2021.** A solicitante é uma empresa que atua no Comércio varejista de bicicletas e triciclos; peças e acessórios, constituída em 2016, localizada no município de Duque de Caxias. O projeto, focado em análises mercadológicas e na reestruturação tributária da empresa, busca melhor colocação e competitividade de sua atividade de Comércio Varejista, por meio de vendas por Internet, perante o mercado nacional. Quanto ao impacto econômico decorrente da concessão do incentivo, o projeto prevê investimento da ordem de R\$175,62 milhões. O estudo mercadológico aponta que quanto à quantidade de empresas que atuam no setor, atualmente no estado do Rio de Janeiro, 657 (seiscentos e cinquenta e sete) sociedades empresárias, com o mesmo CNAE principal (47.63-6-03), sendo que nenhuma possui tratamento tributário especial (TTE). Além disso, o estudo mercadológico destaca no cenário macroeconômico, que a atividade de comércio varejista de bicicleta e triciclos; peças e acessórios vem crescendo ao longo dos anos no Brasil e no estado do Rio de Janeiro, existindo lacuna para crescimento do segmento no espaço geográfico em que se situa a requerente, e conclui que não há concorrência predatória. Quanto ao impacto social decorrente da concessão do incentivo, o projeto prevê a geração de 47 (quarenta e setes) postos de trabalho, no período de 05 (cinco) anos. O pleito da empresa foi submetido na 1ª Reunião Ordinária da CPPDE de 2023, ocasião em que os membros decidiram, por unanimidade, baixar em diligência o processo para que a CODIN (i) apure o real valor de investimento a ser realizado pela requerente; (ii) apure a compatibilidade do CNAE principal da empresa com o incentivo solicitado e (iii) promova a adequação do relatório circunstanciado e do estudo mercadológico, se necessário for. A CODIN informou que, por motivos técnico-operacionais, não conseguiu instar a empresa para confirmar as informações contidas na carta consulta que suscitaram dúvidas na 6ª reunião Ordinária da CPPDE, e por essa razão, solicitou manter a baixa em diligência para instar a empresa para sanar as divergências. A SEFAZ, tendo em vista que a manifestação da Pasta acerca da regularidade cadastral e fiscal da requerente não está clara, solicitou baixar em diligência para que possa apurar a regularidade cadastral e fiscal da requerente. A Sra. Fernanda Pereira Curdi, se manifestou favorável em manter a baixa em diligência o processo. O Sr. Rubens Antônio Albuquerque Júnior, acompanhou a opinião da Sra. Fernanda Curdi. **DECISÃO:** Os membros da CPPDE decidiram, por unanimidade, **manter a baixa em diligência** o processo da **VITRINE DIRETA EIRELI**, inscrita no CNPJ nº **25.300.362/0001-29**, para que a SEFAZ apure a regularidade cadastral e fiscal da requerente e para CODIN instar a empresa para confirmar as informações contidas na carta consulta que suscitaram dúvidas na 6ª reunião Ordinária da CPPDE. Decidiram, ainda, que o processo retornará na próxima Reunião Ordinária da CPPDE.

**17. Reapresentação - Solicitação de enquadramento no TTE de ICMS/RJ previsto na Lei nº 9.025/2020. LUCK DISTRIBUIDORA LTDA., inscrita no CNPJ nº 42.046.197/0001-40. PROCESSO: SEI-220010/000309/2022.** A solicitante é uma empresa comercial Comércio atacadista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios, constituída em 2021, localizada no município de Araruama. O projeto apresentado objetiva o enquadramento da empresa no regime tributário e consequentemente a redução da carga tributária, possibilitando ganhos de competitividade frente aos seus

concorrentes do mesmo segmento, o que poderá levar ao aumento do faturamento. Quanto ao impacto econômico decorrente da concessão do incentivo, a solicitante não apresentou valores a título de investimento, ressaltando que a Lei nº 9.025/2020, não impõe tal obrigação como pré-requisito. O estudo mercadológico aponta que quanto à quantidade de empresas que atuam no setor, atualmente no estado do Rio de Janeiro, existem 52 (cinquenta e duas) sociedades empresárias, com o mesmo CNAE principal - (46.91-5) que possuem tratamento tributário especial (TTE), e conclui que não há concorrência predatória. Quanto ao impacto social decorrente da concessão do incentivo, o projeto prevê a geração de 24 (vinte e quatro) postos de trabalho, no período de 5 (cinco) anos. O pleito da empresa foi submetido na 3ª Reunião Ordinária da CPPDE de 2023, ocasião em que os membros decidiram, por unanimidade, baixar em diligência o processo para que a CODIN solicitasse à empresa informações do projeto acerca do investimento, impacto social e inovação tecnológica. A CODIN informou que instou a empresa para que prestasse as informações necessárias para cumprir com as diligências, entretanto, a requerente não apresentou as informações relevantes e suficientes acerca do projeto, que comprometeram, em muito, a nota metodológica. Diante desse cenário, entende que o pleito não se mostra interessante para o Estado e opinou pelo indeferimento. A SEFAZ informou que a empresa se encontra com a situação fiscal e cadastral regular, mas considerando a manifestação da CODIN, opinou pelo indeferimento. A Sra. Fernanda Pereira Curdi, concordou com as manifestações da CODIN e a SEFAZ, e se manifestou pelo indeferimento do pleito. O Sr. Rubens Antônio Albuquerque Júnior, acompanhou a opinião da Sra. Fernanda Curdi. **DECISÃO:** Os membros da CPPDE decidiram, por unanimidade, **indeferir** o pleito de enquadramento da **LUCK DISTRIBUIDORA LTDA.**, inscrita no CNPJ nº **42.046.197/0001-40**, visto tendo em vista que a requerente deixou de apresentar informações relevantes e suficientes acerca do projeto, que comprometeram a nota metodológica. Decidiram, ainda, na hipótese de a empresa estar utilizando tacitamente o incentivo fiscal condicionado, fica desde já desenhadrada, na forma do art. 12 do decreto nº 47.201/2021, remetendo-se os autos à SEFAZ para prosseguimento.

**18. Reapresentação - Solicitação de enquadramento no TTE de ICMS/RJ previsto no Decreto nº 36.450/2004. ONCO PROD DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES E ONCOLÓGICOS LTDA., inscrita no CNPJ nº 04.307.650/0026-93. PROCESSO: SEI-220010/000366/2022.** A solicitante é uma empresa comercial de distribuição de drogas de uso humano e medicamentos especiais (oncológicos) de alto custo, constituída em 2022. O projeto apresentado pela requerente está na fase de implantação no estado do Rio de Janeiro, especificamente no bairro de Jardim Gramacho, no município de Duque de Caxias, que afirma ter por objetivo o desenvolvimento das atividades operacionais de logística para distribuição de medicamentos em território fluminense, visando o atendimento do mercado interno e interestadual com ganho de agilidade nas entregas. Quanto ao impacto econômico decorrente da concessão do incentivo, o projeto prevê investimento da ordem de R\$823 mil. O estudo mercadológico aponta que, quanto à quantidade de empresas que atuam no setor incentivado, atualmente no estado do Rio de Janeiro, existem 748 (setecentos e quarenta e oito) sociedades empresárias que possuem o mesmo CNAE principal (46.44-3-01 - Comércio Atacadista de Medicamentos e Drogas de Uso Humano), sendo que 49 (quarenta e nove) contam com tratamento tributário especial (TTE), e conclui que não há concorrência predatória. Além disso, o estudo mercadológico destaca, no cenário macroeconômico, que a atividade de Comércio Atacadista de Medicamentos e Drogas de Uso Humano, vem crescendo ao longo dos anos no Brasil e no estado do Rio de Janeiro e conclui que não há concorrência predatória. Quanto ao impacto social decorrente da concessão do incentivo, o projeto prevê a geração de 55 (cinquenta e cinco) postos de trabalhos diretos no período de 05 (cinco) anos. O pleito da empresa foi submetido na 4ª Reunião Ordinária da CPPDE de 2023, e por decisão unânime dos membros, baixado em diligência, para que a CODIN instasse a empresa a apresentar esclarecimentos acerca das divergências contidas na carta consulta. A CODIN, solicitou manter a baixa em diligência, para instruir o processo com as informações prestadas pela requerente e sanar as divergências contidas na carta consulta. A SEFAZ ratificou que a requerente apresenta regularidade fiscal e cadastral, mas diante da solicitação da CODIN acerca de instruir o processo com as informações apresentadas pela requente, se manifestou favorável em manter a baixa em diligência para instrução processual visando o prosseguimento do pleito. A Sra. Fernanda Pereira Curdi e o Sr. Rubens Antônio Albuquerque Júnior, acolheram a solicitação da CODIN, se manifestaram favoráveis em manter a baixa em diligência do processo. **DECISÃO:** Os membros decidiram, por unanimidade, **manter a baixa em diligência** o processo da **ONCO PROD DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES E ONCOLÓGICOS LTDA.**, inscrita no CNPJ nº **04.307.650/0026-93**, para que a CODIN possa instruir o processo com as informações prestadas pela requerente e sanar as divergências contidas na carta consulta.

**19. Reapresentação - Solicitação de enquadramento no TTE de ICMS/RJ previsto na Lei nº 4.178/2003. EKO PLASTO RECICLAGEM LTDA., inscrita no CNPJ nº 37.982.963/0001-48. PROCESSO: SEI-220010/000381/2021.** A solicitante atua na reciclagem de plástico, especializada na reciclagem do filme plástico pós-consumo, oriundo do descarte de embalagens plásticas flexíveis, constituída em 2020, localizada no município de Areal. O projeto objetiva obter maior competitividade frente aos seus concorrentes, visando a expansão da sua área de atuação com novas linhas de produtos. Quanto ao impacto econômico decorrente da concessão do incentivo, o projeto prevê a realização de investimentos da ordem de R\$ 1,19 milhão. O estudo mercadológico aponta que, quanto à quantidade de empresas que atuam no setor incentivado, atualmente, no estado do Rio de Janeiro, existem 94 (noventa e quatro) sociedades empresárias, com o mesmo CNAE principal - (38.32-7-00), sendo que apenas (01) uma possui tratamento tributário especial (TTE), situada no município de Nova Iguaçu. Além disso, o estudo mercadológico destaca, no cenário macroeconômico, que a atividade de recuperação de materiais plásticos vem crescendo ao longo dos anos no Brasil e no estado do Rio de Janeiro, existindo lacuna para o crescimento do segmento no espaço geográfico em que se situa a requerente e conclui que não há concorrência predatória. Quanto ao impacto social decorrente da concessão do incentivo, o projeto prevê a geração de 10 (dez) postos de trabalho, no período de 05 (cinco) anos. O pleito da empresa foi submetido na 4ª Reunião Ordinária da CPPDE de 2023, e por decisão unânime dos membros, baixado em diligência, para que a CODIN solicitasse a empresa a apresentação, em 30 (trinta) dias, da licença ambiental. A CODIN informou que a requerente apresentou a licença ambiental, bem como a documentação cadastral e fiscal, e com base no Relatório Circunstanciado, no Estudo Mercadológico e Nota Metodológica, entendeu que o presente pleito se mostra interessante para o desenvolvimento econômico do Estado, e opinou pelo deferimento do pleito. A SEFAZ informou que a empresa se encontra com a situação cadastral e fiscal regular e se manifestou favorável ao pleito. A Sra. Fernanda Pereira Curdi, com base na informação da CODIN se manifestou favorável ao pleito. O Sr. Rubens Antônio Albuquerque Júnior, acompanhou a SEDEICS, CODIN e SEFAZ, e se manifestou favorável ao deferimento. **DECISÃO:** Os membros da CPPDE decidiram, por unanimidade, **deferir** o pleito de enquadramento da **EKO PLASTO RECICLAGEM LTDA.**, inscrita no CNPJ nº **37.982.963/0001-48**, no regime tributário especial instituído pela Lei nº **4.178/2003**.

**20. Reapresentação - Solicitação de enquadramento no TTE de ICMS/RJ previsto na Lei nº 9.025/2020. CONTEN SOLUÇÕES EM AÇO LTDA. CNPJ nº 37.401.483/0001-46. PROCESSO: SEI-220010/000518/2022.** A solicitante declara ser do ramo de industrialização e processamento de aços longos e planos, localizada no Distrito Industrial do Parque Maíra, no município de Pinheiral, constituída em 2020. O projeto visa obter maior competitividade de seus produtos e consequentemente o aumento da produção, de modo a, gradualmente, aumentar sua participação no mercado. Quanto ao impacto econômico decorrente da concessão do incentivo, o projeto prevê a



realização de investimentos da ordem de R\$2,75 milhões. O estudo mercadológico aponta que quanto à quantidade de empresas que atuam no setor, atualmente no estado do Rio de Janeiro existem 38 (trinta e oito) sociedades empresárias com o mesmo CNAE principal (24.24-5-02), sendo que apenas (03) três contam com tratamento tributário especial (TTE), e destaca, no cenário macroeconômico, que a atividade de Produção de Relaminados, Trefilados e Perfilados de Aço, vem crescendo ao longo dos anos no Brasil e no estado do Rio de Janeiro, existindo lacuna para crescimento do segmento no espaço geográfico em que se situa a requerente e conclui que não há concorrência predatória. Quanto ao impacto social decorrente da concessão do incentivo, o projeto prevê a geração de 16 (dezesseis) postos de trabalho, no período de 05 (cinco) anos. O pleito da empresa foi submetido na 5ª Reunião Ordinária da CPPDE de 2023, e por decisão unânime dos membros, deferido, com a condicionante da requerente apresentar, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da publicação da Ata da 5ª Reunião Ordinária da CPPDE 2023, a licença ambiental, sob pena de indeferimento do pleito, mediante retificação daquela decisão, na próxima reunião ordinária da CPPDE. A CODIN informou que a requerente apresentou somente o protocolo de solicitação da Licença Ambiental, ressaltando que a exigência da Lei nº 6.979/2015, conforme inciso V, do art. 11, é de que a empresa não tenha passivo ambiental. Diante disso e com base no Relatório Circunstanciado, no Estudo Mercadológico e na Nota Metodológica, a CODIN ratificou que o presente pleito se mostra interessante ao desenvolvimento econômico do Estado, entretanto, diante da ausência de entrega da licença ambiental, a requerente descumpriu com requisito legal, sugerindo o indeferimento do pleito. A SEFAZ ratificou que a empresa se encontra com a situação fiscal e cadastral regular, mas de acordo com a manifestação da CODIN, opinou pelo indeferimento do pleito, visto o descumprimento de requisito legal. Com base na informação prestada pela CODIN, a Sra. Fernanda Pereira Curdi e o Sr. Rubens Antônio Albuquerque Júnior, opinaram pelo indeferimento do pleito **DECISÃO:** Os membros da CPPDE decidiram, por unanimidade, **indeferir** o pleito de enquadramento da **CONTEN SOLUÇÕES EM AÇO LTDA.**, inscrita no CNPJ nº **37.401.483/0001-46**, visto que a empresa não apresentou a licença ambiental, deixando de cumprir com requisito legal. Decidiram, ainda, que na hipótese de a empresa estar utilizando tacitamente o incentivo fiscal condicionado, fica desde já desengradada, na forma do art. 12 do Decreto nº 47.201/2020, remetendo-se os autos à SEFAZ para prosseguimento.

**21. Representação - Solicitação de enquadramento no TTE de ICMS/RJ previsto no DECRETO Nº 36.449/2004. CPX DISTRIBUIDORA S/A, inscrita no CNPJ nº 10.158.356/0011-83. PROCESSO: SEI-220010/000370/2022.** A empresa atua atividade de vendas por meio de plataformas eletrônicas de pneus e acessórios automotivos, constituída em 2021, localizada no município do Rio de Janeiro. O objetivo da requerente é desenvolver a comercialização de produtos por meio de plataformas eletrônicas, diretamente ao consumidor final. Quanto ao impacto econômico, o projeto prevê investimentos da ordem de R\$ 100 mil. O estudo mercadológico aponta que quanto à quantidade de empresas que atuam no setor, no estado do Rio de Janeiro, existem 8 (oito) sociedades empresariais, com o mesmo CNAE principal (45.30-7), que possuem tratamento tributário especial (TTE), sendo apenas 03 (três) situadas no município do Rio de Janeiro. Além disso, o estudo mercadológico destaca, no cenário macroeconômico, que a atividade de comércio por atacado de pneumáticos e câmaras-de-ar vem crescendo ao longo dos anos no Brasil e no estado do Rio de Janeiro, existindo lacuna para o crescimento do segmento no espaço geográfico em que se situa a requerente, e conclui que não há concorrência predatória. Quanto ao impacto social decorrente da concessão do incentivo, o projeto prevê a geração de 25 (vinte e cinco) empregos diretos e 50 (cinquenta) empregos indiretos, no período de 5 (cinco) anos. O pleito da empresa foi submetido na 6ª reunião ordinária da CPPDE de 2023, e por decisão unânime dos membros, baixado em diligência, para que a SEFAZ realizasse vistas e reapresentasse o pleito na próxima Reunião Ordinária da CPPDE. A CODIN ratificou que a requerente apresentou toda a documentação cadastral e ambiental, e que o projeto se mostra interessante ao desenvolvimento econômico e social do Estado e se manifestou pelo deferimento do pleito. A SEFAZ ratificou que há parcelamentos a vencer impedindo a emissão da certidão negativa de débitos e há débitos inscritos em Dívida Ativa, conforme consulta pública ao site da Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro (PGE) e solicitou manter a baixa em diligência para vistas dos autos, para verificar se houve juntada de documento suspendendo a exigibilidade do crédito tributário. Com base nas informações prestadas, a Sra. Fernanda Pereira Curdi e o Sr. Rubens Antônio Albuquerque Júnior, acolheram a solicitação da SEFAZ em manter a baixa em diligência no processo. **DECISÃO:** Os membros da CPPDE decidiram, por unanimidade, **manter a baixa em diligência, por até 90 dias a contar da publicação desta Ata**, o processo da **CPX DISTRIBUIDORA S.A.**, inscrita no CNPJ nº **10.158.356/0011-83**, para a SEFAZ verificar se houve juntada de documento suspendendo a exigibilidade do crédito tributário.

**22. Representação - Solicitação de enquadramento no TTE de ICMS/RJ previsto na LEI nº 9.025/2020. DISTRIMIL DISTRIBUIDORA LTDA., inscrita no CNPJ nº 47.371.685/0001-46. PROCESSO: SEI-220010/000592/2022.** A solicitante atua no Comércio atacadista de materiais de construção em geral, constituída em 2022, no município do Rio de Janeiro. O projeto apresentado objetiva ter maior competitividade na comercialização de lustres, luminárias, ferramentas e materiais de construção, mediante condições tributárias isonômicas perante seus concorrentes que usufruem doregime tributário instituído pela Lei nº 9.025/20. Quanto ao impacto econômico decorrente da concessão do incentivo, a solicitante prevê um investimento da ordem de R\$ 340 mil. O estudo mercadológico elaborado pela CODIN apontou que, quanto à quantidade de empresas que atuam no setor beneficiado, atualmente, no estado do Rio de Janeiro existem 192 (cento e noventa e duas) sociedades empresárias, com o mesmo CNAE principal (46.39-7), sendo 22 (vinte e duas) situadas no município de Duque de Caxias. Além disso, o estudo mercadológico destaca, no cenário macroeconômico, que a atividade Comércio atacadista de materiais de construção em geral vem crescendo ao longo dos anos no Brasil e no estado do Rio de Janeiro, existindo lacuna para o crescimento do segmento no espaço geográfico em que se situa a requerente e conclui que não há concorrência predatória. Quanto ao impacto social decorrente da concessão do incentivo, prevê no projeto a geração de 6 (seis) postos de trabalho, pelo período de 05 (cinco) anos. O pleito da empresa foi submetido na 6ª Reunião Ordinária da CPPDE de 2023, ocasião em que os membros decidiram, por unanimidade, baixar em diligência o processo da requerente, para que a SEFAZ realizasse a verificação da existência de interdependência com outras unidades do mesmo grupo societário, para reapresentação do pleito na próxima Reunião Ordinária da CPPDE. A CODIN ratificou com base no Relatório Circunstanciado, no Estudo Mercadológico e na Nota Metodológica, que o projeto se mostra interessante ao desenvolvimento econômico e social do Estado e opinou pelo deferimento do pleito. A SEFAZ ratificou que a empresa se encontra com a situação fiscal e cadastral regular, mas solicitou manter a baixa em diligência do processo para verificação de possível interdependência dos sócios do mesmo grupo econômico da requerente, conforme disposto no § 2º do art. 1º da Lei nº 8.445/2019e nos §2º e §3º do art. 5º do Livro I do RICMS RJ, salientou, ainda, que ao analisar a planilha de 600 clientes, requisito previsto no item 2.5.1 do anexo do Decreto 47.437/20, restou possível constatar Notas Fiscais em valores ínfimos que, em tese, destoam da atividade comercial atacadista. A Sra. Fernanda Pereira Curdi, concordou com a solicitação da SEFAZ, e se manifestou favorável em manter a baixa em diligência do processo. O Sr. Rubens Antônio Albuquerque Júnior, acompanhou a opinião da Sra. Fernanda Curdi. **DECISÃO:** Os membros da CPPDE decidiram, por unanimidade, **manter a baixa diligência, por até 90 dias a contar da publicação desta Ata**, o processo da **DISTRIMIL DISTRIBUIDORA LTDA.**, inscrita no CNPJ nº **47.371.685/0001-46**, para que a SEFAZ realize a verificação da interdependência dos sócios do mesmo grupo econômico da requerente, com base no § 2º do art. 1º da Lei nº 8.445/2019.

**23. Reapresentação - Solicitação de enquadramento no TTE de ICMS/RJ previsto na Lei nº 9.025/2020. CLEAN-MIX PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA LTDA., inscrita no CNPJ nº 11.725.898/0001-81. PROCESSO: SEI-220010/000273/2021.** A solicitante é uma empresa comercial atacadista de produtos de higiene, limpeza e conservação domiciliar, produtos alimentícios em geral, cosméticos e produtos de perfumaria, higiene pessoal, material elétrico, outros equipamentos e artigos de uso pessoal e doméstico, artigos de escritório e de papelaria e embalagens, constituída em 2010, localizada no município de Volta Redonda. O projeto apresentado objetiva expandir as suas atividades no estado do Rio de Janeiro, e aumentar o número de clientes para obter competitividade comercial e condições isonômicas perante seus concorrentes. Quanto ao impacto econômico decorrente da concessão do incentivo, o projeto prevê investimento da ordem de R\$650 mil. O estudo mercadológico aponta que quanto à quantidade de empresas que atuam no setor, atualmente no estado do Rio de Janeiro, existem 571 (quinhentas e setenta e uma) sociedades empresárias com o mesmo CNAE principal (46.49-4-08), sendo que nenhuma possui tratamento tributário especial (TTE). Além disso, o estudo mercadológico destaca, no cenário macroeconômico, que a atividade de comércio atacadista de produtos de higiene, limpeza e conservação domiciliar vem crescendo ao longo dos anos no Brasil e no estado do Rio de Janeiro, existindo lacuna para o crescimento do segmento no espaço geográfico em que se situa a requerente e conclui que não há concorrência predatória. Quanto ao impacto social decorrente da concessão do incentivo, o projeto prevê a geração de 41 (quarenta e um) postos de trabalho, no período de 5 (cinco) anos. O pleito da empresa foi submetido na 6ª Reunião Ordinária da CPPDE de 2023, ocasião em que os membros decidiram, por unanimidade, baixar em diligência, para que a SEFAZ realizasse a verificação da interdependência dos sócios do mesmo grupo econômico da requerente, com base no § 2º do art. 1º da Lei nº 8.445/2019. Decidiram, ainda, que o pleito seria reapresentado na próxima Reunião Ordinária da CPPDE. A CODIN ratificou, com base no Relatório Circunstanciado, no Estudo Mercadológico e na Nota Metodológica, que o projeto se mostra interessante ao desenvolvimento econômico e social do Estado e opinou pelo deferimento do pleito. A SEFAZ ratificou que a empresa se encontra com a situação fiscal e cadastral regular, mas solicitou manter a baixa em diligência do processo para verificação de possível interdependência dos sócios do mesmo grupo econômico da requerente, conforme disposto no § 2º do art. 1º da Lei nº 8.445/2019 e nos §2º e §3º do art. 5º do Livro I do RICMS RJ, salientou, ainda, que ao analisar a planilha de 600 clientes, requisito previsto no item 2.5.1 do anexo do Decreto 47.437/20, restou possível constatar Notas Fiscais em valores ínfimos que, em tese, destoam da atividade comercial atacadista. A Sra. Fernanda Pereira Curdi, concordou com a solicitação da SEFAZ, e se manifestou favorável em manter a baixa em diligência do processo. O Sr. Rubens Antônio Albuquerque Júnior, acompanhou a opinião da Sra. Fernanda Curdi. **DECISÃO:** Os membros da CPPDE decidiram, por unanimidade, **manter a baixa diligência, por até 90 dias a contar da publicação desta Ata**, o processo da **CLEAN-MIX PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA LTDA.**, inscrita no CNPJ nº **11.725.898/0001-81**, para que a SEFAZ realize a verificação da interdependência dos sócios do mesmo grupo econômico da requerente, com base no § 2º do art. 1º da Lei nº 8.445/2019.

**24. Reapresentação - Solicitação de enquadramento no TTE de ICMS/RJ previsto na Lei nº 9.025/2020. GLASSTEMPER GTSUL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE VIDROS EIRELI, inscrita no CNPJ nº 17.035.997/0001-18. PROCESSO: SEI-220010/000190/2022.** A empresa solicitante foi constituída em outubro de 2012, localizada no Distrito Industrial do Parque Maíra no município de Pinheiral. Tem como atividade principal a prestação de serviços de tempera de vidro e atua na fabricação de vidros temperados, com vistas a produção de portas, janelas, boxes, vidros lapidados, serigrafados, modulados além da fabricação de utensílios domésticos como tábuas de carne, bandejas, prateleiras e outros artefatos. O projeto apresentado objetiva passar a atuar, principalmente, como uma indústria fabricante de vidros temperados, disponibilizando para o mercado vidros temperados lapidados, revestidos e outros nas suas mais diversas formas, padrões, acabamentos, espessuras, usos e tamanhos. O pleito da empresa foi submetido na 5ª reunião ordinária da CPPDE de 2022, e indeferido, por unanimidade, tendo em vista a informação prestada pela SEFAZ acerca da irregularidade fiscal da requerente, diante dos débitos inscritos em dívida ativa. Por solicitação da SEFAZ o processo foi reapresentado na 1ª Reunião Ordinária da CPPDE de 2023, a título de extrapauta, tendo como justificativa que a empresa se encontrava em situação de cobrança amigável, motivo este que, segundo à SEFAZ, tornou a situação fiscal da requerente regular. Nessa 1ª Reunião Ordinária da CPPDE de 2023, a CODIN informou que não havia no processo o comprovante de pagamento a título de ressarcimento de despesas administrativas e operacionais, bem como a licença ambiental, sugerindo dessa forma, que o processo fosse baixado em diligência para a apresentação dos referidos documentos. A decisão dos membros, por unanimidade, foi de retificar a decisão proferida na 5ª Reunião Ordinária da CPPDE de 2022 e baixar em diligência o processo, para que a CODIN instasse a empresa a apresentar, no prazo de 30 dias a contar da publicação da Ata, (i) a certidão ambiental e (ii) o comprovante de pagamento a título de ressarcimento de despesas administrativas e operacionais. O pleito da empresa foi reapresentado na 6ª Reunião Ordinária da CPPDE de 2023, e por decisão unânime dos membros, foi mantida a baixa em diligência do processo, acolhendo a solicitação da SEFAZ para que a Pasta verificasse a exigibilidade dos débitos inscritos em dívida ativa. Ainda nessa 6ª Reunião Ordinária da CPPDE de 2023, a CODIN informou que a requerente apresentou os documentos apontados na diligência e ratificou que o presente pleito se mostra interessante ao desenvolvimento econômico do Estado e se manifestou pelo deferimento do pleito. A SEFAZ explicou que a empresa possui débitos inscritos em dívida ativa, que em consulta ao sistema da Procuradoria Geral do Estado (PGE-RJ) são apresentados com o status de “em cobrança amigável”. Por este motivo, após a decisão exarada na 6ª Reunião Ordinária da CPPDE de 2023, a SEFAZ, em 12/07/2023, intimou o contribuinte, via sistema DEC - Domicílio Eletrônico do Contribuinte, para em até 30 (trinta) dias apresentar a Certidão Positiva com Efeitos de Negativa emitida pela PGE-RJ. Entretanto, a SEFAZ informa que o contribuinte ainda está dentro do prazo concedido para envio da citada certidão. Diante dessa situação a SEFAZ sugeriu manter a baixa em diligência para atestar se o contribuinte está com a exigibilidade dos débitos inscritos em dívida ativa suspensa. A Sra. Fernanda Pereira Curdi e o Sr. Rubens Antônio Albuquerque Júnior, acolheram a sugestão da SEFAZ, opinando por manter a baixa em diligência no processo. **DECISÃO:** Os membros da CPPDE decidiram, por unanimidade, **manter a baixa diligência, por até 90 dias a contar da publicação desta Ata**, o processo da **GLASSTEMPER GTSUL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE VIDROS EIRELI**, inscrita no CNPJ nº **17.035.997/0001-18**, para que a SEFAZ possa verificar a exigibilidade dos débitos inscritos em dívida ativa, pois aparecerem no sistema de consulta em situação de cobrança amigável.

**25. Reapresentação - Solicitação de enquadramento no TTE de ICMS/RJ previsto na Lei nº 9.025/2020. SLR FRIBURGO COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA., inscrita no CNPJ nº 08.431.337/0001-65. PROCESSO: SEI-220010/000104/2022.** A solicitante é uma empresa comercial atacadista atuante no setor de distribuição de produtos alimentícios em geral, bem como distribuição de produtos para padarias, confeitarias, lanchonetes, pizzarias, restaurantes, supermercados, entre outros também como atacadista de artigos de armarinho, escritório e papelaria, higiene pessoal, limpeza e conservação domiciliar, constituída em 2006, localizada no município de Nova Friburgo. O projeto objetiva expandir suas atividades no Rio de Janeiro, bem como melhorar sua competitividade frente aos seus concorrentes. Quanto ao impacto econômico decorrente da concessão do incentivo, o projeto prevê a realização de investimentos da ordem de R\$1,1 milhão. O estudo mercadológico aponta que quanto à quantidade de empresas que atuam no setor, atualmente no estado do Rio de Janeiro, existem 192 (cento e noventa e duas) sociedades empre-

sárias, que possuem o mesmo CNAE principal - (46.39-7), sendo que 22 (vinte e duas) estão situadas no Município de Duque de Caxias e possuem tratamento tributário especial (TTE). Além disso, o estudo mercadológico destaca no cenário macroeconômico, que a atividade de comércio atacadista de produtos alimentícios em geral vem crescendo ao longo dos anos no Brasil e no estado do Rio de Janeiro, existindo lacuna para crescimento do segmento no espaço geográfico em que se situa a requerente, e conclui que não há concorrência predatória. Quanto ao impacto social decorrente da concessão do incentivo, o projeto prevê a geração de 35 (trinta e cinco) postos de trabalho, no período de 05 (cinco) anos. O pleito da empresa foi submetido na 6ª Reunião Ordinária da CPPDE de 2023, ocasião em que os membros decidiram por unanimidade, baixar em diligência o processo para que a SEFAZ realizasse a verificação da existência de interdependência com outras unidades do mesmo grupo societário, e que fosse reapresentado na próxima Reunião Ordinária da CPPDE. A CODIN com base no Relatório Circunstanciado, no Estudo Mercado-lógico e na Nota Metodológica, ratificou que o projeto se mostra interessante ao desenvolvimento econômico e social do Estado, e manteve sua manifestação pelo deferimento do pleito. A SEFAZ informou que a empresa se encontra com a situação fiscal e cadastral regular, mas solicitou manter a baixa em diligência no processo para verificação de possível interdependência dos sócios do mesmo grupo econômico da requerente, edo § 2º do art. 1º da Lei nº 8.445/2019 enos termos §2º e §3º do art. 5º do Livro I do RICMS RJ, salientou, ainda, que ao analisar a planilha de 600 clientes, requisito previsto no item 2.5.1 do anexo do Decreto 47.437/20, restou possível constatar Notas Fiscais em valores ínfimos que, em tese, destoam da atividade comercial atacadista. A Sra. Fernanda Pereira Curdi, concordou com a solicitação da SEFAZ, e se manifestou favorável em manter a baixa em diligência no processo. O Sr. Rubens Antônio Albuquerque Júnior, acompanhou a opinião da Sra. Fernanda Curdi. **DECISÃO:** Os membros da CPPDE decidiram, por unanimidade, em **manter a baixa em diligência por até 90 dias a contar da publicação desta Ata**, do processo da**SLR FRIBURGO COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA.**, inscrita no CNPJ nº **08.431.337/0001-65**, para que a SEFAZ realize a verificação da interdependência dos sócios do mesmo grupo econômico da requerente, com base no § 2º do art. 1º da Lei nº 8.445/2019.

**26. Reapresentação - Solicitação de enquadramento no TTE de ICMS/RJ previsto no Decreto nº 36.450/2004. DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS SANTA CRUZ LTDA, inscrita no CNPJ nº 61.940.292/0068-44. PROCESSO: SEI-220010/000440/2022.** A solicitante atua na distribuição de medicamentos e produtos farmacêuticos, com atendimento a clientes a nível nacional, constituída em 2022, localizada no município de Duque de Caxias. O projeto apresentado objetiva expandir suas atividades no estado do Rio de Janeiro, bem como, obter competitividade comercial e condições isonômicas perante seus concorrentes. Quanto ao impacto econômico decorrente da concessão do incentivo, o projeto prevê investimento da ordem de R\$200 mil. O estudo mercadológico aponta que quanto à quantidade de empresas que atuam no setor, atualmente no estado do Rio de Janeiro, existem 81 (oitenta e uma) sociedades empresariais, com o mesmo CNAE principal (46.44-3), que possuem tratamento tributário especial (TTE) e conclui que não há concorrência predatória. Quanto ao impacto social decorrente da concessão do incentivo, o projeto prevê a geração de 57 (cinquenta e sete) postos de trabalho, no período de 05 (cinco) anos. O pleito da empresa foi submetido na 6ª Reunião Ordinária da CPPDE de 2023, ocasião em que os membros decidiram por unanimidade, baixar em diligência o processo para que a SEFAZ realizasse a verificação do atendimento de requisitos fazendários e reapresentasse o pleito na próxima Reunião Ordinária da CPPDE. A CODIN com base no Relatório Circunstanciado, no Estudo Mercado-lógico e na Nota Metodológica, ratificou que o projeto se mostra interessante ao desenvolvimento econômico e social do Estado, e se manteve sua opinião pelo deferimento do pleito. A SEFAZ informou que a empresa se encontra com a situação fiscal e cadastral regular, mas solicitou manter a baixa em diligência para verificação dos cumprimentos de requisitos legais junto a SEFAZ. A Sra. Fernanda Pereira Curdi se manifestou favorável em manter a baixa em diligência do processo, acolhendo a solicitação da SEFAZ. O Sr. Rubens Antônio Albuquerque Júnior, acompanhou a manifestação da Sra. Fernanda Curdi. **DECISÃO:** Os membros da CPPDE decidiram, por unanimidade, **manter a baixa diligência, por até 90 dias a contar da publicação desta Ata**, do processo da **DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS SANTA CRUZ LTDA.**, inscrita no CNPJ nº **61.940.292/0068-44**, para que a SEFAZ realize a verificação do atendimento de requisitos legais.

**27. Representação - Solicitação de enquadramento no TTE de ICMS/RJ previsto na Lei nº 9.025/2020. HIPER MAX COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ nº 42.488.671/0001-93. PROCESSO: SEI-220010/000515/2022.** A solicitante constituída em 2021, atua no ramo de comércio atacadista de materiais de construção, localizada no município do Rio de Janeiro. O projeto apresentado objetiva se manter competitiva frente aos seus concorrentes. Quanto ao impacto econômico decorrente da concessão do incentivo, o projeto prevê investimento da ordem de R\$980 mil. O estudo mercadológico aponta que quanto à quantidade de empresas que atuam no setor, atualmente no estado do Rio de Janeiro, existem 35 (trinta e cinco) sociedades empresárias com o mesmo CNAE principal (46.79-6-99), sendo que nenhuma possui tratamento tributário especial (TTE). Além disso, o estudo mercadológico destaca, no cenário macroeconômico, que a atividade de Comércio Atacadista de Materiais de Construção em Geral, vem crescendo ao longo dos anos no Brasil e no estado do Rio de Janeiro, existindo uma lacuna para o crescimento do segmento no espaço geográfico em que se situa a requerente e conclui que não há concorrência predatória. Quanto ao impacto social decorrente da concessão do incentivo, o projeto prevê a geração de 15 (quinze) postos de trabalho, pelo período de 5 (cinco) anos. O pleito da empresa foi submetido na 6ª Reunião Ordinária da CPPDE de 2023, ocasião em que os membros decidiram por unanimidade, baixar em diligência o processo para que a SEFAZ realizasse a verificação da existência da interdependência com outras unidades atacadistas do mesmo grupo societário. A CODIN com base no Relatório Circunstanciado, no Estudo Mercadológico e na Nota Metodológica, ratificou que o projeto se mostra interessante ao desenvolvimento econômico e social do Estado, e manteve sua opinião pelo deferimento do pleito. A SEFAZ informou que a empresa se encontra com a situação fiscal e cadastral regular, entretanto, solicitou em manter a baixa em diligência pois não houve tempo habil para verificação de possível interdependência com outras unidades atacadistas do mesmo grupo societário, com base no § 2º, do art. 1º da Lei nº 8.445/2019 e nos termos dos §2º e §3º do art. 5º do Livro I do RICMS RJ, salientou, ainda, que ao analisar a planilha de 600 clientes, requisito previsto no item 2.5.1 do anexo do Decreto 47.437/20, restou possível constatar Notas Fiscais em valores ínfimos que, em tese, destoam da atividade comercial atacadista. A Sra. Fernanda Pereira Curdi e o Sr. Rubens Antônio Albuquerque Júnior, acolheram a solicitação da SEFAZ, por manter a baixa em diligência do processo da empresa. **DECISÃO:** Os membros da CPPDE decidiram, por unanimidade, **manter a baixa em diligência, por até 90 dias a contar da publicação desta Ata**, do processo da **HIPER MAX COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA.**, inscrita no CNPJ nº **42.488.671/0001-93**, para que a SEFAZ realize a verificação da interdependência dos sócios do mesmo grupo econômico da requerente, com base no § 2º do art. 1º da Lei nº 8.445/2019.

**28. Representação - Solicitação de enquadramento no TTE de ICMS/RJ previsto na Lei nº 9.025/2020. NOBREZA ATACADISTA LTDA. CNPJ nº 41.699.344/0001-18. SEI-220010/000228/2022.** A solicitante, constituída em 2021, é uma empresa de comércio atacadista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios, localizada no bairro de Inoá, no município de Maricá. O projeto apresentado visa o desenvolvimento e o crescimento de sua infraestrutura. Quanto ao impacto econômico decorrente da concessão do incentivo, o projeto prevê investimento da ordem de R\$70 mil. O estudo mercadológico aponta que quanto à quantidade de empresas que



atuam no setor beneficiado, atualmente no estado do Rio de Janeiro, existem 52 (cinquenta e duas) sociedades empresariais, com o mesmo CNAE principal (46.91-5), que possuem tratamento tributário especial (TTE). Além disso, o estudo mercadológico destaca, no cenário macroeconômico, que a atividade de comércio atacadista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios, vem crescendo ao longo dos anos no Brasil e no estado do Rio de Janeiro, existindo uma lacuna para o crescimento do segmento no espaço geográfico em que se situa a requerente e conclui que não há concorrência predatória. Quanto ao impacto social decorrente da concessão do incentivo, a requerente informou que estima contratar 12 (doze) empregados durante o período de 5 (cinco) anos. O pleito da empresa foi submetido na 6ª Reunião Ordinária da CPPDE de 2023, e por decisão unânime os membros da CPPDE decidiram baixar em diligência o pleito de enquadramento para que a SEFAZ realize a verificação da existência de interdependência com outras unidades do mesmo grupo societário. para reapresentação do pleito na próxima Reunião Ordinária da CPPDE. A CODIN com base no Relatório Circunstanciado, no Estudo Mercadológico e na Nota Técnica, ratificou que o presente pleito se mostra interessante ao desenvolvimento econômico e social do Estado e manteve sua opinião pelo seu deferimento.A SEFAZ informou que a empresa se encontra com a situação fiscal e cadastral regular, entretanto, solicita manter a baixa em diligência para verificação de possível interdependência com outras unidades atacadistas do mesmo grupo societário, com base no § 2º, do art. 1º da Lei nº 8445/2019 e nos termos dos §2º e §3º do art. 5º do Livro I do RICMS RJ, salientou, ainda, que ao analisar a planilha de 600 clientes, requisito previsto no item 2.5.1 do anexo do Decreto 47.437/20, restou possível constatar Notas Fiscais em valores ínfimos que, em tese, destoam da atividade comercial atacadista. A Sra. Fernanda Pereira Curdi e o Sr. Rubens Antônio Albuquerque Júnior, acolheram a solicitação da SEFAZ, por manter a baixa em diligência no processo da empresa. **DECISÃO:** Os membros da CPPDE decidiram, por unanimidade, em **manter a baixa em diligência por até 90 dias a contar da publicação desta Ata**, o pleito de enquadramento da **NOBREZA ATACADISTA LTDA.** inscrita no CNPJ nº **41.699.344/0001-18**, para que a SEFAZ realize a verificação da interdependência dos sócios do mesmo grupo econômico da requerente, com base no § 2º do art. 1º da Lei nº 8.445/2019.

**29. Reapresentação - Solicitação de enquadramento no TTE de ICMS/RJ previsto na Lei nº 6.979/2015. PARACAMBI INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PERFILADOS LTDA., inscrita no CNPJ nº 11.016.242/0001-90. PROCESSO: SEI-22001/000280/2021.** A empresa solicitante declarou ser uma fabricante de laminados, treiflados e perfilados de aço, localizada no Distrito Industrial do município de Paracambi/RJ, constituída em 2021. A empresa apresentou um projeto que consiste na implantação de unidade fabril do setor metalomecânico em área solicitada junto à Prefeitura de Paracambi. Quanto ao impacto econômico decorrente da concessão do incentivo, o projeto prevê investimento da ordem de R\$4,15 milhões. O estudo mercadológico aponta que atualmente no estado do Rio de Janeiro, existem atualmente, no estado do Rio de Janeiro, 02 (duas) sociedades empresariais, com o mesmo CNAE principal (24.24-5), que possuem tratamento tributário especial (TTE), estando situadas nos municípios de Pinheiral e Vassouras. Destaca-se, no cenário macroeconômico, que a atividade de Produção de Relaminados, Treiflados e Perfilados de Aço, exceto Arames vêm crescendo ao longo dos anos no Brasil e no Estado e conclui que não há concorrência predatória. Quanto ao impacto social, o projeto prevê a geração de 60 (sessenta) postos de trabalho no período de 5 (cinco) anos. A CODIN informou que o Estudo Mercadológico, Relatório Circunstanciado bem como a Nota Metodológica, levam em consideração para a análise do pleito as características do município no qual a empresa vai se instalar. Assim, o pedido de enquadramento da empresa foi submetido à 3ª Reunião Ordinária da CPPDE de 2022, realizada em agosto de 2022, e por decisão unânime os membros da CPPDE decidiram indeferir o pleito, visto que a requerente se encontrava com a situação fiscal e cadastral irregular. Em sequência, o contribuinte apresentou pedido de reexame, tendo este sido submetido a deliberação na 4ª Reunião Ordinária da CPPDE de 2022, e por decisão unânime os membros da CPPDE decidiram acolher o recurso e deferir o pleito de enquadramento da sociedade empresarial no regime tributário instituído pela Lei nº 6.979/2015. Em seguida, o processo seguiu para assinatura do Termo de Acordo pelas partes. Contudo, quando da lavratura do Termo de Acordo nos registros fiscais, a SEFAZ verificou que o contribuinte mudou o município de sua localização. A sede da empresa, conforme informada na Carta-consulta se encontrava no Distrito Industrial do município de Paracambi, havia sido transferida para o município de Itaguaí. Entretanto, o contribuinte não comunicou, de forma expressa, à CPPDE ou à CODIN que desejava alterar o pedido de enquadramento para outro Município. Assim, o endereço atual, constante no Termo de Acordo assinado, está divergente do endereço para o qual o contribuinte pediu o enquadramento na Carta Consulta e divergente do endereço para o qual o contribuinte teve seu pedido de enquadramento deferido. Assim, os membros entenderam pela necessidade de cancelamento do Termo de Acordo assinado pelos Secretários de Estado de Fazenda e de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços, uma vez que o Termo de Acordo preenchido com endereço para o qual o contribuinte não solicitou enquadramento e para o qual a CPPDE não deliberou, não guarda respaldo em lei. Ressalte-se que o cancelamento do referido Termo de Acordo se deu em razão do princípio da autotutela, uma vez que a administração pública pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos. Bem como, cumpre dizer que caso o contribuinte quisesse o benefício para o município de Itaguaí, assim deveria ter solicitado na forma de nova carta consulta ou pelo menos informado isso na forma de complemento à carta consulta apresentada, fato este que não ocorreu. Em decorrência dessa situação, a SEFAZ justificou a solicitação de reapresentação do processo, sugerindo reformar a decisão exarada na 4ª Reunião Ordinária da CPPDE de 2022. A Sra. Fernanda Pereira Curdi, ciente do cancelamento do Termo de Acordo e diante das informações prestadas pela SEFAZ, se manifestou favorável pela reforma de decisão da CPPDE.O Sr. Rubens Antônio Albuquerque Júnior, diante de tudo que foi exposto também se manifestou favorável pela reforma da decisão da CPPDE por ocasião da 4ª Reunião Ordinária da CPPDE de 2022. **DECISÃO:** Os membros decidiram, por unanimidade, **reformar** a decisão acerca do pleito de enquadramento da **PARACAMBI INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PERFILADOS LTDA.,** CNPJ nº **11.016.242/0001-90**, no regime tributário especial instituído pela Lei nº 6.979/2015, exarada na 4ª Reunião Ordinária da CPPDE de 2022, para **indeferir** o pleito, tendo em vista a divergência do município apresentado pela requerente na carta consulta e do local atual da sede, sem que tenha sido apresentado pelo contribuinte nenhum pedido de enquadramento para o município de Itaguaí. Decidiram, ainda que, na hipótese de a empresa estar fruindo tacitamente do incentivo fiscal condicionado, fica desde já desenquadrada, na forma do art. 12 do Decreto nº 47.201/2020, remetendo-se os autos à SEFAZ para prosseguimento.

A Sra. Fernanda Pereira Curdi retomou a palavra para discussão da decisão da CPPDE, na 3ª Reunião Ordinária da CPPDE de 2021, de que a CODIN enviasse à SEDEERI, atual SEDEICS, a relação com todas as empresas que requereram incentivos fiscais condicionados, para que a SEFAZ apurasse quais foram enquadradas tacitamente. Os membros decidiram também à época pela elaboração de Resolução Conjunta SEFAZ/SEDEERI, convocando as empresas para se manifestarem sobre o interesse em manter os incentivos fiscais condicionados que estão sendo usufruídos tacitamente. Informou que, ciente da importância da matéria e da precariedade do ato (fruição tácita), encaminhou ofício à CODIN, solicitando informar a relação das empresas para as quais e quando foi emitido o relatório para fins de fruição tácita do incentivo e à SEFAZ solicitando informar a relação das empresas que estão fruindo tacitamente dos incentivos fiscais. Aduziu, ainda, que a matéria é tratada no processo SEI-220012/000117/2022, que foi submetida à Assessoria jurídica da SE-

DEICS em maio de 2022, mas não houve evolução e resta atender a determinação da CPPDE. Ressaltou que além de atender a determinação da CPPDE o assunto está sendo apresentado com o objetivo de submeter à CPPDE, prioritariamente, o pleito de cada uma das empresas que se encontram nessa condição, desde os processos estejam devidamente instruídos, nos termos do § 4º, do at. 12 do Decreto nº 47.201/2020. Diante do exposto a SEFAZ e a SECC solicitaram a remessa do processo para ciência e manifestação das respectivas Assessorias Jurídicas com o propósito de em conjunto, SE-DEICS, SEFAZ e SECC, construírem a melhor solução. A Sra. Fernanda Curdi passou a palavra para o Sr. Alexandre Jorge Esteves para apresentar o projeto da Geração Z e para o Sr. Thompson Lemos da Silva Neto para complementação tendo em vista a solicitação extrapauta da SEFAZ de reapresentação do pleito de enquadramento da empresa Geração Z Distribuidora de Material Elétrico Ltda.

**30. Extra pauta - Solicitação de enquadramento no TTE de ICMS/RJ previsto na Lei nº 9.025/2020. GERAÇÃO Z DISTRIBUIDORA DE MATERIAL ELÉTRICO LTDA. CNPJ nº 37.254.303/0001-40. SEI-220010/000323/2022.** A solicitante tem como atividade econômica principal comércio atacadista de material elétrico, constituída em 2020, localizada no município do Rio de Janeiro. O projeto apresentado visa a redução da carga tributária que possibilitará maior competitividade em relação aos preços frente aos seus concorrentes. Quanto ao impacto econômico decorrente da concessão do incentivo, o projeto prevê investimento da ordem de R\$1,10 milhão. O estudo mercadológico aponta que quanto à quantidade de empresas que atuam no setor beneficiado, atualmente no estado do Rio de Janeiro existem 315 (trezentos e quinze) sociedades empresárias com o mesmo CNAE principal (46.73-7-00), sendo que 11 (onze) possuem tratamento tributário especial (TTE). Além disso, o estudo mercadológico destaca, no cenário macroeconômico, que a atividade de comércio atacadista de material elétrico, vem crescendo ao longo dos anos no Brasil e no estado do Rio de Janeiro, existindo lacuna para o crescimento do segmento no espaço geográfico em que se situa a requerente e conclui que não há concorrência predatória. Quanto ao impacto social decorrente da concessão do incentivo, o projeto prevê a geração de 19 (dezenove) postos de trabalho, no período de 05 (cinco) anos. O pleito da empresa foi submetido na 3ª Reunião Ordinária da CPPDE de 2023, e por decisão unânime dos membros, baixado em diligência, para que a CODIN solicitasse à empresa informações do projeto acerca do impacto social e da inovação tecnológica. O pleito foi reapresentado na 6ª Reunião Ordinária da CPPDE de 2023, e a CODIN informou que instou a empresa para que prestasse informações acerca das diligências e atestou que a requerente apresentou todas as informações necessárias para cumprir com as diligências. Nessa 6ª Reunião Ordinária da CPPDE de 2023, os membros decidiram, por unanimidade, deferir o pleito de enquadramento no regime tributário especial instituído pela Lei nº 9.025/2020. Entretanto, a SEFAZ, registrou no processo que, “após diligenciar os autos, restou possível constatar, por meio de consulta realizada junto ao sítio eletrônico, que as Notas Fiscais apresentadas pela Requerente, junto à planilha de 600 clientes, se encontram em valores, salvo melhor juízo, ínfimos”. Registrou, também, diante dessa constatação, que “mostre-se pertinente a reapreciação do presente requerimento de benefício fiscal, a fim de que, sob a luz de tal fato, possam os membros desta nobre Comissão exarar nova análise e manifestação, evitando, assim, eventual decisão eivada de vício”. Tendo em vista o exposto, a SEFAZ sugeriu a reapresentação do pleito à CPPDE, entendendo oportuna a baixa em diligência para análise das notas fiscais apresentadas pela requerente junto à planilha de 600 clientes, de forma a verificar se o contribuinte cumpre os requisitos legais para o enquadramento. A CODIN com base no Relatório Circunstanciado, no Estudo de Impacto Mercadológico e na Nota Metodológica, ratificou que o presente pleito se mostra interessante ao desenvolvimento econômico do Estado e manteve sua opinião pelo seu deferimento. A Sra. Fernanda Pereira Curdi e o Sr. Rubens Antônio Albuquerque, com base nas informações apresentadas, acolheram a sugestão da SEFAZ de reformar a decisão da CPPDE. **DECISÃO:** Os membros da CPPDE decidiram, por unanimidade, **reformar** a decisão acerca do pleito de enquadramento da Geração Z Distribuidora de Material Elétrico Ltda., CNPJ nº 37.254.303/0001-40, no regime tributário especial instituído pela Lei nº 9.025/2020, exarada na 6ª Reunião Ordinária da CPPDE, em 19/06/2023, para **baixar em diligência, por até 90 dias a contar da publicação desta Ata**, o processo da **Geração Z Distribuidora de Material Elétrico Ltda., CNPJ nº 37.254.303/0001-40** para que a SEFAZ analise as notas fiscais apresentadas pela requerente junto à planilha de 600 clientes, de forma a verificar se o contribuinte cumpre os requisitos legais para o enquadramento.

Nada mais havendo a tratar, a Presidente da Comissão deu por encerrada a reunião, mandando que se lavrasse a presente Ata, que depois de lida e aprovada, será assinada pelos membros presentes, ou por seus representantes e pelos convidados.

**Presidente da CPPDE:**

**FERNANDA PEREIRA CURDI**

representando o Secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços

**Membros:**

**RUBENS ANTONIO ALBUQUERQUE JUNIOR**

representando o Secretário de Estado da Casa Civil

**THOMPSON LEMOS DA SILVA NETO**

representando o Secretário de Estado de Fazenda

**Convidados:**

**ALEXANDRE JORGE ESTEVES**

Diretor de Incentivos Fiscais da CODIN

**VICTOR HUGO MELLO LAVINAS**

Superintendente de Concessão e Análise de Incentivos Fiscais da CODIN

**THAYANE ATAIDE FERRAZ SARGES**

Assessora da Chefia de Gabinete da Secretaria de Estado de Fazenda - SEFAZ

**PRISCILA HAIDAR SAKALEM**

Assessora-Chefe no Gabinete do Governador

**ADRIANE ABREU DE SOUSA**

Secretaria Executiva da CPPDE - SEDEICS

**ROBSON JOSÉ STORANI**

Assessor da Subsecretaria Executiva da SEDEICS

**PAULO VICTOR RABELLO GONÇALVES**

Agente de Desenvolvimento da SEDEICS

Id: 2497599

**SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS  
DIRETORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**

**ATO DO DIRETOR GERAL**

**PORTARIA SEDEICS Nº 037 DE 28 DE JULHO DE 2023**

**DESIGNA, SEM AUMENTO DE DESPESA, MEMBROS PARA A COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO, DO RECEBIMENTO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO Nº 006/2023, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O DIRETOR GERAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DA SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016, e Resolução SEDEIC nº 135, de 12 de junho de 2023, e o que consta no Processo nº SEI-220012/000398/2023.

**RESOLVE:**

**Art. 1º** - Designar servidores para compor a Comissão de Acompanhamento da Execução, do Recebimento e da Fiscalização, considerando o dispositivo pelo inciso III do art. 58 e, §1º e §2º do art. 67 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, referente ao Contrato nº 006/2023, que tem com objeto a contratação de empresa para fornecimento de estruturas, conforme especificações do Termo de Referência:

**PRESIDENTE:**

BRUNO CARVALHO PEREIRA, ID Funcional 5087242-7

**MEMBROS:**

PAULO VICTOR RABELO GONÇAVES, ID Funcional 5097192-1

ALINE AGUIAR DA ROCHA (Fiscal Substituto), ID Funcional 5094207-7

**Art. 2º** - Designar o servidor MAURICIO LEAL COSTA, ID Funcional 1911820-1, como Gestor titular e o servidor ELIAS CONCEIÇÃO MANGALHÃES, ID Funcional 5098832-8, como Gestor substituto do contrato mencionado no artigo primeiro, conforme disposto no Art. 4º do Decreto nº 45.600 de 16 de março de 2016.

**Art. 3º** - Os trabalhos prestados pelos citados fiscais de contratação e pelos gestores do contrato não serão remunerados, sendo suas participações consideradas como serviço público relevante.

**Art. 4º** - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar de 27 de julho de 2023.

Rio de Janeiro, 28 de julho de 2023

**WILLIAN PIMENTEL JUNIOR**

Diretor Geral de Administração e Finanças

Id: 2497615

## ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

**COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

**ATO DO DIRETOR PRESIDENTE DE 31/07/2023**

**DESIGNA** nos moldes do artigo 6º do Decreto Estadual nº 45.600 de 16/03/2016, os empregados abaixo relacionados para compor a Comissão de Acompanhamento e Fiscalização, aos quais caberá a aplicação dos atos previstos nos artigos 12 e 13 do Decreto Estadual nº 45.600 de 16/03/2016.

PROCESSO Nº SEI-220010/000520/2022		
SIGNIFICAÇÃO ESPECIAL Nº 032/2023		
CONTRATO Nº 008/2023		
EMPRESA: ACE AUDITORIA ASSESSORIA E CONSULTORIA EMPRESARIAL		
OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUDITORIA INDEPENDENTE EXTERNA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DESTA CODIN PARA OS EXERCÍCIOS DE 2023 E 2024.		
PRAZO DE: A fiscalização cessará ao final da relação contratual entre as partes		
FUNÇÃO	NOME	ID. FUNCIONAL
GESTOR	CARLOS ADRIANO KLAFKE DOS SANTOS	5103490-5
FISCAL	CARLOS MAGNO CORTES MELLO	4424475-4
FISCAL	LUIS ANTONIO CORREA MACHADO	2706580-4
FISCAL	WANDERLEY DE SOUSA SANTANA	2706647-9

Id: 2497632

✓

Guarda de documentos

✓

Digitalização

✓

Indexação e Gerenciamento

✓

Sistema 100% em nuvem

✉

rjdoc@ioerj.rj.gov.br

☎

(21) 2717-6209



Secretaria de Estado de Polícia Militar

SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR  
DIRETORIA GERAL DE SAÚDE

DESPACHO DO ORDENADOR DE DESPESAS  
DE 28.07.2023

**PROCESSO Nº SEI-350207/000285/2021 - AUTORIZO** a despesa referente à Testes para o Laboratório de Análise Clínicas do HCPM, na forma do Edital - Pregão Eletrônico (SRP) 68/2022 (SEPM), em favor da empresa FSW PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA, CNPJ 07.706.250/0001-90, com valor total de R\$ 118.800,00 (cento e dezoito mil e oitocentos reais).

Id: 2497677

SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR

ATO DO SECRETÁRIO E DO PREFEITO

RESOLUÇÃO CONJUNTA SEPM/ MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS Nº 4363 DE 28 DE JULHO DE 2023

**INSTITUI COMISSÃO DE INTEGRAÇÃO DE ATIVIDADES DE ORDEM PÚBLICA ENTRE A SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR E O MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS, NA FORMA QUE SE SEGUE.**

**O SECRETÁRIO DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR**, no exercício de suas atribuições legais que lhe conferem o artigo 4º do Decreto-Lei nº 92, de 06 de maio de 1975, bem como o art. 11, inciso II do Decreto nº 913, de 30de setembro de 1976, e, tendo em vista o previsto nos art. 16 e 17 das Instruções Reguladoras da PMERJ - IG-1 e o PRE- FEITO DO MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS, no uso de suas atribuições regulamentares, nos termos da legislação em vigor;

CONSIDERANDO:

- Processo Administrativo nº SEI-350082/001090/2021;

- Implementar a logística necessária dos objetivos referente ao Termo de Cooperação já existente entre a SEPM e o Município de Rio das Ostras;

- Programa Estadual de Interação na Segurança - PROEIS - possuir como uma de suas finalidades manter, restaurar e promover medidas de ordem pública nos espaços urbanos, como meio de reduzir índices de criminalidade.

RESOLVE:

**Art. 1º** - Instituir a COMISSÃO DE INTEGRAÇÃO DE ATIVIDADES DE ORDEM PÚBLICA, que será composta por 03 (três) representantes da Secretaria de Estado de Polícia Militar - SEPM e 03 (três) representantes do Município de Rio das Ostras.

I - Como representantes da Secretaria de Estado de Polícia Militar:

**Titular** - o Coordenador do Programa Estadual de Integração na Segurança;

**Titular** - o Subcoordenador Regional do 6º CPA e;

**Suplente** - Subcoordenador Operacional.

II - Como representantes do Município de Rio das Ostras:

**Titular** - Evandro da Silva Carvalho - Secretário de Segurança Pública- Mat. nº 7608-2, incrito no CPF/MF sob o nº 075.666.087-46;

**Titular** - Cosme Uedson Moreira da Silva - Coordenador - Mat. nº 16943-9, incrito no CPF/MF sob o nº 848.091.407-68;

**Suplente** - João Henrique Machado da Cunha - Subcomandante da Guarda Civil Municipal - Mat. nº 2211-0, incrito no CPF/MF sob o nº 907.835.226-49.

**Art. 2º** - Esta Comissão terá como objetivo apoiar as ações integradas, objeto do Termo de Cooperação já existente entre os supracitados, bem como implementar a logística necessária aos objetivos previstos na CLÁUSULA PRIMEIRA do Instrumento de Termo de Co- operação na Ordem Pública entre o Estado do Rio de Janeiro - ERJ e o Município de de Rio das Ostras, através do Programa Estadual de Integração na Segurança - PROEIS -, com o apoio do efetivo da Secretaria de Estado de Polícia Militar- SEPM.

**Art. 3º** - Esta Resolução Conjunta entrará em vigor na data de sua assinatura.

Rio de Janeiro, 28 de julho de 2023

**LUIZ HENRIQUE MARINHO PIRES**  
Secretário de Estado de Polícia Militar

**MARCELINO CARLOS DIAS BORBA**  
Prefeito do Município de Rio das Ostras

Id: 2497547

SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR

ATO DO SECRETÁRIO

RESOLUÇÃO SEPM Nº 4357 DE 28 DE JULHO DE 2023

**DESIGNA GESTOR E GESTOR SUBSTITUTO PARA AS ATIVIDADES GERENCIAIS, TÉCNICAS E OPERACIONAIS QUE COMPÕEM O PROCESSO DE CONTRATAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**O SECRETÁRIO DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR**, no exercício de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO:

- o disposto no Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016, que regulamenta a gestão e a fiscalização das contratações da Administração Pública e,

- o Processo nº SEI-350192/002065/2023, o qual indica servidores para a designação de Gestor e Gestor Substituto para as atividades gerenciais, técnicas e operacionais que compõem o processo de contratação.

RESOLVE:

**Art. 1º** - Fica designado a contar de 28 de Julho de 2023, o(s) servidor(es): CAP PM RG 85.168 BRUNO DE CASTRO TRINDADE, ID: 4323227-2, do BAC como Gestor do instrumento contratual nº 080/2023, oriundo do Processo SEI-350192/001043/2023, firmado com a empresa FORNECEDORA PEJOTA PET SAÚDE ANIMAL LTDA ME e o 1º TEN PM RG 89.985 JOSÉ HUMBERTO EMÍDIO DE LUCENA, ID: 4401226-8, do BAC, como Gestor Substituto em caso de férias, licenças e outros eventuais afastamentos.

**Art. 2º** - É de responsabilidade dos Gestores e Gestores Substitutos executar, além dos atos inerentes às atividades gerenciais, técnicas e operacionais elencados no art. 12 do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016:

I - zelar pela manutenção da cobertura contratual, pelas alterações e atualizações dos contratos;

II - deflagrar os procedimentos administrativos necessários à aplicação das penalidades previstas no contrato e na legislação em vigor, referente ao contrato formalmente passado a sua responsabilidade, especialmente, no tocante à notificação preliminar, quando for a hipótese;

III - declarar-se impedido ou providenciar junto à Diretoria de Licitações e Projetos - DLP a substituição imediata de servidor designado como gestor ou fiscal do contrato, na forma do art. 10 do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016;

IV - coordenar e apoiar às comissões fiscalizadoras, praticando, para tanto, todos os atos inerentes às atividades gerenciais, técnicas e operacionais cabíveis ao exercício dessa função, em conformidade com a legislação de referência, bem como os atos constantes nesta resolução;

V - solicitar às Unidades beneficiadas a apresentação de documentos comprobatórios da correta execução contratual, através da fiscalização feita pela comissão existente na Unidade;

VI - solicitar à contratada comprovação da manutenção das condições de habilitação jurídica, fiscal, trabalhista, econômica e técnica do contrato, periodicamente, bem como requerer informações e relatórios pertinentes à consecução do serviço e à correta execução do contrato sob sua responsabilidade;

VII - conferir as notas fiscais atestadas pela comissão fiscal, relativas ao contrato, encaminhando-as ao setor responsável pelo pagamento, após conferência dos respectivos documentos;

VIII - receber dos fiscais do contrato a documentação comprobatória da boa execução dos serviços e os termos de recebimento de material e serviço (provisório e definitivo), bem como produzir e exigir da Comissão fiscalizadora relatórios circunstanciados relativos à aquisição de equipamentos de grande vulto, respeitados os prazos contratuais e legais, juntamente com as respectivas notas fiscais;

IX - abrir reclamação junto às contratadas devido ao não atendimento de obrigações estipuladas no contrato, no termo de referência ou norma legal específica do objeto, bem como a submissão de pedido de normalização da prestação devida;

X - solicitar todas as informações relativas ao contrato, que forem necessárias ao melhor gerenciamento da execução do objeto contratado;

XI - comunicar ao Chefe da Coordenação de Contratos sobre todas as alterações na execução do ajuste contratual para fins de adoção das providências administrativas cabíveis, o mais breve possível;

XII - abrir processo de apuração de descumprimento contratual, instruindo-o com o máximo possível de provas da conduta irregular adotada pela contratada, especialmente quanto a comprovação: de datas de solicitações de atendimento; datas de início e término de prazos de entrega; datas de entregas efetivamente realizadas, visando instruir o cálculo de eventuais multas de mora. Além dos documentos comprobatórios de comunicação a contratada de descumprimento contratual; de pedido de esclarecimentos quanto à conduta; e de pedido de normalização da prestação;

**Art. 3º** - Cabe à Diretoria de Orçamento - DOr ou à Diretoria de Finanças - DF o controle de recebimento de notas, sendo responsáveis por:

I - manter controle atualizado dos pagamentos efetuados, em ordem cronológica, a partir da informação enviada pelos setores responsáveis pelo pagamento;

II - confrontar o preço total e as quantidades constantes em Nota Fiscal, ou outro documento orientador do pagamento, com o valor nominal máximo estabelecido no contrato;

III - realizar auditorias de consistência entre os dados das notas fiscais, ou outro documento orientador de pagamento, com os comprovantes de realização do serviço, sempre que solicitado pelo gestor do contrato ou quanto identificar alguma incongruência nos dados que justifique conferência detalhada, não eximindo a responsabilidade pelos procedimentos de atestação feitos pela comissão fiscal, responsável pelo recebimento de serviços e bens;

IV - receber todos os documentos necessários, contratualmente estabelecidos, para a liquidação da despesa e encaminhá-los, juntamente com a nota fiscal, para o setor responsável pelo pagamento, em tempo hábil, de modo que o pagamento seja efetuado no prazo adequado;

V - acusar, mensalmente, o não recebimento; o recebimento fora do prazo regulamentar; o recebimento sem os documentos necessários, contratualmente estabelecidos, para a liquidação de despesas; falhas formais nos procedimentos de atestação (datas, carimbos, assinaturas, offices de remessa); valores faturados acima do limite máximo (valor nominal do contrato) de notas fiscais, ou outro documento orientador do pagamento, avisando ao respectivo responsável de tramitação e acompanhamento contratual para medidas de cobrança do envio;

VI - receber e registrar o valor das notas de empenho vinculadas à contratação, acompanhando o saldo de empenho até o limite legal.

**Art. 4º** - Caberá a DIRETORIA DE LICITAÇÕES E PROJETOS - DLP: a publicação dos atos em DOERJ, a realização de pesquisa de mercado para a verificação de economicidade, nos casos em que a legislação assim o exigir, e a prestação de esclarecimentos e orientações no bojo da gestão e fiscalização. Parágrafo único: Em casos de objetos de grande complexidade ou de disponibilidade restrita ao mercado local, o Setor de Pesquisa de Mercado da DLP deverá ser auxiliado pelo Setor Técnico Requisitante da demanda para fins de realização da referida pesquisa mercadológica.

**Parágrafo Único** - Em casos de objetos de grande complexidade ou especificidade, a cargo da DLP, a realização da Pesquisa de Mercado poderá ser auxiliada por órgão técnico da corporação, ou pela unidade a ser beneficiada, em casos objeto somente disponível em mercado local.

**Art. 5º** - O Gestor e o Gestor Substituto, elencados no art. 1º, poderão ter dedicação exclusiva às suas atribuições, na forma do §3º do art. 6º do Decreto Estadual nº 45.600 de 16 de março de 2016.

**Art. 6º** - Cabe ao Gestor e ao Gestor Substituto, em conformidade à previsão contida no art. 11, IV do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016, bem como, em cumprimento ao mandamento esculpido no BOL da PM nº 068 de 16 de abril de 2020, atentar à obrigatoriedade de realização do curso de Gestão e Fiscalização de Contratos.

**Art. 7º** - Fica estabelecido o correio eletrônico aquisicoes dlp@pmerj.rj.gov.br como canal de comunicação entre as Unidades Beneficiadas e a Diretoria de Licitações e Projetos, além dos demais meios formais previstos.

**Art. 8º** - Enquanto não for publicada em DOERJ a substituição dos membros da comissão fiscal, ficam os servidores vinculados à atividade de acompanhamento e controle da execução contratual.

**Art. 9º** - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 28 de julho de 2023

**LUIZ HENRIQUE MARINHO PIRES**  
Secretário de Estado de Polícia Militar

Id: 2497629

SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR

ATO DO SECRETÁRIO

RESOLUÇÃO SEPM Nº 4358 DE 28 DE JULHO DE 2023

**DESIGNA SERVIDORES PARA COMPOR A COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**O SECRETÁRIO DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR**, no exercício de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO:

- o disposto no Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016, que regulamenta a gestão e a fiscalização das contratações da Administração Pública e,

- o Processo nº SEI-350192/002065/2023, o qual indica servidores para compor a equipe de fiscalização.

RESOLVE:

**Art. 1º** - Ficam designados, a contar de 28 de julho de 2023, os servidores abaixo relacionados para compor a Comissão de Fiscalização do BAC, com o objetivo de fiscalizar o instrumento contratual nº 080/2023, oriundo do Processo Administrativo SEI-350192/001043/2023, firmado com a empresa FORNECEDORA PEJOTA PET SAÚDE ANIMAL LTDA ME, a saber:

- 1º SGT PM RG 68.827 VINICIUS FERNANDES GONÇALVES, ID FUNC. 2276744-4

- 1º SGT PM RG 78.142 ANDRÉ LUÍS FREITAS DA SILVA FIGUEIREDO, ID FUNC. 593425-7

- CB PM RG 93.151 MICHELLE THEODORO DA SILVA, ID FUNC. 4418424-7

**Art. 2º** - Os servidores designados no artigo anterior deverão acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e seus aditivos, bem como manter os Gestores do contrato atualizados sobre o desempenho da execução contratual, praticando, para isso, todos os atos inerentes ao exercício dessa função, incluindo, além daqueles elencados no art. 13 do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016:

I - a atestação das notas fiscais relativas ao contrato, por dois servidores membros da comissão;

II - encaminhamento, ao gestor do contrato, de toda documentação comprobatória da boa execução e o termo de recebimento do serviço, bem como os relatórios circunstanciados contendo as alterações observadas (se houver), respeitados os prazos contratuais e legais, juntamente com respectivas notas fiscais;

III - prestação, ao gestor, de todas as informações relativas a execução do contrato que o mesmo necessitar;

IV - comunicação, ao gestor do contrato, de todas as alterações na execução do ajuste contratual para fins de adoção das providências administrativas cabíveis, o mais breve possível;

V - efetuar a glosa nas notas fiscais por eventuais falhas durante a execução do contrato;

VI - abrir processo de liquidação com as notas fiscais relativas ao serviço, conforme previsão contratual, inserindo um despacho relatando todas as falhas observadas na execução contratual de modo a municiar o gestor com as informações necessárias a fim de notificar a contratada visando à apuração e a aplicação das devidas sanções administrativas por descumprimento de contrato.

**Art. 3º** - Fica sob a responsabilidade da UNIDADE BENEFICIADA pelo contrato:

I - manter, sempre, no mínimo, dois membros da comissão fiscalizadora em condições de analisar, conferir, atestar ou validar a atestação das notas fiscais do contrato relacionado;

II - viabilizar, na hipótese de transferência do servidor designado como fiscal, que a apresentação na Unidade de destino, somente ocorra após a publicação em DOERJ do substituto. A indicação para substituição de servidores designados como fiscais deverá ser feita junto a Diretoria de Licitações e Projetos - DLP, devendo o Gestor do Contrato ser informado imediatamente.

III - providenciar a substituição imediata de servidor designado que se achar impedido na forma do art.10 do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016, encaminhando a solicitação através de SEI Diretoria de Licitações e Projetos - DLP.

**§1º** - o agente público em situação de impedimento fica obrigado a comunicá-lo aos seus superiores imediatamente, a fim de que seja providenciada a designação de outro servidor.

**§2º** - enquanto não for publicada no DOERJ a substituição dos membros desta comissão fiscal, ficam estes servidores vinculados à atividade de acompanhamento e controle da execução contratual.

**Art. 4º** - É de responsabilidade da comissão de fiscalização verificar se as notas fiscais estão sendo inseridas e tramitadas no endereço eletrônico sisnota.pmerj.rj.gov.br, conforme publicação em BOL PM nº 213, de 19 de novembro de 2015, págs. 70 a 79, bem como fiscalizar o fiel cumprimento da confecção dos processos de liquidação.

**Art. 5º** - Fica estabelecido que as comissões fiscalizadoras das Unidades beneficiadas, e os demais setores que estão envolvidos na execução do contrato, direta ou indiretamente, deverão disponibilizar todas as informações necessárias ao exercício das atribuições aqui delegadas, com a maior celeridade possível, e dar acesso às instalações e dependências onde ocorrer a prestação do serviço ou a entrega de materiais, sempre que solicitado pelo Gestor ou por qualquer um dos membros de sua equipe de apoio.

**Art. 6º** - As comissões fiscalizadoras das Unidades beneficiadas deverão obter em arquivo próprio a cópia do Termo de Referência e do Instrumento Contratual, bem como municiar-se de informações acerca da consecução da fiscalização, na forma do art. 11, IV do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016, bem como, em cumprimento do mandamento esculpido no BOL da PM nº 068 de 16 de abril de 2020 atentar à obrigatoriedade de realização do curso de Gestão e fiscalização de contratos.

**Art. 7º** - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 28 de julho de 2023

**LUIZ HENRIQUE MARINHO PIRES**  
Secretário de Estado de Polícia Militar

Id: 2497628



SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR
ATOS DO SECRETÁRIO
RESOLUÇÃO SEPM Nº 4359 DE 28 DE JULHO DE 2023
DELEGA COMPETÊNCIA PARA PRATICAR ATOS DE GESTÃO FINANCEIRA, NO ÂMBITO DO 30º/SEPM.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR, no uso das atribuições que lhe conferem o disposto no inciso VII e § 1º do art. 82 da Lei Estadual nº 287, de 14/12/79 (Código de Administração Financeira do Estado do Rio de Janeiro), tendo em vista o disposto no art. 14 do Decreto-Lei Estadual nº 239, de 21/07/75, e no parágrafo único do art. 35 do Regulamento a que se refere o Decreto nº 3.149, de 28/04/80 e tendo em vista o que consta no Processo eletrônico nº SEI-350103/000935/2023,

RESOLVE:

**Art. 1º** - Delegar ao TEN CEL PM RG: 60.900 Alex Marchito Soliva, ID: 2401564-4, Comandante do 30º BPM, TEN CEL PM RG: 63.435 Marcelo Luis Mello de Oliveira, ID: 2373203-2, Subcomandante do 30º BPM, MAJ PM RG: 67.793 Dennys Leonard Nogueira Bizarro, ID: 2445185-1, Fiscal Administrativo, 2º Ten. PM RG: 63.977 Fernando de Almeida, ID: 2368345-7, Tesoureiro, ordenadores de despesa secundários, a competência para que pratique, nos termos da legislação vigente, atos de gestão financeira no âmbito do 30º BPM, tais como:

I - movimentação da conta corrente ERJ - SEPM/30ºBPM, agência 2234-9, do Banco do Brasil;

II - autorizar despesas do 30º Batalhão de Polícia Militar do ERJ junto ao Banco do Brasil S/A;

III - movimentação de recursos financeiros, solicitação e assinatura de documentos bancários;

IV - solicitação, expedição, assinatura de cheques nominativos e ordens bancárias/pagamentos;

V - representar o 30º Batalhão de Polícia Militar do ERJ junto ao Banco do Brasil S/A;

**Art. 2º** - Dê-se conhecimento imediato desta Resolução, através da Chefia de Gabinete da SEPM, ao Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE-RJ), à Secretaria de Estado de Fazenda (SEFAZ) e à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (SEPLAG).

**Art. 3º** - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 28 de julho de 2023
LUIZ HENRIQUE MARINHO PIRES Secretário de Estado de Polícia Militar
RESOLUÇÃO SEPM Nº 4360 DE 28 DE JULHO DE 2023
DELEGA COMPETÊNCIA PARA PRATICAR ATOS DE GESTÃO FINANCEIRA, NO ÂMBITO DO 36º/SEPM.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR, no uso das atribuições que lhe conferem o disposto no inciso VII e § 1º do art. 82 da Lei Estadual nº 287, de 14/12/79 (Código de Administração Financeira do Estado do Rio de Janeiro), tendo em vista o disposto no art. 14 do Decreto-Lei Estadual nº 239, de 21/07/75, e no parágrafo único do art. 35 do Regulamento a que se refere o Decreto nº 3.149, de 28/04/80 e tendo em vista o que consta no Processo eletrônico nº SEI-350103/000959/2023,

RESOLVE:

**Art. 1º** - Delegar ao TEN CEL PM RG: 67.805 MARCELO DE CASTRO CORBAGE, ID: 2447145-3, Comandante do 36º BPM, MAJ PM RG: 66.579 GLÁUCIO SOARES DA SILVA, ID: 2448405-9, Subcomandante do 36º BPM, CAP PM RG: 79.307 FÁBIO JÚNIOR DE OLIVEIRA, ID: 594575-5, Fiscal Administrativo, 2º Ten. PM RG: 63.527 PAULO SÉRGIO PARREIRA JACINTO, ID: 2401115-0, Tesoureiro, ordenadores de despesa secundários, a competência para que pratique, nos termos da legislação vigente, atos de gestão financeira no âmbito do 36º BPM, tais como:

I - movimentação da conta corrente ERJ - SEPM/36ºBPM, agência 2234-9, do Banco do Brasil;

II - autorizar despesas do 36º Batalhão de Polícia Militar do ERJ junto ao Banco do Brasil S/A;

III - movimentação de recursos financeiros, solicitação e assinatura de documentos bancários;

IV - solicitação, expedição, assinatura de cheques nominativos e ordens bancárias/pagamentos;

V - representar o 36º Batalhão de Polícia Militar do ERJ junto ao Banco do Brasil S/A;

**Art. 2º** - Dê-se conhecimento imediato desta Resolução, através da Chefia de Gabinete da SEPM, ao Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE-RJ), à Secretaria de Estado de Fazenda (SEFAZ) e à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (SEPLAG).

**Art. 3º** - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 28 de julho de 2023
LUIZ HENRIQUE MARINHO PIRES Secretário de Estado de Polícia Militar
RESOLUÇÃO SEPM Nº 4361 DE 28 DE JULHO DE 2023
DELEGA COMPETÊNCIA PARA PRATICAR ATOS DE GESTÃO FINANCEIRA, NO ÂMBITO DO 25º/SEPM.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR, no uso das atribuições que lhe conferem o disposto no inciso VII e § 1º do art. 82 da Lei Estadual nº 287, de 14/12/79 (Código de Administração Financeira do Estado do Rio de Janeiro), tendo em vista o disposto no art. 14 do Decreto-Lei Estadual nº 239, de 21/07/75, e no parágrafo único do art. 35 do Regulamento a que se refere o Decreto nº 3.149, de 28/04/80 e tendo em vista o que consta no Processo eletrônico nº SEI-350103/000933/2023,

RESOLVE:

**Art. 1º** - Delegar ao TEN CEL PM RG: 58.834 LEONARDO RIBEIRO DE OLIVEIRA, ID: 22385910, Comandante do 25º BPM, MAJ PM RG: 65.155 ANDRÉ LUIZ ALMEIDA DE PAULA, ID: 23392959, Subcomandante do 25º BPM, CAP PM RG: 84.596 IVSON SOUZA BARRETO, ID: 42760500, Fiscal Administrativo, 2º Ten. PM RG: 48.604 JOAQUIM DO NASCIMENTO CARVALHO, ID: 24984272, Tesoureiro, ordenado-

res de despesa secundários, a competência para que pratique, nos termos da legislação vigente, atos de gestão financeira no âmbito do 25º BPM, tais como:

I - movimentação da conta corrente ERJ - SEPM/25ºBPM, agência 2234-9, do Banco do Brasil;

II - autorizar despesas do 25º Batalhão de Polícia Militar do ERJ junto ao Banco do Brasil S/A;

III - movimentação de recursos financeiros, solicitação e assinatura de documentos bancários;

IV - solicitação, expedição, assinatura de cheques nominativos e ordens bancárias/pagamentos;

V - representar o 25º Batalhão de Polícia Militar do ERJ junto ao Banco do Brasil S/A;

**Art. 2º** - Dê-se conhecimento imediato desta Resolução, através da Chefia de Gabinete da SEPM, ao Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE-RJ), à Secretaria de Estado de Fazenda (SEFAZ) e à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (SEPLAG).  
**Art. 3º** - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 28 de julho de 2023
LUIZ HENRIQUE MARINHO PIRES Secretário de Estado de Polícia Militar
RESOLUÇÃO SEPM Nº 4362 DE 28 DE JULHO DE 2023
DELEGA COMPETÊNCIA PARA PRATICAR ATOS DE GESTÃO FINANCEIRA, NO ÂMBITO DO 33º/SEPM.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR, no uso das atribuições que lhe conferem o disposto no inciso VII e § 1º do art. 82 da Lei Estadual nº 287, de 14/12/79 (Código de Administração Financeira do Estado do Rio de Janeiro), tendo em vista o disposto no art. 14 do Decreto-Lei Estadual nº 239, de 21/07/75, e no parágrafo único do art. 35 do Regulamento a que se refere o Decreto nº 3.149, de 28/04/80 e tendo em vista o que consta no Processo eletrônico nº SEI-350103/000945/2023,

RESOLVE:

**Art. 1º** - Delegar ao TEN CEL PM RG: 60.911 ROBSON NUNES BORGES, ID: 3220944-4, Comandante do 33º BPM, MAJ PM RG: 65.100 FABRÍCIO CAMEZ TRICHES, ID: 2406426-2, Subcomandante do 33º BPM, MAJ PM RG: 81.542 JEIMISON GONÇALVES CAVALCANTE BARBOSA, ID: 4211474-8, Fiscal Administrativo, 2º Ten. PM RG: 68.787 CLAUDIO SIMÃO DA ROCHA, ID: 2380781-4, Tesoureiro, ordenadores de despesa secundários, a competência para que pratique, nos termos da legislação vigente, atos de gestão financeira no âmbito do 33º BPM, tais como:

I - movimentação da conta corrente ERJ - SEPM/33ºBPM, agência 2234-9, do Banco do Brasil;

II - autorizar despesas do 33º Batalhão de Polícia Militar do ERJ junto ao Banco do Brasil S/A;

III - movimentação de recursos financeiros, solicitação e assinatura de documentos bancários;

IV - solicitação, expedição, assinatura de cheques nominativos e ordens bancárias/pagamentos;

V - representar o 33º Batalhão de Polícia Militar do ERJ junto ao Banco do Brasil S/A;

**Art. 2º** - Dê-se conhecimento imediato desta Resolução, através da Chefia de Gabinete da SEPM, ao Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE-RJ), à Secretaria de Estado de Fazenda (SEFAZ) e à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (SEPLAG).

**Art. 3º** - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 28 de julho de 2023
LUIZ HENRIQUE MARINHO PIRES Secretário de Estado de Polícia Militar
Id: 2497573
SECRETÁRIO DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR
ATO DO SECRETÁRIO
RESOLUÇÃO SEPM Nº 4364 DE 28 DE JULHO DE 2023
DESIGNA SERVIDORES PARA COMPOR A COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR, no exercício de suas atribuições legais,  
**CONSIDERANDO:**  
- o disposto no Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016, que regulamenta a gestão e a fiscalização das contratações da Administração Pública e,  
- o Proc. nº SEI-350192/002499/2023, o qual indica servidores para compor a equipe de fiscalização.

**RESOLVE:**  
**Art. 1º** - Ficam designados, a contar de 27 de julho de 2023, os servidores abaixo relacionados para compor a Comissão de Fiscalização com o objetivo de fiscalizar o Contrato nº 059/2023, oriundo do Processo nº 350169/001004/2023, firmado com a empresa BRS SP SUPRIMENTOS CORPORATIVOS S/A, a saber:  
**4º CPA**  
MAJOR PM RG 55.573 ANTONIO CARLOS CRAVO JUNIOR, ID FUNC. 2407507-8  
SUBTEN PM RG 66.006 INDIARA BRANDÃO DO COUTO, ID FUNC. 2249902-4  
CB PM RG 98.623 TIAGO DA COSTA SILVA, ID FUNC. 5011753-0

**CCP**  
SUBTEN PM RG 62.743 ROGERIO LUIZ DE ANDRADE SOARES, ID FUNC. 2159810-0  
3º SGT PM RG 91.851 DIOGO MARIANO DE SOUZA, ID FUNC. 4410471-5  
CB PM RG 95.609 GABRIEL OLIVEIRA PATRÃO, ID FUNC. 4425684-1  
**DT**  
1º SGT PM RG 69.864 LUIS CLÁUDIO AMÂNCIO, ID FUNC. 2159704-9  
3º SGT PM RG 89.255 MARCOS ANTÔNIO TAVARES DE SOUSA, ID FUNC. 4383833-2  
CB PM RG 93.871 RAFAEL PESSANHA RAMOS, ID FUNC. 4420250-4

**CORREGEDORIA**  
SUBTEN PM RG 73.378 ROBSON BARBOSA, ID FUNC. 2259487-6  
SUBTEN PM RG 73.599 FÁBIO DA SILVA NUNES, ID FUNC. 2430133-7  
1º SGT PM RG 80.621 LILIANE DA GAMA MENDES GÓES, ID FUNC. 4183563-8

**Art. 2º** - Os servidores designados no artigo anterior deverão acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e seus aditivos, bem como manter os Gestores do contrato atualizados sobre o desempenho da execução contratual, praticando, para isso, todos os atos inerentes ao

exercício dessa função, incluindo, além daqueles elencados no art. 13 do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016:  
I - a atestação das notas fiscais relativas ao contrato, por 2 (dois) servidores membros da comissão;

II - encaminhamento, ao Gestor do Contrato, de toda documentação comprobatória da boa execução e o termo de recebimento do serviço, bem como os relatórios circunstanciados contendo as alterações observadas (se houver), respeitados os prazos contratuais e legais, juntamente com respectivas notas fiscais;

III - prestação, ao Gestor, de todas as informações relativas à execução do contrato que o mesmo necessitar;

IV - comunicação, ao Gestor do Contrato, de todas as alterações na execução do ajuste contratual para fins de adoção das providências administrativas cabíveis, o mais breve possível;

V - efetuar a glosa nas notas fiscais por eventuais falhas durante a execução do contrato;

VI - abrir processo de liquidação com as notas fiscais relativas ao serviço, conforme previsão contratual, inserindo um despacho relatando todas as falhas observadas na execução contratual de modo a municiar o gestor com as informações necessárias a fim de notificar a contratada visando à apuração e a aplicação das devidas sanções administrativas por descumprimento de contrato.

**Art. 3º** - Fica sob a responsabilidade da UNIDADE BENEFICIADA pelo contrato:

I - manter, sempre, no mínimo, 2 (2) dois membros da comissão fiscalizadora em condições de analisar, conferir, atestar ou validar a atestação das notas fiscais do contrato relacionado;

II - viabilizar, na hipótese de transferência do servidor designado como fiscal, que a apresentação na Unidade de destino, somente ocorra após a publicação em DOERJ do substituto. A indicação para substituição de servidores designados como fiscais deverá ser feita junto a Diretoria de Licitações e Projetos - DLP, devendo o Gestor do Contrato ser informado imediatamente.

III - providenciar a substituição imediata de servidor designado que se achar impedido na forma do art.10 do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016, encaminhando a solicitação através de SEI à Diretoria de Licitações e Projetos - DLP.

**§1º** - O agente público em situação de impedimento fica obrigado a comunicá-lo aos seus superiores imediatamente, a fim de que seja providenciada a designação de outro servidor.

**§2º** - Enquanto não for publicada no DOERJ a substituição dos membros desta comissão fiscal, ficam estes servidores vinculados à atividade de acompanhamento e controle da execução contratual.

**Art. 4º** - É de responsabilidade da comissão de fiscalização verificar se as notas fiscais estão sendo inseridas e tramitadas no endereço eletrônico sisnota.pmerj.rj.gov.br, conforme publicação em BOL PM nº 213, de 19 de novembro de 2015, págs. 70 a 79, bem como fiscalizar o fiel cumprimento da confecção dos processos de liquidação.

**Art. 5º** - Fica estabelecido que as comissões fiscalizadoras das Unidades beneficiadas, e os demais setores que estão envolvidos na execução do contrato, direta ou indiretamente, deverão disponibilizar todas as informações necessárias ao exercício das atribuições aqui delegadas, com a maior celeridade possível, e dar acesso às instalações e dependências onde ocorrer a prestação do serviço ou a entrega de materiais, sempre que solicitado pelo Gestor ou por qualquer um dos membros de sua equipe de apoio.

**Art. 6º** - As comissões fiscalizadoras das Unidades beneficiadas deverão obter em arquivo próprio a cópia do Termo de Referência e do Instrumento Contratual, bem como municiar-se de informações acerca da consecução da fiscalização, na forma do art. 11, IV do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016, bem como, em cumprimento do mandamento esculpido no BOL da PM nº 068 de 16 de abril de 2020 atentar à obrigatoriedade de realização do curso de Gestão e fiscalização de contratos.

**Art. 7º** - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 28 de julho de 2023
LUIZ HENRIQUE MARINHO PIRES Secretário de Estado de Polícia Militar
Id: 2497653
SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR
ATO DO SECRETÁRIO
RESOLUÇÃO SEPM Nº 4365 DE 31 DE JULHO DE 2023
DESIGNA GESTOR E GESTOR SUBSTITUTO PARA AS ATIVIDADES GERENCIAIS, TÉCNICAS E OPERACIONAIS QUE COMPÕEM O PROCESSO DE CONTRATAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR, no exercício de suas atribuições legais,  
**CONSIDERANDO:**  
- o disposto no Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016, que regulamenta a gestão e a fiscalização das contratações da Administração Pública e,  
- o Processo nº SEI-350192/002223/2023, o qual indica servidores para a designação de Gestor e Gestor Substituto para as atividades gerenciais, técnicas e operacionais que compõem o processo de contratação.

**RESOLVE:**

**Art. 1º** - Fica designado a contar de 26 de Julho de 2023, o(s) servidor(es): CAP PM RG 53.016 VLADIMIR LOPES DA SILVA, ID: 2433818-4, da CGPM como Gestor do instrumento contratual nº 089/2023, oriundo do Processo SEI-350192/002192/2023, firmado com a empresa RIO OFFICE COMÉRCIO DE MÓVEIS E EQUIPAMENTOS LTDA e o CB PM RG 102.694 ISMAEL SEVERINO DA SILVA, ID: 5027399-0, da DLP, como Gestor Substituto em caso de férias, licenças e outros eventuais afastamentos.

**Art. 2º** - É de responsabilidade dos Gestores e Gestores Substitutos executar, além dos atos inerentes às atividades gerenciais, técnicas e operacionais elencados no art. 12 do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016:

I - zelar pela manutenção da cobertura contratual, pelas alterações e atualizações dos contratos;

II - deflagrar os procedimentos administrativos necessários à aplicação das penalidades previstas no contrato e na legislação em vigor, referente ao contrato formalmente passado a sua responsabilidade, especialmente, no tocante à notificação preliminar, quando for a hipótese;



**III** - declarar-se impedido ou providenciar junto à Diretoria de Licitações e Projetos - DLP a substituição imediata de servidor designado como gestor ou fiscal do contrato, na forma do art. 10 do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016;

**IV** - coordenar e apoiar às comissões fiscalizadoras, praticando, para tanto, todos os atos inerentes às atividades gerenciais, técnicas e operacionais cabíveis ao exercício dessa função, em conformidade com a legislação de referência, bem como os atos constantes nesta resolução;

**V** - solicitar às Unidades beneficiadas a apresentação de documentos comprobatórios da correta execução contratual, através da fiscalização feita pela comissão existente na Unidade;

**VI** - solicitar à contratada comprovação da manutenção das condições de habilitação jurídica, fiscal, trabalhista, econômica e técnica do contrato, periodicamente, bem como requerer informações e relatórios pertinentes à consecução do serviço e à correta execução do contrato sob sua responsabilidade;

**VII** - conferir as notas fiscais atestadas pela comissão fiscal, relativas ao contrato, encaminhando-as ao setor responsável pelo pagamento, após conferência dos respectivos documentos;

**VIII** - receber dos fiscais do contrato a documentação comprobatória da boa execução dos serviços e os termos de recebimento de material e serviço (provisório e definitivo), bem como produzir e exigir da Comissão fiscalizadora relatórios circunstanciados relativos à aquisição de equipamentos de grande vulto, respeitados os prazos contratuais e legais, juntamente com as respectivas notas fiscais;

**IX** - abrir reclamação junto às contratadas devido ao não atendimento de obrigações estipuladas no contrato, no termo de referência ou norma legal específica do objeto, bem como a submissão de pedido de normalização da prestação devida;

**X** - solicitar todas as informações relativas ao contrato, que forem necessárias ao melhor gerenciamento da execução do objeto contratado;

**XI** - comunicar ao Chefe da Coordenação de Contratos sobre todas as alterações na execução do ajuste contratual para fins de adoção das providências administrativas cabíveis, o mais breve possível;

**XII** - abrir processo de apuração de descumprimento contratual, instruindo-o com o máximo possível de provas da conduta irregular adotada pela contratada, especialmente quanto a comprovação: de datas de solicitações de atendimento; datas de início e término de prazos de entrega; datas de entregas efetivamente realizadas, visando instruir o cálculo de eventuais multas de mora. Além dos documentos comprobatórios de comunicação a contratada de descumprimento contratual; de pedido de esclarecimentos quanto à conduta; e de pedido de normalização da prestação;

**Art. 3º** - Cabe à Diretoria de Orçamento - DOr ou à Diretoria de Finanças - DF o controle de recebimento de notas, sendo responsáveis por:

**I** - manter controle atualizado dos pagamentos efetuados, em ordem cronológica, a partir da informação enviada pelos setores responsáveis pelo pagamento;

**II** - confrontar o preço total e as quantidades constantes em Nota Fiscal, ou outro documento orientador do pagamento, com o valor nominal máximo estabelecido no contrato;

**III** - realizar auditorias de consistência entre os dados das notas fiscais, ou outro documento orientador de pagamento, com os comprovantes de realização do serviço, sempre que solicitado pelo gestor do contrato ou quanto identificar alguma incongruência nos dados que justifique conferência detalhada, não eximindo a responsabilidade pelos procedimentos de atestação feitos pela comissão fiscal, responsável pelo recebimento de serviços e bens;

**IV** - receber todos os documentos necessários, contratualmente estabelecidos, para a liquidação da despesa e encaminhá-los, juntamente com a nota fiscal, para o setor responsável pelo pagamento, em tempo hábil, de modo que o pagamento seja efetuado no prazo adequado;

**V** - acusar, mensalmente, o não recebimento; o recebimento fora do prazo regulamentar; o recebimento sem os documentos necessários, contratualmente estabelecidos, para a liquidação de despesas; falhas formais nos procedimentos de atestação (datas, carimbos, assinaturas, ofícios de remessa); valores faturados acima do limite máximo (valor nominal do contrato) de notas fiscais, ou outro documento orientador do pagamento, avisando ao respectivo responsável de tramitação e acompanhamento contratual para medidas de cobrança do envio;

**VI** - receber e registrar o valor das notas de empenho vinculadas à contratação, acompanhando o saldo de empenho até o limite legal.

**Art. 4º** - Caberá a DIRETORIA DE LICITAÇÕES E PROJETOS - DLP: a publicação dos atos em DOERJ, a realização de pesquisa de mercado para a verificação de economicidade, nos casos em que a legislação assim o exigir, e a prestação de esclarecimentos e orientações no bojo da gestão e fiscalização.

Parágrafo único: Em casos de objetos de grande complexidade ou de disponibilidade restrita ao mercado local, o Setor de Pesquisa de Mercado da DLP deverá ser auxiliado pelo Setor Técnico Requisitante da demanda para fins de realização da referida pesquisa mercadológica.

**Parágrafo Único-** Em casos de objetos de grande complexidade ou especificidade, a cargo da DLP, a realização da Pesquisa de Mercado poderá ser auxiliada por órgão técnico da corporação, ou pela unidade a ser beneficiada, em casos objeto somente disponível em mercado local.

**Art. 5º** - O Gestor e o Gestor Substituto, elencados no art. 1º, poderão ter dedicação exclusiva às suas atribuições, na forma do §3º do art. 6º do Decreto Estadual nº 45.600 de 16 de março de 2016.

**Art. 6º** - Cabe ao Gestor e ao Gestor Substituto, em conformidade à previsão contida no art. 11, IV do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016, bem como, em cumprimento ao mandamento esculpido no BOL da PM nº 068 de 16 de abril de 2020, atentar à obrigatoriedade de realização do curso de Gestão e Fiscalização de Contratos.

**Art. 7º** - Fica estabelecido o correio eletrônico aquisicoes\_dlp@pmerj.rj.gov.br como canal de comunicação entre as Unidades Beneficiadas e a Diretoria de Licitações e Projetos, além dos demais meios formais previstos.

**Art. 8º** - Enquanto não for publicada em DOERJ a substituição dos membros da comissão fiscal, ficam os servidores vinculados à atividade de acompanhamento e controle da execução contratual.

**Art. 9º** - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 31 de julho de 2023

**LUIZ HENRIQUE MARINHO PIRES**  
Secretário de Estado de Polícia Militar

Id: 2497783

## SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR

### ATO DO SECRETÁRIO

#### RESOLUÇÃO SEPM Nº 4366 DE 31 DE JULHO DE 2023

##### DESIGNA SERVIDORES PARA COMPOR A COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO, E DAS OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR, no exercício de suas atribuições legais,

##### CONSIDERANDO:

- o disposto no Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016, que regulamenta a gestão e a fiscalização das contratações da Administração Pública e,

- o Processo nº SEI-350192/002223/2023, o qual indica servidores para compor a equipe de fiscalização.

##### RESOLVE:

**Art. 1º** - Ficam designados, a contar de 26 de julho de 2023, os servidores abaixo relacionados para compor a Comissão de Fiscalização, com o objetivo de fiscalizar o instrumento contratual nº 089/2023, oriundo do Processo Administrativo SEI-350192/002192/2023, firmado com a empresa RIO OFFICE COMÉRCIO DE MÓVEIS E EQUIPAMENTOS LTDA, a saber:

- SUBTEN PM RG 60.435 MARCELO POUBEL ARAÚJO, ID FUNC. 2192203-9, da CGPM

- 3º SGT PM RG 91.305 MARCOS ARAÚJO DE ALMEIDA, ID FUNC. 4408040-9, da CGPM

- CB PM RG 91.305 WINDSOR PRATES BARBOSA, ID FUNC. 4424418-5, da CGPM

- SD PM RG 107.485 GUILHERME ZELTZER RODRIGUES, ID FUNC. 5100467-4, da DLP

- CB PM RG 106.020 LEANDRO PEREIRA DE MORAES, ID FUNC. 5080487-1, da DLP

- CB PM RG 107.166 RONALDO DAS VIRGENS MARTINS, ID FUNC. 5096813-0, da DLP

**Art. 2º** - Os servidores designados no artigo anterior deverão acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e seus aditivos, bem como manter os Gestores do contrato atualizados sobre o desempenho da execução contratual, praticando, para isso, todos os atos inerentes ao exercício dessa função, incluindo, além daqueles elencados no art. 13 do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016:

**I** - a atestação das notas fiscais relativas ao contrato, por dois servidores membros da comissão;

**II** - encaminhamento, ao gestor do contrato, de toda documentação comprobatória da boa execução e o termo de recebimento do serviço, bem como os relatórios circunstanciados contendo as alterações observadas (se houver), respeitados os prazos contratuais e legais, juntamente com respectivas notas fiscais;

**III** - prestação, ao gestor, de todas as informações relativas a execução do contrato que o mesmo necessitar;

**IV** - comunicação, ao gestor do contrato, de todas as alterações na execução do ajuste contratual para fins de adoção das providências administrativas cabíveis, o mais breve possível;

**V** - efetuar a glosa nas notas fiscais por eventuais falhas durante a execução do contrato;

**VI** - abrir processo de liquidação com as notas fiscais relativas ao serviço, conforme previsão contratual, inserindo um despacho relatando todas as falhas observadas na execução contratual de modo a municiar o gestor com as informações necessárias a fim de notificar a contratada visando à apuração e a aplicação das devidas sanções administrativas por descumprimento de contrato.

**Art. 3º** - Fica sob a responsabilidade da UNIDADE BENEFICIADA pelo contrato:

**I** - manter, sempre, no mínimo, dois membros da comissão fiscalizadora em condições de analisar, conferir, atestar ou validar a atestação das notas fiscais do contrato relacionado;

**II** - viabilizar, na hipótese de transferência do servidor designado como fiscal, que a apresentação na Unidade de destino, somente ocorra após a publicação em DOERJ do substituto. A indicação para substituição de servidores designados como fiscais deverá ser feita junto a Diretoria de Licitações e Projetos - DLP, devendo o Gestor do Contrato ser informado imediatamente.

**III** - providenciar a substituição imediata de servidor designado que se achar impedido na forma do art.10 do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016, encaminhando a solicitação através de SEI Diretoria de Licitações e Projetos - DLP.

**§1º** - o agente público em situação de impedimento fica obrigado a comunicá-lo aos seus superiores imediatamente, a fim de que seja providenciada a designação de outro servidor.

**§2º** - enquanto não for publicada no DOERJ a substituição dos membros desta comissão fiscal, ficam estes servidores vinculados à atividade de acompanhamento e controle da execução contratual.

**Art. 4º** - É de responsabilidade da comissão de fiscalização verificar se as notas fiscais estão sendo inseridas e tramitadas no endereço eletrônico sisnota.pmerj.rj.gov.br, conforme publicação em BOL PM nº 213, de 19 de novembro de 2015, págs. 70 a 79, bem como fiscalizar o fiel cumprimento da confecção dos processos de liquidação.

**Art. 5º** - Fica estabelecido que as comissões fiscalizadoras das Unidades beneficiadas, e os demais setores que estão envolvidos na execução do contrato, direta ou indiretamente, deverão disponibilizar todas as informações necessárias ao exercício das atribuições aqui delegadas, com a maior celeridade possível, e dar acesso às instalações e dependências onde ocorrer a prestação do serviço ou a entrega de materiais, sempre que solicitado pelo Gestor ou por qualquer um dos membros de sua equipe de apoio.

**Art. 6º** - As comissões fiscalizadoras das Unidades beneficiadas deverão obter em arquivo próprio a cópia do Termo de Referência e do Instrumento Contratual, bem como municiar-se de informações acerca da consecução da fiscalização, na forma do art. 11, IV do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016, bem como, em cumprimento do mandamento esculpido no BOL da PM nº 068 de 16 de abril de 2020 atentar à obrigatoriedade de realização do curso de Gestão e fiscalização de contratos.

**Art. 7º** - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 31 de julho de 2023

**LUIZ HENRIQUE MARINHO PIRES**  
Secretário de Estado de Polícia Militar

Id: 2497782

## SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR DIRETORIA DE PESSOAL

### ATO DO SECRETÁRIO DE 19.07.2023

**EXONERAR**, com validade a contar de 30 de junho de 2023, **GABRIEL WAGNER ROSELLA**, MAJ PM RG 80.947, ID Funcional 41893360, do cargo em comissão de Assistente, símbolo DAS-6, Chefe da 3.ª Seção da Diretoria de Finanças - DF/DGAF da Secretaria de Estado de Polícia Militar. Processo nº SEI-350088/000762/2023.

Id: 2497622

## SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR DIRETORIA DE PESSOAL

### ATO DO SECRETÁRIO DE 22.07.2023

**EXONERAR**, com validade a contar de 31 de julho de 2023, **SIDICLEY CARLOS MANHÃES DE SOUZA**, ID Funcional 50759590, do cargo em comissão de Assistente III, símbolo DAI-5, da Secretaria de Estado de Polícia Militar. Processo nº SEI-350088/000834/2023.

Id: 2497769

## SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR DIRETORIA DE PESSOAL

### ATO DO SECRETÁRIO DE 22.07.2023

**NOMEAR**, com validade a contar de 20 de julho de 2023, **FABIO PINTO GONÇALVES**, TEN CEL PM RG 57.382, ID Funcional 23436271, no cargo em comissão de Diretor, símbolo DAS-7, da Diretoria de Transportes - DT, da Secretaria de Estado de Polícia Militar, anteriormente ocupado por FABRICIO FERNANDES DA SILVA MOCA, TEN CEL PM RG 60.875, ID Funcional 32210035. Proc. SEI nº 350088/000830/2023.

Id: 2496028

## SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR

### DESPACHOS DO SECRETÁRIO DE 27.07.2023

**PROCESSO Nº SEI-350460/001087/2023 - AUTORIZO**, em conformidade com o Art. 1º, do Decreto nº 44.251, de 17 de junho de 2013, e Resolução SEPM nº 12, de 28 de janeiro de 2019.

**PROCESSO Nº SEI-350108/008568/2023 - AUTORIZO**, em conformidade com o Art. 1º, do Decreto nº 44.251, de 17 de junho de 2013, e Resolução SEPM nº 12, de 28 de janeiro de 2019.

**PROCESSO Nº SEI-350108/008571/2023 - AUTORIZO**, em conformidade com o Art. 1º, do Decreto nº 44.251, de 17 de junho de 2013, e Resolução SEPM nº 12, de 28 de janeiro de 2019.

**PROCESSO Nº SEI-350108/008570/2023 - AUTORIZO**, em conformidade com o Art. 1º, do Decreto nº 44.251, de 17 de junho de 2013, e Resolução SEPM nº 12, de 28 de janeiro de 2019.

**PROCESSO Nº SEI-350454/001595/2023 - AUTORIZO**, em conformidade com o Art. 1º, do Decreto nº 44.251, de 17 de junho de 2013, e Resolução SEPM nº 12, de 28 de janeiro de 2019.

#### DE 28.07.2023

**PROCESSO Nº SEI-350043/003511/2023 - AUTORIZO**, em conformidade com o Art. 1º, do Decreto nº 44.251, de 17 de junho de 2013, e Resolução SEPM nº 12, de 28 de janeiro de 2019.

**PROCESSO Nº SEI-350126/000434/2023 - AUTORIZO**, em conformidade com o Art. 1º, do Decreto nº 44.251, de 17 de junho de 2013, e Resolução SEPM nº 12, de 28 de janeiro de 2019.

**PROCESSO Nº SEI-350042/004380/2023 - AUTORIZO**, em conformidade com o Art. 1º, do Decreto nº 44.251, de 17 de junho de 2013, e Resolução SEPM nº 12, de 28 de janeiro de 2019.

**PROCESSO Nº SEI-350449/002575/2023 - AUTORIZO**, em conformidade com o Art. 1º, do Decreto nº 44.251, de 17 de junho de 2013, e Resolução SEPM nº 12, de 28 de janeiro de 2019.

**PROCESSO Nº SEI-350111/001256/2023 - AUTORIZO**, em conformidade com o Art. 1º, do Decreto nº 44.251, de 17 de junho de 2013, e Resolução SEPM nº 12, de 28 de janeiro de 2019.

**PROCESSO Nº SEI-350061/003269/2023 - AUTORIZO**, em conformidade com o Art. 1º, do Decreto nº 44.251, de 17 de junho de 2013, e Resolução SEPM nº 12, de 28 de janeiro de 2019.

**PROCESSO Nº SEI-350139/004978/2023 - AUTORIZO**, em conformidade com o Art. 1º, do Decreto nº 44.251, de 17 de junho de 2013, e Resolução SEPM nº 12, de 28 de janeiro de 2019.

**PROCESSO Nº SEI-350115/001373/2023 - AUTORIZO**, em conformidade com o Art. 1º, do Decreto nº 44.251, de 17 de junho de 2013, e Resolução SEPM nº 12, de 28 de janeiro de 2019.

**PROCESSO Nº SEI-350209/001260/2023 - AUTORIZO**, em conformidade com o Art. 1º, do Decreto nº 44.251, de 17 de junho de 2013, e Resolução SEPM nº 12, de 28 de janeiro de 2019.

**PROCESSO Nº SEI-350115/001372/2023 - AUTORIZO**, em conformidade com o Art. 1º, do Decreto nº 44.251, de 17 de junho de 2013, e Resolução SEPM nº 12, de 28 de janeiro de 2019.

**PROCESSO Nº SEI-350054/003750/2023 - AUTORIZO**, em conformidade com o Art. 1º, do Decreto nº 44.251, de 17 de junho de 2013, e Resolução SEPM nº 12, de 28 de janeiro de 2019.

Id: 2497606

## SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR

### DESPACHOS DO SECRETÁRIO DE 28.07.2023

**PROCESSO Nº SEI-420001/002402/2023 - AUTORIZO** a disposição do 1º SGT PM RG 76.334 JOÃO ALEXANDRE DE PAIVA ALVES E SILVA, do quadro de pessoal da Secretaria de Estado de Polícia Militar, lotado no 28ºBPM, para SEGOV/Operação Segurança Presente, pelo período de 02 (dois) anos, nos termos dos Decretos nº47/2018 e 48.259/22.

**PROCESSO Nº SEI-420001/002441/2023 - AUTORIZO** a disposição do 1º SGT PM RG 77250 LUCIANO GOMES DA SILVA, do quadro pessoal desta Secretaria de Estado de Polícia Militar, lotado no 2º BPM, para a SEGOV/Operação Segurança Presente, pelo período de 02 (dois) anos, em permuta com o 2º SGT PM RG 71.660 MARCELO HENRIQUE FERREIRA PINTO, que retorna para a Corporação, nos termos do Decreto nº 48.259/2022.

**PROCESSO Nº SEI-420001/002461/2023 - AUTORIZO** a disposição do SD PM RG 108.128 JONATAN VICENTE DE CASTRO, do quadro de pessoal da Secretaria de Estado de Polícia Militar, lotado no 39º BPM, para SEGOV/Operação Segurança Presente, pelo período de 02 (dois) anos, nos termos dos Decretos nº47/2018 e 48.259/22.

**PROCESSO Nº SEI-420001/002473/2023 - AUTORIZO** a disposição do SD PM RG 108.991 JESSICA OLIVETTI FERNANDES MORENO, do quadro de pessoal da Secretaria de Estado de Polícia Militar, lotado na 1ªUPP/2ºBPM, para SEGOV/Operação Segurança Presente, pelo período de 02 (dois) anos, nos termos dos Decretos nº47/2018 e 48.259/22.



**PROCESSO Nº SEI-420001/002491/2023 - AUTORIZO** a disposição do CB PM RG 94.767 ANDRE ONOFRE AVELINO, do quadro de pessoal da Secretaria de Estado de Polícia Militar, lotado no 15ºBPM, para a SEGOV/Operação Lei Seca, pelo período de 02 (dois) anos em permuta com o 1º SGT PM RG 69.968 JULIO CESAR RIBEIRO DO NASCIMENTO, que retorna para Corporação, nos termos do Decreto nº 47/2018 c/c 48.259/2022.

Id: 2497517

SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR

DESPACHO DO SECRETÁRIO  
DE 28.07.2023

**PROCESSO Nº SEI-420001/002363/2023 - AUTORIZO** a disposição do 1º SGT PM RG 72.358 EDUARDO JOSE DA SILVA, do quadro de pessoal da Secretaria de Estado de Polícia Militar, lotado na SSCC, para SEGOV/Operação Segurança Presente, pelo período de 02 (dois) anos, nos termos dos Decretos nº47/2018 e 48.259/22.

Id: 2497559

SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR  
SUBSECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

DESPACHO DO SUBSECRETÁRIO  
DE 27.07.2023

**\*PROC. Nº SEI-350089/004225/2023 - RATIFICO**, a despesa por dispensa de Licitação, nos termos do art. 24, da Lei Federal nº 8.666/93, a favor do adiantamento financeiro de despesas miúdas de pronto pagamento no valor de R\$ 33.429,72 (trinta e três mil e quatrocentos e vinte e nove reais e setenta e dois centavos) ao DGP, com base no caput do art. 26, do supracitado diploma legal.  
\*Omitido no D.O. de 28.07.2023.

DIRETORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

DESPACHO DO SUBDIRETOR GERAL  
DE 26.07.2023

**\*PROC. Nº SEI-350192/001394/2023 - AUTORIZO**, a despesa por dispensa de Licitação, nos termos do art. 24, da Lei Federal nº 8.666/93, a favor do adiantamento financeiro de despesas miúdas de pronto pagamento no valor de R\$ 33.429,72 (trinta e três mil e quatrocentos e vinte e nove reais e setenta e dois centavos) ao DGP, com base no caput do art. 26, do supracitado diploma legal.  
\*Omitido no D.O. de 27.07.2023.

Id: 2497542

SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR  
DIRETORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

DESPACHO DO DIRETOR  
DE 28.07.2023

**PROCESSO Nº SEI-350031/003805/2023 - AUTORIZO**, a despesa por dispensa de Licitação, nos termos do art. 24, da Lei Federal nº 8.666/93, a favor do adiantamento financeiro de despesas miúdas de pronto pagamento no valor de R\$ 8.800,00 (oito mil e oitocentos reais) ao 14º BPM, com base no caput do art. 26, do supracitado diploma legal.

Id: 2497564

SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR  
SUBSECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

DESPACHO DO SUBSECRETÁRIO  
DE 27.07.2023

**\*PROC. Nº SEI-350133/001272/2023 - RATIFICO**, a despesa por dispensa de Licitação, nos termos do art. 24, da Lei Federal nº 8.666/93, a favor do adiantamento financeiro de despesas miúdas de pronto pagamento no valor de R\$ 34.895,00 (trinta e quatro mil, oitocentos e noventa e cinco reais) ao DRSP, com base no caput do art. 26, do supracitado diploma legal.  
\*Omitido no D.O. de 28.07.2023.

DIRETORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

DESPACHO DO SUBDIRETOR  
DE 20.07.2023

**\*PROC. Nº SEI-350133/001272/2023 - AUTORIZO**, a despesa por dispensa de Licitação, nos termos do art. 24, da Lei Federal nº 8.666/93, a favor do adiantamento financeiro de despesas miúdas de pronto pagamento no valor de R\$ 34.895,00 (trinta e quatro mil, oitocentos e noventa e cinco reais) ao DRSP, com base no caput do art. 26, do supracitado diploma legal.  
\*Omitido no D.O. de 21.07.2023.

Id: 2497552

SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR  
SUBSECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

DESPACHO DO SUBSECRETÁRIO  
DE 27.07.2023

**\*PROC. Nº SEI-350130/002464/2023 - RATIFICO**, a despesa por dispensa de Licitação, nos termos do art. 24, da Lei Federal nº 8.666/93, a favor do adiantamento financeiro de despesas miúdas de pronto pagamento no valor de R\$ 20.191,00 (vinte mil e cento e noventa e um reais) à APM, com base no caput do art. 26, do supracitado diploma legal.  
\*Omitido no D.O. de 28.07.2023.

SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR  
DIRETORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

DESPACHO DO DIRETOR GERAL  
DE 26.07.2023

**\*PROC. Nº SEI-350130/002464/2023 - AUTORIZO**, a despesa por dispensa de Licitação, nos termos do art. 24, da Lei Federal nº 8.666/93, a favor do adiantamento financeiro de despesas miúdas de pronto pagamento no valor de R\$ 20.191,00 (vinte mil e cento e noventa e um reais) à APM, com base no caput do art. 26, do supracitado diploma legal.  
\*Omitido no D.O. de 27.07.2023.

Id: 2497560

SECRETARIA DE ESTADO DE POLICIA MILITAR  
SUBSECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

DESPACHO DO SUBSECRETÁRIO  
DE 27.07.2023

**PROC. Nº SEI-350060/001394/2023 - RATIFICO**, a despesa por dispensa de Licitação, nos termos do art. 24, da Lei Federal nº 8.666/93, a favor do adiantamento financeiro de despesas miúdas de pronto pagamento no valor de R\$ 17.592,31 (dezessete mil quinhentos e noventa e dois reais e trinta e um centavos) ao COE, com base no caput do art. 26, do supracitado diploma legal.

DIRETORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

DESPACHO DO SUBDIRETOR GERAL  
DE 26.07.2023

**\*PROC. Nº SEI-350192/001394/2023 - AUTORIZO**, a despesa por dispensa de Licitação, nos termos do art. 24, da Lei Federal nº 8.666/93, a favor do adiantamento financeiro de despesas miúdas de pronto pagamento no valor de R\$ 17.592,31 (dezessete mil quinhentos e noventa e dois reais e trinta e um centavos) ao COE, com base no caput do art. 26, do supracitado diploma legal.  
\*Omitidos no D.O. de 28.07.2023.

Id: 2497511

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
DIRETORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

DESPACHOS DO DIRETOR GERAL  
DE 25/07/2023

**PROCESSO Nº SEI-350048/006523/2022 - APROVO** a presente Prestação de Contas em conformidade com a resolução SEPM nº 1645 de 14 de setembro de 2021.

**PROCESSO Nº SEI-350088/000425/2023 - APROVO** a presente Prestação de Contas em conformidade com a resolução SEPM nº 1645 de 14 de setembro de 2021.

**PROCESSO Nº SEI-350089/003536/2022 - APROVO** a presente Prestação de Contas em conformidade com a resolução SEPM nº 1645 de 14 de setembro de 2021.

**PROCESSO Nº SEI-350060/001975/2022 - APROVO** a presente Prestação de Contas em conformidade com a resolução SEPM nº 1645 de 14 de setembro de 2021.

Id: 2497771

SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR  
SUBSECRETARIA DE COMANDO E CONTROLE

DESPACHO DO SUBSECRETÁRIO  
DE 31.07.2023

**PROCESSO Nº SEI-350487/001071/2023 - Empresa B7 EMPREENDIMENTOS LTDA**, registrada no CNPJ sob o nº 17.298.685/0001-05 - **DECIDIDO** pela multa administrativa de 5% do valor do contrato, no valor de R\$ 11.700,00 (onze mil e setecentos reais), instruída, respectivamente, na Cláusula XIII, a, do Contrato n.º 144/2022, no item 16.6 do Edital e no art. 87 inc. II, da Lei n.º 8666/93, por falhar na execução contratual, sendo o inadimplemento grave ou inescusável de obrigação assumida pelo contratado.

Id: 2497665

SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR  
DIRETORIA GERAL DE SAÚDE

DESPACHO DO ORDENADOR DE DESPESAS  
DE 28.07.2023

**PROCESSO Nº SEI-350207/000671/2022- HOMOLOGO** o resultado do Pregão Eletrônico SRP 069/23 em favor da empresa ARJO DO BRASIL EQUIPAMENTOS MEDICOS LTDA, CNPJ 28.997.632/0001-90, vencedora LOTE 2, itens 06, 07 e 08, com o valor total registrado de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

Id: 2497563

SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR

DESPACHO DA ORDENADORA DE DESPESAS  
DE 19/07/2023

**PROCESSO Nº SEI-080001/014906/2023 - Autorizo** o empenho, a liquidação e o pagamento do pedido de ressarcimento referente aos processos judiciais nºs. 0000270-81.2021.8.19.0002, 0023754-28.2021.8.19.0002, 0028224-05.2021.8.19.0002 e 0025509-87.2021.8.19.0002, no valor de R\$ 49.616,58 (quarenta e nove mil seiscentos e dezesseis reais e cinquenta e oito centavos), em favor da Secretaria Estadual de Saúde, em virtude do cumprimento de ordem judicial.

Id: 2497616

SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR

DESPACHOS DO ORDENADOR DE DESPESAS  
DE 26/07/2023

**PROCESSO Nº SEI-350106/001760/2020 - AUTORIZO** a despesa referente à Prestação de Serviços Médicos de Tratamento Oncológico (Inexigibilidade nº 008/2016), em favor da empresa RADIOVITAE Serviços Médicos Ltda, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 14.944.880/0001-69, em decorrência da prorrogação excepcional da vigência contratual por 12 (doze) meses com renúncia ao reajuste, conforme consta no Sexto Termo Aditivo ao contrato nº 235/2018, no valor total estimado de R\$ 1.500.000,00 (Um milhão e quinhentos mil reais).

**PROCESSO Nº SEI-350106/001760/2020 - RATIFICO** a autorização de despesa referente à Prestação de Serviços Médicos de Tratamento Oncológico (Inexigibilidade nº 008/2016), em favor da empresa RADIOVITAE Serviços Médicos Ltda, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 14.944.880/0001-69, em decorrência da prorrogação excepcional da vigência contratual por 12 (doze) meses com renúncia ao reajuste, conforme consta no Sexto Termo Aditivo ao contrato nº 235/2018, no valor total estimado de R\$ 1.500.000,00 (Um milhão e quinhentos mil reais).

DE 28/07/2023

**PROCESSO Nº SEI-350106/001983/2020 - AUTORIZO** a despesa referente à Prestação de Serviços Médico-Hospitalar Especializados em SADT (Inexigibilidade nº 018/2016), em favor da empresa NEUROFISIOLOGIA CLÍNICA IGUAÇU Ltda, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.053.650/0001-42, em decorrência da acréscimo quantitativo do objeto de 25% (vinte e cinco por cento) do contrato, conforme consta no Sexto Termo Aditivo ao contrato nº 018/2016, no valor total estimado de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), passando o valor anual total ser R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

**PROCESSO Nº SEI-350106/001983/2020 - RATIFICO** a autorização de despesa referente à Prestação de Serviços Médico-Hospitalar Especializados em SADT (Inexigibilidade nº 018/2016), em favor da empresa NEUROFISIOLOGIA CLÍNICA IGUAÇU Ltda, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.053.650/0001-42, em decorrência da acréscimo quantitativo do objeto de 25% (vinte e cinco por cento) do contrato, conforme consta no Sexto Termo Aditivo ao contrato nº 018/2016, no valor total estimado de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), passando o valor anual total ser R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

Id: 2497636

Secretaria de Estado de Polícia Civil

SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA CIVIL  
DEPARTAMENTO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

DESPACHOS DA DIRETORA-GERAL  
DE 27.07.2023

**PROCESSO Nº SEI-360026/000252/2023 - MARILENE ALEXANDRE BEZERRA IGLESIAS GUIMARÃES**, CPF 765.876.063-34, **CONCEDE** o Auxílio-Funeral, com fulcro no artigo 152, §1º do Decreto Estadual nº 3.044/1980, no valor de 20 (vinte) UFERJ's, equivalente a 885,31 (oitocentos e oitenta e cinco inteiros e 31 centésimos) UFIR's, perfazendo o montante de R\$ 3.835,96 (três mil e oitocentos e trinta e cinco reais e noventa e seis centavos), face o cumprimento das formalidades legais.

**PROCESSO Nº SEI-360026/000255/2023 - YAGO FOSSATI SIMÕES**, CPF 136.847.047-50, **CONCEDE** o Auxílio-Funeral, com fulcro no artigo 152, §1º do Decreto Estadual nº 3.044/1980, no valor de 20 (vin-te) UFERJ's, equivalente a 885,31 (oitocentos e oitenta e cinco inteiros e 31 centésimos) UFIR's, perfazendo o montante de R\$ 3.835,96 (três mil e oitocentos e trinta e cinco reais e noventa e seis centavos), face o cumprimento das formalidades legais.

**PROCESSO Nº SEI-360026/000256/2023 - SANDRO DI SALVO**, CPF 908.172.147-04, **CONCEDE** o Auxílio-Funeral, com fulcro no artigo 152, §1º do Decreto Estadual nº 3.044/1980, no valor de 20 (vinte) UFERJ's, equivalente a 885,31 (oitocentos e oitenta e cinco inteiros e 31 centésimos) UFIR's, perfazendo o montante de R\$ 3.835,96 (três mil e oitocentos e trinta e cinco reais e noventa e seis centavos), face o cumprimento das formalidades legais.

Id: 2497588

SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA CIVIL  
DEPARTAMENTO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

DESPACHO DA DIRETORA GERAL  
DE 31/07/2023

**PROCESSO Nº SEI-360003/000370/2023 - RATIFICO** a dispensa de licitação nos termos do § 4º e 5º do artigo nº 217, da Lei nº 287/79, em favor de CARLOS SIDNEY PEREIRA DO CARMO, no valor de R\$ 44.000,00 (Quarenta e quatro mil reais), referente à concessão de adiantamento para atender despesas de CARATER SECRETO.

Id: 2497661

SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA CIVIL  
DEPARTAMENTO-GERAL DE GESTÃO DE PESSOAS

ATOS DO DIRETOR GERAL  
DE 28/07/2023

**DESIGNA** a servidora **ALINE DA MOTTA LISBÔA**, Investigadora de Polícia, ID 5 030.832-7 na função de Agente de Pessoal do Núcleo Composto de número 0300-26 SEÇÃO DE PESSOAL EM SITUAÇÃO DIVERSA - SPSD integrado pelas U.A's 126000000000777 - Afastados, 1260000000000551 - Presos, 1260000000000888 - Disposição Interna, e 1260000000000999 - Disposição Externa da SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA CIVIL, a contar de 25/07/2023. Processo nº SEI 360008/000725/2023.

**DISPENSA** a servidora **DÉBORA LOPES PAES**, Inspetora de Polícia, ID 5.033.082-9 na função de Agente de Pessoal do Núcleo Composto de número 0300-26 SEÇÃO DE PESSOAL EM SITUAÇÃO DIVERSA - SPSD integrado pelas U.A's 126000000000777 - Afastados, 1260000000000551 - Presos, 1260000000000888 - Disposição Interna, e 1260000000000999 - Disposição Externa da SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA CIVIL, a contar de 25/07/2023. Processo nº SEI 360008/000725/2023.

**DESIGNA** o servidor **FABRICIO BARBOSA DOS SANTOS**, Inspetor de Polícia, ID 5033081-0, na função de Agente Pessoal da U.A 126202080306600 - 066ª DELEGACIA DE POLÍCIA - PIABETÁ do núcleo simples 0106-26, SECRETARIA DE ESTADO DA POLÍCIA CIVIL, a contar de 03/07/2023. PROCESSO Nº SEI- 360176/000066/2023.

**DISPENSA** o servidor **JOSIAS DA FONSECA COSTA**, Inspetor de Polícia, ID 4.358.126-9, da função de Agente Pessoal da U.A 126202080306600 - 066ª DELEGACIA DE POLÍCIA - PIABETÁ do núcleo simples 0106-26, SECRETARIA DE ESTADO DA POLÍCIA CIVIL, a contar de 03/07/2023. PROCESSO Nº SEI- 360176/000066/2023.

Id: 2497639

SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA CIVIL  
DEPARTAMENTO-GERAL DE GESTÃO DE PESSOAS

APOSTILA DO DIRETOR GERAL  
DE 28 DE JULHO DE 2023

**ATO DE 11/07/2023 - PUBLICADO EM 19/07/2023.** Fica esclarecido que a U.A. 126202080306600 - 066ª DELEGACIA DE POLÍCIA - PIABETÁ foi **EXCLUÍDA** do núcleo composto de nº 0260-26, passando o referido núcleo ter a seguinte composição a partir de 03/07/2023: U.A's 126202080306200 - 62ª DELEGACIA DE POLÍCIA - IMBARIÉ, 126202080305000 - 050ª DELEGACIA DE POLÍCIA - ITAGUAÍ, 126202080306700 - 67ª DELEGACIA DE POLÍCIA GUAPIMIRIM, E 126202080306500 - 65ª DELEGACIA DE POLÍCIA - MAGÉ da SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA CIVIL, respondendo pelo **Núcleo Composto 0260-26 o servidor JOSIAS DA FONSECA COSTA**, Inspetor de Polícia, ID 4358126-9. Outrossim, a U.A. 126202080306600 - 066ª DELEGACIA DE POLÍCIA - PIABETÁ retornou a ser um **núcleo SIMPLES de número 0106-26** respondendo como agente de pessoal o Inspetor de Polícia **FABRICIO BARBOSA DOS SANTOS, ID 5033081-0**, a contar de 03/07/2023 face a solicitação no Processo nº SEI 360176000066/2023.

Id: 2497640

DEPARTAMENTO GERAL DE GESTÃO DE PESSOAS  
SERVIÇO DE DIREITOS E VANTAGENS

DESPACHOS DO CHEFE  
DE 27/07/2023

**PROCESSO Nº SEI-360015/000008/2023 - FERNANDO CEZAR SILVA JULIO**, Inspetor de Polícia, ID Funcional nº. 2.950.337-0 - Período base: 31/10/1994 a 29/10/1999, 03 meses. **CONCEDO** A LICENÇA-PRÊMIO

**PROCESSO Nº SEI-360048/000552/2023 - THIAGO PEDROSA ABREU**, Inspetor de Polícia, ID Funcional nº 4.440.866-8 - 1.887 dias. **ANOTE-SE** para fins de aposentadoria, o tempo de serviço de efetivo exercício em atividades vinculadas ao regime da Previdência Social.

Id: 2497605

DEPARTAMENTO GERAL DE GESTÃO DE PESSOAS  
SERVIÇO DE DIREITOS E VANTAGENS

DESPACHO DO CHEFE  
DE 28/07/2023

**PROCESSO Nº SEI-360247/000102/2023 - BRUNO BARBOSA**, Inspetor de Polícia, ID Funcional nº 4177341-1- período base: 12/06/2018 a 10/06/2023, 03 meses. **CONCEDO** as licenças-prêmio.

Id: 2497643

DEPARTAMENTO GERAL DE GESTÃO DE PESSOAS  
SERVIÇO DE DIREITOS E VANTAGENS

DESPACHOS DO CHEFE  
DE 31/07/2023

**PROCESSO Nº SEI-360088/000095/2023 - LUIZ HENRIQUE VIEIRA FILHO**, Oficial de Cartório Policial, ID Funcional nº 5.025.909-1 - Período base: 13/03/2014 a 11/03/2019, 03 meses.

**PROCESSO Nº SEI-360006/000097/2023 - MARCELO CARVALHO DA CUNHA**, Inspetor de Polícia, ID Funcional nº 571.088-0 - Período base: 13/02/2018 a 27/04/2023, 03 meses.

CONCEDO AS LICENÇAS-PRÊMIOS.

**PROCESSO Nº SEI-360008/001019/2021 - FERNANDA CATERINE EIRAS DIAS BOECHAT**, Delegado de Polícia, ID Funcional nº 5.123.985-0 - 730 dias ao Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro.

**PROCESSO Nº SEI-360149/000186/2023 - MARCOS JESUS DA SILVA BARROS**, Oficial de Cartório Policial, ID Funcional nº 5.032.188-9 - 3.213 dias à Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro.

**PROCESSO Nº SEI-360104/000060/2023 - PAULO CEZAR GOMES DE OLIVEIRA**, Oficial de Cartório Policial, ID Funcional nº 2.952.642-6 - 44 dias à ACADEPOL.

**ANOTE-SE** para fins de aposentadoria, o tempo de serviço de efetivo exercício prestado ao órgão acima citado.



**PROCESSO Nº SEI-360146/000035/2023** - FLAVIO DA ROSA LOU-REIRO, Delegado de Polícia, ID Funcional nº 2.953.642-1 - 1.036 dias.

**PROCESSO Nº SEI-360040/000260/2023** - LEONARDO LOPES BEN-TO, Papiloscopista Policial, ID Funcional nº 4.212.107-8 - 3.615 dias.

**PROCESSO Nº SEI-360040/002946/2023** - PAULO ANTONIO GOMES DA SILVA, Papiloscopista Policial, ID Funcional nº 4.218.419-3 - 2.220 dias.

**ANOTE-SE** para fins de aposentadoria, os tempos de serviços de efetivos exercícios em atividades vinculadas ao regime da Previdência Social.

**PROCESSO Nº SEI-360040/002986/2023** - NATALIA ANDRÉ ARA-GON, ID Funcional nº 5.102.594-9 - **INDEFIRO** o pedido de averbação do tempo de serviço prestado como estágio acadêmico de Direito no Ministério Público Federal, por falta de amparo legal.

Id: 2497762

## Secretaria de Estado de Administração Penitenciária

### SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA

#### ATO DA SECRETÁRIA DE 27.07.2023

**EXONERAR GUSTAVO JACOB BARROSO COSTA**, Inspetor de Po-lícia Penal, ID Funcional nº 42699720, com validade a contar de 23 de maio de 2023, do cargo em comissão de Chefe, símbolo DAI-6, do Núcleo de Inteligência de Japeri e Sul Fluminense, da Subsecretaria de Inteligência do Sistema Penitenciário, da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária. Processo nº SEI-210071/000242/2023.

Id: 2497768

OperatorMarcielle Barbosa**SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINIS-TRAÇÃO PENITENCIÁRIA**

#### ATOS DA SECRETÁRIA DE 27.07.2023

**EXONERAR MAURÍCIO CONCEIÇÃO DA SILVA**, Inspetor de Polícia Penal, ID Funcional nº 50228960, com validade a contar de 28 de junho de 2023, do cargo em comissão de Chefe, símbolo DAI-6, do Serviço de Segurança e Disciplina, do Presídio Gabriel Ferreira Cas-tilho, da Coordenação de Unidades Prisionais de Gericinó, da Supe-rintendência de Gestão Operacional, da Subsecretaria de Gestão Ope-racional, da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária. Pro-cesso nº SEI-210018/000403/2023.

**NOMEAR FABIO JESUS DA SILVEIRA**, Inspetor de Polícia Penal, ID Funcional nº 43377017, para exercer com validade a contar de 28 de junho de 2023, o cargo em comissão de Chefe, símbolo DAI-6, do Serviço de Segurança e Disciplina, do Presídio Gabriel Ferreira Cas-tilho, da Coordenação de Unidades Prisionais de Gericinó, da Supe-rintendência de Gestão Operacional, da Subsecretaria de Gestão Ope-racional, da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária, sem aumento de despesas, em substituição de Maurício Conceição da Sil-va, ID Funcional nº 50228960. Processo nº SEI-210018/000403/2023.

Id: 2497085

### SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA SUBSECRETARIA DE GESTÃO OPERACIONAL PRESÍDIO CARLOS TINOCO DA FONSECA

#### ATOS DO DIRETOR DE 27.06.2023

**DESIGNA**, como sindicante, o Inspetor de Polícia Penal **GUSTAVO VARGAS LEITÃO**, ID. 50299328. Fixa, desde logo, o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da publicação, para conclusão dos tra-balhos. Processo nº. SEI-210031/000515/2023.

DE 19.07.2023

**DESIGNA**, como sindicante, o Inspetor de Polícia Penal **GUSTAVO VARGAS LEITÃO**, ID. 50299328. Fixa, desde logo, o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da publicação, para conclusão dos tra-balhos. Processo nº. SEI-210031/000550/2023.

DE 25.07.2023

**DESIGNA**, como sindicante, o Inspetor de Polícia Penal **GUSTAVO VARGAS LEITÃO**, ID. 50299328. Fixa, desde logo, o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da publicação, para conclusão dos tra-balhos. Processo nº. SEI-210031/000556/2023.

**DESIGNA**, como sindicante, o Inspetor de Polícia Penal **GUSTAVO VARGAS LEITÃO**, ID. 50299328. Fixa, desde logo, o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da publicação, para conclusão dos tra-balhos. Processo nº. SEI-210031/000557/2023.

### CADEIA PÚBLICA DALTON CRESPO DE CASTRO

#### ATO DO DIRETOR DE 17.07.2023

**DESIGNA**, como sindicante, o Inspetor de Polícia Penal **JEFFERSON NASCIMENTO DE OLIVEIRA**, ID. 51218500. Fixa, desde logo, o pra-zo de 30 (trinta) dias, a contar da data da publicação, para conclusão dos trabalhos. Processo nº. SEI-210055/000621/2023.

DE 24.07.2023

**DESIGNA**, como sindicante, o Inspetor de Polícia Penal **JEFFERSON NASCIMENTO DE OLIVEIRA**, ID. 51218500. Fixa, desde logo, o pra-zo de 30 (trinta) dias, a contar da data da publicação, para conclusão dos trabalhos. Processo nº. SEI-210055/000632/2023.

Id: 2497682

### SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA SUBSECRETARIA TRATAMENTO PENITENCIÁRIO HOSPITAL PENAL PSIQUIÁTRICO ROBERTO MEDEIROS

#### ATO DO DIRETOR DE 26.07.2023

**DESIGNA**, como sindicante, o Inspetor de Polícia Penal **MÁRCIO JORGE FERREIRA** - ID. 19766629. Fixa, desde logo, o prazo de 30 (trinta) dias para conclusão dos trabalhos. Processo nº SEI-210034/000309/2023.

### HOSPITAL DR. HAMILTON AGOSTINHO VIEIRA DE CASTRO

#### ATO DO DIRETOR DE 25.07.2023

**DESIGNA**, como sindicante, o Inspetor de Polícia Penal **ANDRÉ LUIZ LOPES DOS SANTOS** - ID. 4356778-9. Fixa, desde logo, o prazo de 30 (trinta) dias para conclusão dos trabalhos. Processo nº SEI-210073/000779/2023.

Id: 2497714

### SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA SUBSECRETARIA DE GESTÃO OPERACIONAL PENITENCIÁRIA TALAVERA BRUCE

#### ATOS DA DIRETORA DE 02.06.2023

**DESIGNA**, como Sindicante, a Inspetora de Polícia Penal **EMERSON FRANK DE MATTOS** - ID: 50295578. Fixa, desde logo, o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da publicação, para conclusão dos tra-balhos. Processo nº SEI-210081/000444/2023.

DE 12.07.2023

**DESIGNA**, como Sindicante, a Inspetora de Polícia Penal **EMERSON FRANK DE MATTOS** - ID: 50295578. Fixa, desde logo, o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da publicação, para conclusão dos tra-balhos. Processo nº SEI-210081/000584/2023.

Id: 2497715

### SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA SUBSECRETARIA DE GESTÃO OPERACIONAL INSTITUTO PENAL OSCAR STEVENSON

#### ATOS DA DIRETORA DE 18.07.2023

**DESIGNA**, como Sindicante, o Inspetor de Polícia Penal **ATHILA CHAVES DONNER**, ID 4318980-6. Fixa, desde logo, o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da publicação, para conclusão dos tra-balhos. Processo nº SEI-210046/000653/2023.

DE 20.07.2023

**DESIGNA**, como Sindicante, o Inspetor de Polícia Penal **TATIANE DA COSTA MENDONÇA** ID 41962036. Fixa, desde logo, o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da publicação, para conclusão dos tra-balhos. Processo nº SEI-210046/000670/2023.

Id: 2497683

### SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA SUBSECRETARIA DE GESTÃO OPERACIONAL CADEIA PÚBLICA JUIZA DE DIREITO PATRÍCIA ACIOLI

#### ATO DO DIRETOR DE 18.07.2023

**DESIGNA**, como sindicante, o Inspetor de Polícia Penal SAULO EVA-RISTO PEREIRA, ID. 4322761-9. Fixa, desde logo, o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da publicação, para conclusão dos tra-balhos. Processo nº. SEI-210090/000675/2023.

Id: 2497716

### SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA SUBSECRETARIA DE GESTÃO OPERACIONAL PRESÍDIO MILTON DIAS MOREIRA

#### ATOS DO DIRETOR DE 11.07.2023

**DESIGNA**, como sindicante, a Inspetor de Polícia Penal **GUILHERME PEREIRA OLIVEIRA SILVA**, ID. 5009966-3. Fixa, desde logo, o prazo de 30 (trinta) dias para conclusão dos trabalhos. Processo n.º SEI-210011/000887/2023.

DE 21.07.2023

**DESIGNA**, como sindicante, a Inspetor de Polícia Penal **GUILHERME PEREIRA OLIVEIRA SILVA**, ID. 5009966-3. Fixa, desde logo, o prazo de 30 (trinta) dias para conclusão dos trabalhos. Processo n.º SEI-210011/000932/2023.

### INSTITUTO PENAL CÂNDIDO MENDES

#### ATO DO DIRETOR DE 18.07.2023

**DESIGNA**, como sindicante, a Inspetor de Polícia Penal **SAUL GUAL-BERTO MOURA** ID. 50008528. Fixa, desde logo, o prazo de 30 (trin-ta) dias para conclusão dos trabalhos. Processo n.º SEI-210012/000275/2023.

### PRESÍDIO ARY FRANCO

#### ATO DO DIRETOR DE 20.07.2023

**DESIGNA**, como sindicante, a Inspetor de Polícia Penal **Rogério Joa-quim da LUZ Lima**, ID 5082659-0. Fixa, desde logo, o prazo de 30 (trinta) dias para conclusão dos trabalhos. Processo n.º SEI-210014/001243/2023.

### CADEIA PÚBLICA COTRIM NETO

#### ATO DO DIRETOR DE 12.07.2023

**DESIGNA**, como sindicante, a Inspetor de Polícia Penal **IGOR PAIVA DOS SANTOS**, ID 43825656. Fixa, desde logo, o prazo de 30 (trinta) dias para conclusão dos trabalhos. Processo n.º SEI-210016/000516/2023.

### CADEIA PÚBLICA FRANZ DE CASTRO HOLZWARTH

#### ATO DO DIRETOR DE 11.07.2023

**DESIGNA**, como sindicante, a Inspetor de Polícia Penal **VANDERSON DIAS REIS**, ID 5012924-4. Fixa, desde logo, o prazo de 30 (trinta) dias para conclusão dos trabalhos. Processo n.º SEI-210039/000601/2023.

### PRESÍDIO EVARISTO DE MORAES

#### ATO DO DIRETOR DE 12.07.2023

**DESIGNA**, como sindicante, o Inspetor de Polícia Penal **ANDRÉ PI-NEIRO DA SILVEIRA**, ID 42696941. Fixa, desde logo, o prazo de 30 (trinta) dias para conclusão dos trabalhos. Processo n.º SEI-210063/001157/2023.

Id: 2497684

### SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA SUBSECRETARIA DE GESTÃO OPERACIONAL PRESÍDIO GABRIEL FERREIRA CASTILHO

#### ATO DO DIRETOR DE 24.07.2023

**DESIGNA**, como Sindicante, o Inspetor de Polícia Penal **RAFAEL ME-DEIROS DE SANT'ANNA**, ID. 5001180-4. Fixa o prazo de 30 (trinta) dias, a partir da data da publicação, para a conclusão dos trabalhos. Processo nº SEI-210018/000509/2023.

### INSTITUTO PENAL PLÁCIDO SÁ CARVALHO

#### ATOS DO DIRETOR DE 25.07.2023

**DESIGNA**, como Sindicante, a Inspetora de Polícia Penal ANA GA-BRIELA ROSA MAIA ID. 41962060. Fixa o prazo de 30 (trinta) dias, a partir da data da publicação, para a conclusão dos trabalhos. Proce-so nº SEI-210020/001328/2023.

**DESIGNA**, como Sindicante, a Inspetora de Polícia Penal ANA GA-BRIELA ROSA MAIA ID. 41962060. Fixa o prazo de 30 (trinta) dias, a partir da data da publicação, para a conclusão dos trabalhos. Proces-so nº SEI-210020/001327/2023.

**DESIGNA**, como Sindicante, a Inspetora de Polícia Penal ANA GA-BRIELA ROSA MAIA ID. 41962060. Fixa o prazo de 30 (trinta) dias, a partir da data da publicação, para a conclusão dos trabalhos. Proces-so nº SEI-210020/001335/2023.

### CADEIA PÚBLICA JORGE SANTANA

#### ATO DO DIRETOR DE 26.07.2023

**DESIGNA**, como Sindicante, o Inspetor de Polícia Penal **GERALDO DOS SANTOS**, ID Nº 1995501-4. Fixa o prazo de 30 (trinta) dias, a partir da data da publicação, para a conclusão dos trabalhos. Proces-so nº SEI-210030/000588/2023.

### INSTITUTO PENAL BENJAMIN DE MORAES FILHO

#### ATO DO DIRETOR DE 20.07.2023

**DESIGNA**, como Sindicante, o Inspetor de Polícia Penal **FÁBIO DE MELO SIMÃO**, ID nº. 5001154-5. Fixa o prazo de 30 (trinta) dias, a partir da data da publicação, para a conclusão dos trabalhos. Proces-so nº SEI-210023/001040/2023.

### PENITENCIÁRIA BANDEIRA STAMPA

#### ATO DO DIRETOR DE 26.07.2023

**DESIGNA**, como Sindicante, a Inspetora de Polícia Penal **CAMILLA SABINO CARDOSO**, ID 50105680. Fixa o prazo de 30 (trinta) dias, a partir da data da publicação, para a conclusão dos trabalhos. Proces-so nº SEI-210049/000666/2023.

### PENITENCIÁRIA INDUSTRIAL ESMERALDINO BANDEIRA

#### ATO DO DIRETOR DE 24.07. 2023

**DESIGNA**, como Sindicante, a Inspetora de Polícia Penal **ALEXAN-DRE FILGUEIRA MENDONÇA**, ID 50131508. Fixa o prazo de 30 (trinta) dias, a partir da data da publicação, para a conclusão dos tra-balhos. Processo nº SEI-210057/001255/2023.

Id: 2497717

### SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA CHEFIA DE GABINETE COORDENAÇÃO DE INSTRUÇÃO ESPECIALIZADA

#### ATO DO COORDENADOR DE 11.07.2023

**DESIGNA**, como Sindicante, a Inspetora de Polícia Penal **ANA PAU-LA TEIXEIRA GARCIA** ID. 4336779-8 em substituição da Inspetora de Policia Penal LAÍS ROCHA DE MIRANDA, ID. 1577014-1. Fixa, desde logo, o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da publi-cação, para conclusão dos trabalhos. Processo nº SEI-210008/000422/2023.

Id: 2497685

### SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA SUBSECRETARIA DE GESTÃO OPERACIONAL PRESÍDIO ROMERO NETO

#### ATO DO DIRETOR DE 17.07.2023

**DESIGNA**, como sindicante, a Inspetora de Polícia Penal Estefânia Morgado, ID. 419621450. Fixa, desde logo, o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da publicação, para conclusão dos trabalhos. Processo nº SEI-210013/000686/2023.

### PRESÍDIO HÉLIO GOMES

#### ATO DO DIRETOR DE 30.06.2023

**DESIGNA**, como sindicante, o Inspetor de Polícia Penal **ALEXSAN-DRO SILVA BUROCK**, ID 4269295-9. Fixa, desde logo, o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da publicação, para conclusão dos tra-balhos. Processo nº SEI-210051/000527/2023.

DE 07.07.2023

**DESIGNA**, como sindicante, o Inspetor de Polícia Penal **ALEXSAN-DRO SILVA BUROCK**, ID 4269295-9. Fixa, desde logo, o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da publicação, para conclusão dos tra-balhos. Processo nº SEI-210051/000550/2023

DE 20.07.2023

**DESIGNA**, como sindicante, o Inspetor de Polícia Penal **ALEXSAN-DRO SILVA BUROCK**, ID 4269295-9. Fixa, desde logo, o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da publicação, para conclusão dos tra-balhos. Processo nº SEI-210051/000586/2023.

### INSTITUTO PENAL EDGARD COSTA

#### ATO DO DIRETOR DE 24.07.2023

**DESIGNA**, como sindicante, a Inspetor de Polícia Penal PATRÍCIA FREITAS DOS SANTOS, ID: 1999259-9. Fixa, desde logo, o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da publicação, para conclusão dos trabalhos. Processo nº. SEI-210064/000565/2023.

### CADEIA PÚBLICA JUIZA DE DIREITO PATRÍCIA ACIOLI

#### ATO DO DIRETOR DE 06.07.2023

**DESIGNA**, como sindicante, o Inspetor de Polícia Penal **RAFAEL RA-MOS DA SILVA**, ID. 4393451-0. Fixa, desde logo, o prazo de 30 (trin-ta) dias, a contar da data da publicação, para conclusão dos traba-lhos. Processo nº. SEI-210090/000634/2023.

**DESIGNA**, como sindicante, o Inspetor de Polícia Penal **RAFAEL RA-MOS DA SILVA**, ID. 4393451-0. Fixa, desde logo, o prazo de 30 (trin-ta) dias, a contar da data da publicação, para conclusão dos traba-lhos. Processo nº. SEI-210090/000633/2023.

DE 11.07.2023

**DESIGNA**, como Sindicante, o Inspetor de Polícia Penal **RAFAEL RA-MOS DA SILVA**, ID. 4393451-0 em substituição do Inspetor de Policia Penal LUIS CARLOS GANDRA, ID. 50997254. Fixa, desde logo, o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da publicação, para con-clusão dos trabalhos. Processo n.º SEI-210090/000566/2023.

Id: 2497686

DE 12.07.2023



PODER EXECUTIVO		ANO XLIX - Nº 141 - PARTE I TERÇA-FEIRA - 1 DE AGOSTO DE 2023		17
<div>DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO</div>				
SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA SUBSECRETARIA DE GESTÃO OPERACIONAL PRESÍDIO GABRIEL FERREIRA CASTILHO		SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA SUBSECRETARIA DE GESTÃO OPERACIONAL PRESÍDIO ROMEIRO NETO		
ATOS DO DIRETOR DE 10.07.2023		DESPACHOS DO DIRETOR DE 27.07.2023		
DESIGNA, como Sindicante, o Inspetor de Polícia Penal <b>RAFAEL MEDEIROS DE SANT'ANNA</b> , ID. 5001180-4. Fixa o prazo de 30 (trinta) dias, a partir da data da publicação, para a conclusão dos trabalhos. Processo nº SEI-210018/000462/2023.		PROCESSO Nº SEI-210013/000570/2023 - ARQUIVE-SE.		
DE 21.07.2023		PROCESSO Nº SEI-210013/000617/2023 - ARQUIVE-SE.  Id: 2497726		
DESIGNA, como Sindicante, o Inspetor de Polícia Penal <b>RAFAEL MEDEIROS DE SANT'ANNA</b> , ID. 5001180-4. Fixa o prazo de 30 (trinta) dias, a partir da data da publicação, para a conclusão dos trabalhos. Processo nº SEI-210018/000506/2023.		SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA SUBSECRETARIA DE GESTÃO OPERACIONAL CADEIA PÚBLICA COTRIN NETO		
INSTITUTO PENAL BENJAMIN DE MORAES FILHO		DESPACHO DO DIRETOR DE 27.07.2023		
ATO DO DIRETOR DE 11.07.2023		PROCESSO Nº SEI-210016/000482/2023 - ARQUIVE-SE  Id: 2497727		
DESIGNA, como Sindicante, o Inspetor de Polícia Penal <b>FÁBIO DE MELO SIMÃO</b> , ID nº. 5001154-5. Fixa o prazo de 30 (trinta) dias, a partir da data da publicação, para a conclusão dos trabalhos. Processo nº SEI-210023/000967/2023.		SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRI SUBSECRETARIA DE GESTÃO OPERACIONAL CADEIA PÚBLICA INSPETOR JOSÉ ANTONIO DA COSTA BARROS		
PENITENCIÁRIA BANDEIRA STAMPA		DESPACHO DO DIRETOR DE 27.07.2023		
ATO DO DIRETOR DE 13.07.2023		PROCESSO Nº SEI-210114/000593/2023 - ARQUIVE-SE		
DESIGNA, como Sindicante, a Inspetora de Polícia Penal <b>CAMILLA SABINO CARDOSO</b> , ID 50105680. Fixa o prazo de 30 (trinta) dias, a partir da data da publicação, para a conclusão dos trabalhos. Processo nº SEI-210049/000613/2023.		PENITENCIÁRIA BANDEIRA STAMPA		
PENITENCIÁRIA INDUSTRIAL ESMERALDINO BANDEIRA		DESPACHOS DO DIRETOR DE 28.07.2023		
ATO DO DIRETOR DE 10.07. 2023		PROCESSO Nº SEI-210049/000622/2023 - ARQUIVE-SE		
DESIGNA, como Sindicante, a Inspetora de Polícia Penal <b>ALEXANDRE FILGUEIRA MENDONÇA</b> , ID 50131508. Fixa o prazo de 30 (trinta) dias, a partir da data da publicação, para a conclusão dos trabalhos. Processo nº. SEI-210057/001159/2023.		PROCESSO Nº SEI-210049/000648/2023 - ARQUIVE-SE		
CADEIA PÚBLICA JOAQUIM FERREIRA DE SOUZA		PRESÍDIO ALFREDO TRANJAN		
ATO DO DIRETOR DE 14.07. 2023		DESPACHOS DO DIRETOR DE 28.07.2023		
DESIGNA, como Sindicante, a Inspetora de Polícia Penal <b>ANDRÉA MELO DO COUTO</b> ID: 43818587. Fixa o prazo de 30 (trinta) dias, a partir da data da publicação, para a conclusão dos trabalhos. Processo nº SEI-210058/000813/2023.		PROCESSO Nº SEI-210080/000296/2023 - ARQUIVE-SE		
PENITENCIÁRIA JONAS LOPES DE CARVALHO		PROCESSO Nº SEI-210080/000327/2023 - ARQUIVE-SE		
ATO DO DIRETOR DE 15.06.2023		PRESÍDIO NELSON HUNGRIA		
DESIGNA, como Sindicante, o Inspetor de Polícia Penal <b>MÁRCIO HENRIQUE SACRAMENTO SILVA</b> ID. 5091263-1. Fixa o prazo de 30 (trinta) dias, a partir da data da publicação, para a conclusão dos trabalhos. Processo nº SEI-210074/001120/2023.		DESPACHO DO DIRETOR DE 27.07.2023		
PENITENCIÁRIA DR. SERRANO NEVES		PROCESSO Nº SEI-210083/000505/2023 - ARQUIVE-SE  Id: 2497728		
ATO DO DIRETOR DE 05.07.2023		SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA SUBSECRETARIA DE GESTÃO OPERACIONAL		
DESIGNA, como Sindicante, o Inspetor de Polícia Penal <b>VINÍCIUS SANTOS CECÍLIO DE FREITAS</b> , ID. 20096542. Fixa o prazo de 30 (trinta) dias, a partir da data da publicação, para a conclusão dos trabalhos. Processo nº SEI-210077/000382/2023.		DESPACHO DO SUBSECRETÁRIO DE 28.07.2023		
PRESÍDIO ALFREDO TRANJAN		PROCESSO Nº SEI-210097/000544/2023 - ARQUIVE-SE.  Id: 2497730		
ATO DO DIRETOR DE 10.07.2023		SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA CORREGEDORIA GERAL		
DESIGNA, como Sindicante, o Inspetor de Polícia Penal <b>ALEXANDRE SOUZA DA SILVA</b> , ID. 4382558-3. Fixa o prazo de 30 (trinta) dias, a partir da data da publicação, para a conclusão dos trabalhos. Processo nº SEI-210080/000367/2023.		ATOS DA CORREGEDORA GERAL DE 26.07.2023		
DE 18.07.2023		DESIGNA, como Sindicante, a Inspetora de Polícia Penal <b>KAREN CRISTINA BAPTISTA</b> , IDF.: 5011651-7, em substituição o Inspetor de Polícia Penal <b>RICARDO SETÚBAL RODRIGUES</b> , IDF.: 5000271-6. Fixa, desde logo, o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da publicação, para conclusão dos trabalhos. Processo nº SEI-210006/000881/2023.		
DESIGNA, como Sindicante, o Inspetor de Polícia Penal <b>PEDRO LÚCIO MARTINS BANDEIRA</b> , ID: 4393342-4. Fixa o prazo de 30 (trinta) dias, a partir da data da publicação, para a conclusão dos trabalhos. Processo nº SEI-210083/000515/2023.		DE 27.07.2023		
PRESÍDIO NELSON HUNGRIA		DESIGNA, como Sindicante, o Inspetor de Polícia Penal <b>RODRIGO MACIEL PINHEIRO RODRIGUES DE OLIVEIRA</b> , IDF.: 5013184-2, em substituição a Inspetora de Polícia Penal <b>NIETE ELIAS MOURA</b> , IDF.: 5000709-2. Fixa, desde logo, o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da publicação, para conclusão dos trabalhos. Processo nº SEI-210006/001443/2023.		
ATO DO DIRETOR DE 12.07.2023		Id: 2497731		
DESIGNA, como Sindicante, o Inspetor de Polícia Penal <b>PEDRO LÚCIO MARTINS BANDEIRA</b> , ID: 4393342-4. Fixa o prazo de 30 (trinta) dias, a partir da data da publicação, para a conclusão dos trabalhos. Processo nº SEI-210083/000541/2023.		SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA CORREGEDORIA GERAL		
DE 20.07.2023		DESPACHOS DA CORREGEDORA DE 28.07.2023		
DESIGNA, como Sindicante, o Inspetor de Polícia Penal <b>PEDRO LÚCIO MARTINS BANDEIRA</b> , ID: 4393342-4. Fixa o prazo de 30 (trinta) dias, a partir da data da publicação, para a conclusão dos trabalhos. Processo nº SEI-210073/000721/2023.		PROCESSO Nº SEI-210047/000008/2022 - Considerando que todas as formalidades inerentes à fase executória da reprimenda disciplinar aplicada nos autos, bem como os demais ritos processuais foram devidamente exauridos, <b>DETERMINO</b> o encerramento da presente Sindicância.		
SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA SUBSECRETARIA TRATAMENTO PENITENCIÁRIO HOSPITAL DR. HAMILTON AGOSTINHO VIEIRA DE CASTRO		PROCESSO Nº SEI-210006/000079/2023 - Considerando que todas as formalidades inerentes à fase executória da reprimenda disciplinar aplicada nos autos, bem como os demais ritos processuais foram devidamente exauridos, <b>DETERMINO</b> o encerramento da presente Sindicância.  Id: 2497729		
ATO DO DIRETOR DE 07.07.2023				
DESIGNA, como sindicante, o Inspetor de Polícia Penal <b>ANDRÉ LUIZ LOPES DOS SANTOS</b> - ID. 4356778-9. Fixa, desde logo, o prazo de 30 (trinta) dias para conclusão dos trabalhos. Processo nº SEI-210073/000721/2023.				
Id: 2497688				
Id: 2497687				
<div>Secretaria de Estado de Defesa Civil</div>				
SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA CIVIL SUPERINTENDÊCNA ADMINISTRATIVA DIRETORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS				
DESPACHOS DO ORDENADOR DE DESPESAS DE 26.07.2023				
PROCESSO Nº SEI-270064/000958/2022 - DIRETORIA GERAL DE ADMNISTRAÇÃO E FINANÇAS - <b>AUTORIZO</b> a Licitação na modalidade Pregão Eletrônico para AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO ODONTOLÓGICO ., com amparo legal na Lei Federal n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, pelos Decretos Estaduais n.ºs 31.863 e 31.864, ambos de 16 de setembro de 2002, com aplicação subsidiária da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei Estadual n.º 287, de 4 de dezembro de 1979, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, do Decreto Estadual n.º 3.149, de 28 de abril de 1980, e respectivas alterações, da Resolução SEPLAG nº 429, de 11 de janeiro de 2011.				
PROCESSO Nº SEI-270042/000263/2023 - CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - <b>AUTORIZO</b> a Licitação na modalidade Pregão Eletrônico cujo o objeto é o REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA MONTAGEM DE ACAMPAMENTO DE CAMPANHA, com fulcro no art. 11º da Lei Federal nº. 10.520 de 17.07.02, regulamentada pelo Decreto Estadual nº. 46.751 de 28.08.19 c/c o art. 15º, inciso II da Lei Federal nº. 8.666/93.				
PROCESSO Nº SEI-270042/001211/2022 - CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - <b>AUTORIZO</b> a Licitação na modalidade Pregão Eletrônico cujo o objeto é o REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE CAMISA MANGA LONGA DE LYCRA E COM PROTEÇÃO UV-R1, com fulcro no art. 11º da Lei Federal nº. 10.520 de 17.07.02, regulamentada pelo Decreto Estadual nº. 46.751 de 28.08.19 c/c o art. 15º, inciso II da Lei Federal nº. 8.666/93.  Id: 2497750				
<div>Secretaria de Estado de Saúde</div>				
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE				
ATO DO SECRETÁRIO				
RESOLUÇÃO SES Nº 3121 DE 31 DE JULHO DE 2023				
ESTABELECE O USO DO NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS (CPF) COMO FORMA OBRIGATÓRIA DE IDENTIFICAÇÃO DE PESSOAS PARA FINS DE REGISTRO DE INFORMAÇÕES NAS UNIDADES DE SAÚDE NO ÂMBITO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.				
O SECRETÁRIO DE ESTADO DE SAÚDE, no uso de suas atribuições e competências, tendo em vista o que consta no Processo SEI-080002/003095/2023;				
CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº 14.534, de 11 de janeiro de 2023, que estabelece o número do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) como número suficiente para identificação do cidadão nos bancos de dados de serviços públicos;				
RESOLVE:				
Art. 1º - Estabelecer o uso do número de inscrição do Cadastro de Pessoas Físicas - CPF como forma obrigatória na identificação de pessoas para fins de registro de informações em saúde, no âmbito das unidades de saúde do estado do Rio de Janeiro.				
Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.				
Rio de Janeiro, 31 de julho de 2023				
LUIZ ANTONIO DE SOUZA TEIXEIRA JUNIOR Secretário de Estado de Saúde				
Id: 2497860				
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE SUBSECRETARIA GERAL				
DESPACHO DA SUBSECRETÁRIA DE 31/07/2023				
PROCESSO Nº SEI-080001/012215/2023- Conforme delegação de competência prevista na Resolução SES nº 2943, de 09 de janeiro de 2023, publicada no D.O. de 11 de janeiro de 2023, <b>RATIFICO</b> , conforme o disposto no artigo 26 da Lei Federal nº 8.666/1993, a Inexigibilidade de Licitação, fundamentada no artigo 25, caput, do referido diploma legal, para a contratação da ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS / APAE-RIO, inscrita no CNPJ sob o nº 33.734.922/0001-81, para a contratação de Serviço de Referência em Triagem Neonatal (SRTN), para a realização de exames, na Fase IV pelo Ministério da Saúde no Estado do Rio de Janeiro, conforme as diretrizes do Capítulo VI - Da Triagem Neonatal - da Portaria de Consolidação GM/MS nº 5, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde; e pela Lei Federal nº 14.154/2021, de 26 de maio de 2021, que altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para aperfeiçoar o Programa Nacional de Triagem Neonatal (PNTN), por meio do estabelecimento de rol mínimo de doenças a serem rastreadas pelo teste do pezinho; e amplia o escopo de doenças a serem triadas pelo Programa, na forma do Termo de Referência, anexo ao contrato.				
Id: 2497862				
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE				
ATO DO PRESIDENTE				
DELIBERAÇÃO CONJUNTA CIB-RJ Nº 23 DE 28 DE JULHO DE 2023				
PACTUA OS LIMITES FINANCEIROS GLOBAIS/MENSAIS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.				
O PRESIDENTE DA COMISSÃO INTERGESTORA BIPARTITE E A PRESIDENTE DO CONSELHO DE SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SAÚDE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais, e;				
CONSIDERANDO:				
- a documentação anexada ao SEI-080001/017757/2023;				
- a 6ª Reunião Ordinária da Comissão Intergestores Bipartite realizada em 13/07/2023.				
DELIBERAM:				
Art. 1º - Pactuar os Tetos Financeiros dos Municípios do Estado do Rio de Janeiro, referente à 9ª Parcela de 2023, com a planilha que consta no Anexo, desta Deliberação, conforme protocolo SISMAC nº 233815572308.				
Art. 2º - Esta Deliberação entrará em vigor a partir da data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.				
Rio de Janeiro, 28 de julho de 2023				
LUIZ ANTONIO DE SOUZA TEIXEIRA JUNIOR Presidente da CIB				
MARIA AUGUSTA MONTEIRO FERREIRA Presidente do COSEMS				



ANEXO I

PROGRAMAÇÃO PACTUADA E INTEGRADA DA ASSISTÊNCIA À SAÚDE NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
LIMITES FINANCEIROS GLOBAIS MENSAIS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - TETO AGOSTO/2023

Município	SISTEMA DE INFORMAÇÕES AMBULATORIAIS / MÉDIA E ALTA TO- TAL (Mensal)	SISTEMA DE INFORMAÇÕES HOSPITALARES / MÉDIA E ALTA TOTAL (Mensal)
ANGRA DOS REIS	692.274,86	534.763,44
APERIBE	32.225,99	20.934,46
ARARUAMA	415.265,09	382.403,51
AREAL	38.673,80	34.836,90
ARMACAO DE BUZIOS	97.032,34	59.535,26
ARRAIAL DO CABO	78.515,82	85.020,61
BARRA DO PIRAI	390.378,10	658.487,45
BARRA MANSA	1.097.729,87	1.222.315,25
BELFORD ROXO	1.894.193,99	1.439.281,61
BOM JARDIM	91.419,08	54.504,22
BOM JESUS DO ITABAPOANA	134.686,06	200.351,12
CABO FRIO	1.494.837,79	1.369.489,51
CACHOEIRAS DE MACACU	208.335,50	123.188,91
CAMBUCI	44.611,90	71.792,46
CAMPOS DOS GOYTACAZES	2.862.937,57	3.794.954,00
CANTAGALO	61.389,49	74.949,32
CARAPEBUS	35.677,29	10.406,18
CARDOSO MOREIRA	39.418,02	5.108,49
CARMO	59.091,33	64.585,94
CASIMIRO DE ABREU	109.592,16	71.468,44
COMENDADOR LEVY GASPARIAN	30.034,59	2.198,48
CONCEICAO DE MACABU	62.845,75	8.014,83
CORDEIRO	95.888,64	67.654,98
DUAS BARRAS	36.656,66	17.411,37
DUQUE DE CAXIAS	4.139.179,03	2.638.319,76
ENGENHEIRO PAULO DE FRONTIN	37.522,81	16.023,33
GUAPIMIRIM	122.243,50	74.433,92
IGUABA GRANDE	78.499,79	9.649,37
ITABORAI	680.655,03	585.962,22
ITAGUAI	371.713,25	201.487,79
ITALVA	45.998,52	6.902,53
ITAOCARA	112.857,13	43.684,53
ITAPERUNA	997.995,74	2.695.985,86
ITATIAIA	114.438,07	89.053,75
JAPERI	333.581,32	260.158,79
LAJE DO MURIAE	22.834,33	5.677,31
MACAE	800.109,91	884.717,03
MACUCO	16.870,96	
MAGE	781.514,83	443.019,96
MANGARATIBA	110.753,98	113.372,60
MARICA	421.297,82	195.659,84
MENDES	57.168,61	27.458,46
MESQUITA	691.030,10	57.990,82
MIGUEL PEREIRA	114.880,16	153.552,11
MIRACEMA	92.577,03	85.406,97
NATIVIDADE	258.712,78	39.872,16
NILOPOLIS	550.127,55	125.325,94
NITEROI	4.030.765,22	2.154.409,56
NOVA FRIBURGO	762.458,25	1.431.748,29
NOVA IGUACU	4.199.640,60	2.156.622,36
PARACAMBI	160.321,91	184.122,48
PARAIBA DO SUL	139.965,60	96.296,50
PARATI	113.318,03	92.014,82
PATY DO ALFERES	60.824,67	12.109,01
PETROPOLIS	2.088.812,23	3.351.079,78
PINHEIRAL	126.078,73	33.066,60
PIRAI	184.124,67	96.370,00
PORCIUNCULA	58.337,96	30.533,47
PORTO REAL	53.872,76	129.002,57
QUATIS	40.824,65	42.496,14
QUEIMADOS	537.096,85	370.922,06
QUISSAMA	67.632,97	147.372,84
RESENDE	514.489,58	633.628,90
RIO BONITO	682.676,05	374.108,64
RIO CLARO	61.579,17	39.275,48
RIO DAS FLORES	27.482,82	18.203,23
RIO DAS OSTRAS	318.054,31	246.933,49
RIO DE JANEIRO	28.114.257,20	25.513.954,38
SANTA MARIA MADALENA	25.955,88	28.966,94
SANTO ANTONIO DE PADUA	148.037,73	148.359,65
SAO FIDELIS	116.746,68	137.185,53
SAO FRANCISCO DE ITABAPOANA	147.071,44	103.050,72
SAO GONCALO	4.420.021,20	4.044.663,55
SAO JOAO DA BARRA	103.105,71	51.622,81
SAO JOAO DE MERITI	1.765.611,01	872.263,80
SAO JOSE DE UBA	21.851,19	7.661,04
SAO JOSE DO VALE DO RIO PRETO	66.774,12	27.709,22
SAO PEDRO DA ALDEIA	342.875,74	193.669,15
SAO SEBASTIAO DO ALTO	32.389,23	37.575,92
SAPUCAIA	52.162,19	33.702,76
SAQUAREMA	229.993,79	168.103,24
SEROPEDICA	263.792,89	66.276,31
SILVA JARDIM	84.552,05	43.005,68
SUMIDOURO	51.406,24	30.522,60
TANGUA	84.993,08	86.749,73
TERESOPOLIS	1.149.707,26	1.067.302,74
TRAJANO DE MORAIS	6.740,58	6.831,03
TRES RIOS	350.417,87	562.753,57
VALENCA	326.295,26	410.620,08
VARRESAI	23.202,39	20.391,23
VASSOURAS	633.149,66	1.204.723,32
VOLTA REDONDA	1.659.921,38	1.833.570,77

Município	Outros Impactos		Total em Teto Municipal (Mensal)
	* Incentivos Permanentes (Mensal)	Reserva Técnica (Mensal)	
ANGRA DOS REIS	365.580,18	3.964.683,03	5.556.689,93
APERIBE	-	32.326,72	85.487,17
ARARUAMA	7.199,32	593.182,93	1.384.018,97
AREAL	13.125,00	25.173,79	111.244,75
ARMACAO DE BUZIOS	-	212.843,53	369.614,05
ARRAIAL DO CABO	-	50.126,35	214.083,29
BARRA DO PIRAI	232.394,16	648.264,00	1.949.338,88
BARRA MANSA	319.197,23	3.018.754,75	5.829.033,96
BELFORD ROXO	-	625.105,03	7.748.680,72
BOM JARDIM	26.507,28	42.960,10	215.390,68
BOM JESUS DO ITABAPOANA	96.669,75	850.101,96	1.517.425,70
CABO FRIO	109.546,96	1.301.723,37	4.574.060,20
CACHOEIRAS DE MACACU	13.125,00	157.808,09	672.747,78
CAMBUCI	57.655,20	60.318,49	234.378,04
CAMPOS DOS GOYTACAZES	1.528.008,38	4.474.143,69	12.629.000,73
CANTAGALO	44.110,56	321.337,56	501.786,92
CARAPEBUS	-	37.967,28	84.050,75
CARDOSO MOREIRA	-	28.422,40	72.948,91
CARMO	50.373,06	229.346,81	400.395,91



CASIMIRO DE ABREU	-	170.974,61	352.859,68
COMENDADOR LEVY GASPARIAN	13.125,00	62.260,09	104.496,63
CONCEICAO DE MACABU	-	154.905,02	225.765,59
CORDEIRO	8.614,27	42.343,83	214.499,30
DUAS BARRAS	-	7.695,40	61.763,43
DUQUE DE CAXIAS	-	6.508.485,09	13.223.617,59
ENGENHEIRO PAULO DE FRONTIN	13.125,00	211.500,42	299.347,71
GUAPIMIRIM	13.125,00	62.663,85	322.811,72
IGUABA GRANDE	-	239.008,18	357.168,64
ITABORAÍ	51.625,00	702.085,52	2.047.824,00
ITAGUAI	70.140,00	694.913,10	1.598.470,06
ITALVA	-	107.587,07	160.488,12
ITAOCARA	-	113.115,10	270.384,64
ITAPERUNA	767.473,01	2.206.665,89	8.030.266,18
ITATIAIA	21.919,00	114.257,05	340.096,52
JAPERI	51.625,00	110.576,39	752.339,42
LAJE DO MURIAE	-	17.668,43	45.748,31
MACAE	106.121,48	1.188.567,84	3.137.228,36
MACUCO	-	43.980,09	60.851,05
MAGE	64.750,00	439.788,37	2.462.807,23
MANGARATIBA	64.750,00	65.688,65	327.361,63
MARICA	58.625,00	937.903,25	1.622.870,87
MENDES	-	88.153,25	173.127,84
MESQUITA	64.750,00	243.596,98	1.113.236,15
MIGUEL PEREIRA	163.430,44	83.635,87	516.098,46
MIRACEMA	52.084,16	54.133,48	284.448,11
NATIVIDADE	50.562,82	325.690,42	669.378,53
NILOPOLIS	90.125,00	795.990,94	1.527.729,13
NITEROI	1.021.217,66	5.068.136,97	12.987.954,66
NOVA FRIBURGO	-	1.396.312,32	3.771.147,22
NOVA IGUACU	512.413,97	13.677.274,87	20.681.816,68
PARACAMBI	13.125,00	1.231.952,72	1.589.331,58
PARAIBA DO SUL	58.872,46	175.382,39	533.800,12
PARATI	88.838,00	86.537,14	380.708,00
PATY DO ALFERES	-	113.874,12	187.435,74
PETROPOLIS	437.903,78	4.357.107,48	10.693.388,03
PINHEIRAL	13.125,00	68.300,29	244.134,61
PIRAÍ	157.981,64	287.344,74	728.387,12
PORCIUNCULA	12.102,84	43.983,09	139.728,39
PORTO REAL	13.125,00	136.501,19	370.785,53
QUATIS	28.588,63	86.017,85	206.595,54
QUEIMADOS	26.250,00	1.208.227,31	2.171.230,74
QUISSAMA	-	124.211,43	339.610,05
RESENDE	243.841,19	1.463.138,64	3.061.527,11
RIO BONITO	226.336,51	1.411.050,62	2.869.473,29
RIO CLARO	51.625,00	103.486,56	274.481,22
RIO DAS FLORES	13.125,00	17.951,94	82.436,99
RIO DAS OSTRAS	-	77.847,84	819.227,22
RIO DE JANEIRO	2.423.447,96	53.717.549,19	110.075.091,80
SANTA MARIA MADALENA	-	39.408,14	94.330,96
SANTO ANTONIO DE PADUA	-	57.597,30	354.241,13
SAO FIDELIS	124.244,56	174.253,02	717.038,71
SAO FRANCISCO DE ITABAPOANA	-	30.225,89	280.348,04
SAO GONCALO	163.440,88	3.506.704,64	12.515.183,28
SAO JOAO DA BARRA	-	60.222,17	214.950,69
SAO JOAO DE MERITI	104.125,00	1.359.761,68	3.929.396,70
SAO JOSE DE UBA	-	13.502,24	43.014,46
SAO JOSE DO VALE DO RIO PRETO	13.125,00	79.433,77	187.042,21
SAO PEDRO DA ALDEIA	29.611,25	149.002,94	719.940,32
SAO SEBASTIAO DO ALTO	28.195,07	86.300,10	184.460,64
SAPUCAIA	13.125,00	28.305,66	152.580,92
SAQUAREMA	-	93.208,41	462.572,75
SEROPEDICA	26.250,00	453.349,23	788.643,79
SILVA JARDIM	26.250,00	288.248,42	440.612,91
SUMIDOURO	-	44.685,94	126.614,78
TANGUA	13.125,00	50.361,72	274.759,07
TERESOPOLIS	692.966,46	1.596.907,28	4.707.808,25
TRAJANO DE MORAIS	-	85.171,24	98.742,85
TRES RIOS	359.743,59	1.218.257,95	2.677.416,73
VALENCA	190.581,95	1.829.155,19	3.070.420,38
VARRESAI	-	1.356,60	43.726,10
VASSOURAS	228.494,79	1.563.191,73	3.643.371,51
VOLTA REDONDA	204.283,00	2.600.040,89	6.485.065,88

ANEXO II

Nota Técnica: Alterações no Limite Financeiro do Bloco de Média e Alta Complexidade do Estado do Rio de Janeiro - Teto AGOSTO/2023

1 - Remanejamentos

SEI-080002/002420/2023 - Pactuar solicitação de remanejamento de PPI, apresentada pelo município de Teresópolis, conforme Ofício SMS nº. 163/2023, que lista procedimentos de média complexidade alocados nos municípios de Niterói, Petrópolis, Nova Friburgo, Nova Iguaçu, Rio de Janeiro, Carmo, Itaperuna e Volta redonda, para seu próprio teto físico/financeiro.

AMBULATORIAL - MC por Ref.

Município Encaminhador	Município Executor (ANTERIOR)	Agregado	Financeiro Executor	Município Executor (NOVO)
TERESOPOLIS	NOVA FRIBURGO	021107XXXX - DIAGNOSTICO EM OTORRINO E FONODIOLOGIA > R\$ 5,00 E < R\$ 26,00	6.079,26	TERESOPOLIS
	PETROPOLIS	021107XXXX - DIAGNOSTICO EM OTORRINO E FONODIOLOGIA > R\$ 5,00 E < R\$ 26,00	5.912,08	
		0301010072 - CONSULTA MEDICA EM ATENÇÃO ESPECIALIZADA - 223138 - Médico mastologista	20.000,00	
		0301010072 - CONSULTA MEDICA EM ATENÇÃO ESPECIALIZADA - 223152 - Médico proctologista	21.870,00	
		0301010072 - CONSULTA MEDICA EM ATENÇÃO ESPECIALIZADA - 223155 - Médico reumatologista	43.080,00	
	RIO DE JANEIRO	070107XXXX - OPM EM ODONTOLOGIA - AVANÇADO	3.720,00	
		070107XXXX - OPM EM ODONTOLOGIA - INTERMEDIARIO	881,54	
		070107XXXX - OPM EM ODONTOLOGIA - SIMPLES	14.701,13	
			116.244,01	

AMBULATORIAL - AC por Abr.

Município Encaminhador	Município Executor (ANTERIOR)	Alta Complexiade/Serviço	Cota Financeira do Encaminhador	Município Executor (NOVO)
TERESOPOLIS	NOVA FRIBURGO	Diagnósticos - Cardiologia Intervencionista	35.810,44	TERESOPOLIS
		Diagnósticos - Densitometria Óssea	10.558,50	
	PETROPOLIS	Diagnósticos - Densitometria Óssea	10.573,46	
			56.942,40	

AMBULATORIAL - MC por Abr.

Município Encaminhador	Município Executor (ANTERIOR)	Descrição do Agregado	Cota Financeira do Encaminhador	Município Executor (NOVO)
TERESOPOLIS	CARMO	041203XXXX - PLEURA		TERESOPOLIS
	NITEROI	0201020017 - COLETA DE LAVADO BRONCO-ALVEOLAR	54,45	
		0203010043 - EXAME CITOPATOLOGICO DE MAMA	3.912,55	
		0203020073 - EXAME ANATOMOPATOLOGICO DE MAMA - PEÇA CIRURGICA	6.664,28	
		0209040033 - TRAQUEOSCOPIA	1.338,91	
		0211020044 - MONITORAMENTO PELO SISTEMA HOLTER 24 HS (3 CANAIS)	197,47	
		021105XXXX - ELETRONEUROMIOGRAMA	452,84	



		0301010072 - CONSULTA MEDICA EM ATENÇÃO ESPECIALI- ZADA - 223109 - Médico cirurgião do aparelho digest	246,31	
	NOVA FRIBURGO	040901XXXX - RIM, URETER E BEXIGA	61,73	
		040905XXXX - PENIS	42,48	
	NOVA IGUACU	0211040045 - HISTEROSCOPIA (DIAGNOSTICA)	521,6	
	PETROPOLIS	0202030059 - DETECAAO DE RNA DO VIRUS DA HEPATITE C (QUALITATIVO)	2.401,14	
		040701XXXX - ESOFAGO, ESTOMAGO E DUODENO	154,47	
		0409040240 - VASECTOMIA	1.246,16	
		0409050083 - POSTECTOMIA	189,3	
		0412040140 - TORACOCENTESE	33,96	
		041304XXXX - OUTRAS CIRURGIAS PLASTICAS / REPARA- DORAS	502,2	
	RIO DE JANEIRO	0211020044 - MONITORAMENTO PELO SISTEMA HOLTER 24 HS (3 CANAIS)	289,5	
		021105XXXX - ELETRONEUROMIOGRAMA	679,19	
		021105XXXX - ELETROENCEFALOGRAMA	7.192,29	
		020501XXXX - ECOCARDIOGRAFIA AC	354,02	
		0209020016 - CISTOSCOPIA E/OU URETEROSCOPIA E/OU URETROSCOPIA	154,026	
		0209030011 - HISTEROSCOPIA CIRÚRGICA	499,59	
		0209040017 - BRONCOSCOPIA (BRONCOFIBROSCOPIA)	825,34	
		0201010569 - BIOPSIA/EXERESE DE NODULO DE MAMA	4.811,73	
		0202030210 - GENOTIPAGEM DE VIRUS DA HEPATITE C	1.471,97	
		0202031080 - QUANTIFICACAO DE RNA DO VIRUS DA HEPA- TITE C	1.192,27	
		0204030110 - RADIOGRAFIA DE PNEUMOMEDIASTINO	27,2	
		0209010045 - LAPAROSCOPIA	227,02	
		021101XXXX - DIAGNOSTICO EM ANGIOLOGIA	16,7	
		030112XXXX - ATENDIMENTO / ACOMPANHAMENTO DE DIAGNOSTICO DE DOENÇAS ENDOCRINAS / METABOLICAS E NUTRI	764,3	
		030307XXXX - TRATAMENTO DE DOENÇAS DO APARELHO DIGESTIVO	949,91	
	VOLTA REDONDA	0301020035 - EMISSÃO DE PARECER SOBRE NEXO CAUSAL - 2231 - MÉDICO	19,65	
			37.496,98	

HOSPITAL - AC por Abr.

Município Encaminha- dor	Município Executor (ANTERIOR)	Leito	Especialidade	Cota Financeira do Enca- minhador	Município Executor (NOVO)
TERESOPOLIS	ITAPERUNA	CIRURGICOS	NEUROCIRURGIA - OUTRAS CIRUR- GIAS	2.209,69	TERESOPOLIS
		CIRURGICOS	NEUROCIRURGIA - TRATAMENTO NEURO-ENDOVASCULAR	37.114,13	
	RIO DE JANEIRO	CIRURGICOS	GASTROENTEROLOGIA - ESOFAGO, ESTOMAGO E DUODENO	18,3	
		CIRURGICOS	NEUROCIRURGIA - COLUNA E NER- VOS PERIFÉRICOS	11.072,56	
		CIRURGICOS	NEUROCIRURGIA - NEUROCIRUR- GIAS VASCULARES	4.882,50	
		CIRURGICOS	ORTOPEDIA/TRAUMATOLOGIA - MEM- BROS SUPERIORES	1.039,92	
		CIRURGICOS	PLASTICA	6.989,00	
		CIRURGICOS	PLASTICA - OUTRAS CIRURGIAS PLASTICAS/REPARADORAS	56,92	
		PEDIATRIA CLINICA	CLINICA GERAL	5.695,89	
		CLINICOS	ONCOLOGIA - QUIMIOTERAPIA - PROCEDIMENTOS ESPECIAIS	11.395,02	
				80.473,94	

HOSPITALAR - MC por Abr.

Município Encaminha- dor	Município Executor (ANTERIOR)	Leito	Especialidade	Cota Financeira do Enca- minhador	Município Executor (NOVO)
TERESOPOLIS	RIO DE JANEIRO	PEDIATRIA CLINICA	OFTALMOLOGIA	306,25	TERESOPOLIS
		CLINICOS	OFTALMOLOGIA	686,95	
		CLINICOS	HANSENOLOGIA	473,62	
		OUTRAS ESPECIALIDADES	PNEUMOLOGIA SANITARIA	17.522,25	
				18.989,08	

HOSPITALAR - MC por Ref.

Município Encaminha- dor	Município Executor (ANTERIOR)	Leito	Especialidade	Financeiro do Executor	Município Executor (NOVO)
TERESOPOLIS	ITAPERUNA	CLINICOS	NEUROLOGIA	4.882,50	TERESOPOLIS
		CLINICOS	CARDIOLOGIA	5.425,38	
				10.307,88	
				320.454,29	

SEI-080002/000952/2023 - Pactuar solicitação de remanejamento de PPI, apresentada pelo município de Saquarema, que lista procedimentos de média complexidade alocados nos municípios de Niterói, Rio de Janeiro, Petrópolis, São Gonçalo e Rio das Ostras, para o teto físico/financeiro do município de Maricá.

AMBULATORIAL - MC por Ref.

Município Encaminhador	Município Executor (ANTERIOR)	Agregado	Financeiro Executor	Município Executor (NOVO)
SAQUAREMA	RIO DE JANEIRO	0209040041 - VIDEOLARINGOSCOPIA	455	MARICÁ
			455,00	

AMBULATORIAL - AC por Abr.

Município Encaminhador	Município Executor (ANTERIOR)	Alta Complexiade/Serviço	Cota Financeira do Encaminhador	Município Executor (NOVO)
SAQUAREMA	PETROPOLIS	Litotripsia - Serviço Litotripsia	2.980,07	MARICÁ
			2.980,07	

AMBULATORIAL - MC por Abr.

Município Encaminhador	Município Executor (ANTERIOR)	Descrição do Agregado	Cota Financeira do Encaminhador	Município Executor (NOVO)
SAQUAREMA	NITEROI	0211020060 - TESTE DE ESFORCO / TESTE ERGOMETRICO	1.683,37	MARICÁ
		021105XXXX - ELETROENCEFALOGRAMA	773,08	
	SAO GONCALO	0211020052 - MONITORIZACAO AMBULATORIAL DE PRES- SAO ARTERIAL	748,76	
		0211020060 - TESTE DE ESFORCO / TESTE ERGOMETRICO	1.105,76	
	RIO DAS OSTRAS	0209030011 - HISTEROSCOPIA CIRÚRGICA	81,42	
		0211040045 - HISTEROSCOPIA (DIAGNOSTICA)	239,48	
	RIO DE JANEIRO	0209030011 - HISTEROSCOPIA CIRÚRGICA	106,92	
		0211040045 - HISTEROSCOPIA (DIAGNOSTICA)	275,51	
			5.014,29	
			8.449,36	

2 - Resumo de Programação

Município	VLR ANUAL	VLR MENSAL
CARMO	-R\$ 2,40	-R\$ 0,20
ITAPERUNA	-R\$ 49.631,70	-R\$ 4.135,98
MARICÁ	R\$ 8.449,36	R\$ 704,11
NITERÓI	-R\$ 15.323,26	-R\$ 1.276,94
NOVA FRIBURGO	-R\$ 52.552,40	-R\$ 4.379,37
NOVA IGUAÇU	-R\$ 521,60	-R\$ 43,47
PETRÓPOLIS	-R\$ 108.942,85	-R\$ 9.078,57
RIO DAS OSTRAS	-R\$ 320,90	-R\$ 26,74
RIO DE JANEIRO	-R\$ 99.734,37	-R\$ 8.311,20
SÃO GONÇALO	-R\$ 1.854,52	-R\$ 154,54
TERESÓPOLIS	R\$ 320.454,29	R\$ 26.704,52
VOLTA REDONDA	-R\$ 19,65	-R\$ 1,64



SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE  
COMISSÃO DE INTERGESTORES BIPARTITE

ATO DO PRESIDENTE

\*DELIBERAÇÃO CIB-RJ Nº 7.371 DE 15 DE JUNHO DE 2023

PACTUA O PROJETO DESTINADO À AQUISIÇÃO DE TRANSPORTE SANITÁRIO ELETIVO PARA A ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE DO MUNICÍPIO DE VASSOURAS.

O PRESIDENTE DA COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE, no uso de suas atribuições e;

CONSIDERANDO:

- a Portaria GM/MS nº 544, de 03 de maio de 2023, que institui procedimentos para execução de despesas em ações e serviços públicos de saúde autorizadas na Lei Orçamentária Anual de 2023 com base no art. 8º da Emenda Constitucional nº126, de 2022;

- a documentação anexada no SEI-430001/001314/2023;

- a 6ª Reunião CIB/RJ realizada em 15/06/2023.

DELIBERA:

Art. 1º - Pactua o projeto destinado à aquisição de transportes sanitários eletivos para a atenção primária à saúde do município de vassouras, referente à proposta n.º 11216.2620001/23-003.

Art. 2º - Esta Deliberação entrará em vigor a partir da data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 15 junho de 2023

LUIZ ANTONIO DE SOUZA TEIXEIRA JUNIOR  
Presidente

\*Republicada por incorreção no original publicada no D.O. de 23/06/2023.

Id: 2497787

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE  
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

ATO DO PRESIDENTE

DELIBERAÇÃO CES Nº 261 DE 25 DE JULHO DE 2023

TORNA PÚBLICO O REGIMENTO INTERNO QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PRESIDENTE DO CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE DO RIO DE JANEIRO, criado na forma do artigo 286 da Constituição do Estado do Rio de Janeiro, de 05 de outubro de 1989, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 152, de 18 de novembro de 2013, cumprindo as disposições da Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de outubro de 1988, e em observância às Leis Federais nº. 8.080, de 19 de setembro de 1990, e nº. 8.142 de 28 de dezembro de 1990, e ainda de acordo com o constante dos Processos Nos SEI-080001/008332/2022 e SEI-080001/017617/2023,

CONSIDERANDO:

- decisão judicial constante do Mandado de Intimação Nº 565/2023/MND, de 14 de março de 2023, expedida no Processo Nº 0005598-89.2022.8.19.0023; e

- decisão homologada pelo Colegiado Pleno do Conselho Estadual de Saúde (CES/RJ), em sua Reunião Extraordinária, realizada no dia 25 de julho de 2023,

DELIBERA:

Art. 1º - TORNAR PÚBLICO o REGIMENTO INTERNO DO PROCESSO ELEITORAL DO COLEGIADO PLENO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITABORAÍ-RJ - QUADRIÊNIO 2023-2027 (ANEXO ÚNICO), que será conduzido pela Comissão Eleitoral instituída para este fim, conforme Deliberação CES/RJ Nº 259, publicada no DOERJ de 25.07.2023.

Art. 2º Esta Deliberação entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 25 julho de 2023

LUIZ ANTÔNIO DE SOUZA TEIXEIRA JUNIOR  
Presidente

ANEXO ÚNICO

REGIMENTO INTERNO DO PROCESSO ELEITORAL DO COLEGIADO PLENO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITABORAÍ-RJ QUADRIÊNIO 2023-2027

CAPÍTULO I  
DA FINALIDADE

Art. 1º Em cumprimento à decisão judicial constante do **Mandado de Intimação Nº 565/2023/MND**, de 14 de março de 2023, expedida no Processo Nº 0005598-89.2022.8.19.0023, onde se determina que o Conselho Estadual de Saúde do Rio de Janeiro (doravante denominado “CES/RJ”) conduza o Processo Eleitoral que deverá definir os novos membros a compor do Conselho Municipal de Saúde de Itaboraí (CMS-ITA), a Comissão Eleitoral para isso instituída elaborou o presente Regimento Interno, que tem por finalidade estabelecer os critérios e diretrizes para eleger entidades dentre os **Segmentos** de: a) **Usuários** de Saúde; b) **Profissionais** de Saúde; e **Gestores**/Prestadores de Serviços, para compor o Conselho Municipal de Saúde de Itaboraí (doravante denoinado “CMS-ITA”), em seu mandato quadriênal, com início em 2023 e término em 2027.

Art. 2º A Comissão Eleitoral (doravante denominada “CE”), composta por Conselheiros Estaduais de Saúde-RJ, assim constituída pelo Colegiado Pleno do CES/RJ, no dia 16 de maio de 2023, homologada pela Deliberação CES/RJ Nº 259 e publicada no DOERJ de 25 de julho de 2023, terá a responsabilidade de organizar e conduzir todo o Processo Eleitoral do CMS-ITA.

**Parágrafo Único** - Será responsabilidade da Comissão Eleitoral (CE) instituir parâmetros que regulem todo o Processo Eleitoral do CMS-ITA, estabelecendo critérios e diretrizes a ele considerados inerentes, com vistas à participação das entidades aptas a compor o quadro de representação, que será integrado pelos já citados Segmentos, de forma paritária, conforme legislação vigente, relativamente às Instâncias de Controle Social no Sistema Único de Saúde (SUS).

CAPÍTULO II  
DA ELEIÇÃO

Art. 3º A quantidade de vagas para a eleição em cada um dos Segmentos está disposta de forma paritária, conforme já definido na Lei Municipal 1.384/1996 e no Regimento Interno do CMS-ITA.

**Parágrafo único** - A representação paritária das entidades por Segmento estará assim distribuída:

I. 50% Usuários - 6 (seis) vagas;  
II. 25% Profissionais de Saúde - 3 (três) vagas;  
III. 25% Gestor/Prestador de Serviços - 3 (três) vagas, sendo 2 (duas) para o gestor e 1 (uma) para o prestador.

Art. 4º No Processo Eleitoral, quanto ao Segmento Profissionais de Saúde e Usuários, só poderão participar as entidades que apresentem in totum os documentos exigidos no presente Regimento, a saber:

I. **Cópia e original** do **Regimento** ou **Estatuto** da entidade e da **Ata de Eleição** da atual Diretoria, registrada em cartório, com foro no município de Itaboraí-RJ;  
II. **Cópia** do comprovante de endereço próprio ou provisório de sua sede no município de Itaboraí;  
III. Cópia do CNPJ da entidade:

a)Serão homologadas aquelas entidades com Situação Cadastral Ativa na Receita Federal;

b) As entidades devem comprovar documentalmente seu cadastro e seu registro há pelo menos um ano no município de Itaboraí, conforme definido na Lei Municipal 1.384/1996 e no Regimento do CMS-ITA.

**Parágrafo Único** - A Comissão Eleitoral só homologará as entidades que apresentarem **integralmente** toda a documentação exigida (**Art. 4º** deste Regimento).

Art. 5º. As entidades interessadas em participar do pleito eleitoral para integrar o Conselho Municipal de Saúde de Itaboraí, no quadriênio de 2023 a 2027, deverão realizar as **inscrições** e apresentar os documentos à Comissão Eleitoral (CE), **no período de 08h00 do dia 14 de agosto de 2023 até 17h00 do dia 25 de agosto de 2023**.

§ 1º As inscrições poderão ser realizadas das seguintes formas:

a) por e-mail (enviando ao endereço eletrônico com.eleitoral.ita@gmail.com), a partir do preenchimento de formulário próprio, devidamente assinado pelo representante legal da entidade, em link disponibilizado pelo CES/RJ em http://www.conselhodesaude.rj.gov.br/, anexando no e-mail as documentações exigidas nos incisos I a IV do Art. 4º, em formato PDF;

b) de forma presencial, na sede do CES/RJ, situada na Rua México, 128, sala 512, Centro do Rio de Janeiro, portando as documentações exigidas (original e cópia) nos incisos I a IV do Art. 4º, bem como o formulário devidamente assinado pelo representante legal da entidade, disponibilizado pelo CES/RJ em http://www.conselhodesaude.rj.gov.br/; ou

c) a partir de formulário online (Google Forms), disponibilizado pelo CES/RJ em http://www.conselhodesaude.rj.gov.br/.

Art. 6º. Poderão participar do Processo Eleitoral entidades legalmente constituídas de com personalidade jurídica definida, dentre outras, as seguintes ordenadas na Lei Municipal 1.384/1996 e no Regimento Interno do CMS-ITA:

I Associações de moradores;  
II Associações de pessoas com patologia;  
III Associações de pessoas com deficiência;  
IV Entidades indígenas;  
V Movimentos sociais e populares organizados;  
VI Entidades de aposentados e pensionistas;  
VII Entidades congregadas de sindicatos, centrais sindicais, confederações e federações de trabalhadores urbanos e rurais;  
VIII Entidades de defesa do consumidor;  
IX Entidades ambientalistas;  
X Organizações de moradores;  
XI Organizações religiosas;  
XII Trabalhadores da área de saúde: associações, confederações, conselhos de profissões regulamentadas, federações e sindicatos, obedecendo às instâncias federativas;  
XIII Comunidades científicas;  
XIV Entidades patronais;  
XV Entidades de prestadores de serviço de saúde; e  
XVI Governo.

Art. 7º. Encerrado o período das inscrições das entidades, a CE analisará as documentações apresentadas e fará um relatório onde serão indicadas as entidades consideradas “aptas” a concorrer à eleição de que trata este Regimento.

**Parágrafo Único** - A análise da documentação pela (CE) ocorrerá no período de **28 de agosto a 01 de setembro de 2023**.

Art. 8º. Após conclusão, o resultado da análise documental será informado às entidade. Aquelas consideradas “inaptas” terão 04 (quatro) dias corridos a contar da ciência do relatório para apresentar o recurso, bem como cumprir exigências.

**Paragrafo Único** - A análise dos recursos dar-se-á no período de **11 a 15 de setembro de 2023**.

Art. 9º Após homologação, a relação das entidades “aptas” a participar do Processo Eleitoral será divulgada no período de **18 a 22 de setembro de 2023**.

Art. 10 A eleição para composição do CMS-ITA acontecerá **no dia 28 de setembro de 2023, de 10h00 às 15h00, em local a ser definido**.

Art. 11 O Processo eleitoral dar-se-á por Segmento, com a escolha da entidade por consenso. Não havendo consenso para a escolha das entidades ou dos Movimentos Sociais de Usuários do SUS, das entidades de Profissionais de Saúde, na Plenária do Segmento, a eleição far-se-á por **voto entre os presentes inscritos, do Segmento**.

§ 1º - A CE, antes do início do processo de votação, deverá contar e **fazer constar em relatório o número de participantes por Segmento**.

§ 2º - A eleição da entidade por Segmento dar-se-á mediante o número de votos, sendo que as mais votadas ocuparão as vagas de TITULAR e, na sequência, ocuparão as vagas de SUPLENTE, respeitando-se a paridade definida nos instrumentos legais.

§ 3º - Cada entidade terá direito a 02 (dois) votos em **cédula única**, sendo **obrigatório** que os votos sejam em **entidades diferentes**. Caso os dois votos sejam para a mesma entidade, os votos serão considerados **nulos**.

§ 4º - Após o término da eleição, os membros que compõem a CE farão a contagem dos votos, apurando-se o quantitativo de votos dados a cada entidade, classificando a respectiva ordem numérica de votos dados para cada entidade e fazendo constar o resultado em relatório final.

§ 5º - Em caso de empate deverá haver uma nova votação imediatamente para preenchimento das vagas restantes; persistindo o **empate** a vaga será da entidade e, ou, movimentos com **mais tempo de fundação**.

Art. 12. Caso não existam entidades suficientes para preencher o quantitativo de vagas por Segmentos, a respectiva vacância a ser preenchida será em nova data a ser divulgada pela Comissão Eleitoral. Serão mantidos todos os requisitos do presente Regimento Interno.

Art. 13. É de competência e obrigação da Secretaria Municipal de Saúde (SMS) de Itaboraí dar todo o suporte logístico e financeiro para o pleno andamento dos trabalhos da CE.

Art. 14. Os nomes das entidades que integrarão o CMS-ITA no quadriênio de 2023 a 2027, deverão ser publicados em Diário Oficial do Município pelo Poder Executivo. E cada entidade deverá, pelo seu representante legal, por meio de ofício, indicar os nomes dos representantes da entidade, na Titularidade e na Suplência.

Art. 15. As vagas no CMS-ITA, para o quadriênio 2023 a 2027, pertencerão às entidades vencedoras do pleito eleitoral, tendo as mesmas como prerrogativa a substituição de seus respectivos representantes no CMS-ITA, mediante ofício do representante legal da entidade.

Art. 16. Este Regimento, aprovado pelo Colegiado Pleno do CES/RJ, não sofrerá alterações por nenhum fator externo ou interno.

Art. 17. Os princípios e valores básicos, como a Responsabilidade, a Cooperação, o Respeito à Justiça, a Transparência, a Imparcialidade, a Representatividade, o Compromisso Social, o Cumprimento da Vontade da Maioria e o Respeito às Minorias devem ser mantidos e reger cada relação, interna ou externa, de maneira a manter a confiança e credibilidade do Processo Eleitoral.

Art. 18. Qualquer entidade ou seus participantes em flagrante desrespeito a quaisquer dispositivos legais e, ou, regimentais relativos ao, ou causando embaraço de modo a inviabilizar parcial ou integralmente, o Processo Eleitoral objeto do presente Regimento, não amparados por questão de ordem regimental e, ou, de norteammento legal, serão convidados a retirarem-se do recinto pela CE. Em caso de resistência, serão adotadas as providências legais cabíveis.

Art. 19. A CE será dissolvida ao término do Processo Eleitoral, com encaminhamento do Relatório Conclusivo ao Colegiado Pleno do CES/RJ e à SMS de Itaboraí.

Art 20. Os **casos omissos** nesse Regimento serão resolvidos pela CE, que se reunirá em regime de urgência para resolvê-los.

Id: 2497786

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE  
SUBSECRETARIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA  
SUPERINTENDÊNCIA DE RECURSOS HUMANOS

DESPACHO DA SUPERINTENDENTE  
DE 27/07/2023

CONCEDO o Adicional de Qualificação (AQ), instituído pela Lei nº 5.355 de 23/12/2008, regulamentado pela Resolução SES nº 276, de 26/03/2012, ao servidor integrante da Carreira de Especialista em Gestão de Saúde, abaixo mencionado, mediante avaliação da Comissão constituída pela Resolução SES nº 377, de 11/07/2012

INTERESSADO	PROCESSO	TÍTULO	ID FUNCIONAL
GILSON JACOME DOS REIS	SEI-080001/017880/2022	DOCTORADO	43498051

Id: 2497785

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE  
SUBSECRETARIA EXECUTIVA

RETIFICAÇÃO  
D.O. DE 28/07/2023  
PÁGINA 39 - 3ª COLUMA

PORTARIA SUBEX Nº 296 DE 24 DE JULHO DE 2023

DESIGNA E SUBSTITUI FISCAIS DE CONTRATO.

Onde se lê: PORTARIA SUBEX DE 24 DE JULHO DE 2023

Leia-se: PORTARIA SUBEX Nº 296 DE 24 DE JULHO DE 2023

Id: 2497790

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE  
FUNDAÇÃO SAÚDE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
DIRETORIA EXECUTIVA

DESPACHO DO DIRETOR  
DE 28/07/2023

**PROCESSO Nº SEI-080007/007484/2023 - RATIFICO** o procedimento de Dispensa de Licitação nº 252/2023, valor total de R\$ 621.120,00 (seiscentos e vinte e um mil cento e vinte reais) em favor da empresa VLS SURGICAL EQUIPAMENTOS MÉDICOS LTDA, cujo objeto é contratação emergencial de empresa prestadora de serviços técnicos no ramo de Engenharia Clínica, para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, calibração, segurança elétrica, treinamento de operadores, elaboração de especificações/pareceres/laudos técnicos e consultorias técnicas no auxílio ao gerenciamento de equipamentos médico-assistenciais instalados no Centro Estadual de Diagnóstico por Imagem - Baixada, unidade gerenciada pela Fundação Saúde do Estado do Rio de Janeiro, na forma do Termo de Referência doc. SEI nº 56257052 e da proposta SEI nº 55331989, com fundamento art. 24, inciso IV da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1.993 e alterações, pela Lei Estadual nº 287, de 04 de dezembro de 1.979 e Decretos nºs 3.149, de 28 de abril de 1980, e 42.301, de 12 de fevereiro de 2010.

Id: 2497713

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE  
FUNDAÇÃO SAÚDE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
DIRETORIA EXECUTIVA

DESPACHO DO DIRETOR  
DE 26/07/2023

**\*PROCESSO SEI-080007/005964/2023 - RATIFICO** o procedimento de Dispensa de Licitação nº 248/2023, valor total de R\$ 2.882.977,20 (dois milhões, oitocentos e oitenta e dois mil novecentos e setenta e sete reais e vinte centavos) em favor da empresa JESBAN SERVIÇOS DE CONSTRUÇÕES LTDA, cujo objeto é a contratação de empresa especializada em serviços continuados de manutenção predial, preventiva e corretiva, incluindo transformador de entrada de energia elétrica, grupo geradores, instalações elétricas de baixa tensão, sistemas hidráulicos e conservação física e estrutural na unidade assistencial e instalação administrativa nas UPA' s Ilha do Governador, Irajá e Engenho Novo, na forma do Termo de Referência doc. SEI nº 50354792 e da proposta SEI 54749736, com fundamento art. 24, inciso IV da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1.993 e alterações, pela Lei Estadual nº 287, de 04 de dezembro de 1.979 e Decretos nºs 3.149, de 28 de abril de 1980, e 42.301, de 12 de fevereiro de 2010.

\*Omitido do DOERJ de 31/07/2023.

Id: 2497704



1951, denominada pela Lei nº 7.536, de 30 de setembro de 1974, publicado no Diário Oficial de 01 de outubro de 1974.	
<b>Art. 2º</b> - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.	
Rio de Janeiro, 21 de julho de 2023	
<b>ROBERTA BARRETO DE OLIVEIRA</b> Secretária de Estado de Educação	
<b>RESOLUÇÃO SEEDUC Nº 6188 DE 21 DE JULHO DE 2023</b>	
<b>DESIGNA SERVIDORES TITULAR E SUPLENTE DA ASSESSORIA SETORIAL DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO - ASPLO NO ÂMBITO DA SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.</b>	
<b>A SECRETÁRIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO</b> , no uso das atribuições legais, tendo em vista o disposto no Decreto nº 48.413 de 21 de março de 2023, que cria as Assessorias Setoriais de Planejamento e Orçamento - ASPLOs, reestrutura o Sistema de Planejamento e Orçamento do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro - SPO e dá outras providências, e em conformidade com o Processo nº SEI-030029/016243/2022,	
<b>RESOLVE:</b>	
<b>Art. 1º</b> - Designar os servidores abaixo para exercício das funções de titular e suplente da Assessoria Setorial de Planejamento e Orçamento - ASPLO da Secretaria de Estado de Educação:	
<b>Titular</b> - Diego Khouri Mota, ID: 5007762-7 <b>Suplente</b> - Gustavo Kulnig Pinto Ferreira, ID: 5007726-0	
<b>Art. 2º</b> - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.	
Rio de Janeiro, 21 de julho de 2023	
<b>ROBERTA BARRETO DE OLIVEIRA</b> Secretária de Estado de Educação	
<b>Id: 2497654</b>	
<b>SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO</b> <b>SUBSECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA</b>	
<b>DESPACHO DA SUBSECRETÁRIA</b> <b>DE 28.07.2023</b>	
<b>PROCESSO Nº SEI-030036/004486/2022 - INDEFIRO</b> a reassunção de MICHELLE SILVA DE OLIVEIRA LIMA, Assistente Executivo, ID. Funcional nº 50138804, vínculo 01, matrícula nº 30412316, nos termos do art. 6º, inciso III, da Resolução SEEDUC nº 5153 de 17/11/2014.	
<b>Id: 2497515</b>	
<b>SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO</b> <b>SUBSECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA</b> <b>SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS</b>	
<b>ATOS DO SUPERINTENDENTE</b> <b>DE 31.07.2023</b>	
<b>REDUZ</b> em 50% (cinquenta por cento) a carga horária de trabalho de <b>MARIA CAROLINA AMARAL DE SA</b> , Professor Docente I, matrícula nº 961.811-7, pelo período de 01 (um) ano, a contar de 18/03/2022. Processo nº SEI-030038/001054/2021.	
<b>REDUZ</b> em 50% (cinquenta por cento) a carga horária de trabalho de <b>CARLOS ALMEIDA CABRAL</b> , Digitador, matrícula nº 817.458-3, pelo período de 01 (um) ano, a contar de 26/07/2022. Processo nº SEI-E-23/500789/2006.	
<b>REDUZ</b> em 50% (cinquenta por cento) a carga horária de trabalho de <b>LEILA MARTINS ARAUJO</b> , Professor Docente I, matrícula nº 945.560-1, pelo período de 01 (um) ano, a contar de 30/06/2023. Processo nº SEI-E-03/003/3587/2013.	
<b>REDUZ</b> em 50% (cinquenta por cento) a carga horária de trabalho de <b>EMERSON RIBEIRO GARCIA</b> , Professor Docente I, matrículas nº 966.657-9 e 966.975-5, pelo período de 01 (um) ano, a contar de 21/01/2023. Processo nº SEI-030037/000476/2020.	
<b>REDUZ</b> em 50% (cinquenta por cento) a carga horária de trabalho de <b>CAROLINE VALERIOTE RIBEIRO</b> , Professor Docente I, matrícula nº 953.911-5, pelo período de 01 (um) ano, a contar de 10/01/2023. Processo nº SEI-030030/000766/2020.	
<b>REDUZ</b> em 50% (cinquenta por cento) a carga horária de trabalho de <b>SANDRA BASTOS MONTEIRO COELHO</b> , Professor Docente I, matrícula nº 3.055.753-2, pelo período de 01 (um) ano, a contar de 11/08/2022. Processo nº SEI-E-03/003/401/2016.	
<b>REDUZ</b> em 50% (cinquenta por cento) a carga horária de trabalho de <b>CARLA LUCIA ALVES SOARES</b> , Professor Docente I, matrícula nº 915.055-8, pelo período de 01 (um) ano, a contar de 29/12/2022. Processo nº SEI-030038/005954/2022.	
<b>REDUZ</b> em 50% (cinquenta por cento) a carga horária de trabalho de <b>MARIANE INGRID PINHEIRO</b> , Professor Docente I, matrícula nº 3.080.545-1, pelo período de 01 (um) ano, a contar de 01/04/2022. Processo nº SEI-030033/000915/2020.	
<b>REDUZ</b> em 50% (cinquenta por cento) a carga horária de trabalho de <b>ANA DE FATIMA VIEIRA DOS SANTOS</b> , Professor Docente I, matrícula nº 827.594-3, pelo período de 01 (um) ano, a contar de 30/11/2022. Processo nº SEI-E-03/125153/2005.	
<b>Id: 2497718</b>	
<b>SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO</b> <b>SUBSECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA</b> <b>SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS</b>	
<b>ATO DO SUPERINTENDENTE</b> <b>DE 28/07/2023</b>	
<b>DISPENSA</b> , com validade a contar de 24/05/2023, <b>CONSUELI MOREIRA DA SILVA</b> , Trabalhador, ID 3637732-5/1, da função de Agente de Pessoal do Núcleo Simples do C.E. Prof.ª Francisca Jeremias da Silveira Menezes, U.A. 11802310561, Município de São João de Meriti, da Secretaria de Estado de Educação. Processo nº SEI-030039/002622/2023.	
<b>Id: 2497617</b>	
<b>SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO</b> <b>SUBSECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA</b> <b>SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS</b>	
<b>RETIFICAÇÃO</b> <b>D.O. DE 28/06/2021</b> <b>PÁGINA 29 - 1ª COLUNA</b>	
<b>ATO DO SUPERINTENDENTE</b> <b>DE 22/06/2021</b>	
<b>PROCESSO Nº SEI-030039/002184/2021</b>	
Onde se lê: ...LUIZA TEREZINHA BARROS CABRAL...	
Leia-se: ...LUZIA TEREZINHA BARROS CABRAL...	
<b>Id: 2497679</b>	

<b>SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO</b> <b>SUBSECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA</b> <b>SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS</b>	
<b>APOSTILAS DO SUPERINTENDENTE</b> <b>DE 28.07.2023</b>	
<b>ATO DE 10/06/2005 - FICA RETIFICADA</b> para 31/12/2003, a eficácia do ato de aposentadoria da servidora MARIA CRISTINA GARRIDO DOS SANTOS COSTA, Identidade Funcional nº 38805928, vínculo 02, matrícula nº 681585-6, publicado no D.O. de 13/06/2005. Processo nº SEI-E-03/811472/2004.	
<b>ATO DE 22/01/2004 - FICA RETIFICADO</b> para art. 3º, da Emenda Constitucional nº 41/2003, combinado com o § 1º, inciso III, alínea "b", do artigo 40, da Constituição Federal, a fundamentação legal e para 31/12/2003 a eficácia da servidora STELA OLIVEIRA DA SILVA, Identidade Funcional nº 32581130, vínculo 01, matrícula nº 238580-5, no Ato de Aposentadoria, publicado no D.O. de 27/01/2004. Processo nº SEI-E-03/10600483/2003.	
<b>ATO DE 23/07/2002 - FICA RETIFICADA</b> para 20/06/1999, a eficácia do ato de aposentadoria da servidora SEBASTIAO ALENCAR, Identidade Funcional nº 34817220, vínculo 01, matrícula nº 143183-2, publicado no D.O. de 25/07/2002. Processo nº SEI-E-03/3410025/1999	
<b>ATO DE 09/10/2001 - FICA RETIFICADA</b> para 10/08/1998, a eficácia do ato de aposentadoria da servidora MARIA CELIA DE SOUZA MACIEL, Identidade Funcional nº 9114351, vínculo 01, matrícula nº 519800-7, publicado no D.O. de 11/10/2001. Processo nº SEI-E-03/1510058/1997.	
<b>ATO DE 02/12/2002 - FICA RETIFICADA</b> para 01/02/1998, a eficácia do ato de aposentadoria da servidora MARIA APARECIDA DE MOURA MARTINS, Identidade Funcional nº 38081970, vínculo 01, matrícula nº 515139-4, publicado no D.O. de 04/12/2002. Processo nº SEI-E-03/10101816/1997.	
<b>ATO DE 01/08/2002 - FICA RETIFICADA</b> para 01/09/1999, a eficácia do ato de aposentadoria da servidora MARIA CRISTINA TRAVASSOS PACHECO, Identidade Funcional nº 38802473, vínculo 01, matrícula nº 244243-2, publicado no D.O. de 05/08/2002. Processo nº SEI-E-03/10102145/1997.	
<b>Id: 2497709</b>	
<b>SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO</b> <b>SUBSECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA</b> <b>SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS</b>	
<b>APOSTILAS DO SUPERINTENDENTE</b> <b>DE 28/07/2023</b>	
<b>ATO DE 09/01/2002 - FICA RETIFICADA</b> para 01/09/1996, a eficácia do ato de aposentadoria do servidor MARLENE SANTOS GUZZO, ID Funcional nº 9042156/01, matrícula nº 103536-9, publicado no Diário Oficial de 11/01/2002. Processo nº SEI-E-03/3300084/1996	
<b>ATO DE 09/12/1998- FICAM RETIFICADAS</b> para 01/04/1997, a eficácia e para art. 3º, da Emenda Constitucional nº 20/98 combinado com a alínea "c", do inciso III, do art. 89 da Constituição do Estado do Rio de Janeiro, de 05/10/1989, a fundamentação legal no ato de aposentadoria do servidor MARIA REGINA MARTINS SANTOS, ID Funcional nº 41580214/01, matrícula nº 49351-0, publicado no Diário Oficial de 18/12/1998. Processo nº SEI-E-03/7500119/1995	
<b>ATO DE 20/03/2002 - FICA RETIFICADA</b> para 01/02/1996, a eficácia do ato de aposentadoria do servidor EMILIA ROSA COUTINHO SILVERIO, ID Funcional nº 38588153/01, matrícula nº 513856-5, publicado no Diário Oficial de 22/03/2002. Processo nº SEI-E-03/803394/1995.	
<b>ATO DE 08/10/2001 - FICA RETIFICADA</b> para 01/09/1995, a eficácia do ato de aposentadoria do servidor SEBASTIANA DA SILVA AZEVEDO, ID Funcional nº 41648331/01, matrícula nº 204979-9, publicado no Diário Oficial de 11/10/2001. Processo nº SEI-E-03/1701687/1995.	
<b>ATO DE 02/04/2002 - FICA RETIFICADA</b> para 07/07/1997, a eficácia do ato de aposentadoria do servidor SONIA COUTO GONÇALVES, ID Funcional nº 35734523/01, matrícula nº 661772-4, publicado no Diário Oficial de 04/04/2002. Processo nº SEI-E-03/700320/1997.	
<b>Id: 2497702</b>	
<b>SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO</b> <b>SUBSECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA</b> <b>SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS</b>	
<b>APOSTILAS DO SUPERINTENDENTE</b> <b>DE 28/07/2023</b>	
<b>ATO DE 27/11/1997 - FICA RETIFICADA</b> para 16/06/1995, a eficácia do ato de aposentadoria do servidor SANDRA LUGON, ID Funcional nº 6620353/01, matrícula nº 47201-9, publicado no Diário Oficial de 03/12/1997. Processo nº SEI-E-03/1600146/1995.	
<b>ATO DE 16/01/2004 - FICA RETIFICADA</b> para 01/01/1998, a eficácia do ato de aposentadoria do servidor VERA LUCIA GONÇALVES PIRES, ID Funcional nº 40782271/02, matrícula nº 1155825-1, publicado no Diário Oficial de 21/01/2004. Processo nº SEI-E-03/5700279/1994.	
<b>ATO DE 27/06/2002 - FICA RETIFICADA</b> para 22/12/1997, a eficácia do ato de aposentadoria do servidor TANIA MARIA DEMURA, ID Funcional nº 37335383/01, matrícula nº 681210-1, publicado no Diário Oficial de 01/07/2002. Processo nº SEI-E-03/5900978/1997.	
<b>Id: 2497757</b>	
<b>SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO</b> <b>SUBSECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA</b> <b>SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS</b>	
<b>DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE</b> <b>DE 28/07/2023</b>	
<b>PROCESSO Nº SEI-080014/000201/2023 - LORENA LUQUINI DE BARROS ABREU</b> , Professor Docente I, 18 Horas, nível D, referência 7, ID. Funcional 42003059, vínculo 01, matrícula 916.563-0. <b>FIXADOS</b> os proventos mensais de inatividade a contar de 17/05/2023, ficando esclarecido que o inativo a quem se refere o presente título <b>FAZ JUS</b> a Proventos Média equivalente ao percentual de 60% da média aritmética simples das remunerações a partir da eficácia da aposentadoria, no valor de R\$ 1.614,37 (mil seiscentos e quatorze reais e trinta e sete centavos).	
<b>PROCESSO Nº SEI-080014/000189/2023 - DANIELE WERNECK DE ALMEIDA</b> , Professor Docente I, 18 Horas, nível D, referência 6, ID. Funcional 43361056, vínculo 01, matrícula 946.339-9. <b>FIXADOS</b> os proventos mensais de inatividade a contar de 17/05/2023, ficando esclarecido que o inativo a quem se refere o presente título <b>FAZ JUS</b> a Proventos Média equivalente ao percentual de 60% da média aritmética simples das remunerações a partir da eficácia da aposentadoria, no valor de R\$ 1.317,85 (mil trezentos e dezessete reais e oitenta e cinco centavos) e complementação de R\$ 2,15 (dois reais e quinze centavos), com base no salário mínimo de R\$ 1.320,00 (mil trezentos e vinte reais), de acordo com a MP 1172/2023.	
<b>PROCESSO Nº SEI-080014/000095/2023 - VALERIA CLAUDIA DE OLIVEIRA</b> , Professor Docente I, 18 Horas, nível C, referência 4, ID. Funcional 41802527, vínculo 04, matrícula 3.056.365-4. <b>FIXADOS</b> os proventos mensais de inatividade a contar de 16/03/2023, ficando esclarecido que o inativo a quem se refere o presente título <b>FAZ JUS</b> a Proventos Média equivalente ao percentual de 60% da média aritmética simples das remunerações a partir da eficácia da aposentadoria, no valor de R\$ 1.055,17 (mil e cinquenta e cinco reais e dezessete centavos) e complementação de R\$ 246,83 (duzentos e quarenta e seis reais e oitenta e três centavos), com base no salário mínimo de R\$ 1.302,00 (mil trezentos e dois reais), de acordo com a MP 1143/2022.	



**PROCESSO Nº SEI-080001/016747/2021** - PAULO BENTO DA SILVA, Professor Docente I, 16 Horas, nível C, referência 5, ID. Funcional 5680433, vínculo 03, matrícula 933.417-8. **FIXADOS** os proventos mensais de inatividade a contar de 16/08/2021, ficando esclarecido que o inativo a quem se refere o presente título **FAZ JUS** a Proventos Média Integrais a partir da eficácia da aposentadoria, no valor de R\$ 1.849,19 (mil oitocentos e quarenta e nove reais e dezenove centavos).

**PROCESSO Nº SEI-030038/002113/2021** - LUIZA MARIA LEMOS VASQUES, Professor Docente I, 16 Horas, nível C, referência 6, ID. Funcional 38159643, vínculo 01, matrícula 829721-0. **FIXADOS** os proventos mensais de inatividade a contar de 28/07/2021, ficando esclarecido que o inativo a quem se refere o presente título **FAZ JUS** a Proventos Média proporcionais à razão de 8523/10950 a partir da eficácia da aposentadoria, no valor de R\$ 1.611,70 (mil seiscentos e onze reais e setenta centavos).

Id: 2497645

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO  
SUBSECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA  
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE  
DE 28/07/2023

**PROCESSO Nº SEI-030036/004753/2023** - PATRICK MENEZES LOURENÇO, ID. Funcional 42733995/01, matrícula 892376-5, Professor Docente I, 18 Horas. Tendo em vista o atendimento aos pressupostos estabelecidos na Lei nº 5.539 de 10/09/2009, no Decreto nº 42.160 de 02/12/2009, na Lei nº 1.614 de 26/01/1990 e na Resolução SEEDUC nº 4.379 de 07/01/2010, o servidor **FAZ JUS** ao adicional de qualificação a partir de 20/07/2023.

**PROCESSO Nº SEI-030035/004465/2023** - DANIEL VIEIRA INACIO, ID. Funcional 42036666/01, matrícula 919453-1, Professor Docente I, 18 Horas. Tendo em vista o atendimento aos pressupostos estabelecidos na Lei nº 5.539 de 10/09/2009, no Decreto nº 42.160 de 02/12/2009, na Lei nº 1.614 de 26/01/1990 e na Resolução SEEDUC nº 4.379 de 07/01/2010, o servidor **FAZ JUS** ao adicional de qualificação a partir de 21/07/2023.

**PROCESSO Nº SEI-030033/001478/2023** - SOLANGE O DOS SANTOS SILVERIO, ID. Funcional 41914252/01, matrícula 904162-5, Professor Docente I, 18 Horas. Tendo em vista o atendimento aos pressupostos estabelecidos na Lei nº 5.539 de 10/09/2009, no Decreto nº 42.160 de 02/12/2009, na Lei nº 1.614 de 26/01/1990 e na Resolução SEEDUC nº 4.379 de 07/01/2010, o servidor **FAZ JUS** ao adicional de qualificação a partir de 13/03/2023.

**PROCESSO Nº SEI-030029/009606/2023** - CARLA GONCALVES FELIZARDO, ID. Funcional 42563682/01, matrícula 925370-9, Professor Docente I, 18 Horas. Tendo em vista o atendimento aos pressupostos estabelecidos na Lei nº 5.539 de 10/09/2009, no Decreto nº 42.160 de 02/12/2009, na Lei nº 1.614 de 26/01/1990 e na Resolução SEEDUC nº 4.379 de 07/01/2010, o servidor **FAZ JUS** ao adicional de qualificação a partir de 19/07/2023.

**PROCESSO Nº SEI-030036/004833/2023** - RAFAEL PINTO RODRIGUES, ID. Funcional 42536588/01, matrícula 927743-5, Professor Docente I, 18 Horas. Tendo em vista o atendimento aos pressupostos estabelecidos na Lei nº 5.539 de 10/09/2009, no Decreto nº 42.160 de 02/12/2009, na Lei nº 1.614 de 26/01/1990 e na Resolução SEEDUC nº 4.379 de 07/01/2010, o servidor **FAZ JUS** ao adicional de qualificação a partir de 25/07/2023.

**PROCESSO Nº SEI-030033/003318/2023** - JOAO SANTOS SOUTO NETO, ID. Funcional 50972030/01, matrícula 3111485-3, Professor Docente I, 18 Horas. Tendo em vista o atendimento aos pressupostos estabelecidos na Lei nº 5.539 de 10/09/2009, no Decreto nº 42.160 de 02/12/2009, na Lei nº 1.614 de 26/01/1990 e na Resolução SEEDUC nº 4.379 de 07/01/2010, o servidor **FAZ JUS** ao adicional de qualificação a partir de 07/07/2023.

**PROCESSO Nº SEI-030030/004636/2023** - MARIA CRISTINA MARQUES, ID. Funcional 32793146/01, matrícula 845148-6, Professor Docente I, 18 Horas. Tendo em vista o atendimento aos pressupostos estabelecidos na Lei nº 5.539 de 10/09/2009, no Decreto nº 42.160 de 02/12/2009, na Lei nº 1.614 de 26/01/1990 e na Resolução SEEDUC nº 4.379 de 07/01/2010, o servidor **FAZ JUS** ao adicional de qualificação a partir de 24/07/2023.

**PROCESSO Nº SEI-030040/002290/2023** - RONALDO BARBOSA ALVIM, ID. Funcional 42004853/01, matrícula 914451-0, Professor Docente I, 18 Horas. Tendo em vista o atendimento aos pressupostos estabelecidos na Lei nº 5.539 de 10/09/2009, no Decreto nº 42.160 de 02/12/2009, na Lei nº 1.614 de 26/01/1990 e na Resolução SEEDUC nº 4.379 de 07/01/2010, o servidor **FAZ JUS** ao adicional de qualificação a partir de 26/07/2023.

**PROCESSO Nº SEI-030043/002857/2023** - ALUYISIO AUGUSTO DE ATHAYDE NENO, ID. Funcional 50250124/01, matrícula 3057154-1, Professor Docente I, 18 Horas. Tendo em vista o atendimento aos pressupostos estabelecidos na Lei nº 5.539 de 10/09/2009, no Decreto nº 42.160 de 02/12/2009, na Lei nº 1.614 de 26/01/1990 e na Resolução SEEDUC nº 4.379 de 07/01/2010, o servidor **FAZ JUS** ao adicional de qualificação a partir de 26/07/2023.

**PROCESSO Nº SEI-030037/003058/2023** - FILIPE SENOS DOS SANTOS, ID. Funcional 43874436/01, matrícula 964656-3, Professor Docente I, 18 Horas. Tendo em vista o atendimento aos pressupostos estabelecidos na Lei nº 5.539 de 10/09/2009, no Decreto nº 42.160 de 02/12/2009, na Lei nº 1.614 de 26/01/1990 e na Resolução SEEDUC nº 4.379 de 07/01/2010, o servidor **FAZ JUS** ao adicional de qualificação a partir de 27/07/2023.

Id: 2497557

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO  
SUBSECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA  
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE  
DE 28/07/2023

**PROCESSO Nº SEI-E-03/1600146/1995** - SANDRA LUGON, Professor Assistente de Administração Educacional I, nível C, referência 8, Identidade Funcional nº 6620353, vínculo 01, matrícula nº 47201-9. **FIXADOS** os proventos mensais de inatividade, a contar de 16/06/1995, tendo por base a última remuneração integral do cargo efetivo do servidor e sendo reajustados pela paridade nos seguintes termos propostos: Vencimento-base atribuído ao cargo de Professor Assistente de Administração Educacional I, nível C, referência 8 (Decreto nº 21517/95), no valor de R\$ 221,06 e 45% de triênio (Lei nº 1026/86), no valor de R\$ 99,48.

**PROCESSO Nº SEI-E-03/5700279/1994** - VERA LUCIA GONCALVES PIRES, Professor Docente I 16h, nível C, referência 8, Identidade Funcional nº 40782271, vínculo 02, matrícula nº 1155825-1. **FIXADOS** os proventos mensais de inatividade, a contar de 01/01/1998, tendo por base a última remuneração integral do cargo efetivo do servidor e sendo reajustados pela paridade nos seguintes termos propostos: Vencimento-base atribuído ao cargo de Professor Docente I 16h, nível D, referência 8 (Decreto nº 21517/1995), no valor de R\$ 221,06 e 45% de triênio (Lei n.º 1026/1986), no valor de R\$ 99,48.

**PROCESSO Nº SEI-E-03/5900978/1997** - TANIA MARIA DEMURA, Professor Docente I 16h, nível C, referência 7, Identidade Funcional nº 37335383, vínculo 01, matrícula nº 681210-1. **FIXADOS** os proventos mensais de inatividade, a contar de 22/12/1997, tendo por base a última remuneração integral do cargo efetivo do servidor e sendo reajustados pela paridade nos seguintes termos propostos: Vencimento-base atribuído ao cargo de Professor Docente I 16h, nível C, referência 7 (Decreto nº 21517/95), no valor de R\$ 197,38 e 45% de triênio (Lei nº 1026/86), no valor de R\$ 88,82.

**PROCESSO Nº SEI-E-03/9939/1990** - GELSA MARLENE RIBEIRO DE OLIVEIRA, Professor IV, classe C, referência 32, Identidade Funcional nº 7140746, vínculo 01, matrícula nº 36810-0. **FIXADOS** os

proventos mensais de inatividade, a contar de 23/06/1976, tendo por base a última remuneração integral do cargo efetivo do servidor e sendo reajustados pela paridade nos seguintes termos propostos: Vencimento-base atribuído ao cargo de Professor Docente II, nível B, referência 5 (Lei nº 1614/90), no valor de NCZ\$ 3.500,38 e 35% de triênio (Lei nº 1026/86), no valor de NCZ\$ 1.225,13.

**PROCESSO Nº SEI-E-03/9939/1990** - GELSA MARLENE RIBEIRO DE OLIVEIRA, Professor Docente II, nível B, referência 5, Identidade Funcional nº 7140746, vínculo 01, matrícula nº 36810-0. **REFIXADOS** os proventos mensais de inatividade, a contar de 24/01/1990, tendo por base a última remuneração integral do cargo efetivo do servidor e sendo reajustados pela paridade nos seguintes termos propostos: Vencimento-base atribuído ao cargo de Professor Docente II, nível B, referência 5 (Lei nº 1614/90), no valor de NCZ\$ 3.500,38 e 35% de triênio (Lei nº 1026/86), no valor de NCZ\$ 1.225,13.

Id: 2497758

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO  
SUBSECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA  
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE  
DE 28/07/2023

**PROCESSO Nº SEI-E-03/3300084/1996** - MARLENE SANTOS GUZÓ, Professor Docente II, nível B, referência 6, Identidade Funcional nº 9042156, vínculo 01, matrícula nº 103536-9. **FIXADOS** os proventos mensais de inatividade a contar de 01/09/1996, tendo por base a última remuneração do cargo efetivo do servidor, proporcional à razão de 25/30 e sendo reajustados pela paridade, nos seguintes termos propostos: Vencimento-base atribuído ao cargo de Professor Docente II, nível B, referência 6 (Decreto nº 21517/95), no valor de R\$ 146,86 e 40% de triênio (Lei nº 1026/86), no valor de R\$ 70,49.

**PROCESSO Nº SEI-E-03/7500119/1995** - MARIA REGINA MARTINS SANTOS, Professor Docente II, nível B, referência 7, Identidade Funcional nº 41580214, vínculo 01, matrícula nº 49351-0. **FIXADOS** os proventos mensais de inatividade a contar de 01/04/1997, tendo por base a última remuneração do cargo efetivo do servidor, proporcional à razão de 28/30 e sendo reajustados pela paridade, nos seguintes termos propostos: Vencimento-base atribuído ao cargo de Professor Docente II, nível B, referência 7 (Decreto nº 21517/95), no valor de R\$ 184,22 e 50% de triênio (Lei nº 1026/86), no valor de R\$ 98,69.

**PROCESSO Nº SEI-E-03/803394/1995** - EMILIA ROSA COUTINHO SILVERIO, Professor Docente II, nível B, referência 6, Identidade Funcional nº 38588153, vínculo 01, matrícula nº 513856-5. **FIXADOS** os proventos mensais de inatividade, a contar de 01/02/1996, tendo por base a última remuneração integral do cargo efetivo do servidor e sendo reajustados pela paridade nos seguintes termos propostos: Vencimento-base atribuído ao cargo de Professor Docente II, nível B, referência 6 (Decreto nº 21517/95), no valor de R\$ 176,23 e 45% de triênio (Lei nº 1026/86), no valor de R\$ 79,30.

**PROCESSO Nº SEI-E-03/1701687/1995** - SEBASTIANA DA SILVA AZEVEDO, Servente, nível II, Identidade Funcional nº 41648331, vínculo 01, matrícula nº 204979-9. **FIXADOS** os proventos mensais de inatividade a contar de 01/09/1995, tendo por base a última remuneração do cargo efetivo do servidor, proporcional à razão de 13/30 e sendo reajustados pela paridade, nos seguintes termos propostos: Vencimento-base atribuído ao cargo de Servente, nível II (Lei Federal nº 3295/95), no valor de R\$ 43,33, 25% de triênio (Lei nº 1258/87), no valor de R\$ 10,83 e Direito Pessoal (Abono Lei nº 1550/89), no valor de R\$ 0,01.

**PROCESSO Nº SEI-E-03/700320/1997** - SONIA COUTO GONÇALVES, Professor Docente II, nível B, referência 7, Identidade Funcional nº 35734523, vínculo 01, matrícula nº 661772-4. **FIXADOS** os proventos mensais de inatividade, a contar de 07/07/1997, tendo por base a última remuneração integral do cargo efetivo do servidor e sendo reajustados pela paridade nos seguintes termos propostos: Vencimento-base atribuído ao cargo de Professor Docente II, nível B, referência 7 (Decreto nº 21517/95), no valor de R\$ 197,38 e 50% de triênio (Lei nº 1026/86), no valor de R\$ 98,69.

Id: 2497703

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO  
SUBSECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA  
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS

DESPACHOS DA SUPERINTENDENTE  
DE 28/07/2023

**PROCESSO Nº SEI-030022/006940/2023** - **CONCEDO** o benefício Abono de Permanência ao servidor MARCOS DOS SANTOS MORAES, Agente de Segurança Socioeducativa, ID. Funcional 19866224, vínculo 01, matrícula 821206-0, tendo em vista ter reunido, com base §1º do art. 5º da EC nº90/2021, os requisitos necessários para a sua aposentadoria a partir 30/12/2022.

**PROCESSO Nº SEI-030029/007546/2023** - **CONCEDO** o benefício Abono de Permanência ao servidor ROSEDAY SANTOS NASCIMENTO, Professor Docente I, 40Horas, nível D, referência 9, ID. Funcional 33367329, vínculo 01, matrícula: 5009048-9, tendo em vista ter reunido, com base no art. 4º, § 5º da EC 90/21, os requisitos necessários para a sua aposentadoria a partir de 01/01/2022.

**PROCESSO Nº SEI-030029/007183/2023** - **CONCEDO** o benefício Abono de Permanência ao servidor CLAUDIA MARIA DA CUNHA VIEIRA FERREIRA, Professor Docente II, 40 Horas, nível D, referência 9, ID. Funcional 5743656, vínculo 01, matrícula 5013222-4, tendo em vista ter reunido, com base no art. 3º, *caput*, da EC 90/21, os requisitos necessários para a sua aposentadoria a partir de 15/05/2023.

**PROCESSO Nº SEI-030029/012351/2022** - **CONCEDO** o benefício Abono de Permanência ao servidor SERLY DE MATTOS NUNES LINO, Professor Docente II, nível D, referência 9, ID. Funcional 39472710, vínculo 01, matrícula 805799-4, tendo em vista ter reunido, com base no § 1º, inciso III, alínea “a”, do art. 40, da C.F, os requisitos necessários para a sua aposentadoria a partir de 23/01/2021.

Id: 2497646

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO  
SUBSECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA  
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS

DESPACHO DA SUPERINTENDENTE  
DE 28/07/2023

**PROCESSO Nº SEI-030038/004038/2022** **CONCEDO** o benefício Abono de Permanência ao servidor JANAY SOARES NOGUEIRA COZENDEY, Professor Docente II, nível C, referência 6, ID. Funcional 39480143, vínculo 01, matrícula 290404-3, tendo em vista ter reunido, com base no art. 4º, *caput*, § 2º, inciso I, da EC 90/21, os requisitos necessários para a sua aposentadoria a partir de 23/05/2023.

Id: 2497680

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO  
SUBSECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA  
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE  
DE 28.07.2023

**PROCESSO Nº SEI-E-03/811472/2004** - MARIA CRISTINA GARRIDO DOS SANTOS COSTA, Professor Docente I - 16 Horas, nível C, referência 8, Identidade Funcional nº 38805928, vínculo 02, matrícula nº 681585-6. **FIXADOS** os proventos mensais de inatividade a contar de 31/12/2003, tendo por base a última remuneração do cargo efetivo da servidora e sendo reajustado pela paridade, nos seguintes termos propostos: Vencimento-base atribuído ao cargo de Professor Docente I - 16 Horas, nível C, referência 8 (Decreto nº 31.254/2002), no valor de R\$ 952,80 e 50% de triênio (Lei n.º 1026/1986), no valor de R\$ 476,40.

**PROCESSO Nº SEI-E-03/10600483/2003** - STELA OLIVEIRA DA SILVA, Professor Docente I - 16 Horas, nível D, referência 7, Identidade

Funcional nº 32581130, vínculo 01, matrícula nº 238580-5. **FIXADOS** os proventos mensais de inatividade a contar de 31/12/2003, tendo por base a última remuneração do cargo efetivo da servidora, proporcional à razão de 19/30, e sendo reajustado pela paridade, nos seguintes termos propostos: Vencimento-base atribuído ao cargo de Professor Docente I - 16 Horas, nível D, referência 7 (Decreto nº 31.254/2002), no valor de R\$ 538,79 e 35% de triênio (Lei nº 1026/1986), no valor de R\$ 297,75.

**PROCESSO Nº SEI-E-03/3410025/1999** - SEBASTIAO ALENCAR, Servente, nível I, Identidade Funcional nº 34817220, vínculo 01, matrícula nº 143183-2. **FIXADOS** os proventos mensais de inatividade a contar de 20/06/1999, tendo por base a última remuneração do cargo efetivo do servidor e sendo reajustado pela paridade, nos seguintes termos propostos: Vencimento-base atribuído ao cargo de Servente, nível I (Medida Provisória 1824/1999), no valor de R\$ 136,00, 45% de triênio (Lei nº 1258/1987), no valor de R\$ 61,20 e Direito Pessoal (Abono Lei nº 1550/1989), no valor de R\$ 0,01.

**PROCESSO Nº SEI-E-03/210233/1998-A** - JORGE FERREIRA DA SILVA, Professor Docente I - 16 Horas, nível C, referência 8, Identidade Funcional nº 6270565, vínculo 01, matrícula nº 683342-0. **FIXADOS** os proventos mensais de inatividade a contar de 16/12/1997, tendo por base a última remuneração do cargo efetivo do servidor, proporcional à razão de 25/30, e sendo reajustado pela paridade, nos seguintes termos propostos: Vencimento-base atribuído ao cargo de Professor Docente I - 16 Horas, nível C, referência 8 (Decreto nº 21.517/1995), no valor de R\$ 184,22 e 45% de triênio (Lei nº 1026/1986), no valor de R\$ 99,48.

**PROCESSO Nº SEI-E-03/1510058/1997** - MARIA CELIA DE SOUZA MACIEL, Professor Assistente de Administração Educacional II, nível B, referência 6, Identidade Funcional nº 9114351, vínculo 01, matrícula nº 519800-7. **FIXADOS** os proventos mensais de inatividade a contar de 10/08/1998, tendo por base a última remuneração do cargo efetivo da servidora, proporcional à razão de 25/30, e sendo reajustado pela paridade, nos seguintes termos propostos: Vencimento-base atribuído ao cargo de Professor Assistente de Administração Educacional II, nível B, referência 6 (Decreto nº 21.517/1995), no valor de R\$ 146,86 e 45% de triênio (Lei nº 1026/1986), no valor de R\$ 79,30.

**PROCESSO Nº SEI-E-03/10102145/1997** - MARIA CRISTINA TRAVASSOS PACHECO, Professor Docente I - 16 Horas, nível C, referência 5, Identidade Funcional nº 38802473, vínculo 01, matrícula nº 244243-2. **FIXADOS** os proventos mensais de inatividade a contar de 01/09/1999, tendo por base a última remuneração do cargo efetivo da servidora e sendo reajustado pela paridade, nos seguintes termos propostos: Vencimento-base atribuído ao cargo de Professor Docente I - 16 Horas, nível C, referência 5 (Decreto nº 21.517/1995), no valor de R\$ 157,35 e 25% de triênio (Lei nº 1026/1986), no valor de R\$ 39,34.

**PROCESSO Nº SEI-E-03/10101816/1997** - MARIA APARECIDA DE MOURA MARTINS, Professor Docente I - 16 Horas, nível C, referência 8, Identidade Funcional nº 38081970, vínculo 01, matrícula nº 515139-4. **FIXADOS** os proventos mensais de inatividade a contar de 01/02/1998, tendo por base a última remuneração do cargo efetivo da servidora e sendo reajustado pela paridade, nos seguintes termos propostos: Vencimento-base atribuído ao cargo de Professor Docente I - 16 Horas, nível C, referência 8 (Decreto nº 21.517/1995), no valor de R\$ 221,06 e 50% de triênio (Lei nº 1026/1986), no valor de R\$ 110,53.

**PROCESSO Nº SEI-E-03/042/717/2019** - MARGARIDA MARIA SANTOS MARÇAL SILVA, Merendeira, nível I, Identidade Funcional nº 36411671, vínculo 01, matrícula nº 5001181-6. **FIXADOS** os proventos mensais de inatividade a contar de 07/05/2021, ficando esclarecido que o inativo a quem se refere o presente título faz jus a Proventos Média proporcionais à razão de 7687/10950 a partir da eficácia da aposentadoria, no valor de R\$ 837,75 (oitocentos e trinta e sete reais e setenta e cinco centavos) e complementação de R\$ 355,61 (trezentos e cinquenta e cinco reais e sessenta e um centavos), com base no salário mínimo de R\$ 1.193,36 (mil cento e noventa e três reais e trinta e seis centavos), de acordo com Lei nº 7898/2018.

**PROCESSO Nº SEI-E-03/038/618/2019** - SUZANA DE CASTRO PASSOS, Professor Docente I - 16 Horas, nível C, referência 7, Identidade Funcional nº 39670767, vínculo 01, matrícula nº 832926-0. **FIXADOS** os proventos mensais de inatividade a contar de 22/04/2021, ficando esclarecido que o inativo a quem se refere o presente título faz jus a Proventos Média proporcionais à razão de 8255/9125 a partir da eficácia da aposentadoria, no valor de R\$ 2.350,29 (dois mil trezentos e cinquenta reais e vinte e nove centavos).

**PROCESSO Nº SEI-030039/000425/2020** - MARIA ANGELA ROMANA DOS SANTOS, Professor Docente I - 16 Horas, Nível D, Referência 6, Identidade Funcional nº 43873804, Vínculo 01, Matrícula nº 961469-4. **FIXADOS** os proventos mensais de inatividade a contar de 28/06/2021, ficando esclarecido que o inativo a quem se refere o presente título faz jus a Proventos Média proporcionais à razão de 4052/10950 a partir da eficácia da aposentadoria, no valor de R\$ 709,45 (setecentos e nove reais e quarenta e cinco centavos) e complementação de R\$ 483,91 (quatrocentos e oitenta e três reais e noventa e um centavos), com base no salário mínimo de R\$ 1.193,36 (mil cento e noventa e três reais e trinta e seis centavos), de acordo com Lei nº 7898/2018.

**PROCESSO Nº SEI-030035/004920/2021** - MARIA DAS GRAÇAS LEMOS ARAUJO, Professor Docente I - 16 Horas, nível C, referência 5, Identidade Funcional nº 43251145, vínculo 01, matrícula nº 942248-6. **FIXADOS** os proventos mensais de inatividade a contar de 30/09/2021, ficando esclarecido que o inativo a quem se refere o presente título faz jus a Proventos Média integrais a partir da eficácia da aposentadoria, no valor de R\$ 1.849,19 (mil oitocentos e quarenta e nove reais e dezenove centavos).

Id: 2497710

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO  
SUBSECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA  
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE  
DE 28/07/2023

**PROCESSO Nº SEI-030041/002908/2021** - MARTA JANETE MACHÃES RODRIGUES DA SILVA, Professor Docente I, 16 Horas, nível D, referência 7, ID. Funcional nº 37749439, vínculo 01, matrícula 844697-3. **FIXADOS** os proventos mensais de inatividade a contar de 30/09/2021, ficando esclarecido que o inativo a quem se refere o presente título **FAZ JUS** a Proventos Média Proporcionais à razão de 7178/10950 a partir da eficácia da aposentadoria, no valor de R\$ 1.642,23 (mil seiscentos e quarenta e dois reais e vinte e três centavos).

**PROCESSO Nº SEI-030030/004290/2021** - SONIA FERREIRA JOBIM DE CARVALHO, Professor Docente I , 16 Horas, nível D, referência 6, ID. Funcional 42034353, vínculo 02, matrícula 957677-8. **FIXADOS** os proventos mensais de inatividade a contar de 24/09/2021, ficando esclarecido que o inativo a quem se refere o presente título **FAZ JUS** a Proventos Média Proporcionais à razão de 4265/10950 a partir da eficácia da aposentadoria, no valor de R\$ 792,55 (setecentos e noventa e dois reais e cinquenta e cinco centavos) e complementação de R\$ 400,81 (quatrocentos reais e oitenta e um centavos), com base no salário mínimo de R\$ 1.193,36 (mil cento e noventa e três reais e trinta e seis centavos), de acordo com Lei nº 7898/2018.

**PROCESSO Nº SEI-030034/002794/2021** - GIZELDA PORTO FERREIRA REIS, Merendeira, nível I, ID. Funcional 35585200, vínculo 01, matrícula 5002567-5. **FIXADOS** os proventos mensais de inatividade a contar de 24/09/2021, ficando título **FAZ JUS** a Proventos Média Proporcionais à razão de 10063/10950 a partir da eficácia da aposentadoria, no valor de R\$ 1.096,69 (mil e noventa e seis reais e sessenta e nove centavos) e complementação de R\$ 96,67 (noventa e seis reais e sessenta e sete centavos), com base no salário mínimo de R\$ 1.193,36 (mil cento e noventa e três reais e trinta e seis centavos), de acordo com Lei nº 7898/2018.



**PROCESSO Nº SEI-030035/004831/2021** - IOLANDA SANTOS, Datilógrafo, nível I, ID. Funcional 36390968, vínculo 01, matrícula 5003602-9. **FIXADOS** os proventos mensais de inatividade a contar de 24/09/2021, ficando esclarecido que o inativo a quem se refere o presente título **FAZ JUS** a Proventos Média Proporcionalis à razão de 10063/10950a partir da eficácia da aposentadoria, no valor de R\$ 1.312,70 (mil trezentos e doze reais e setenta centavos).

**PROCESSO Nº SEI-030030/004139/2021** - ISABEL DE FATIMA FERREIRA DA SILVA, Professor Docente I, 16 Horas, nível D, referência 7, ID. Funcional 42490090, vínculo 01, matrícula 921726-6. **FIXADOS** os proventos mensais de inatividade a contar de 24/09/2021, ficando esclarecido que o inativo a quem se refere o presente título **FAZ JUS** a Proventos Média Proporcionalis à razão de 5838/10950 a partir da eficácia da aposentadoria, no valor de R\$ 1.200,99 (mil e duzentos reais e noventa e nove centavos).

**PROCESSO Nº SEI-030035/004556/2021** - RITA DO NASCIMENTO GONÇALVES CORRELO, Professor Docente I, 16 Horas, nível C, referência 6, ID. Funcional 36761460, vínculo 02, matrícula 912880-2. **FIXADOS** os proventos mensais de inatividade a contar de 30/09/2021, ficando esclarecido que o inativo a quem se refere o presente título **FAZ JUS** a Proventos Média Proporcionalis à razão de 6081/10950 a partir da eficácia da aposentadoria, no valor de R\$ 1.068,01 (mil e sessenta e oito reais e um centavo) e complementação de R\$ 125,35 (cento e vinte e cinco reais e cinco centavos), com base no salário mínimo de R\$ 1.193,36 (mil cento e noventa e três reais e trinta e seis centavos), de acordo com Lei nº 7898/2018.

**PROCESSO Nº SEI-030030/002992/2021** - DEUSA GLORIA PATROCINIO PEREIRA, Professor Docente I, 16 Horas, nível C, referência 5, ID. Funcional 5590671, vínculo 02, matrícula 942864-0. **FIXADOS** os proventos mensais de inatividade a contar de 23/09/2021, ficando esclarecido que o inativo a quem se refere o presente título **FAZ JUS** a Proventos Média Integrais a partir da eficácia da aposentadoria, no valor de R\$ 1.849,19 (mil oitocentos e quarenta e nove reais e dezenove centavos).

**PROCESSO Nº SEI-030031/000851/2021** - FLAVIA ABREU DOS SANTOS, Professor Docente I, 16 Horas, nível C, referência 6, ID. Funcional 38001454, vínculo 02, matrícula 926759-2. **FIXADOS** os proventos mensais de inatividade a contar de 21/06/2021, ficando esclarecido que o inativo a quem se refere o presente título **FAZ JUS** a Proventos Média Proporcionalis à razão de 5614/10950 a partir da eficácia da aposentadoria, no valor de R\$ 948,07 (novecentos e quarenta e oito reais e sete centavos) e complementação de R\$ 245,29 (duzentos e quarenta e cinco reais e vinte e nove centavos), com base no salário mínimo de R\$ 1.193,36 (mil cento e noventa e três reais e trinta e seis centavos), de acordo com Lei nº 7898/2018.

**PROCESSO Nº SEI-030036/002383/2021** - LUCINDA GONÇALVES CORREIA, Professor Docente I, 16 Horas, nível C, referência 7, ID. Funcional 40171469, vínculo 02, matrícula 841415-3. **FIXADOS** os proventos mensais de inatividade a contar de 13/11/2021, ficando esclarecido que o inativo a quem se refere o presente título **FAZ JUS** a Proventos Média Proporcionalis à razão de 7579/9125 a partir da eficácia da aposentadoria, no valor de R\$ 2.048,27 (dois mil e quarenta e oito reais e vinte e sete centavos).

**PROCESSO Nº SEI-030033/001534/2021** - MARCIA ARAUJO DE CARVALHO, Professor Docente I, 16 Horas, nível C, referência 5, ID. Funcional 42104203, vínculo 03, matrícula 933518-3. **FIXADOS** os proventos mensais de inatividade a contar de 26/05/2021, ficando esclarecido que o inativo a quem se refere o presente título **FAZ JUS** a Proventos Média Integrais a partir da eficácia da aposentadoria, no valor de R\$ 1.849,19 (mil oitocentos e quarenta e nove reais e dezenove centavos).

**PROCESSO Nº SEI-030033/001617/2020** - LUCIENE RAMALHO DOS SANTOS, Professor Docente I, 16 Horas, nível D, referência 7, ID.

UNIDADE	SERVIDOR DESIGNADO	ID FUNCIONAL
CRIAD Galeão	WAGNER FRANCO GONZAGA	5009635-4

**Art. 2º-** Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.  
Rio de Janeiro, 31 de julho de 2023

**VICTOR POUBEL**  
Diretor-Geral - DEGASE

Id: 2497669

de afastamento desta, em razão de férias, de 19/07 a 02/08/2023 - Processo nº SEI-260007/037050/2023.

**PORTARIA Nº 650/2023 - EXONERA, SIDNEI SANTOS DE SOUZA**, matr. nº 33.383-1, ID: 25366378, Técnico Universitário II / Assistente Administrativo, do Cargo em Comissão de Coordenador de Direitos, Vantagens e Concessões, símbolo CC-09, código 530, a contar de 04/07/2023 - Processo nº SEI-260007/036407/2023.

**PORTARIA Nº 651/2023 - NOMEIA , SIDNEI SANTOS DE SOUZA**, matr. nº 33.383-1, ID: 25366378, Técnico Universitário II / Assistente Administrativo, para exercer o Cargo em Comissão de Coordenador, símbolo CC-09, código 175, a contar de 04/07/2023 - Processo nº SEI-260007/036407/2023.

**PORTARIA Nº 652/2023 - DISPENSA, ALINE LIMA DA SILVA**, matr. nº 35.798-8, ID: 44185499, Técnico Universitário II / Assistente Administrativo, da Função Gratificada de Chefe de Serviço de Averbação de Tempo, símbolo FG-01, código 1212, a contar de 04/07/2023 - Processo nº SEI-260007/036407/2023.

**PORTARIA Nº 653/2023 - NOMEIA, ALINE LIMA DA SILVA**, matr. nº 35.798-8, ID: 44185499, Técnico Universitário II / Assistente Administrativo, para exercer o Cargo em Comissão de Coordenador de Direitos, Vantagens e Concessões, símbolo CC-09, código 530, a contar de 04/07/2023 - Processo nº SEI-260007/036407/2023.

**PORTARIA Nº 654/2023 - DESIGNA, SORAIA SALGADO SALLES DE PINHO**, matr. nº 33.326-0, ID: 5659736, Técnico Universitário II / Assistente Administrativo, para exercer a Função Gratificada de Chefe de Serviço de Averbação de Tempo, símbolo FG-01, código 1212, a contar de 04/07/2023 - Processo nº SEI-260007/036407/2023.

**PORTARIA Nº 655/2023 - DISPENSA, AUREA DA SILVA MENDES**, matr. nº 37.694-7, ID: 44638973, Técnico Universitário II / Assistente Administrativo, da Função Gratificada de Chefe de Seção de Cedidos, símbolo FG-03, código 1200, a contar 04/07/2023 - Processo nº SEI-260007/036407/2023.

**PORTARIA Nº 656/2023 - DESIGNA, AUREA DA SILVA MENDES**, matr. nº 37.694-7, ID: 44638973, Técnico Universitário II / Assistente Administrativo, para exercer a Função Gratificada de Chefe de Serviço, símbolo FG-02, código 236, a contar de 04/07/2023 - Processo nº SEI-260007/036407/2023.

**PORTARIA Nº 657/2023 - DESIGNA, ROSILÉA TEIXEIRA DOS SANTOS NASCIMENTO**, matr. nº 37.517-0, ID: 44638256, Técnico Universitário II / Assistente Administrativo, para exercer a Função Gratificada de Chefe de Seção, símbolo FG-03, código 1200, a contar de 04/07/2023 - Processo nº SEI-260007/036407/2023.

**PORTARIA Nº 658/2023 - DESIGNA, VANESSA COSME DA SILVA**, matr. nº 37.096-5, ID: 44591110, Técnico Universitário II / Assistente Administrativo, para exercer a Função Gratificada de Chefe de Seção, símbolo FG-03, código 375, a contar de 04/07/2023 - Processo nº SEI-260007/036407/2023.

Id: 2497734

**SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO**  
**FUNDAÇÃO CENTRO DE CIÊNCIAS E EDUCAÇÃO SUPERIOR À DISTÂNCIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

**DESPACHO DO PRESIDENTE**  
**DE 31/07/2023**

**PROCESSO Nº SEI-260004/000196/2022 - ADJUDICO E HOMOLOGO** os procedimentos e o resultado da Licitação por Pregão Eletrônico nº 06/2022, visando a prestação de serviços especializados de secretariado de nível médio e superior, para o licitante TAPEVAS SOLUÇÕES INTEGRADAS EIRELI (CNPJ.17.695.0001-09/0001-09), pelo valor total de R\$ 14.889.000,00 (quatorze milhões, oitocentos e oitenta e nove mil reais).

Id: 2497712

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PROCURADORIA GERAL**

**ATO DO DIRETOR GERAL**  
**DE 31.07.2023**

**PORTARIA PGUERJ Nº 013/2023 - INSTAURA** sindicância para apurar irregularidade objeto do Processo nº SEI-260007/014118/2023, designando para procedê-la, no prazo de 30 dias, contados da data da publicação, Comissão integrada exclusivamente pela servidora **THAIS MAYTHE MUCI**, matr. nº 35.794-7. Processo nº SEI-260007/014118/2023.

Id: 2497735

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS**

**ATOS DA SUPERINTENDENTE**  
**DE 28.07.2023**

**PORTARIA UERJ/SGP Nº SEI-993/2023 - APOSENTA MARIA LUIZA MAGALHÃES BASTOS OSWALD**, matr. nº 32.418-6, ID Funcional 25387740, Professor Associado, nível 1, com 40 horas semanais, pertencente ao regime de trabalho com Dedicção Exclusiva, nos termos da Lei 8.267/2018, de acordo com o artigo 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005, c/c artigo 2º da Emenda Constitucional Estadual nº 90/2021 - Processo nº SEI-260007/005147/2023.

**PORTARIA UERJ/SGP Nº SEI-996/2023 - APOSENTA MARIANO GAZINEU DAVID**, matr nº 06.348-7, ID Funcional 25627945, Técnico Universitário Superior/Químico, com padrão de vencimentos XVI, com 40 horas semanais, de acordo com o artigo 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005, c/c artigo 2º da Emenda Constitucional Estadual nº 90/2021 - Processo nº SEI-260007/000790/2023.

**PORTARIA UERJ/SGP Nº SEI-999/2023 - APOSENTA MARCIA MONTEIRO MACHADO GONÇALVES**, matr. nº 35.056-1, ID Funcional 43475884, Professor Adjunto, nível 4, com 40 horas semanais, pertencente ao regime de trabalho com Dedicção Exclusiva, nos termos da Lei 8.267/2018, de acordo com o artigo 2º, inciso III, da Lei Complementar 195/2021 - Processo nº SEI-260007/050826/2022.

**PORTARIA UERJ/SGP SEI-1003/2023 - CONSIDERA**, para efeito de aquisição da estabilidade no serviço público, a aprovação na Avaliação Especial de Desempenho do Estágio Probatório dos servidores abaixo relacionados, homologada por Comissão constituída através da Portaria nº 119/REITORIA/2016, a contar das respectivas datas, Processo nº SEI-260007/038836/2023:

Matrícula	Nome	Cargo	Lotação	Data Portaria
39850-3	RENATA PERROTA PIOLI ANJO	Médico	PPC	19/07/2023
39937-8	MONIQUE DE SIQUEIRA GONÇALVES	Professor Adjunto	HIS	26/07/2023

Id: 2497736

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA BAIXADA FLUMINENSE**

**RETIFICAÇÃO**  
**D.O. DE 20.06.2023**  
**PAG. 30 - 2ª COLUNA**

**ATO DO DIRETOR**  
**DE 16.06.2023**

**PORTARIA FEBF nº 011/2023 - Processo nº SEI-260007/008274/2023.**  
Onde se lê: ...LILIAN DOS SANTOS SEABRA...  
Leia-se: ...LÍLIA DOS SANTOS SEABRA...

Id: 2497739

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS**

**DESPACHO DA SUPERINTENDENTE**  
**DE 28.07.2023**

**PROCESSO Nº SEI-260007/010570/2022 - AUTORIZO** o afastamento PROCASE parcial, com direito a vencimento e vantagens integrais, de MARCOS TOBIAS DE SANTANA MIGLIONICO, matr. nº 35.435-7, Técnico Universitário Médio - TUII, perfil Técnico de Laboratório, lotado no Hospital Universitário Pedro Ernesto - HUPE, localizado no Serviço de Laboratórios - SLA, pelo período iniciado em 10/05/2022 e previsão de término em 09/05/2024, para continuar na Pós-graduação Stricto Senso em Medicina Tropical da FIOCRUZ.

Id: 2497738

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS**

**APOSTILAS DA SUPERINTENDENTE**  
**DE 28.07.2023**

Tendo em vista a autorização do Magnífico Reitor contida no **Processo nº SEI-260007/000935/2021** e com base na legislação em vigor, as referidas Portarias dos servidores relacionados abaixo, ficam apostiladas para fazer constar que a carga horária foi alterada para 30 h/s, mantida a remuneração de 40 h/s, a contar de 25/03/2016:

**PORTARIA SGP Nº 414/2021 - VIVIANE DE QUEIROZ**, matr. nº 40.421-0 / ID: 51208059.

**PORTARIA SGP Nº 415/2021 - ROBSON PEREIRA DA SILVA**, matr. nº 40.422-8 / ID: 51208059.

**PORTARIA SGP Nº 472/2021 - BARBARA GÓES PALHARES**, matr. nº 40.423-6 / ID: 51215586.

**PORTARIA SGP Nº 952/2022 - RAPHAELA PIMENTEL XIMENES**, matr. nº 41.307-0 / ID: 51363666.

**PORTARIA SGP Nº 953/2022 - ALINE TOSTA DOS SANTOS**, matr. nº 41.308-8 / ID: 51362945.

**PORTARIA SGP Nº 954/2022 - CAROLINE DIAS DE QUEIROZ**, matr. nº 41.309-6 / ID: 51362937.

Id: 2497737

**SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE**  
**DARCY RIBEIRO**

**ATOS DO REITOR**  
**DE 31.07.2023**

**NOMEIA FREDERICO MUYLAERT MARGEM**, em virtude de aprovação em concurso público de provas e títulos, obedecida a ordem de classificação, para exercer o cargo efetivo de Professor Associado, com carga horária semanal de 40 horas e lotação no Centro de Ciên-



cias e Tecnologias - CCT, no Laboratório de Engenharia de Produção - LEPROD, na área de Engenharia de Produção, do Quadro Ativo Permanente de Pessoal da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro - UENF, da Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação - SECTI, em vaga nunca antes ocupada, disponibilizada pelo LGPP/CCH ao LEPROD/CCT, considerando a Lei nº 7.629/2017 e alterações seguintes. Processo nº SEI-260009/000689/2022.

**NOMEIA DIEGO JÚLIO PACHECO**, em virtude de aprovação em concurso público de provas e títulos, obedecida a ordem de classificação, para exercer o cargo efetivo de Professor Associado, com carga horária semanal de 40 horas e lotação no Centro de Ciências e Tecnologias - CCT, no Laboratório de Engenharia de Produção - LEPROD, na área de Engenharia de Produção, do Quadro Ativo Permanente de Pessoal da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro - UENF, da Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação - SECTI, na vaga de GERALDO GALDINO DE PAULA JUNIOR, ID Funcional nº 641238-6, em virtude de aposentadoria, cuja vacância foi publicada no D.O. de 08/12/2022, considerando a Lei nº 7.629/2017 e alterações seguintes. Processo nº SEI-260009/002745/2022.

**NOMEIA WILDER HERNANDO ORTIZ VEGA**, em virtude de aprovação em concurso público de provas e títulos, obedecida a ordem de classificação, para exercer o cargo efetivo de Professor Associado, com carga horária semanal de 40 horas e lotação no Centro de Ciências e Tecnologias Agropecuárias - CCTA, no Laboratório de Reprodução e Melhoramento Genético Animal - LRMGA, na área de Imunogenética, do Quadro Ativo Permanente de Pessoal da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro - UENF, da Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação - SECTI, na vaga de MARCOS FERNANDO DE RESENDE MATTA, ID Funcional nº 641269-6, em virtude de demissão, cuja vacância foi publicada no D.O. de 21/08/2019, considerando a Lei nº 7.629/2017 e alterações seguintes. Processo nº SEI-260009/000537/2020.

**NOMEIA CARLA CAZELATO FERRARI**, em virtude de aprovação em concurso público de provas e títulos, obedecida a ordem de classificação, para exercer o cargo efetivo de Professor Associado, com carga horária semanal de 40 horas e lotação no Centro de Ciências do Homem - CCH, no Laboratório de Estudos de Educação e Linguagem - LEEL, na área de Educação Especial, do Quadro Ativo Permanente de Pessoal da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro - UENF, da Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação - SECTI, na vaga de MARIA CRISTINA DOS SANTOS PEIXOTO, ID Funcional nº 3884953-4, em virtude de aposentadoria, cuja vacância foi publicada no D.O. de 11/08/2017, considerando a Lei nº 7.629/2017 e alterações seguintes. Processo nº SEI-260009/001075/2020.

Id: 2497749

## Secretaria de Estado de Transporte e Mobilidade Urbana

### ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS  
CONCEDIDOS DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS,  
FERROVIÁRIOS E METROVIÁRIOS  
E DE RODOVIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

#### ATO DO CONSELHO-DIRETOR

DELIBERAÇÃO INTERNA CODIR Nº 28  
DE 19 DE JULHO DE 2023

RATIFICAÇÃO DE DECISÃO TOMADA NA 2ª  
REUNIÃO INTERNA EXTRAORDINÁRIA DE  
2023 - FIXAÇÃO DE VALOR DO AUXÍLIO-  
CRECHE/EDUCAÇÃO AOS SERVIDORES DA  
AGETRANS - ANEXO DA PORTARIA Nº  
449/2023 DE 13 DE JULHO DE 2023 PUBLI-  
CADA NO DOERJ EM 18 DE JULHO DE 2023

**O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS CONCEDIDOS DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS, FERROVIÁRIOS E METROVIÁRIOS E DE RODOVIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - AGETRANS**, no uso de suas atribuições legais, contratuais e regimentais, considerando o que consta dos autos do Processo nº SEI-220008/000011/2023, com fundamento no Parecer da Procuradoria Geral da Agência de nº 67/2023/AGETRANS/PGA, por unanimidade dos Conselheiros presentes na 4ª Reunião Interna Extraordinária, realizada em 19 de julho de 2023,

#### DELIBERA:

**Art. 1º** - Ratificar a decisão tomada na 2ª Reunião Interna Extraordinária, realizada em 19/04/2023 e fixar o valor do Auxílio-Cre-

che/Educação aos servidores da AGETRANSP em R\$ 1.508,17 (hum mil quinhentos e oito reais e dezessete centavos), por dependente até o limite de 03 (três) dependentes para o período de 2023/2024.

**Art. 2º** - Determinar que a presente Deliberação Interna seja anexada à Portaria AGETRANSP nº 449/2023, de 13 de julho de 2023, publicada no DOERJ em 18 de julho de 2023, de forma a dar total transparência aos atos praticados por esta Agência Reguladora.

**Art. 3º** - Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 19 de julho de 2023

**MURILO LEAL**  
Conselheiro-Presidente

**ADOLPHO KONDER**  
Conselheiro

**CHARLLES BATISTA**  
Conselheiro

**FERNANDO MORAES**  
Conselheiro

Id: 2497508

AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS  
CONCEDIDOS DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS,  
FERROVIÁRIOS E METROVIÁRIOS E DE RODOVIAS  
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

#### ATO DO CONSELHO-DIRETOR

DELIBERAÇÃO AGETRANSP/CD Nº 1313 DE 25 DE JULHO DE 2023

CONCESSIONÁRIA RIO BARRA - PLEITO DE  
AUTORIZAÇÃO DE INTEGRAÇÃO ENTRE A  
ESTAÇÃO METROVIÁRIA JARDIM OCEÂNICO  
E LINHAS DE ÔNIBUS EXECUTIVOS - CON-  
DIÇÃO CONTRATUAL DE PRÉVIA AUTORIZA-  
ÇÃO DA AGETRANS - INEXISTÊNCIA DE  
DESCUMPRIMENTO CONTRATUAL - SUSPEN-  
SÃO TEMPORÁRIA DAS LINHAS DE ÔNIBUS  
EXECUTIVOS - ARQUIVAMENTO PROVISÓ-  
RIO.

**O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS CONCEDIDOS DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS, FERROVIÁRIOS E METROVIÁRIOS E DE RODOVIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - AGETRANS**, no uso de suas atribuições legais e regimentais, tendo em vista o que consta no Processo Regulatório nº SEI E-12/004.5/2019 e em consonância com a instrução técnica da Câmara de Transportes e Rodovias - CATRA, da Câmara Técnica de Política Econômica e Tarifária - CAPET e da Procuradoria Geral da AGETRANS - PGA, por unanimidade dos Conselheiros votantes, acompanhando na íntegra o voto do Relator:

#### DELIBERA:

**Art. 1º** - Não responsabilizar a Concessionária Rio Barra pela inexistência de descumprimento contratual até o momento, principalmente diante da não realização da integração antes da anuência prévia e expressa da AGETRANSP.

**Art. 2º** - Arquivar de forma provisória o presente processo até que haja nova manifestação da Concessionária reiterando seu pleito para prosseguimento do presente processo, diante da suspensão temporária das linhas de ônibus executivos 2329 e 2333, objeto deste pedido de integração com o sistema metroviário, na Estação Jardim Oceânico.

**Art. 3º** - Oficiar às Concessionárias Rio Barra e Metrô Rio, na condição de operadora do sistema metroviário, para que confirme se ainda há existência de interesse na integração inicialmente solicitada neste processo regulatório entre o sistema metroviário, na Estação Jardim Oceânico, com os ônibus executivos das linhas 2329 e 2333.

**Art. 4º** - Caso a resposta da Concessionária quanto ao ofício acima mencionado expressamente aponte para a ausência de interesse futuro na implementação desta integração com as mesmas linhas de ônibus, archive-se definitivamente.

**Art. 5º** - Determinar à Secretaria Executiva - SECEX - que oficie à SETRANS, à SMTR e à Secretaria Municipal da Casa Civil, enviando o resultado do presente processo, anexando o voto, a ata da Sessão Regulatória e a sua deliberação.

**Art. 6º** - Determinar à Secretaria Executiva - SECEX - que se pu-

blique no D.O.E.R.J. e após o trânsito em julgado da presente decisão, proceda-se o arquivamento.

**Art. 7º** - Esta Deliberação entra em vigor na data da sua publicação. Rio de Janeiro, 25 de julho de 2023

**FERNANDO MORAES**  
Conselheiro Relator

**ADOLPHO KONDER**  
Conselheiro

**CHARLLES BATISTA**  
Conselheiro

**MURILO LEAL**  
Conselheiro-Presidente

Id: 2497619

## Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade

SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE  
SUBSECRETARIA EXECUTIVA

DESPACHO DO SUBSECRETÁRIO EXECUTIVO  
DE 27/07/2023

**PROCESSO Nº SEI-070026/001005/2023 - AUTORIZO** a adesão à ATA de Registro de Preços nº 0003/2022/060100-01 em vigor do GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL DO GOVERNO - GSI, no valor de R\$ 388.800,00 (trezentos e oitenta e oito mil e oitocentos reais), pelo período de 3 anos (36 meses), sendo a HADDAD RENT A CAR LOCADORA LTDA, contratada para locação do veículo de apresentação, blindado, para atender as necessidades de transporte e segurança do Exmo. Sr. Secretário desta Pasta.

Id: 2497258

### ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE  
DIRETORIA DE RECUPERAÇÃO AMBIENTAL

#### ATO DO DIRETOR

PORTARIA INEA/DIRRAM Nº 62 DE 05 DE JUNHO DE 2023

ALTERA COMISSÃO PARA A GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO INEA Nº 43/2022, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

**O DIRETOR DE RECUPERAÇÃO AMBIENTAL DO INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE**, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Art. 23, inciso II do Decreto n. 46.619 de 02 de abril de 2019;

#### CONSIDERANDO:

- o Art. 6º do Decreto nº 45.600 de 2016, que determina a publicação da Comissão de Fiscalização no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro.

- o expresso no art. 58, inciso III, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, o qual estabelece o dever de a Administração Pública fiscalizar a execução dos contratos administrativos;

- o contido no art. 67 e parágrafos, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, o qual determina que a fiscalização da execução do contrato administrativo far-se-á por representante da Administração Pública, especialmente designado;

- o disposto no art. 1º na Resolução INEA Nº 137, de 01 de março de 2016, o qual estabelece que cada contrato e instrumento congêneres celebrado no âmbito do INEA será acompanhado e fiscalizado por uma comissão de fiscalização, composta por um Gestor de Contrato e por Fiscais de Contrato, ambos designados por ato do (a) Diretor (a) da área requisitante; e

- o constante dos autos do processo nº SEI-070002/003729/2022;

#### RESOLVE:

**Art. 1º** - Alterar a Comissão de Fiscalização do Contrato INEA nº. 43/2022, firmado com a empresa CONSTRUTORA RJL2 LTDA , cujo objeto consiste em elaboração da "PROJETO EXECUTIVO E OBRAS DE URBANIZAÇÃO DO PARQUE LINEAR DO TUIM, CACHOEIRA DE MACACU - RJ".

Contrato	Empresa	Gestor	Fiscais	Suplente
43/2022	CONSTRUTORA RJL2 LTDA	Paloma Stoppa Teixeira, Gerente, ID Funcional 5115022-0	Aghatta Dias de Medeiros, Adjunto II, ID Funcional 5118490-7	Raphael de Moraes, Chefe de Serviço, ID Funcional 4462366-6
			Wilson Roberto Esposti Sobrinho Júnior, Adjunto II, ID Funcional 5142192-5	

**Art. 2º** - O gestor do contrato, os fiscais e suplentes deverão observar o cumprimento do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016.

**Art. 3º** - Esta Portaria entrará em vigor a contar do dia 05 de junho de 2023, ficando revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 05 de junho de 2023

**DANIEL MORAES DE ALBUQUERQUE**  
Diretor

Id: 2497631

#### INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE

AUTO DE INFRAÇÃO Nº GEFISEAI/00159309

NOME: R.R. IMPERIAL DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA. CNPJ/CPF Nº 00.076.617/0001-90. ENDEREÇO: RUA GIL DE QUEIROZ, 113 - PARQUE ANALÂNDIA. MUNICÍPIO: SÃO JOÃO DE MERITI. INFRAÇÃO: Artigo 63 da Lei Estadual 3.467/00. PENALIDADE: Multa Simples Valor R\$ 7.842,60. PROCESSO Nº SEI-070002/012208/2022.

AUTO DE INFRAÇÃO Nº GEFISEAI/00159369

NOME: RONIE GONÇALVES DA SILVA. CNPJ/CPF Nº 025.049.897-92. ENDEREÇO: RUA DO SACO, S/Nº - TERRENO - PRAIA DO SACO. MUNICÍPIO: MANGARATIBA. INFRAÇÃO: Artigo 61 da Lei Estadual 3.467/00. PENALIDADE: Multa Simples Valor R\$ 18.084,42. PROCESSO Nº SEI-070002/013283/2022.

AUTO DE INFRAÇÃO Nº GEFISEAI/00159368

NOME: FÁBIO RODRIGUES DE SOUZA. CNPJ/CPF Nº 071.165.367-44. ENDEREÇO: ESTRADA MARRECAS X BAIXA GRANDE, S/Nº - MARRECAS. MUNICÍPIO: CAMPOS DOS GOYTACAZES. INFRAÇÃO: Artigo 52 da Lei Estadual 3.467/00. PENALIDADE: Multa Simples Valor R\$ 300,00. PROCESSO Nº SEI-070002/013335/2022.

AUTO DE INFRAÇÃO Nº GEFISEAI/00159367

NOME: CARLOS ELIVELTO TARDEM. CNPJ/CPF Nº 079.845.857-76. ENDEREÇO: FAZENDA RAINHA DA PAZ, S/Nº - SÃO SEBASTIÃO DO ALTO. MUNICÍPIO: BARRA MANS. INFRA-

ÇÃO: Artigo 60 da Lei Estadual 3.467/00. PENALIDADE: Multa Simples Valor R\$ 40.000,00. PROCESSO Nº SEI-070002/013334/2022.

AUTO DE INFRAÇÃO Nº GEFISEAI/ 00159366

NOME: LUIS EDUARDO DA COSTA CARVALHO. CNPJ/CPF Nº 002.949.857-00. ENDEREÇO: ESTRADA SÃO JOÃO MARCOS, Nº 4183 - PASSA TRÊS. MUNICÍPIO: RIO CLARO. INFRAÇÃO: Artigo 64 da Lei Estadual 3.467/00. PENALIDADE: Multa Simples Valor R\$ 6.134,41. PROCESSO Nº SEI-070002/013267/2022.

AUTO DE INFRAÇÃO Nº GEFISEAI/00159365

NOME: CARLOS ELIVELTO TARDEM. CNPJ/CPF Nº 079.845.857-76. ENDEREÇO: FAZENDA RAINHA DA PAZ, S/N - SÃO SEBASTIÃO DO ALTO. MUNICÍPIO: BARRA MANS. INFRAÇÃO: Artigo 52 da Lei Estadual 3.467/00. PENALIDADE: Multa Simples Valor R\$ 12.000,00. PROCESSO Nº SEI-070002/013333/2022.

AUTO DE INFRAÇÃO Nº GEFISEAI/00159363

NOME: ANTONIO HENRIQUE DA SILVA MENDES. CNPJ/CPF Nº 020.401.457-37. ENDEREÇO: ESTRADA JACAREPAGUA, Nº 370, CASA 55 - JACAREPAGUA. MUNICÍPIO: RIO DE JANEIRO. INFRAÇÃO: Artigo 39 da Lei Estadual 3.467/00. PENALIDADE: Multa Simples Valor R\$ 1.806,63. PROCESSO Nº SEI-070002/013270/2022.

AUTO DE INFRAÇÃO Nº GEFISEAI/00159362

NOME: ELIANE CANDIDA DE LIMA 08961586750. CNPJ/CPF Nº 40.113.712/0001-31. ENDEREÇO: ESTRADA GRANJA RICA, Nº 25, CASA 01 - LIDICE. MUNICÍPIO: RIO CLARO. INFRAÇÃO: Artigos 51 E 64 da Lei Estadual 3.467/00. PENALIDADE: Multa Simples Valor R\$ 5.592,79. PROCESSO Nº SEI-070002/013280/2022.

AUTO DE INFRAÇÃO Nº GEFISEAI/00159361

NOME: PORTO SUDESTE DO BRASIL S/A. CNPJ/CPF Nº 08.310.839/0002-19. ENDEREÇO: RUA FÉLIX LOPES COELHO, Nº 222 - ILHA DA MADEIRA. MUNICÍPIO: ITAGUAÍ. INFRAÇÃO: Artigo 64 da Lei Estadual 3.467/00. PENALIDADE: Multa Simples Valor R\$ 31.419,17. PROCESSO Nº SEI-070002/013320/2022.

Id: 2497621



INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE  
COORDENADORIA EXECUTIVA E DE PLANEJAMENTO

DESPACHO DA ORDENADORA DE DESPESAS  
DE 31.07.2023

**PROCESSO Nº SEI-070002/007633/2023 - RECONHEÇO** a dívida em favor da empresa D.A.S ENGENHARIA LTDA inscrita sob o CNPJ/MF sob nº 29.001.559/0001-18), referente ao pagamento de 28ª medição do Contrato 36/2019, realizadas no período de16/12/2022 à 28/12/2022, cujo objeto é a prestação de “SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE CORPOS HIDRICOS NAS REGIÕES HIDROGRÁFICAS DOS LAGOS SÃO JOÃO (RH VI) - MACAÉ E RIO DAS OSTRAS (RH VIII ) - ESTADO DO RIO DE JANEIRO”, que perfaz o montante de R\$ 145.390,16 (cento e quarenta e cinco mil trezentos e noventa reais e dezesseis centavos).

Id: 2497671

INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

ATA DE REUNIÃO

Aos Vinte e oito dias do mês de Julho de 2023, reuniram-se a Comissão Permanente de Licitação, nomeada através da Portaria INEA COOEXEC nº 272 de 24 de Maio de 2023, publicada no DOERJ de 26/05/2023, incumbida de dirigir e julgar os procedimentos licitatórios da Concorrência Nacional n.º003/2023. . A Sessão foi iniciada de acordo com o previsto no art. 43, inciso III da Lei de Licitações e Contratos Administrativo nº 8.666/93. Passou-se a abertura dos envelopes B Proposta de preço das empresas habilitadas. Sendo assim a F. P. VIEIRA ENGENHARIA LTDA ofertou o valor de R\$ 15.038.912,00 (Quinze milhões, trinta e oito mil, novecentos e doze reais); GLOBO CONSTRUÇÕES E TERRAPLANAGEM LTDA ofertou o valor de R\$ 15.871.792,16 (Quinze milhões, oitocentos e setenta e um mil, setecentos e noventa e dois reais e dezesseis centavos); OMEGA CONSTRUTORA E SERVIÇOS LTDA ofertou o valor de R\$ 13.977.225,17 (Treze milhões, novecentos e setenta e sete mil, duzentos e vinte e cinco reais e dezessete centavos); ERWIL CONSTRUÇÕES LTDA ofertou o valor de R\$ 13.809.187,04 (Treze milhões, oitocentos e nove mil, cento e oitenta e sete reais e quatro centavos); HYDRA ENGENHARIA E SANEAMENTO LTDA ofertou o valor de R\$ 14.998.835,68 (Quatorze milhões, novecentos e noventa e oito mil, oitocentos e trinta e cinco reais e sessenta e oito centavos); MATOS COSTA ENGENHARIA LTDA ofertou o valor de R\$ 12.547.960,42 (doze milhões, quinhentos e quarenta e sete mil, novecentos e sessenta reais e quarenta e dois centavos); LOCPLAN LOCADORA E SERVIÇOS EPP ofertou o valor de R\$ 14.285.109,36 (Quatorze milhões, duzentos e cinquenta e cinco mil, cento e nove reais e seis centavos); EMPRESA FLUMINENSE DE SERVIÇOS LTDA ofertou o valor de R\$ 15.140.620,52 (Quinze milhões, cento e quarenta mil, seiscentos e vinte reais e cinquenta e dois centavos); ALBERTO COUTO ALVES BRASIL LTDA ofertou o valor de R\$ 14.230.773,00 (Quatorze milhões, duzentos e trinta mil, setecentos e setenta e três reais); CONSTRUTORA RJL2 LTDA ofertou o valor de R\$ 13.033.499,37 (Treze milhões, trinta e três mil, quatrocentos e noventa e nove reais e trinta e sete centavos); STATLED BRASIL CONSTRUTORA E PARTICIPAÇÕES S.A ofertou o valor de R\$ 13.543.143,18 (Treze milhões, quinhentos e quarenta e três mil, cento e quarenta e três reais e dezoito centavos); IPÊ ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA ofertou o valor de R\$ 13.871.109,21 (Treze milhões, oitocentos e setenta e um mil, cento e nove reais e vinte um centavos); ENEX CONSTRUÇÕES LTDA ofertou o valor de R\$ 13.967.640,35 (Treze milhões, novecentos e sessenta e sete reais, seiscentos e quarenta reais e trinta e cinco centavos); Após abertura da Proposta de Preço o mesmo foi rubricado pela comissão e pelos licitantes presentes a seguir a sessão foi suspensa para análise da Proposta apresenta e suas conformidades com o solicitado no edital da licitação. Registre-se: 1) O resultado final será publicado no DOERJ. 2) Os envelopes “B” das empresas inabilitadas ficarão sob cautela da comissão de licitação no prazo de 5 (cinco) dias, após o prazo os mesmos serão descartados Nada mais havendo digno a levar-se a registro a sessão foi encerrada e lavrada a presente Ata que lida e aprovada segue assinada pelos Membros da Comissão de Licitação e representante. do objeto.

MAPA DE JULGAMENTO	
PARTICIPANTES	CLASSIFICAÇÃO
F. P. VIEIRA ENGENHARIA LTDA	R\$ 15.038.912,00 (Quinze milhões, trinta e oito mil, novecentos e doze reais)
GLOBO CONSTRUÇÕES E TERRAPLANAGEM LTDA	R\$ 15.871.792,16 (Quinze milhões, oitocentos e setenta e um mil, setecentos e noventa e dois reais e dezesseis centavos)
OMEGA CONSTRUTORA E SERVIÇOS LTDA	R\$ 13.977.225,17 (Treze milhões, novecentos e setenta e sete mil, duzentos e vinte e cinco reais e dezessete centavos)
ERWIL CONSTRUÇÕES LTDA	R\$ 13.809.187,04 (Treze milhões, oitocentos e nove mil, cento e oitenta e sete reais e quatro centavos)
HYDRA ENGENHARIA E SANEAMENTO LTDA	R\$ 14.998.835,68 (Quatorze milhões, novecentos e noventa e oito mil, oitocentos e trinta e cinco reais e sessenta e oito centavos)
MATOS COSTA ENGENHARIA LTDA	R\$ 12.547.960,42 (doze milhões, quinhentos e quarenta e sete mil, novecentos e sessenta reais e quarenta e dois centavos)
LOCPLAN LOCADORA E SERVIÇOS EPP	R\$ 14.285.109,36 (Quatorze milhões, duzentos e cinquenta e cinco mil, cento e nove reais e seis centavos)
EMPRESA FLUMINENSE DE SERVIÇOS LTDA	R\$ 15.140.620,52 (Quinze milhões, cento e quarenta mil, seiscentos e vinte reais e cinquenta e dois centavos)
ALBERTO COUTO ALVES BRASIL LTDA	R\$ 14.230.773,00 (Quatorze milhões, duzentos e trinta mil, setecentos e setenta e três reais)
CONSTRUTORA RJL2 LTDA	R\$ 13.033.499,37 (Treze milhões, trinta e três mil, quatrocentos e noventa e nove reais e trinta e sete centavos)
STATLED BRASIL CONSTRUTORA E PARTICIPAÇÕES S.A	R\$ 13.543.143,18 (Treze milhões, quinhentos e quarenta e três mil, cento e quarenta e três reais e dezoito centavos)
IPÊ ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA	R\$ 13.871.109,21 (Treze milhões, oitocentos e setenta e um mil, cento e nove reais e vinte um centavos)
ENEX CONSTRUÇÕES LTDA	R\$ 13.967.640,35 (Treze milhões, novecentos e sessenta e sete reais, seiscentos e quarenta reais e trinta e cinco centavos)

Processo SEI-070002/015401/2022

Id: 2497533

Serviço de Atendimento ao Cliente da

**Imprensa Oficial do  
Estado do Rio de Janeiro**  
**0800 - 284 4675**



Secretaria de Estado de Agricultura,Pecuária, Pesca e Abastecimento

RETIFICAÇÕES

D.O. DE 28.07.2023

PÁGINA 46 -3ª COLUNA

ATO DO SECRETÁRIO E DO PRESIDENTE

RESOLUÇÃO CONJUNTA SEAPPA/PESAGRO RIO Nº 11 DE 27 DE JULHO DE 2023

DESCENTRALIZA A EXECUÇÃO DO CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO PARA A EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - PESAGRO-RIO.

Onde Se Lê:

I - OBJETO:

Transferência de quantia no valor de R\$ 1.800.000,00 (um milhão e oitocentos mil reais) para que possibilite atender as demandas administrativas da Empresa vinculada nas ações oriundas do processo do Processo nº SEI-020007/003200/2023.

Leia-Se:

I - OBJETO:

Transferência de quantia no valor de R\$ 1.800.000,00 (um milhão e oitocentos mil reais) para que possibilite atender as demandas administrativas da Empresa vinculada nas ações oriundas do processo do Processo nº SEI-020007/003200/2023.Os valores serão descentralizados de forma mensal na importância de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), conforme cronograma presente no plano de trabalho a ser atestado pelas áreas envolvidas.

Onde Se Lê:

V - CRÉDITO:

PROGRAMA DE TRABALHO	ND	FR	VALOR (R\$)
1354.20.122.0002.2016	3390	100	R\$ 1.800.000,00

Leia-Se:

PROGRAMA DE TRABALHO	ND	FR	VALOR (R\$)
20.609.0456.2116	3390	1.500.100	R\$ 1.800.000,00

Id: 2497798

despesa autorizada com base no Art.25 da Lei Federal 8.666/93 de 21/06/93 e suas alterações, nos termos do Art. 26 do mesmo dispositivo.

Id: 2497674

Secretaria de Estado de  
Desenvolvimento Social e Direitos Humanos

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E  
DIREITOS HUMANOS

ATO DA SECRETÁRIA

RESOLUÇÃO SEDSODH Nº 762 DE 28 DE JULHO DE 2023

CANCELA O AUXÍLIO ADOÇÃO NA FORMA QUE MENCIONA

**A SECRETÁRIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E DIREITOS HUMANOS**, no uso das suas atribuições constitucionais e legais, considerando os termos da Lei nº 3.499, de 08 de dezembro de 2000, regulamentada pelo Decreto nº 27.776, de 12 de janeiro de 2001, alterado pelo Decreto nº 28.844 de 18 de julho de 2001 e o que consta do Processo Administrativo SEI-310003/000800/2022,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** - Cancelar o auxílio-adoção concedido por meio de Ato publicado no DOERJ de 18/03/2022 a servidora Maíra Cristina Mendes dos Santos, Id Funcional nº 35095979-4, relativo à Larissa Cristina Santos Ambrósio, em razão da renúncia do benefício pela sua titular.

**Art. 2º** - O termo final de produção de efeitos do ato mencionado no art. 1º é 18/05/2023.

**Art. 3º** - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 28 de julho de 2023

**ROSANGELA DE SOUZA GOMES**

Secretária de Estado de Desenvolvimento Social e  
Direitos Humanos

Id: 2497742

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E DI-  
REITOS HUMANOS

CONSELHO ESTADUAL PARA POLÍTICA DE INTEGRAÇÃO DA  
PESSOA COM DEFICIÊNCIA DO RIO DE JANEIRO

ATO DA PRESIDENTE

DELIBERAÇÃO CEPDE/RJ Nº 047 DE 28 DE JULHO DE 2023

**APROVA A CRIAÇÃO DE COMISSÃO PERMANENTE DO CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA EM 2023/2025.**

**A PRESIDENTE DO CONSELHO ESTADUAL PARA A POLÍTICA DE INTEGRAÇÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA - CEPDE/RJ**, órgão normativo, consultivo, deliberativo e fiscalizador da política Estadual para a Integração da Pessoa com Deficiência (Lei Estadual nº 2.525 de 22 de janeiro de 1996 e Decreto Estadual 22.315 de 04 de julho de 1996), vem por meio deste. Processo nº SEI-310003/003460/2023.

**DELIBERA:**

**Art. 1º** - Aprova a Criação da Comissão Permanente do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência, Deliberação CEPDE/RJ nº047/2023, deliberada na Reunião Ordinária do CEPDE realizada no dia 14 de junho de 2023

**Art. 2º** - Os trabalhos da Comissão Permanentes do Conselho Estadual para Política de Integração da Pessoa com Deficiência, encerrar-se-ão com as providências estabelecidas no Art., 33 do Regimento Interno do CEPDE.

**COMISSÕES PERMANENTES DO CEPDE/RJ PERIODO DE 2023/2025**

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO DO FUNDO PARA A POLÍTICA DE INTEGRAÇÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA
--

GOVERNO	SOCIEDADE CIVIL
Edicléa Mascarenhas (UERJ)	Flavio Fontes (ADVERJ)
Sergio Almeida Firmino (Cultura)	Tatiana Quintela (IDC)

COMISSÃO DE SAÚDE

GOVERNO	SOCIEDADE CIVIL
Beatriz Pessanha (SES)	Adriane Mendonça (MORHAN)
Raquel Granja (SES)	Ana Leticia Novo (APABB)

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

GOVERNO	SOCIEDADE CIVIL
Valeria Oliveira Santos (UERJ)	Giselle Oliveira (CISDV-Lagos)
Jennifer Lynn (SEEDUC)	Adriana Elias (FEASPERJ)



COMISSÃO DE REABILITAÇÃO PROFISSIONAL E INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO

GOVERNO	SOCIEDADE CIVIL
Marilene Laprovita (SETRAB)	Davi Mauricio (TEIAA)
Ana Paula Almeida (SETRAB)	Cinthya Pereira (ADVERJ)

COMISSÃO DE DIREITOS E JUSTIÇA E LEGISLAÇÃO

GOVERNO	SOCIEDADE CIVIL
Luís Felipe (DPGE)	Ana Letícia ovo (APABB)
Marina Magalhaes Lopes (DPGE)	Flavio Fontes (ADVERJ)

COMISSÃO DE CULTURA ESPORTE E LAZER

GOVERNO	SOCIEDADE CIVIL
RICARDO PRATES	Roberto Paixão (UEC)
VALNEI / JONA LICURFO	Leonardo Roza

COMISSÃO DE ACESSIBILIDADE, ADAPTAÇÃO DE EQUIPAMENTOS URBANOS E SERVIÇOS ESPECIAIS

GOVERNO	SOCIEDADE CIVIL
Ricardo Prates (SEGOV)	Roberto Paixão (UEC)
Celina Rodrigues (SETRAM)	Giselle de Souza (ARNF- LAGOS)

COMISSÃO DE DIVULGAÇÃO E COMUNICAÇÃO

GOVERNO	SOCIEDADE CIVIL
Soraia Missiba (SUPDEFIC)	Davi Mauricio (TEIA)
Danielle Figueiredo (SEDSOH)	Cristiane Araújo (UEC)

COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO ESPECIAL - COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO E ARTICULAÇÃO DOS COM OS CONSELHOS

GOVERNO	SOCIEDADE CIVIL
Ricardo Prates (SEGOV)	Roberto Paixão (UEC)
Edicléa Mascarenhas (UERJ)	Flavio Fonte (ADVERJ)

Art. 3º - Esta Deliberação entra em vigor na data da sua publicação.

Rio de Janeiro, 28 de julho de 2023

**EDICLÉA MASCARENHAS FERNANDES**  
Presidente do CEPDE/RJ

Id: 2497733

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

FUNDAÇÃO PARA A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

DESPACHO DA PRESIDENTE  
DE 26.07.2023

**PROCESSO Nº SEI-310005/000036/2023 - RATIFICO** a inexistência de licitação a favor do SINDICATO DAS EMPRESAS DE TRANSPORTES DE PASSAGEIROS DE BARRA MANSA E VOLTA REDONDA, no valor total de R\$ 9.542,90 (nove mil, quinhentos e quarenta dois reais e noventa centavos), para os meses de fevereiro a dezembro, do exercício de 2023, referente a aquisição de Vale Transporte Eletrônico do sistema SINDPASS, com base no artigo 25, caput, da Lei Federal nº 8.666/93, conforme autorização da Sra. Presidente, autoridade ordenadora da despesa.

Id: 2497797

Controladoria Geral do Estado

CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DESPACHO DO CONTROLADOR  
DE 27/07/2023

**PROCESSO Nº SEI-320001/001698/2023 - DECIDE** PELA SUSPENSÃO, por 180 (cento e oitenta) dias, do Processo Administrativo de Responsabilização de nº SEI-320001/000132/2022.

Id: 2497752

Secretaria de Estado de Infraestrutura e Cidades

SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E CIDADES

DESPACHO DO SECRETÁRIO  
DE 31.07.2023

**PROCESSO Nº SEI-460001/001021/2023-** Consubstanciado na manifestação técnica constante do documento SEI, index. 56490084, CO-NHEÇO do recurso administrativo interposto pela empresa BARRA NOVA ENGENHARIA LTDA EPP para, no mérito, **NEGAR-LHE PROVIMENTO**, com fundamento na decisão da Comissão Permanente de Licitação que MANTEVE a empresa BARRA NOVA ENGENHARIA LTDA EPP na condição de DESCLASSIFICADA e a empresa CTESA CONTRUÇÕES LTDA na condição de VENCERADORA do certame.

Id: 2497800

SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E CIDADES

DESPACHO DO SECRETÁRIO  
DE 27.07.2023

**PROCESSO Nº SEI-330018/000730/2021-** Consubstanciado no Parecer nº 240/2023/SEIC/ASSJUR, index. 56288358, da Assessoria Jurídica, bem como nas manifestações técnicas constantes dos autos, **AU-**

**TORIZO** a celebração do 3º Termo Aditivo para Prorrogação de Prazo do Contrato nº 012/2022, celebrado entre o Estado do Rio de Janeiro, através da antiga Secretaria de Estado das Cidades - SECID, atual Secretaria de Estado de Infraestrutura e Cidades - SEIC e a empresa MONJARDIM CONSTRUÇÕES LTDA, cujo objeto consiste na Urbanização das áreas lindeliras ao Rio Camorim e do eixo ferroviário do ramal Central/Japeri (Av. Guinle), com elaboração do projeto executivo, no município de Queimados / RJ, pelo prazo de 90 (noventa) dias, com fundamento no artigo 57, §1º, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93.

Id: 2497801

SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E CIDADES

DESPACHO DO SECRETÁRIO  
DE 27.07.2023

**PROCESSO Nº SEI-170026/001812/2021 -** Consubstanciado no PARECER Nº 241/2023/SEIC/ASSJUR (56335779) da Assessoria Jurídica, bem como nas manifestações técnicas constantes dos autos, **AUTORIZO** a celebração do 7º Termo Aditivo para Prorrogação de Prazo do Contrato nº 027/2021, celebrado entre o Estado do Rio de Janeiro, pela extinta Secretaria de Estado de Infraestrutura e Obras, atual Secretaria de Estado de Infraestrutura e Cidades - SEIC, e a empresa PREMAG - SISTEMA DE CONSTRUÇÕES LTDA, cujo objeto consiste na "ELABORAÇÃO DE PROJETO EXECUTIVO E CONSTRUÇÃO DE PONTE COM FUNDAÇÕES EM ESTACA RAIZ, VIGAS DE CONCRETO PROTENDIDO E LAJE DE CONCRETO ARMADO EM BARRA MANSA, RIO DE JANEIRO/RJ", pelo prazo de 90 (noventa dias), com fundamento no artigo 57, §1º, inciso I, da Lei Federal nº 8.666/93.

Id: 2497802

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E CIDADES  
EMPRESA DE OBRAS PÚBLICAS DO ESTADO  
DO RIO DE JANEIRO

ATO DO DIRETOR-PRESIDENTE

PORTARIA EMOP Nº 1075 DE 27 DE JULHO DE 2023

ALTERA A COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO PARA OS FINS QUE MENCIONA.

**O DIRETOR-PRESIDENTE DA EMPRESA DE OBRAS PÚBLICAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - EMOP**, no uso de suas atribuições legais e,

**CONSIDERANDO** o estabelecido nos Artigos nos 213 a 216 do Regulamento de Licitações e Contrato da EMOP, a indicação do Diretor de Obras (56531584), constante do Processo nº SEI-170002/003189/2021.

RESOLVE:

**Art. 1º.** Alterar a composição da Comissão constituída pela Portaria EMOP SEI nº 695 de 31 de março de 2022 (30768098), publicada no OERJ de 04/04/2022, alterada pela Portaria EMOP SEI N.º 871 de 06 de setembro de 2022 (39088789), cuja comissão consiste na gestão e fiscalização da execução da elaboração de projeto e execução de obras do imóvel localizado à Av. Ministro Edgard Romero nº 364, visando a reabertura do Restaurante Popular de Madureira Tia Vicentina - objeto do Contrato nº 025/2022 (30357864).

**Art. 2º** - Designar o servidor DIOGO LUIZ DA SILVA FERNANDES, ID Funcional nº 4407022-5, em substituição da servidora HELOISA XAVIER DA SILVA, ID Funcional nº 3218116-7, a contar de 27 de julho de 2023.

**Art. 3º** - A Comissão em questão passa a vigorar com a seguinte composição:

GESTOR DO CONTRATO:  
EDILSON ANTUNES BACKER - ID. Funcional nº 443228-8.

FISCALIZAÇÃO:  
DIOGO LUIZ DA SILVA FERNANDES, ID. Funcional nº 4407022-5;  
ROBERTO OLIVEIRA SADOCK DE FREITAS - ID. Funcional nº 2850526-3.

**Art. 4º-** A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 27/07/2023, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 27 de julho de 2023

**ANDRÉ LUIS RIBEIRO BRAGA**  
Diretor Presidente

Id: 2497623

SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E CIDADES  
EMPRESA DE OBRAS PÚBLICAS DO ESTADO  
DO RIO DE JANEIRO

RETIFICAÇÃO  
D.O. DE 31/07/2023  
PÁGINA 21 - 1ª COLUNA

ATO DO DIRETOR-PRESIDENTE

PORTARIA EMOP Nº 1074 DE 27 DE JULHO DE 2023

ALTERA A CONSTITUIÇÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA.

Onde Se Lê:

**ANDRÉ DA SILVA FREITAS**  
Diretor Presidente

Leia-Se:

**ANDRÉ LUIS RIBEIRO BRAGA**  
Diretor Presidente

Id: 2497656

Secretaria de Estado de Energia e Economia do Mar

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

AGÊNCIA REGULADORA DE ENERGIA E SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DESPACHO DO CONSELHEIRO PRESIDENTE  
DE 31/07/2023

**PROCESSO Nº SEI-220007/003065/2023 -** Escala das Equipes de Fiscalização de Pronto Atendimento, com a finalidade de atender as demandas relacionadas à falta de água e/ou outras ocorrências de grande repercussão na Região Metropolitana e/ou Municípios do Estado do Rio de Janeiro.

<b>ESCALA MENSAL PLANTÃO PRONTO ATENDIMENTO</b> <b>AGOSTO/2023</b> <b>DIAS 05 e 06</b>	
	<b>EQUIPE CASAN III - SÃO GONÇALO</b> <b>CHEFE DE EQUIPE - OUVIDORIA</b> MICHELE LOPES <b>FISCAIS</b> GILSON BARROS FREDERICO COELHO RITA CALVET ( <b>reserva</b> )
<b>DIAS 12 e 13</b>	<b>EQUIPE CASAN I - BAIXADA FLUMINENSE</b> <b>CHEFE DE EQUIPE - OUVIDORIA</b> MARIA CLARA CANEDO

SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E CIDADES  
INSTITUTO DE TERRAS E CARTOGRAFIA DO ESTADO  
DO RIO DE JANEIRO

ATO DO PRESIDENTE

PORTARIA ITERJ Nº 310 DE 21 DE JULHO DE 2023

INSTAURA SINDICÂNCIA, DESIGNA COMISSÃO PARA APURAR OS FATOS APONTADOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

**O PRESIDENTE DO INSTITUTO DE TERRAS E CARTOGRAFIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**, autarquia vinculada à SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E CIDADES - SEIC, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 12, inciso V, do Anexo I ao Decreto nº 26.818, de 31 de Julho de 2000, e

**CONSIDERANDO** o constante dos autos do processo nº SEI-330020/001179/2022,

RESOLVE:

**Art. 1º** - Constituir Comissão de Sindicância para apurar os fatos apontados no Registro de Ocorrência contido nos autos do supracitado processo, e possíveis responsabilidades, designando, como seus integrantes, os seguintes servidores:

I- SIMONE MACHADO DA SILVA ROMA DA SILVA, Assistente II, ID Funcional nº 5022987-7;  
II- EDNEY PIRES SALLES DE ASSIS, Auxiliar Técnico II, ID Funcional nº 5121186-6;  
III- MARIANE VILLELA MARINHO, Auxiliar Técnico II, ID Funcional nº 5109845-8.

**Art. 2º** - O prazo para apuração dos fatos é de 30 (trinta) dias a contar da data de publicação da presente Portaria, com a observância do disposto no Artigo 13 do Anexo do Decreto nº 7.526, de 06 de Setembro de 1984.

**Art. 3º** - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 21 de julho de 2023

**ROBSON DA SILVA CLAUDINO**  
Presidente do ITERJ

Id: 2497637

FUNDAÇÃO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM  
DO RIO DE JANEIRO

ATO DO PRESIDENTE

PORTARIA DER Nº 30 DE 26 DE JULHO DE 2023

CONSTITUI COMISSÃO TÉCNICA PARA REGULAMENTAR PUBLICIDADES EM FAIXAS DE DOMÍNIO DE RODOVIAS ESTADUAIS E TERRENOS PRIVADOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

**O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTRADAS DE RODAGEM**, no uso das atribuições legais, e tendo em vista o que consta no Processo nº SEI-330032/002277/2023, e,

CONSIDERANDO:

- a necessidade de regulamentação dos procedimentos referente à instalação de engenhos publicitários localizados nas rodovias estaduais geridas pelo DER-RJ e suas respectivas faixas de domínio e terrenos adjacentes privados;

- a necessidade de revisão acerca da deliberação normativa nº 32/1991 - "Instruções disciplinadoras da autorização para construção de acesso às vias integrantes do Plano Rodoviário Estadual", bem como da deliberação normativa nº 34/1991 - "Instruções disciplinadoras da autorização para uso ou ocupação, a título precário, do leito e faixas das rodovias estaduais, inclusive suas adjacências naturais, para a execução de obras, instalações ou serviços a cargo de concessionários de serviço público ou de órgãos da Administração Pública direta ou indireta, federais, estaduais, municipais, as pessoas jurídicas de direito privado e pessoas físicas".

- o Parecer 33 (index nº 16101856, no âmbito do Processo Administrativo nº SEI-330022/000228/2021), exarado pelo Douto Procurador do Estado do Rio de Janeiro Thiago Cardoso Araújo, Assessor Chefe da Assessoria Jurídica da Secretaria de Estado das Cidades, a qual foi sugere a instauração de comissão técnica para análise do tema e, por conseguinte, elaboração de minutas de lei e decreto estaduais que se façam necessários.

RESOLVE:

**Art. 1º** - Instituir a Comissão Técnica visando regulamentar a instalação de engenhos publicitários localizados nas rodovias estaduais geridas pelo DER-RJ, suas respectivas faixas de domínio e terrenos adjacentes.

**Art. 2º** - Ficam designados os servidores abaixo elencados, para, sem prejuízo de suas atribuições, integrar a Comissão:

MÔNICA FIGUEIREDO DO AMARAL, Id. nº 4359660-6 - Presidente;  
DANIELI GOMES DE OLIVEIRA SANTIAGO, Id. nº 4373112-0;  
CESAR AUGUSTO PEREIRA DE SOUZA WERNECK, Id. nº 2713658-2;  
LUIS ROBERTO PEREIRA SILVA, Id. nº 4383286-5;  
CARLOS ALBERTO LEITE CHARLES, Id. nº 2844785-9.

**Art. 3º** - Esta Portaria entrará em vigor na data da publicação, revogadas as disposições em contrário. Publique-se.

Rio de Janeiro, 26 de julho de 2023

**PEDRO HENRIQUE DE OLIVEIRA RAMOS**  
Presidente da Fundação DER-RJ

Id: 2497673



	<b>FISCAIS</b> CARLOS ALBERTO DA SILVA PAULO LUIZ HENRIQUE SILVA CARLOS PESSOA ( <b>reserva</b> )
<b>DIAS 19 e 20</b>	<b>EQUIPE CASAN II - CAPITAL</b> <b>CHEFE DE EQUIPE - OUVIDORIA</b> MICHELE LOPES <b>FISCAIS</b> CARLOS ALBERTO DA SILVA PAULO GILSON BARROS CARLOS PESSOA ( <b>reserva</b> )
<b>DIAS 26 e 27</b>	<b>EQUIPE CASAN IV - ÁREAS DE COMUNIDADE</b> <b>CHEFE DE EQUIPE - OUVIDORIA</b> PATRICIA DUARTE <b>FISCAIS</b> OSMAN OLIVEIRA CARLOS PESSOA GILSON BARROS ( <b>reserva</b> )

Id: 2497019

### Secretaria de Estado de Habitação de Interesse Social

SECRETARIA DE ESTADO DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

ATO DO SUBSECRETÁRIO

PORTARIA SEHIS Nº 15 DE 28 DE JULHO DE 2023

DESIGNA SERVIDORES PARA RECOMPOR A COMISSÃO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO Nº 084/2022, CELEBRADO ENTRE A SECRETARIA DE ESTADO DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL - SEHIS, COMO CONTRATANTE, E A EMPRESA MANU QUALITY - MANUTENÇÃO, LIMPEZA E REFORMA LTDA, COMO CONTRATADA.

O SUBSECRETÁRIO EXECUTIVO DA SECRETARIA DE ESTADO DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº SEI-170026/003711/2021

#### RESOLVE:

**Art. 1º** - Designar a Comissão para o acompanhamento e fiscalização do CONTRATO nº 084/2022, celebrado entre o ESTADO DO RIO DE JANEIRO, através da SECRETARIA DE ESTADO DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL - SEHIS, e a Empresa MANU QUALITY - MANUTENÇÃO, LIMPEZA E REFORMA LTDA, inscrita no CNPJ sob 06.098.981/0001-38, cujo objeto é a REFORMA E REQUALIFICAÇÃO DO CONJUNTO RESIDENCIAL MORADA DA POSSE, BAIRRO - JARDIM DA POSSE, NO MUNICÍPIO DO NOVA IGUAÇU/RJ.

#### GESTOR DO CONTRATO:

TITULAR:  
MANUEL JOSÉ FERNANDES CORDEIRO - Id funcional 5141189-0.

SUPLENTE:  
DANIELLE DOS SANTOS SENRA - Id. Funcional 4343690-0.

#### COMISSÃO FISCALIZADORA:

TITULAR:  
MARCELO VALADARES NOWASKI - Id. Funcional 5141130-0 - Presidente.

TITULAR:  
ORLANDO RODRIGUES DE ALMEIDA - Id. Funcional 5143261-7.

TITULAR:  
ADILSON MARQUES DOS SANTOS - Id. Funcional 5143252-8.

SUPLENTE:  
MARCOS TADEU DE OLIVEIRA - Id. Funcional 5141111-3.

**Art. 2º** - Caberá ao Gestor e aos Fiscais da Comissão, os atos concernentes ao acompanhamento da execução do contrato, além do previsto nos artigos 12 e 13 do Decreto Estadual nº 45.600/2016, incumbindo-lhes:

I - verificar se a execução do contrato está sendo realizada em conformidade com o objeto do mesmo;

II - anotar, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou impropriedades observadas;

III - adotar, no limite de sua competência, as providências que julgar necessárias à preservação dos interesses do Estado, promovendo a atestação dos documentos fiscais e praticando os demais atos indispensáveis à boa e regular execução do contrato sob sua responsabilidade; e

IV - solicitar a seus superiores, em tempo hábil, para a adoção das medidas cabíveis, as providências que ultrapassarem a competência da Comissão de Fiscalização.

**Art. 3º** - Caberá a esta Comissão emitir aceitação provisória e aceitação definitiva relativa à execução do objeto contratual.

**Art. 4º** - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 28 de julho de 2023

FÁBIO PARAVIDINO DA SILVA  
Subsecretário Executivo

Id: 2497670

### Secretaria de Estado Intergeracional de Juventude e Envelhecimento Saudável

SECRETARIA DE ESTADO INTERGERACIONAL DE JUVENTUDE E ENVELHECIMENTO SAUDÁVEL

DESPACHO DA ORDENADORA DE DESPESAS DE 29/05/2023

**\*PROCESSO Nº SEI-470001/000110/2023 - AUTORIZO** a despesa por Dispensa de Licitação, em conformidade com o Art. 24, XIII da Lei nº 8666/1993, em favor da empresa SELBETTI TECNOLOGIA S.A, no valor de R\$ 30.480,00 (trinta mil, quatrocentos e oitenta reais), em 12 parcelas no valor de R\$ 2.540,00 (dois mil, quinhentos e quarenta reais cada).  
\*Omitido no D.O. de 01/06/2023.

DESPACHO DO SECRETÁRIO DE 29/05/2023

**\*PROCESSO Nº SEI-470001/000110/2023 - RATIFICO** a Dispensa de Licitação, em conformidade com o Art. 24, XIII da Lei nº 8666/1993, em favor da empresa SELBETTI TECNOLOGIA S.A, no valor de R\$ 30.480,00 (trinta mil, quatrocentos e oitenta reais), em 12 parcelas no valor de R\$ 2.540,00 (dois mil, quinhentos e quarenta reais cada).  
\*Omitido no D.O. de 01/06/2023.

Id: 2497543

### Procuradoria Geral do Estado

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

ATO DO PROCURADOR

RESOLUÇÃO PGE Nº 4973 DE 26 DE JULHO DE 2023

FIXA VAGAS PARA ESTÁGIO NA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

O PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 6º da Lei Complementar nº 15, de 25 de novembro de 1980, considerando os convênios firmados com as instituições de ensino para estágio de estudantes de cursos superiores na Procuradoria Geral do Estado, Processo nº SEI-140001/071534/2020,

#### RESOLVE:

**Art. 1º** - Fixar as vagas para estágio de acordo com a seguinte distribuição:

- I - sessenta e três para estudantes de Administração;
- II - vinte vagas para estudantes de Administração Pública e Gestão Pública;
- III - quatro vagas para estudantes de Arqueologia.
- IV - quatro vagas para estudantes de Arquitetura;
- V- trinta e três vagas para estudantes de Arquivologia;
- VI - dezoito vagas para estudantes de Biblioteconomia;
- VII - sessenta e seis vagas para estudantes de Ciências Contábeis;
- VIII - uma vaga para estudante de Cinema e Audiovisual;
- IX - seis vagas para estudantes de Comunicação Social e Jornalismo;
- X - três vagas para estudantes de Comunicação Visual, Design e Design Gráfico;
- XI - uma vaga para estudante de Desenho Industrial;
- XII - quinze vagas para estudantes de Engenharia Civil;
- XIII - uma vaga para estudante de Gestão de Turismo;
- XIV- oito vagas para estudantes de História;
- XV- quarenta e nove vagas para estudantes de Informática;
- XVI - oito vagas para estudantes de Letras;
- XVII- duas vagas para estudantes de Psicologia;
- XVIII- três vagas para estudantes de Publicidade e Propaganda;
- XIX- duas vagas para estudantes de Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos.

**Art. 2º** - Os estudantes serão admitidos a estagiar mediante celebração de termo de compromisso firmado pela Procuradoria Geral do Estado e pela instituição de ensino, em horários compatíveis com as atividades acadêmicas.

**Parágrafo Único** - O estágio compreende 4 (quatro) horas diárias, totalizando 20 (vinte) horas semanais.

**Art. 3º** - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente a Resolução nº 4960, de 03 de julho de 2023.

Rio de Janeiro, 26 de julho de 2023

BRUNO DUBEUX  
Procurador-Geral do Estado

Id: 2497725

## AVISOS, EDITAIS E TERMOS DE CONTRATOS

### Secretaria de Estado da Casa Civil

EXTRATOS DE TERMOS

**\*INSTRUMENTO:** Contrato de Gestão Associada de Pinheiral. **PARTES:** Município de Pinheiral, Estado do Rio de Janeiro e, como interveniente-anuente, Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro. **OBJETO:** Gerenciamento com a transferência pelo Município das atividades de organização e gerenciamento da prestação regionalizada dos serviços públicos de saneamento básico em sua área urbana, ao Estado do Rio de Janeiro. **PRAZO:** 40 (quarenta) anos. **ASSINATURA:** 06/04/2021. **FUNDAMENTO:** art. 8º, §1º, da Lei nº 11.445/2007. **PROCESSO Nº SEI-150001/014539/2021**.  
\*Omitido em 07/04/2021

**\*INSTRUMENTO:** Convênio de Cooperação de Pinheiral. **PARTES:** Município de Pinheiral, Estado do Rio de Janeiro e, como interveniente-anuente, Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro. **OBJETO:** Implementação de ações de forma associada com vistas ao fornecimento amplo e adequado dos serviços de saneamento básico na área urbana municipal. **PRAZO:** 40 (quarenta) anos. **ASSINATURA:** 06/04/2021. **FUNDAMENTO:** art. 8º, §1º, da Lei nº 11.445/2007. **PROCESSO Nº SEI-150001/014539/2021**.  
\*Omitido em 07/04/2021

**\*INSTRUMENTO:** Termo de Rescisão da Prestação dos Serviços de saneamento básico da CEDAE e o município de Pinheiral. **PARTES:** Município de Pinheiral, Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro e, como interveniente-anuentes, o Estado do Rio de Janeiro e a Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro. **OBJETO:** Rescisão do Contrato de Programa de prestação de serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário pela CEDAE na sede do município. **ASSINATURA:** 06/04/2021. **FUNDAMENTO:** art. 10 da Lei nº 11.445/2007. **PROCESSO Nº SEI-150001/014539/2021**.  
\*Omitido em 07/04/2021.

**\*INSTRUMENTO:** Contrato de Gestão Associada de Pirai. **PARTES:** Município de Pirai, Estado do Rio de Janeiro e, como interveniente-anuente, Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro. **OBJETO:** Gerenciamento com a transferência pelo Município das atividades de organização e gerenciamento da prestação regionalizada dos serviços públicos de saneamento básico em sua área urbana, ao Estado do Rio de Janeiro. **PRAZO:** 40 (quarenta) anos. **ASSINATURA:** 20/04/2021. **FUNDAMENTO:** art. 8º, §1º, da Lei nº 11.445/2007. **PROCESSO Nº SEI-150001/014539/2021**.  
\*Omitido em 21/04/2021

**\*INSTRUMENTO:** Convênio de Cooperação de Pirai. **PARTES:** Município de Pirai, Estado do Rio de Janeiro e, como interveniente-anuente, Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro. **OBJETO:** Implementação de ações de forma associada com vistas ao fornecimento amplo e adequado dos serviços de saneamento básico na área urbana municipal. **PRAZO:** 40 (qua-

renta) anos. **ASSINATURA:** 20/04/2021. **FUNDAMENTO:** art. 8º, §1º, da Lei nº 11.445/2007. **PROCESSO Nº SEI-150001/014539/2021**.  
\*Omitido em 21/04/2021

**\*INSTRUMENTO:** Termo de Rescisão da Prestação dos Serviços de saneamento básico da CEDAE e o município de Pirai. **PARTES:** Município de Pirai, Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro e, como interveniente-anuentes, o Estado do Rio de Janeiro e a Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro. **OBJETO:** Rescisão do Contrato de Programa de prestação de serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário pela CEDAE na sede do município. **ASSINATURA:** 20/04/2021. **FUNDAMENTO:** art. 10 da Lei nº 11.445/2007. **PROCESSO Nº SEI-150001/014539/2021**.  
\*Omitido em 21/04/2021

**\*INSTRUMENTO:** Contrato de Gestão Associada de Rio Claro. **PARTES:** Município de Rio Claro, Estado do Rio de Janeiro e, como interveniente-anuente, Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro. **OBJETO:** Gerenciamento com a transferência pelo Município das atividades de organização e gerenciamento da prestação regionalizada dos serviços públicos de saneamento básico em sua área urbana, ao Estado do Rio de Janeiro. **PRAZO:** 40 (quarenta) anos. **ASSINATURA:** 06/04/2021. **FUNDAMENTO:** art. 8º, §1º, da Lei nº 11.445/2007. **PROCESSO Nº SEI-150001/014539/2021**.  
\*Omitido em 07/04/2021

**\*INSTRUMENTO:** Convênio de Cooperação de Rio Claro. **PARTES:** Município de Rio Claro, Estado do Rio de Janeiro e, como interveniente-anuente, Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro. **OBJETO:** Implementação de ações de forma associada com vistas ao fornecimento amplo e adequado dos serviços de saneamento básico na área urbana municipal. **PRAZO:** 40 (quarenta) anos. **ASSINATURA:** 06/04/2021. **FUNDAMENTO:** art. 8º, §1º, da Lei nº 11.445/2007. **PROCESSO Nº SEI-150001/014539/2021**.  
\*Omitido em 07/04/2021

**\*INSTRUMENTO:** Termo de Rescisão da Prestação dos Serviços de saneamento básico da CEDAE e o município de Rio Claro. **PARTES:** Município de Rio Claro, Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro e, como interveniente-anuentes, o Estado do Rio de Janeiro e a Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro. **OBJETO:** Rescisão do Contrato de Programa de prestação de serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário pela CEDAE na sede do município. **ASSINATURA:** 06/04/2021. **FUNDAMENTO:** art. 10 da Lei nº 11.445/2007. **PROCESSO Nº SEI-150001/014539/2021**.  
\*Omitido em 07/04/2021

Id: 2497890

### ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

EXTRATO DE TERMO

**INSTRUMENTO:** Convênio nº 031/2023.

**PARTES:** DETRAN/RJ e Município de Petrópolis, através da Secretaria Municipal de Assistência Social, Habitação e Regularização Fundiária

**OBJETO:** Instalação e funcionamento, sem exclusividade, de Posto de Identificação Civil pela Secretaria, sob a orientação e supervisão da Diretoria de Identificação Civil do DETRAN/RJ, com o objetivo de promover o atendimento, cadastramento e o fornecimento de carteiras de identidade ao público em geral.

**PRAZO:** 60 (sessenta) meses, contados a partir da data de sua publicação no DOERJ.

**GESTÃO E FISCALIZAÇÃO:** Pelo DETRAN/RJ: Pedro Paulo Thompson de Vasconcellos, Diretor de Identificação Civil, Id. Func. nº 0606826-0, (gestor) e Silvana Ludgero de Almeida, Assessor I, Id. Func. nº 5088823-4 (gestora substituta), Bruno Santos Leal, Id. Func. nº 5028249-2, Assistente Técnico de Identificação Civil, como Fiscal, e Luiz Fernando Borges Mello Filho, Id. Func. nº 5034561-3, Assistente III, como Fiscal suplente. Pela SECRETARIA: Fernando Luis de Araújo, Secretário de Assistência Social, Habitação e Regularização Fundiária, CPF nº 116.206.657-19, Valesca de Oliveira Gonçalves, Diretora do Departamento de Gestão Administrativa e Financeira, Matrícula 16819-0, Leonardo Ferreira Pacheco, Matrícula 24780-4 e Camila Zaiden Rempto, Matrícula 24761-8

**DATA DA ASSINATURA:** 25/07/2023

**FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:** Lei Federal nº 8.666/93.

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº SEI-150060/000217/2022.**

Id: 2497689

SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL  
LOTERIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

EXTRATO DE TERMO

**INSTRUMENTO:** Extrato da Justificativa de Dispensa de Chamamento Público.

**PARTES:** Loteria do Estado do Rio de Janeiro - LOTERJ e o RIO-SOLIDARIO - OBRA SOCIAL DO RIO DE JANEIRO.

**OBJETO:** O presente extrato tem por objetivo a publicação de Dispensa de Chamamento Público, visando a celebração de Termo de Fomento entre a Loteria do Estado do Rio de Janeiro - LOTERJ e o RIOSOLIDARIO - OBRA SOCIAL DO RIO DE JANEIRO para a execução do Projeto Casa Abrigo- Lar da Mulher, pelo período de 12 (doze) meses, cuja finalidade é a manutenção do projeto que tem como público alvo mulheres vítimas de violência doméstica em risco iminente de morte e seus filhos. RESUMO DA JUSTIFICATIVA: O RIOSOLIDARIO - OBRA SOCIAL DO RIO DE JANEIRO é uma pessoa jurídica de direito privado, inscrita sob o CNPJ de nº 00517.666/0001-11 e realiza o Projeto Casa Abrigo - Lar da Mulher mediante parceria com a LOTERJ há mais de 10 (dez) anos. O objetivo originário na implantação desta LOTERJ destina-se à exploração e controle do serviço de loteria no âmbito do Estado o Rio de Janeiro de forma a gerar recursos a serem aplicados em fins de assistência hospitalar e escolar, de interesse social, esportivo, educacional, cultural, bem como para o Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB), a fim de patrocinar atletas de alto rendimento em modalidades reconhecidas pelo Comitê Paralímpico Internacional, e para o Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro - RIOPREVIDÊNCIA, conforme determina o art. 14 do Decreto-Lei nº 138, de 23.06.1975. Por esses especiais motivos, a PROPONENTE e a Loteria do Estado do Rio de Janeiro - LOTERJ entendem que a manutenção do projeto é essencial visto que este possui o condão de preservar vidas, a integridade física e psicológica de mulheres que se encontram em situação de grave vulnerabilidade social.

**DATA DE ASSINATURA DA JUSTIFICATIVA:** 28/07/2023

**DA IMPUGNAÇÃO À JUSTIFICATIVA:** Conforme §§ 1º, 2º e 3º, art. 32, da Lei nº 13.019/2014, registre-se que, no prazo de 05 (cinco) dias, a contar desta publicação, a justificativa poderá ser impugnada. **FUNDAMENTO:** A Dispensa do chamamento fundamenta-se no inciso III, art. 30, combinado com o art. 33, da Lei Federal nº 13.019/2014. **PROCESSO Nº SEI-150162/000253/2023**

Id: 2497575



INSTITUTO DE PESOS E MEDIDAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO				
EDITAL				
<p>O INSTITUTO DE PESOS E MEDIDAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - IPEM/RJ, ente delegado do INMETRO, no uso das suas atribuições legais, tendo em vista as infrutíferas tentativas, pelos usuais meios de comunicação (e-mail, fax e/ou correspondência postal), de agendamento para comparecimento e acompanhamento do procedimento pericial a ser realizado em seu laboratório, por meio do presente edital <b>NOTIFICA</b> os interessados abaixo relacionados para ciência da designação de data para realização do referido procedimento em estrita observância aos princípios do contraditório e da ampla defesa. O procedimento pericial será realizado na data abaixo informada, na Regional do IPEM/RJ, localizada na Rua Professor Joaquim da Costa Ribeiro, 31, Centro, Niterói/RJ, e poderá ser acompanhado por representante legal da empresa, devidamente habilitado por procuração ou autorização nominal, ambas com finalidade específica ou, ainda, por contrato social e documento de identidade do sócio proprietário. Processo nº SEI-150164/001240/2023.</p>				
Interessado	CPF/CNPJ	Nº do Termo de Coleta	Data/Hora da Perícia	Produto
Procter & Gamble do Brasil Ltda	59.476.770/0037-69	1608701	03/08/2023 às 09:00h	Shampoo de cuidados com a raiz c/700ml - Head & Shoulders
Café Meridiano Indústria e Comércio Ltda	01.434.609/0001-31	1608708	03/08/2023 às 09:15h	Café torrado e moído c/500g - Meridiano
Vigor Alimentos S.A.	13.324.184/0001-97	1608698	03/08/2023 às 09:30h	Queijão parmesão cilindro c/195g - Faixa Azul
Gran Mestri Alimentos S/A	05.071.877/0001-97	1608699	03/08/2023 às 10:00h	Queijão parmesão ralado c/500g - Gran Mestri
Gran Mestri Alimentos S/A	05.071.877/0001-97	1608699	03/08/2023 às 10:00h	Manteiga extra com sal c/200g - Gran Mestri
Indústria de Massas Alimentícias de Ltda	48.657.860/0001-29	1608707	03/08/2023 às 10:30h	Massa alimentícia tipo caseira com ovos c/200g - Macarrão de Caseiro Gourmet
Grelhitos Laticínios, Indústria e Comércio Ltda	37.236.595/0001-99	1608714	03/08/2023 às 11:00h	Queijo provolone desidratado c/156g - Digusto Chips
Bertolucci & Cia Ltda	06.923.561/0002-20	1608715	03/08/2023 às 11:30h	Biscoito com cobertura de chocolate ao leite c/150g - Milka
Platano Brasil Distribuidora e Exportadora Ltda	02.018.417/0001-07	1608704	08/08/2023 às 09:00h	Barra de proteína sabor choco cobertura choco c/360g - Supino Protein (contém 12 unidades)
WMB Supermercados do Brasil Ltda	00.063.960/0564-06	1608717	08/08/2023 às 09:30h	Biscoito doce com choco amargo/ gotas de chocolate c/225g - Member's Mark
Volkmann Alimentos Ltda	03.136.146/0001-57	1608709	08/08/2023 às 10:00h	Arroz tipo 1 classe longo fino subgrupo integral c/1k - Wolmann
Leitíssimo S/A	04.826.593/0001-09	1608702	08/08/2023 às 10:30h	Creme de leite UHT homogeneizado c/200g - Leitíssimo
WMB Supermercados do Brasil Ltda	00.063.960/0049-45	1608705	08/08/2023 às 11:00h	Polpa de alho c/400g - Member's Mark
WMB Supermercados do Brasil Ltda	00.063.960/0049-45	1608705	08/08/2023 às 11:00h	Biscoito baunilha c/400g - Member's Mark
M.G.A. Importação, Indústria e Comércio de Alimentos Ltda	60.356.037/0001-89	1608716	08/08/2023 às 11:30h	Massa alimentícia de sêmola trigo durum c/500g - Liguori
Melitta do Brasil Indústria e Comércio Limitada	62.000.278/0046-18	1608700	08/08/2023 às 11:45h	Café torrado e moído descafeinado c/250g - Melitta
Aurora Bebidas e Alimentos Finos Ltda	61.296.646/0001-52	1608719	09/08/2023 às 09:00h	Snack de arroz com queijo c/100g - Kalassi
Indústria e Comércio de Produtos Alimentícios Mira Ltda	06.202.344/0001-60	1608706	09/08/2023 às 09:15h	Chips de batata doce c/100g - Roots Togo
Ajinomoto do Brasil Indústria e Comércio de Alimentos Ltda	46.344.354/0005-88	1608703	09/08/2023 às 10:00h	Tempero para legumes verduras e arroz c/60g - Sazón (contém 12 unidades)

Ajinomoto do Brasil Indústria e Comércio de Alimentos Ltda	46.344.354/0005-88	1608703	09/08/2023 às 10:00h	Tempero para carnes aves e peixes nordeste c/60g - Sazón (contém 12 unidades)
Glico Alimentos Ltda	46.621.017/0001-67	1608712	09/08/2023 às 10:15h	Salgadinho sabor camarão c/200g - Ebicen
Mondelez Brasil Norte Nordeste Ltda	10.144.076/0001-44	1608713	09/08/2023 às 10:30h	Biscoito sabor choco com recheio sabor baunilha c/270g - Oreo (contém 3 unidades)
Z.P.Piovani Comércio de Alimentos	14.930.993/0001-05	1608718	09/08/2023 às 11:00h	Torresmo com páprica c/150g - Blend Brasil
AB Brasil Indústria e Comércio de Alimentos Ltda	60.934.551/0004-05	1608711	09/08/2023 às 11:30h	Fermento biológico seco instantâneo c/30g - Fleischmann
WMB Supermercados do Brasil Ltda	00.063.960/0563-17	1608710	09/08/2023 às 11:45h	Salgadinho a base de batata sabor cebola c/180g - Member's Mark
Nicho Tecnologia Ltda	00.152.301/0001-30	1608643	10/08/2023 às 09:00h	Detergente lava louças c/500ml - Kokino's
Cooperativa de Laticínios Selita	27.178.359/0036-30	1608641	10/08/2023 às 09:30hh	Bebida láctea UHT sabor chocolate c/1L - Energia Natural
Domazzi S.A.	72.204.944/0001-91	1608656	10/08/2023 às 10:00h	Sacos de lixo c/20un - Wunderhaus (80cm X 63cm)
Utilar Embalagens e Utilidades Indústria e Comércio Ltda	18.889.258/0001-56	1608654	10/08/2023 às 10:30h	Sacos para lixo c/50un - Utilar (34cm X 38cm)
HF Indústria de Plásticos Ltda	28.216.651/0001-32	1608652	10/08/2023 às 11:00h	Saco para lixo c/15un - Bye Bye Lixo (75cm X 105cm)
HF Indústria de Plásticos Ltda	28.216.651/0001-32	1608652	10/08/2023 às 11:00h	Sacos para lixo c/5un - Bye Bye Lixo (75cm X 105cm)
Elastflex Comércio de Artefatos em Espuma Ltda	13.331.779/0001-70	1608651	10/08/2023 às 11:30h	Espanja para uso geral c/12cm - Proauto (12cm X 17cm X 5cm)
Nereu Marcio Selete & Cia Ltda	33.169.265/0001-77	1608636	10/08/2023 às 11:45h	Mistura alimentícia com queijo ralado c/50g - Seleti

O não comparecimento do interessado não implica em nulidade do ato e não impede a continuidade do processo administrativo para fins de apuração e constatação de infração à Lei federal nº 9.933/1999 e normativos correlatos.

O IPEM/RJ após o exame pericial dará destino às amostras coletadas na forma das normas em vigor, salvo expressa manifestação em contrário do responsável pelo produto periciado, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, contadas da realização do exame procedimento periciais.

Toda a atuação administrativa do IPEM/RJ encontra fundamento de validade no disposto pela Lei federal nº 9.933/1999, pelo Convênio celebrado entre o IPEM/RJ e o INMETRO nº 03/2013, pela Norma INMETRO Especifica/DIMEL nº 071/2005 e demais normas complementares em vigor editadas pelo INMETRO.

Registra-se que qualquer informação necessária poderá ser obtida pelo legítimo interessado na Sede do IPEM/RJ em Quintino Bocaiuva, mesmo local onde será realizada a perícia, no horário de expediente, ou seja, das 08h às 17h.

Id: 2497697

INSTITUTO DE SEGURANÇA PÚBLICA

RETIFICAÇÃO  
D.O DE 31.07.2023  
PÁG.23 - 3ª COLUNA

Onde se lê:

AVISO

DE ACORDO COM DECRETO Nº 36.872, DE 17.01.2005, E RESOLUÇÃO SESEG Nº 1.278, DE 27.12.2018, O INSTITUTO DE SEGURANÇA PÚBLICA DIVULGA OS INDICADORES DE CRIMINALIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO REFERENTES AOS MESES DE JANEIRO A JULHO DE 2022.

Leia-se:

AVISO

DE ACORDO COM DECRETO Nº 36.872, DE 17.01.2005, E RESOLUÇÃO SESEG Nº 1.278, DE 27.12.2018, O INSTITUTO DE SEGURANÇA PÚBLICA DIVULGA OS INDICADORES DE CRIMINALIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO REFERENTES AOS MESES DE JULHO A DEZEMBRO DE 2022.

Id: 2497698

#RJpronto

INVISTA NO RIO DE JANEIRO

Saiba mais em [www.rj.gov.br](http://www.rj.gov.br)

RS\$ 340 MILHÕES

INVESTIDOS EM CULTURA

2021/2022

TUDO QUE UMA EMPRESA QUER O RIO DE JANEIRO AGORA TEM.

O trabalho do Governo do Estado está transformando o Rio de Janeiro no lugar certo para investir, fazer negócios e crescer. Subimos **6 posições** no ranking de competitividade dos estados. Aqui tem indústria, comércio, serviços, agropecuária, turismo, mão de obra qualificada e muito mais.



GOVERNO DO ESTADO  
RIO DE JANEIRO



SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

EXTRATO DE TERMO

**INSTRUMENTO:** Termo de Convênio.

**PARTES:** ESTADO DO RIO DE JANEIRO, através da SECRETARIA DE FAZENDA e a CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA - CEFET-RJ.

**OBJETO:** Este Convênio têm por objetivo a oferta, pela ENTIDADE

Id: 2497633

CONCEDENTE, de estágio aos alunos da INSTITUIÇÃO DE ENSINO, regularmente matriculados nos cursos que esta oferece, por meio de atividades desenvolvidas sob a supervisão de orientador designado pela ENTIDADE CONCEDENTE e de professor indicado pela INSTITUIÇÃO DE ENSINO, visando o aprendizado da atividade profissional, o aperfeiçoamento de ensino e a contextualização curricular.

**PRAZO DE VIGÊNCIA:** por 60 (sessenta) meses, a contar da data da sua publicação no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro.

**DATA DA ASSINATURA:** 29/06/2023.

**FUNDAMENTO DO ATO:** Processo nº SEI-040204/000043/2023.

EDITAL

A SUBSECRETARIA DE ESTADO DE RECEITA, conforme determinação do art. 5º, da Resolução SEFAZ nº 522, de 06 de junho de 2023, **CONVOCA** os interessados a apresentar impugnação aos valores arbitrados no Processo Administrativo nº SEI-040224/003306/2023, referente à Incorporação de Mercadorias e Bens ao Patrimônio do Estado do Rio de Janeiro, no prazo de 30 dias, conforme tabela abaixo.

PLANILHA DE ARBITRAMENTO DAS MERCADORIAS E CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS													
Item	Descrição dos bens apreendidos	Data de apreensão	Quant. Apreendida (L)	Nº Auto de Infração	Data Lavratura	Razão Social do Autuado	CNPJ / CPF do Autuado	Processo nº	Situação	Valor Unit. Arbitrado (R\$)	Valor Total Arbitrado (R\$)	Valor Atualiz. do Auto de Infração (R\$)	Déb. Tributário Pendente (R\$)
Depositário Fiel: Ipiranga Produtos de Petróleo S/A - CNPJ 33.337.122/0213-96													
1	Álcool Etílico Hidratado Combustível - AEHC	16/03/2016	104.194	03.494167-4	19/03/2016	OXXIL LOGISTICA E TRANSPORTES LTDA	10.425.172/0001-60	E-04/033/000284/2016	Inscrito em Dívida Ativa	4,2900	446.992,26	284.881,02	-
TOTAL de AEHC			104.194										
Observações: Valores lançados nos Campos da coluna "Valor Unit. Arbitrado (em R\$)" referem-se ao PMPF publicado no ATO COTEPE/PMPF Nº 16, de 22 de junho de 2023 e PORTARIA SUT Nº 542, de 29 de junho de 2023; Valores lançados nos Campos da coluna "Valor Atualiz. do Auto de Infração (R\$)" referem-se ao valor total atualizado do Auto de Infração inscrito em dívida ativa em 04/07/2023 (Sistema de Dívida Ativa Estadual).													

Os contribuintes que apresentarem impugnação, em qualquer repartição fiscal, deverão enviar e-mail de confirmação para o endereço gabinetesufis@fazenda.rj.gov.br.

Id: 2497634

EDITAL

A SUBSECRETARIA DE ESTADO DE RECEITA, conforme determinação do art. 5º, da Resolução SEFAZ nº 522, de 06 de junho de 2023, **CONVOCA** os interessados a apresentar impugnação aos valores arbitrados no Processo Administrativo nº SEI-040224/003292/2023, referente à Incorporação de Mercadorias e Bens ao Patrimônio do Estado do Rio de Janeiro, no prazo de 30 dias, conforme tabela abaixo.

PLANILHA DE ARBITRAMENTO DAS MERCADORIAS E CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS													
Item	Descrição dos bens apreendidos	Data de apreensão	Quant. Apreendida (L)	Nº Auto de Infração	Data Lavratura	Razão Social do Autuado	CNPJ / CPF do Autuado	Processo nº	Situação	Valor Unit. Arbitrado (R\$)	Valor Total Arbitrado (R\$)	Valor Atualiz. do Auto de Infração (R\$)	Déb. Tributário Pendente (R\$)
Depositário Fiel: Vibra Energia S.A. - CNPJ 34.274.233/0095-84													
1	Álcool Etílico Hidratado Combustível - AEHC	01/06/2015	24.961	03.472145-6	29/05/2015	OXXIL LOGISTICA E TRANSPORTES LTDA	10.425.172/0001-60	E-04/034/007301/2015	Inscrito em Dívida Ativa	4,2900	107.082,69	55.109,22	-
2	Álcool Etílico Hidratado Combustível - AEHC	28/05/2017	44.887	03.508161-1	02/06/2017	VALETRANS TRANSPORTES LTDA EPP	12.392.011/0001-43	E-04/033/000460/2017	Inscrito em Dívida Ativa	4,2900	192.565,23	147.598,30	-
3	Álcool Etílico Hidratado Combustível - AEHC	27/05/2017	9.920	03.511523-7	31/05/2017	JORGE CHAGAS MACEDO	015.799.107-50	E-04/033/000458/2017	Inscrito em Dívida Ativa	4,2900	42.556,80	102.230,99	59.674,19
4	Álcool Etílico Hidratado Combustível - AEHC	20/09/2018	10.472	03.573824-4	20/09/2018	L. P DE S BARRA DA SILVA TRANSPORTES EIRELI	18.619.309/0001-20	E-04/033/100272/2018	Inscrito em Dívida Ativa	4,2900	44.924,88	257.611,63	212.686,75
5	Álcool Etílico Hidratado Combustível - AEHC	17/10/2018	35.000	03.577457-9	22/10/2018	JESUS TRANSPORTADORA DE CARGA LTDA ME	10.409.140/0001-71	E-04/034/105317/2018	Inscrito em Dívida Ativa	4,2900	150.150,00	197.734,39	47.584,39
6	Álcool Etílico Hidratado Combustível - AEHC	05/12/2018	15.000	03.580789-0	06/12/2018	AVS TRANSPORTADORA LTDA - ME	18.616.545/0001-92	E-04/211/001778/2018	Inscrito em Dívida Ativa	4,2900	64.350,00	48.161,74	-
TOTAL de AEHC			140.240								601.629,60	808.446,27	319.945,33
Observações: Valores lançados nos Campos da coluna "Valor Unit. Arbitrado (em R\$)" referem-se ao PMPF publicado no ATO COTEPE/PMPF Nº 16, de 22 de junho de 2023 e PORTARIA SUT Nº 542, de 29 de junho de 2023; Valores lançados nos Campos da coluna "Valor Atualiz. do Auto de Infração (R\$)" referem-se ao valor total atualizado do Auto de Infração inscrito em dívida ativa em 05/07/2023 (Sistema de Dívida Ativa Estadual).													

Os contribuintes que apresentarem impugnação, em qualquer repartição fiscal, deverão enviar e-mail de confirmação para o endereço gabinetesufis@fazenda.rj.gov.br.

Id: 2497642

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

**INSTRUMENTO:** Contrato nº 007/2023.

**PARTES:** Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro - JUCERJA e VS DATA COMÉRCIO & DISTRIBUIÇÃO LTDA.

**OBJETO:** Prestação de serviços fornecimento de licenças ORACLE - MySQL para a atualização tecnológica e disponibilidade de novas versões que venham a ser lançadas, conforme quantidades e especificações técnicas constantes do Termo de Referência e do instrumento convocatório.

**VALOR:** Até R\$ 57.121,56 (cinquenta e sete mil, cento e vinte e um reais e cinquenta e seis centavos).

**DATA DA ASSINATURA:** 31 de julho de 2023.

**VIGÊNCIA:** 01/08/2023 a 31/07/2024.

**FUNDAMENTO DO ATO:** Lei nº 8.666/93.

**FISCALIZAÇÃO:** Ariana da Silva Tibau - ID: 5104623-7 (gestora) Felipe Barreiros dos Santos - ID: 4331725-1 (fiscal), Glauco Renato Novaes da Costa - ID: 4325992-8 (fiscal).

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº SEI-220011/002061/2022.**

Id: 2497664

SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

**INSTRUMENTO:** Contrato nº 041/2023 - DGO

**PARTES:** SEPM e a empresa MOGI MEDICAL EQUIPAMENTOS Ltda., CNPJ Nº28.199.997/0001-70.

**OBJETO:** Aquisição e instalação de Mobiliário Odontológico para o provimento das Unidades de Saúde Bucal da SEPM.

**PRAZO DE VIGÊNCIA:** 12 meses.

**VALOR TOTAL:** R\$ 29.213,54 (Vinte e nove mil duzentos e treze reais e cinquenta e quatro centavos)

**DATA DA ASSINATURA:** 28/07/2023.

**GESTOR DO CONTRATO:** 2ºTEN PM Flavio da Silva Pereira, RG 64.323.

**FISCAIS DO CONTRATO:** CAP PM DENT 76.836 Gisela Gonçalves Santos e CAP PM DENT 76.844 Rodrigo Nascentes San Sebastian.

**FUNDAMENTO:** O constante no Processo Administrativo nº SEI-350115/000692/2022.

Id: 2497522

SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

**INSTRUMENTO:** Contrato nº 107/2023.

**PARTES:** Secretaria de Estado de Polícia Militar e a Empresa NRTT - SOLUCOES E SERVICOS LTDA (CNPJ: 36.366.620/0001-96). **OBJETO:** Aquisição de Veículos com blindagem parcial para atender as necessidades da SEPM.

**PRAZO:** 12 (doze) meses, contados a partir da data de publicação em DOERJ.

**VALOR TOTAL:** R\$ 3.790.000,00 (três milhões, setecentos e noventa mil reais).

**DATA DA ASSINATURA:** 27/07/2023.

**FUNDAMENTO DO ATO:** O decidido no Processo Administrativo nº SEI-350192/002471/2023, Ata de Registro de Preço nº 0016/2023/510100-01, que regerá pelas normas da lei nº 8.666, de 21 de junho de 1.993 e alterações, pela Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, pela Lei Estadual nº 287, de 04 de dezembro de 1.979, e pelos Decretos nºs 3.149, de 28 de abril de 1980, e 42.301, de 12 de fevereiro de 2010 e respectivas alterações do instrumento convocatório.

Id: 2497244

SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

**INSTRUMENTO:** Contrato nº 106/2023.

**PARTES:** Secretaria de Estado de Polícia Militar e a Empresa NRTT - SOLUCOES E SERVICOS LTDA (CNPJ: 36.366.620/0001-96).

**OBJETO:** Aquisição de Veículos com blindagem parcial para atender as necessidades da SEPM.

**PRAZO:** 12 (doze) meses, contados a partir da data de publicação em DOERJ.

**VALOR TOTAL:** R\$ 3.600.500,00 (três milhões, seiscentos mil e quinhentos reais).

**DATA DA ASSINATURA:** 27/07/2023.

**FUNDAMENTO DO ATO:** O decidido no Processo Administrativo nº SEI-350192/002426/2023, Ata de Registro de Preço nº 0016/2023/510100-01, que regerá pelas normas da lei nº 8.666, de 21 de junho de 1.993 e alterações, pela Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, pela Lei Estadual nº 287, de 04 de dezembro de 1.979, e pelos Decretos nºs 3.149, de 28 de abril de 1980, e 42.301, de 12 de fevereiro de 2010 e respectivas alterações do instrumento convocatório.

Id: 2497242

SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR

EXTRATOS DE INSTRUMENTOS CONTRATUAIS

**INSTRUMENTO:** Termo de Contrato nº 436/2023 - FUSPOM.

**PARTES:** SEPM e a empresa CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACÉUTICOS LTDA CNPJ 44.734.671/0001-51

**OBJETO:** MEDICAMENTOS PSICOTRÓPICOS

**PRAZO DE VIGÊNCIA:** 12 meses, a partir da publicação em DOERJ.

Id: 2497625

SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

**INSTRUMENTO:** Termo de Contrato nº 406/2023 - FUSPOM.

**PARTES:** SEPM e a empresa PROHOSP DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA CNPJ 04.355.394/0002-32

**OBJETO:** SOLUÇÕES PARENTERAIS DE GRANDE VOLUME (SPGV)

**PRAZO DE VIGÊNCIA:** 12 meses, a partir da publicação em DOERJ.

**VALOR TOTAL:** R\$ 79.853,28 (setenta e nove mil oitocentos e cinquenta e três reais e vinte e oito centavos)

**DATA DA ASSINATURA:** 31/07/2023.

**GESTOR:** CB PM RG 105.168 PAULO RIBEIRO SIMOES REIS DA SILVA

**GESTOR SUBSTITUTO:** 3º SGT PM RG 91.081 FELIPE SANTANA POMPEU

**FISCAIS HCPM:** CAP PM FARM RG 90877 PAULA NÍVEA GONÇALVES LOMARDO, CAP PM RG 89699 FARM CAMILLA FIGUEIREDO DE CASTRO E TEN PM FARM RG 30000022 CAMILE MOREIRA MASCARENHAS.

**FICAIS HPM-NIT:** MAJ PM FARM RG 89.490 ALEX FIGER, 1º TEN PM FARM RG 3/000013 NAYARA PAES E CB PM RG 102.259 THIAGO LOPES COUTINHO

**FUNDAMENTO:** O constante no Processo nº SEI-350207/000488/2023 - PE SRP Nº 076/2022 FUNESBOM

Id: 2497695







ciais, emocionais, além de poder alterar a qualidade de vida da mulher, podendo se manifestar em qualquer época do período reprodutivo feminino, concentrando-se, principalmente, em seus extremos: logo após a menarca ou no período da perimenopausa (1). É a causa mais comum de anemia por deficiência de ferro em mulheres saudáveis férteis (1). No Brasil, não há uma estatística nacional sobre SUA, contudo em 2012, foi conduzido um estudo em Pelotas, Rio Grande do Sul, objetivando estimar a prevalência de distúrbios menstruais, sendo observada uma prevalência global de 46,4%, com SUA sendo o mais prevalente, ocorrendo em 23,2% das mulheres acompanhadas no estudo (2). Não há estatística para a prevalência da SUA no Estado do Rio de Janeiro, conquanto estima-se que seja a alteração mais comum entre as mulheres na perimenopausa, associado ou não com a presença de miomatose uterina. Os sintomas da anemia, como cansaço, fraqueza, dores de cabeça e depressão podem ter um enorme impacto na vida das mulheres (3). As intervenções cirúrgicas, como a histerectomia e a ablação endometrial, têm sido um tratamento tradicional para mulheres com SUA. As mulheres submetidas ao tratamento cirúrgico devem ter completa- do seu planejamento familiar, pois essas intervenções comprometem sua fertilidade futura (4). Há uma necessidade ainda não atendida de um tratamento médico eficaz para o SUA, que reduza a perda de sangue menstrual, preservando a fertilidade e melhorando a qualidade de vida das pacientes.

De acordo com o algoritmo de tratamento do SUA de 2018 da Federação Brasileira das Associações de Ginecologia e Obstetrícia (FE-

BRASGO) (5), o sangramento uterino é considerado anormal quando há perda excessiva de sangue que interfere com as atividades físicas, sociais, emocionais, além de poder alterar a qualidade de vida da mulher. Esta definição mostra que a queixa clínica é o principal dado a ser considerado na indicação da investigação e terapêutica. Segundo a FIGO (Federação Internacional de Ginecologistas e Obstetras) a duração média do fluxo menstrual NORMAL é de 3 a 8 dias, com uma perda sanguínea de 30ml a 80 ml. O tempo médio de um ciclo menstrual varia de 24 a 38 dias (6,7). O SUA apresenta alteração em um ou mais desses parâmetros. De forma mais ampla, o SUA interfere com a qualidade de vida física, social, emocional e/ou material, podendo ocorrer isoladamente ou em associação com outros sintomas (8) O SUA pode ocorrer devido à menorragia idiopática (patologias ou causas que levam à perda excessiva de sangue não identificadas) ou pode ser resultado de causas orgânicas (por exemplo, miomas). Ele pode estar associado à anemia, sendo que a perda de sangue menstrual é a causa mais comum de deficiência de ferro em mulheres saudáveis e férteis(9-11). Dor, alterações de humor e aumento no volume de sangramento menstrual são relatados com mais frequência como problemas graves de mulheres com SUA do que a perda de sangue absoluta (12). A angústia da paciente pode estar mais ligada às interrupções no trabalho, na atividade sexual ou na qualidade de vida do que no volume menstrual. Essas percepções são importantes, pois a quantidade de sangue perdido por si só não está ligada a uma decisão de prosse-

guir com a histerectomia (12). A percepção das consequências da perda de sangue de uma mulher é determinante para a escolha do tratamento subsequente. (13) **ETIOLOGIA E FATORES DE RISCO** O SUA pode ser causado por diversas doenças locais ou sistêmicas ou estar relacionado com o uso de medicamentos (1,14). Definir a origem do sangramento é de suma importância, uma vez que doenças da uretra, bexiga, vagina, vulva e intestino podem causar sangramentos e ser confundidas com sangramento uterino. Além disso, a definição do tratamento adequado irá depender do fator causal. A possibilidade de gravidez também deve ser sempre considerada (1,14). Outro aspecto importante para direcionar as hipóteses diagnósticas refere-se à idade da paciente, que vai caracterizá-la como adolescente, mulher no período reprodutivo ou no climatério. Apesar do SUA ocorrer em qualquer idade, ela se concentra principalmente em seus extremos, ou seja, logo após a menarca ou no período perimenopausa (1,14). Mais de 5% das mulheres com idade entre 30 a 49 anos consultam seu clínico geral devido à SUA a cada ano, o que destaca o maior risco da doença em mulheres durante a idade reprodutiva mais avançada (15,16). A periodicidade do sangramento, duração e a quantidade de fluxo também são importantes para o diagnóstico etiológico (1,14). As principais causas de SUA encontram-se descritas na Tabela 1 e foram categorizadas pelo sistema PALM-COEIN da FIGO (13). Contudo, é importante ressaltar que para algumas mulheres a causa do SUA não pode ser identificada.

Tabela 1. Principais causas de SUA(13).

Entidades mensuradas visualmente através de exames de imagem e histopatologia		Entidades não definidas por exames de imagem ou histopatologia	
<b>P</b>	Pólipo	<b>C</b>	Coagulopatia
<b>A</b>	Adenomiose	<b>O</b>	Disfunção ovulatória
<b>L</b>	Leiomioma	<b>E</b>	Endometrial
<b>M</b>	Malignidade e hiperplasia	<b>I</b>	latrogênico
		<b>N</b>	Não classificado

#### DIAGNÓSTICO

O diagnóstico do SUA (não classificado ou idiopático) é feito por exclusão, após cautelosa eliminação de causas orgânicas de sangramento uterino representadas pela gravidez e suas complicações, patologias uterinas, doenças pélvicas, problemas extragenitais, distúrbios de coagulação, doenças sistêmicas, endocrinopatias extra- ovarianas, uso de medicamentos que interferem com a ação hormonal ou com os mecanismos de coagulação (1). Mais especificamente, o diagnós-

tico do SUA é clínico, com base na anamnese, exames físicos e ginecológicos completos. (1) A realização de exames de imagem como ultrassonografia (USG) endovaginal e histerossonografia possuem acurácia moderada na identificação da doença uterina, contudo a USG é o método de primeira escolha para esse diagnóstico. (1) Entretanto, dado que a avaliação histológica não é obtida a partir de tais exames, o diagnóstico definitivo nem sempre é possível. Para essas pacientes, uma avaliação adicional histeroscópica ou, mais rara-

mente, uma curetagem uterina podem ser necessárias para o estudo do endométrio. (1) Contudo, é importante ressaltar que a curetagem uterina se reserva aos casos de urgência caracterizados por sangramento agudo intenso, podendo ser utilizada também como alternativa terapêutica, comum em pacientes climatéricas. (1) Com relação à realização da ressonância nuclear magnética na investigação da doença, esta não apresenta vantagens sobre a USG, podendo ser realizada em casos com resultados duvidosos, não sendo recomendada como método diagnóstico inicial. (1) Na Tabela 2 encontram-se códigos potenciais de diagnóstico segundo

o Código Internacional de Doenças (CID-10) para SUA.

Tabela 2. Códigos potenciais de diagnóstico do CID-10 para SUA.

<b>N92.0</b>	Menstruação excessiva e frequente com ciclo regular
<b>N92.1</b>	Menstruação excessiva e frequente com ciclo irregular
<b>N92.2</b>	Menstruação excessiva na puberdade
<b>N92.4</b>	Sangramento excessivo no período pré-menopausa
<b>N92.5</b>	Outra menstruação irregular especificada
<b>N92.6</b>	Menstruação irregular não especificada

Diretrizes baseadas em evidências do Royal College of Obstetricians and Gynecologists (RCOG) recomendam um hemograma e avaliação do histórico da paciente para mulheres <45 anos. Para mulheres >45 anos é recomendada a realização de USG e avaliação histeroscópica (17).

The American College of Obstetricians and Gynecologists (ACOG) recomenda para o diagnóstico do SUA (Sangramento Uterino Anormal agudo), o histórico médico e exame físico, exames de imagem e laboratoriais apropriados, além da avaliação de fatores relacionados a idade da paciente (4).

#### TRATAMENTO

O SUA idiopático não é uma doença fatal, mas pode resultar em anemia substancial. O principal objetivo do tratamento é o correto manejo da fase aguda e a tentativa de evitar as recidivas do sangramento. A melhora da qualidade de vida e do funcionamento, correção da anemia aguda ou crônica, retorno ao padrão de ciclos menstruais normais, prevenção da recorrência do sangramento e prevenção das consequências da anovulação em longo prazo, também configuram princípios básicos do manejo do SUA (1).

De acordo com a FEBRASGO, o tratamento pode ser medicamentoso ou cirúrgico, dependendo da intensidade do sangramento e da característica aguda ou crônica do SUA. Quando necessário, medidas gerais como manutenção da estabilidade hemodinâmica, reposição de ferro, correção de desvios ponderais e apoio psicoterápico, devem ser tomadas (1).

Tratamentos farmacológicos

O tratamento farmacológico deve ser considerado quando não houver anormalidades estruturais ou histológicas, ou para miomas menores de 3 cm de diâmetro que não causam distorções na cavidade uterina (8).

De acordo com a FEBRASGO (5), o tratamento de escolha é inicialmente medicamentoso, podendo ser hormonal ou não hormonal. As opções hormonais para o tratamento do sangramento agudo são o uso de estrogênio conjugado endovenoso, estradiol isolado por via oral, COCs e progestagênios isolados (5). De opções medicamentosas não hormonais tem-se o uso de antifibrinolíticos e AINEs. O ácido tranexâmico é considerado um tratamento de primeira linha nos casos de sangramento menstrual intenso (5).

Após o controle da fase aguda, inúmeras terapias efetivas incluindo o Sistema intrauterino liberador de levonorgestrel (SIU-LNG), Contraceptivos orais combinados (COC, mensais ou ciclos estendidos), progestagênios (oral ou intramuscular), ácido tranexâmico e anti-inflamatórios não esteroides (AINEs) podem ser utilizados para o tratamento em longo prazo (5).

Procedimentos cirúrgicos

A necessidade de tratamento cirúrgico é baseada na estabilidade clínica da paciente, intensidade do sangramento, contraindicações ou falta de resposta ao manejo medicamentoso e as condições da paciente (4). De acordo com as recomendações do NICE (24), quando não houve doenças identificadas, miomas <3cm ou adenomiose, deve-se considerar sistema intrauterino liberador de levonorgestrel (SIU-LNG) como primeira linha de tratamento do SUA. Além das condições já citadas, a escolha da cirurgia deve ser baseada também no desejo da mulher em manter a fertilidade. Atualmente, as opções cirúrgicas para o manejo do SUA incluem: dilatação e curetagem, ablação endometrial, embolização da artéria uterina e histerectomia (4).

A histerectomia tem sido o tratamento tradicional para as mulheres com SUA que não respondem de maneira suficiente ao tratamento medicamentoso. Existem diferentes técnicas de histerectomia, ou seja, o procedimento pode ser feito por via abdominal, vaginal ou por laparoscopia. Em todo caso, a histerectomia é associada a custos significativos (internação e tempo de recuperação prolongada) e carga psicossocial (18) Além disso, o tempo de espera para a obtenção do procedimento pode ser significativo. Hurskainen et al., 2001(18), relataram uma média de quase sete meses e um máximo de 21 meses para a realização do procedimento.

As principais complicações após a histerectomia incluem hemorragia grave, perfuração intestinal e da bexiga, embolia pulmonar, problemas graves da anestesia, laparotomia involuntária e deiscência da ferida (19). Outras complicações comuns também incluem ferimento e infecção pélvica pós-operatória, retenção urinária e dor abdominal intensa (20). A QVRS também é significativamente comprometida por complicações após a histerectomia (21).

Há estimativas de que 60% das pacientes encaminhadas para clínicas ginecológicas em consequência do SUA eventualmente são submetidas à histerectomia (22). Um percentual de 80% das mulheres tratadas por SUA, no entanto, não possui distorção da anatomia e mais de 30% daquelas submetidas à histerectomia para o SUA possuem úteros anatomicamente normais removidos (23). A terapia médica, portanto, com a prevenção de cirurgias possivelmente desnecessárias, pode ser uma alternativa.

Os procedimentos minimamente invasivos de ablação endometrial foram avaliados como alternativas à histerectomia em mulheres com SUA. A ablação endometrial demonstrou ser uma opção levando a uma melhora significativa na qualidade de vida relacionada à vitalidade, dor e saúde mental, em particular em pacientes com SUA grave. (24-26)

Ainda que resultem em um retorno mais rápido às atividades normais do que a histerectomia, os procedimentos de ressecção endometrial

estão associados a uma taxa de reintervenção de até 22%. Dessa forma, a diferença de custo entre a histerectomia e a ressecção endometrial diminui ao longo do tempo (13). Alguns dos riscos dos procedimentos de ablação endometrial incluem a perfuração do útero, absorção de excesso de líquido, sangramento e infecção, lesão de órgãos dentro do abdômen e da pelve e acúmulo de sangue dentro do útero devido à cicatrização (27).

#### DIRETRIZES BRASILEIRAS DE TRATAMENTO DO SUA

Atualmente não há um Protocolo Clínico e Diretriz Terapêutica (PCDT) para o tratamento do SUA. Contudo, de acordo com o guia prático de conduta da FEBRASGO, os objetivos do tratamento do SUA são o controle do sangramento atual, estabilização da mulher e reduzir o risco de perda de sangue excessivo nos ciclos seguintes (5). A escolha do tratamento irá depender da estabilidade hemodinâmica, do nível de hemoglobina, da suspeita da etiologia do sangramento, de comorbidades apresentadas pela paciente e do desejo reprodutivo, sendo de escolha inicial o tratamento medicamentoso com ácido tranexâmico. Se houver falha no controle do sangramento durante o tratamento medicamentoso, deve ser recomendado o tratamento cirúrgico (5).

Para essa fase, a curetagem uterina pode ser realizada, contudo, ela não trata a causa da doença, ocorrendo novamente o sangramento se não for iniciada outra terapia preventiva no período pós-operatório. Após o controle da fase aguda, faz-se necessária a introdução de medidas terapêuticas que possam garantir melhor regularidade do ciclo menstrual ou a ausência completa do sangramento. Para essa fase, a histerectomia não deve ser considerada como primeira linha de tratamento. Por outro lado, o SIU-LNG é altamente recomendado. A escolha do tratamento medicamento para SUA depende também do desejo de gestação da mulher: se não houver desejo de gestação, são utilizados COCs, progestagênios de altas doses, SIU-LNG, ácido tranexâmico, AINEs ou outros tipos de tratamentos. Já nos casos que houver desejo de gestação, podem ser utilizados na ovulação os AINEs ou ácido tranexâmico (5).

Com relação ao tratamento cirúrgico, a ablação endometrial é o tratamento conservador efetivo para o SUA, precedendo uma conduta radical como a realização da histerectomia. Já a histerectomia, é um tratamento de exceção, que apresenta altos índices de satisfação uma vez que é uma opção curativa. Para ambos os procedimentos é importante ressaltar que estes não são recomendados para mulheres que desejam manter a fertilidade (5).

A Tabela 4 apresenta os tratamentos disponíveis para o SUA e suas respectivas recomendações, e descreve o algoritmo da conduta para a fase não aguda do SUA segundo guia prático da FEBRASGO (Figura 1) (5).

Tabela 3. Grau de recomendação e força de evidência para o tratamento do SUA.

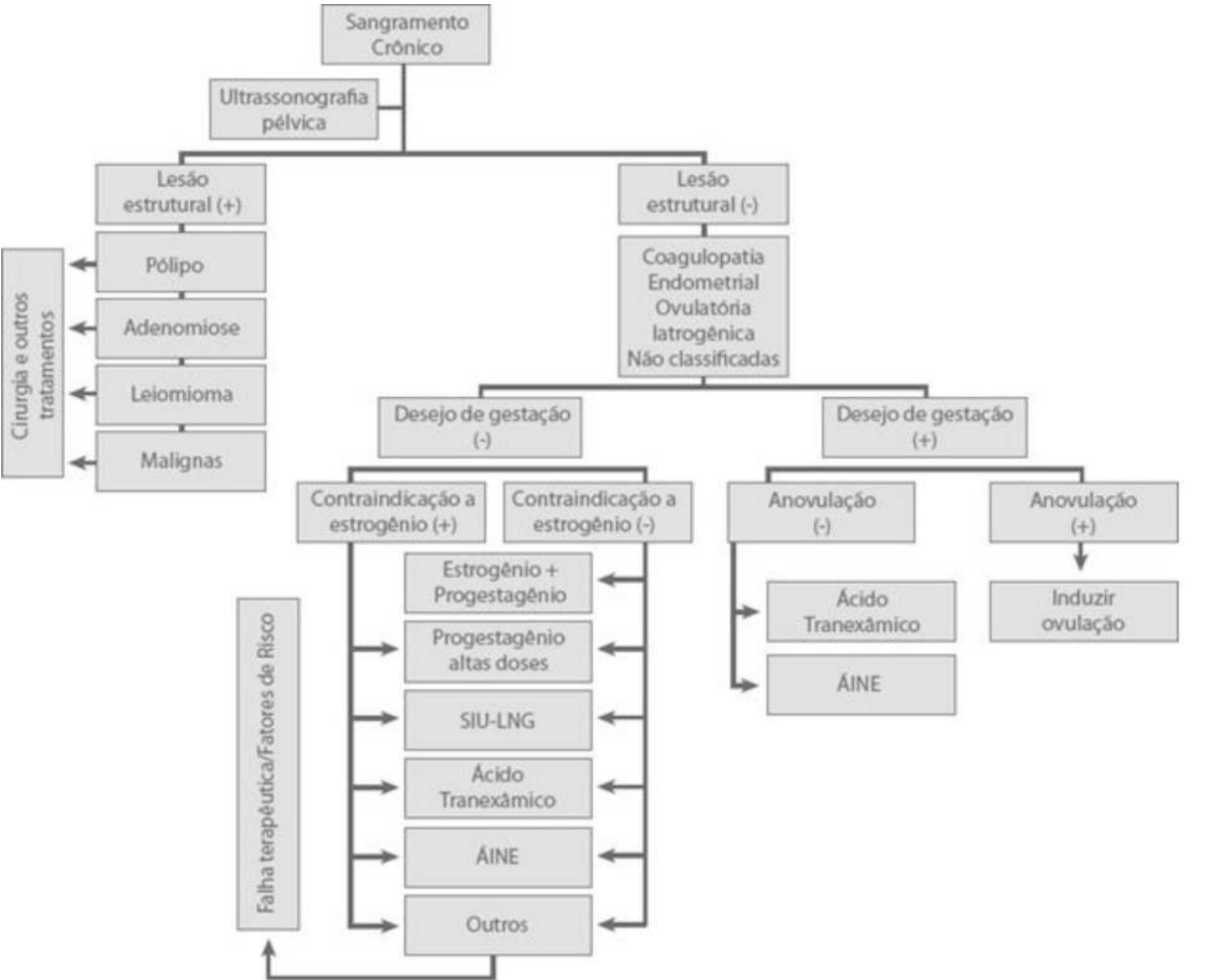
Medicação	Posologia	Eficácia
Contraceptivos orais combinados	<b>Sangramento agudo</b> Contraceptivo combinado contendo etinilestradiol 30 mcg ou 35 mcg 1 cp/dia 8/8 horas por 7 dias, seguido de 1cp/dia por 3 semanas	<b>Alta</b>
	<b>Sangramento crônico</b> Contraceptivos orais combinados contendo etinilestradiol, combinado transdérmico ou anel vaginal combinado	<b>Alta</b>
	<b>Sangramento agudo</b> Acetato de medroxiprogesterona 20 mg de 8/8 horas por 7 dias	
	<b>Sangramento crônico</b> Acetato de medroxiprogesterona oral (2,5 mg - 10 mg) ou acetato de noretisterona (2,5 mg - 5 mg) ou acetato de megestrol (40 mg - 320 mg), progesterona micronizada (200 mg - 400 mg), didrogesterona (10 mg), todos com posologia de bula, conforme regime abaixo:  Sem disfunção ovulatória: 1 cp/dia do D5 ao D26 do ciclo ou uso contínuo.  Apenas com disfunção ovulatória (SUA não cíclico): uso por duas semanas a cada quatro semanas, adequar dose/dia de acordo com o produto	<b>Alta</b>
Sistema intrauterino de levonorgestrel	<b>Sangramento crônico</b> Inserção do SIU-LNG a cada cinco anos, com liberação de 20 mcg/dia	<b>Alta</b>
Acetato de medroxiprogesterona de depósito	<b>Sangramento crônico</b> 150 mg intramuscular injetados a cada 12 semanas	<b>Baixa/moderada</b>
Análogo de GnRH	<b>Sangramento crônico</b> Acetato de leuprolida (3,75 mg mensal ou 11,25 mg trimestral) intramuscular OU goserelina (3,6 mg mensal ou 10,8 mg trimestral) subcutâneo	<b>Alta</b>
Anti-inflamatório não esteroidal	<b>Sangramento crônico</b> Ibuprofeno 600 mg a 800 mg de 8/8 horas ou Ácido mefenâmico 500 mg de 8/8 horas	Moderada
Ácido tranexâmico	<b>Sangramento crônico</b> European Medicines Agency (EMA): 1 g, 3 vezes ao dia por 4 dias (podendo ser aumentada, mas respeitando-se a dose máxima de 4 g por dia).	Alta



U.S. Food and Drug Administration (FDA): 1,3 g, 3 vezes ao dia, por até 5 dias OU 10 mg/kg via intravenosa (com dose máxima de 600 mg/dose, de 8/8 horas por 5 dias (em casos de sangramento sem lesão estrutural).

Adaptado de FEBRASGO, 2018 (5).

INSERIR IMAGEM 001 AQUI  
Figura 1. Algoritmo para tratamento do SUA de acordo com a FEBRASGO (5).



NECESSIDADES NÃO SUPRIDAS DE UM TRATAMENTO EFICAZ PARA O SUA QUE MELHORE A QUALIDADE DE VIDA E PRESERVE A FERTILIDADE

As mulheres com distúrbios de sangramento menstrual compõem um grande problema de saúde pública. O diagnóstico oportuno e o encaminhamento para o tratamento são importantes para restaurar e manter a QV e funcionamento de milhões de mulheres. Tradicionalmente, a histerectomia tem sido a grande intervenção cirúrgica para a doença. As histerectomias, no entanto, são associadas a um risco de complicações e de mortalidade operatória variando entre 0,4 e 2,0 para cada 1.000 mulheres (28). Além disso, há evidências de que a histerectomia não é necessária

para a maioria das mulheres. Aproximadamente 80% daquelas que recebem tratamento para o SUA não possuem patologia anômica e mais de 30% das submetidas à histerectomia para o SUA têm úteros anatomicamente normais removidos (23).

Há uma clara necessidade de um tratamento médico eficaz que reduza a perda de sangue menstrual, preservando a fertilidade e melhorando a QV das pacientes. Apesar de disponíveis, a utilização de SIU-LNG ainda é baixa.

O SIU-LNG conseguiu evitar a realização de 75,6% das histerectomias previamente agendadas (29).

SISTEMA INTRAUTERINO LIBERADOR DE LEVONORGESTREL

O SIU-LNG disponível no Brasil é um endoceptivo (SIU-LNG) único

com 52 mg de levonorgestrel (30). Na maior parte dos países, inclusive no Brasil, esse produto possui aprovação regulatória para a contracepção, menorragia idiopática (termo alterado pela FEBRASGO em 2018 para SUA idiopático) e proteção contra hiperplasia endometrial durante a terapia de reposição estrogênica (30).

O SIU-LNG reduz a quantidade e a duração da perda de sangue menstrual e proporciona alívio do SUA (19). Cada administração de SIU-LNG é eficaz por cinco anos (30). O SIU-LNG é facilmente removido e, após a remoção, o sangramento menstrual e os níveis de fertilidade do útero retornam à normalidade (30).

Na Tabela 5 são apresentadas as principais características deste medicamento.

Tabela 5. Principais características do SIU-LNG disponível no Brasil (6).

Tipo	Endoceptivo / Sistema Intrauterino (SIU)
Nome do princípio ativo	Levonorgestrel
Nome comercial	Mirena®
Apresentação	Cartucho contendo 1 blister estéril com 1 endoceptivo (SIU) e 1 insertor
Registro Anvisa	1705601060033
Forma de administração	Uso intrauterino
Composição	Cada endoceptivo (SIU) contém 52 mg de levonorgestrel e apresenta taxa inicial de liberação de 20 mcg a cada 24 horas. Excipientes: elastômero de polidimetilsiloxano, cilindro de polidimetilsiloxano, estrutura em T, fios de remoção.
Armazenamento	Deve ser mantido em temperatura ambiente (15°C-30°C), protegido da umidade e da luz solar direta.
Contraindicação	Suspeita ou diagnóstico de gravidez, doença inflamatória pélvica atual ou recorrente, infecção no trato genital inferior, endometrite pós-parto, aborto infectado durante os últimos três meses, cervicite, displasia cervical, tumor maligno uterino ou cervical, tumores progestógeno-dependentes, sangramento uterino anormal não diagnosticado, anomalia uterina congênita ou adquirida (incluindo leiomiomas, quando estes causarem deformidade da cavidade uterina), condições associadas com aumento de susceptibilidade a infecções, doença hepática aguda ou tumor hepático, hipersensibilidade ao princípio ativo ou qualquer um dos excipientes.

INFORMAÇÕES DO PRODUTO

O SIU-LNG comercializado no Brasil possui uma estrutura em T de plástico com 32 milímetros de comprimento e largura, com um reservatório de polidimetilsiloxano na haste vertical contendo 52 mg de LNG. A taxa de liberação in vivo de LNG é de aproximadamente 20 mcg a cada 24h inicialmente e é reduzida para 10 mcg/24h após cinco anos (taxa média de aproximadamente 14 mcg/24h por até cinco anos). O SIU-LNG foi desenvolvido durante a década de 1980, tendo sido licenciado para uso pela primeira vez na Finlândia em 1990 (30).

MECANISMO DE AÇÃO

O mecanismo de ação de SIU-LNG baseia-se na liberação de LNG provocando a atrofia do endométrio e o espessamento do muco cervical, o que inibe a passagem do espermatozoide através da cavidade uterina (30). Além de um método hormonal, a própria estrutura do SIU-LNG é um obstáculo mecânico à passagem dos espermatozoides. A função ovariana permanece normal e os níveis de estradiol (E2) são mantidos, mesmo em mulheres que apresentam amenorreia com o uso de SIU-LNG (30).

Com relação ao seu efeito no endométrio, a exposição ao SIU-LNG promove profundos efeitos morfológicos e funcionais sobre o endométrio, modulando a circulação de E2, que consequentemente leva à diminuição da perda de sangue menstrual (31). O LNG é um potente bloqueador da atividade do estrogênio sobre o endométrio (32). O SIU-LNG libera o LNG localmente na cavidade uterina e, durante uma utilização inicial de três a seis meses, ele gradualmente reduz a es-

pessura e a vascularização do endométrio. A redução resultante da perda de sangue é mais importante em mulheres com SUA (30).

SEGURANÇA

Um padrão de sangramento bastante previsível segue a aplicação do SIU-LNG. Os primeiros meses são caracterizados por um aumento no total de dias de sangramento (dias menstruais e dias de sangramento fora dos ciclos), efeito que também é visto em usuárias de DIU de cobre (DIU-Cu). Após os três primeiros meses, porém, a perda de sangue menstrual diminui e o número de dias de sangramento é reduzido (33,34).

As frequências das reações adversas relacionadas com SIU-LNG estão resumidas na Tabela 6. As frequências são definidas como muito comum (e1/10), comum (e1/100 a <1/10), incomum (e 1/1.000 a <1/100), rara (e 1/10.000 a <1/1.000) e desconhecida (30).

CONCLUSÃO

O SUA é caracterizado por um distúrbio endócrino frequente que pode se manifestar em qualquer época do período reprodutivo feminino, concentrando-se, principalmente, em seus extremos: logo após a menarca ou no período perimenopausa. Atualmente, as intervenções cirúrgicas, como a histerectomia e a ablação endometrial, têm sido um tratamento tradicional para mulheres com SUA. Contudo, observa-se uma necessidade ainda não suprida de um tratamento médico eficaz que leve à redução da perda de sangue menstrual, preservando a fertilidade e qualidade de vida das pacientes (1).

O SIU-LNG disponível no Brasil está indicado para o tratamento da

menorragia idiopática que atua reduzindo a quantidade e a duração da perda de sangue menstrual, além de proporcionar alívio do SUA (30). Esse produto é recomendando como primeira linha para o tratamento do SUA, quando o tratamento clínico for recomendado, segundo as orientações do NICE(8) e pela FEBRASGO (5).

Dados disponíveis na literatura sugerem que o SIU-LNG reduz a perda de sangue menstrual de forma superior à observada para terapias orais, e da mesma forma que procedimentos mais invasivos como a ablação endometrial (35,36).

Com relação à QVRS, o SIU-LNG apresentou efeito positivo na maioria dos domínios avaliados. Contudo, é importante ressaltar que há uma escassez de dados em relação ao impacto na perda de fertilidade decorrente do tratamento do SUA.

As evidências dos benefícios econômicos de saúde do SIU-LNG são escassas. Mas a partir das evidências disponíveis, observou-se que para o Brasil, o impacto orçamentário com a utilização de SIU-LNG resultaria em economia de recursos (37,38). É importante destacar que todas as análises estão restritas a custos médicos diretos. Essas são, portanto, estimativas altamente conservadoras do real benefício econômico do tratamento. A perda de produtividade deve ser um componente importante, já que o SUA afeta as mulheres presentes no mercado de trabalho (39).



Tabela 6. Reações adversas a medicamentos por classe de órgão e frequência (30).

Classe de Sistema	Muito comum	Comum	Incomum	Raro	Frequência desconhecida
Distúrbios do sistema imunológico					Hipersensibilidade incluindo rash, urticária e angioedema
Distúrbios psiquiátricos		Humor deprimido/ depressão			
Distúrbios do sistema nervoso	Cefaleia	Enxaqueca			
Distúrbios gastrointestinais	Dor abdominal/ pélvica	Náusea			
Distúrbios cutâneos e dos tecidos subcutâneos		Acne, hirsutismo	Alopecia		
Distúrbio musculoesquelético, do tecido conjuntivo e ósseos		Dor nas costas**			
Distúrbios no sistema reprodutivo e nas mamas	Alterações no sangramento incluindo sangramento menstrual aumentado e diminuído, gotejamento (spotting), oligomenorreia e amenorreia,vulvovaginite*, corrimento genital*	Infecção do trato genital superior, cistos ovarianos, dismenorreia, dores nas mamas**, expulsão do contraceptivo intrauterino (completa ou parcial)		Perfuração uterina***	
Investigações					Aumento da pressão arterial

\*Nos estudos de prevenção endometrial: “comum”;  
\*\*Nos estudos de prevenção endometrial: “muito comum”;  
\*\*\*Esta frequência é baseada em estudos clínicos em que mulheres lactantes foram excluídas. Em um grande estudo coorte prospectivo comparativo não-intervencional em usuárias de DIU, a frequência de perfuração em mulheres que estavam amamentando ou que fizeram uma inserção até 36 semanas após o parto foi “incomum”.

**REFERÊNCIAS**

1. Federação Brasileira das Associações de Ginecologia e Obstetrícia (FEBRASGO). Guia Prático de Condutas: Tratamento do Sangramento Uterino Anormal (Menorragia). São Paulo Fed Bras das Assoc Ginecol e Obs. 2011;30.

2. Barcelos RS, Zanini R de V, Santos I da S Dos. Menstrual disorders among women 15 to 54 years of age in Pelotas, Rio Grande do Sul State, Brazil: a population-based study. Cad Saude Publica. 2013 Nov;29(11):2333-46.

3. Jensen JT, Lefebvre P, Laliberté F, Sarda SP, Law A, Pocoski J, et al. Cost Burden and Treatment Patterns Associated with Management of Heavy Menstrual Bleeding. J Women's Heal. 2012/02/23. 2012 May;21(5):539-47.

4. Management of acute abnormal uterine bleeding in nonpregnant reproductive-aged women. Obstet Gynecol [Internet]. 2013;121(4):891-6. Available from: <https://www.scopus.com/inward/record.uri?eid=2-s2.0-84876213253&doi=10.1097%2F01.AOG.0000428646.67925.9a&partnerID=40&md5=c6f9121536e32688074b86553cb13e22>

5. Yela DA B-PC. Sangramento uterino anormal. Fed Bras das Assoc Ginecol e Obs (FEBRASGO), (Protocolo FEBRASGO - Ginecol no 42/Comissão Nac Espec em Ginecol Endócrina. 2018.

6. Munro MG, Critchley HOD, Broder MS, Fraser IS. FIGO classification system (PALM-COEIN) for causes of abnormal uterine bleeding in nongravid women of reproductive age. Int J Gynecol Obstet. 2011/02/22. 2011 Apr;113(1):3-13.

7. Munro M. Practical aspects of the two FIGO systems for management of abnormal uterine bleeding in the reproductive years. Best Pract Res Clin Obstet Gynaecol. 2017;40:3-22.

8. NICE. Heavy menstrual bleeding: assessment and management [Internet]. NICE guideline. 2018 [cited 2023 Jul 16]. Available from: <https://www.nice.org.uk/guidance/ng88/resources/heavy-menstrual-bleeding-assessment-and-management-pdf-1837701412549>

9. KOH SCL, SINGH K. The effect of levonorgestrel-releasing intrauterine system use on menstrual blood loss and the hemostatic, fibrinolytic/inhibitor systems in women with menorrhagia. J Thromb Haemost. 2006/09/28. 2007 Jan;5(1):133-8.

10. Anderson JK, Rybo G. Levonorgestrel-releasing intrauterine device in the treatment of menorrhagia. BJOG An Int J Obstet Gynaecol. 1990 Aug;97(8):690-4.

11. Apgar BS. Dysmenorrhea and dysfunctional uterine bleeding. Prim Care. 1997 Mar;24(1):161-78.

12. Warner PE, Critchley HO., Lumsden MA, Campbell-Brown M, Douglas A, Murray GD. Menorrhagia II: is the 80-mL blood loss criterion useful in management of complaint of menorrhagia? Am J Obstet Gynecol. 2004 May;190(5):1224-9.

13. Lethaby A, Hickey M, Garry R. Endometrial destruction techniques for heavy menstrual bleeding. In: Lethaby A, editor. Cochrane Database of Systematic Reviews. Chichester, UK: John Wiley & Sons, Ltd; 2005. p. CD001501-CD001501.

14. Petracco A, Badalotti M, Arent A. Sangramento uterino anormal. Femina. 2009;37(7):389-94.

15. Higham JM, Shaw R. Clinical associations with objective menstrual blood volume. Eur J Obstet Gynecol Reprod Biol. 1999 Jan;82(1):73-6.

16. Coulter A, Kelland J, Peto V, Rees MCP. Treating Menorrhagia in Primary Care: An Overview of Drug Trials and a Survey of Prescribing Practice. Int J Technol Assess Health Care. 1995 Mar;11(3):456-71.

17. Royal College of Obstetricians & Gynaecologists. Advice for heavy menstrual bleeding (HMB) services and commissioners. 2014;(November):1-11.

18. Hurskainen R, Teperi J, Rissanen P, Aalto A-M, Grenman S, Kivelä A, et al. Quality of life and cost-effectiveness of levonorgestrel-releasing intrauterine system versus hysterectomy for treatment of menorrhagia: a randomised trial. Lancet. 2001 Jan;357(9252):273-7.

19. Lete I, Obispo C, Izaguirre F, Orte T, Rivero B, Cornellana MJ, et al. The levonorgestrel intrauterine system (Mirena®) for treatment of idiopathic menorrhagia. Assessment of quality of life and satisfaction. Eur J Contracept Reprod Heal Care [Internet]. 2008;13(3):231-7. Available from: <https://www.scopus.com/inward/record.uri?eid=2-s2.0-52949149712&doi=10.1080%2F13625180802075075&partnerID=40&md5=24087cd73fc4274f66290f1c33199d54>

20. Hurskainen R, Teperi J, Rissanen P, Aalto A-M, Grenman S, Kivelä A, et al. Clinical Outcomes and Costs With the Levonorgestrel-Releasing Intrauterine System or Hysterectomy for Treatment of Menorrhagia. JAMA. 2004 Mar;291(12):1456.

21. Grant A. A randomised trial of endometrial ablation versus hysterectomy for the treatment of dysfunctional uterine bleeding: outcome at four years. BJOG An Int J Obstet Gynaecol. 1999 Aug;106(8):876-876.

22. Coulter A, Bradlow J, Agass M, Martin-Bates C, Tilloch A. Outcomes of referrals to gynaecology outpatient clinics for menstrual problems: an audit of general practice records. BJOG An Int J Obstet Gynaecol. 1991 Aug;98(8):789-96.

23. Clarke A, Black N, Rowe P, Mott S, Howle K. Indications for and outcome of total abdominal hysterectomy for benign disease: a prospective cohort study. BJOG An Int J Obstet Gynaecol. 1995 Aug;102(8):611-20.

24. Crosignani PG, Vercellini P, Mosconi P, Oldani S, Cortesi I, De Giorgi O. Levonorgestrel- releasing intrauterine device versus hysterocopic endometrial resection in the treatment of dysfunctional uterine bleeding. Obstet Gynecol [Internet]. 1997;90(2):257-63. Available from: <https://www.scopus.com/inward/record.uri?eid=2-s2.0-0030743584&doi=10.1016%2F0002950029-7844%2897%2900226-3&partnerID=40&md5=46c8ff902d01771c17321dd6a310c9a6>

25. Neuwirth RS. Cost effective management of heavy uterine bleeding: ablative methods versus hysterectomy. Curr Opin Obstet Gynecol. 2001 Aug;13(4):407-10.

26. Cooper KG, Bain C, Parkin DE. Comparison of microwave endometrial ablation and transcervical resection of the endometrium for treatment of heavy menstrual loss: a randomised trial. Lancet. 1999 Nov;354(9193):1859-63.

27. Hurskainen R, Grenman S, Komi I, Kujansuu E, Luoto R, Orrainen M, et al. Diagnosis and treatment of menorrhagia. Acta Obstet Gynecol Scand [Internet]. 2007;86(6):749-57. Available from: <https://www.scopus.com/inward/record.uri?eid=2-s2.0-34249092018&doi=10.1080%2F00016340701415400&partnerID=40&md5=519ab20fe5ce58a054c766e1bf499c34>

28. Kennedy ADM, Sculpher MJ, Coulter A, Dwyer N, Rees M, Horsley S, et al. A multicentre randomised controlled trial assessing the costs and benefits of using structured information and analysis of women's preferences in the management of menorrhagia. Health Technol Assess (Rockv). 2003;7(8):1-76.

29. Goñi ÁZ, Lacruz RL, Paricio JJP, Hernández Rivas FJ. The le-

vonorgestrel intrauterine system as an alternative to hysterectomy for the treatment of idiopathic menorrhagia. Gynecol Endocrinol. 2009 Jan;25(9):581-6.

30. Bayer S.A. Mirena: Bula do profissional da saúde. ANVISA. 2017.

31. Guttinger A, Critchley HOD. Endometrial effects of intrauterine levonorgestrel. Contraception. 2007/03/23. 2007 Jun;75(6):S93-8.

32. Zhu P, Liu X, Luo H, Gu Z, Cheng J, Xu R, et al. The effect of a levonorgestrel-releasing intrauterine device on human endometrial oestrogen and progesterone receptors after one year of use. Hum Reprod. 1999 Apr;14(4):970-5.

33. Luukkainen T. Contraception after thirty-five. Acta Obstet Gynecol Scand. 1992 Jan;71(3):169-74.

34. LUUKKAINEN T. Levonorgestrel-Releasing Intrauterine Device. Ann N Y Acad Sci. 1991 Jun;626(1 Frontiers in):43-9.

35. Rauramo I, Elo I, Istre O. Long-term treatment of menorrhagia with levonorgestrel intrauterine system versus endometrial resection. Obstet Gynecol. 2004 Dec;104(6):1314-21.

36. Istre O. Treatment of Menorrhagia with the levonorgestre intrauterine system versus endometrial resection. Fertil Steril. 2001;76(2):304-9.

37. Teich V, Bahamondes M, de Lima Y, Bolzachini Santoni N, Bahamondes L, Monteiro I. Uso de recursos e custos associados ao tratamento da menorragia idiopática com o sistema intra- uterino liberador de levonorgestrel (SIU-LNG) versus histerectomia: perspectiva do Sistema Único de Saúde (SUS). J Bras Econ Saúde. 2012;4(2):373-81.

38. Bahamondes L, Bahamondes V, Schiola A, Silva A, Santoni N, Moura M, et al. Resource use and associated costs for the treatment of heavy menstrual bleeding with levonorgestrel releasing intrauterine system (LNG-IUS) versus hysterectomy: the Brazilian Public Healthcare System (SUS) perspective. Value Heal. 2011;14(7):A558.

39. Bahamondes MV, de Lima Y, Teich V, Bahamondes L, Monteiro I. Resources and procedures in the treatment of heavy menstrual bleeding with the levonorgestrel-releasing intrauterine system (LNG-IUS) or hysterectomy in Brazil. Contraception. 2012 Sep;86(3):244-50.

Id: 2497789

**SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE**  
**EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL**  
**INSTRUMENTO:** CONTRATO Nº 031/2023.  
**PARTES:** ESTADO DO RIO DE JANEIRO pela SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE E ASSOCIAÇÃO DO PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS / APAE-RIO.  
**OBJETO:** Contratação de Serviço de Referência em Triagem Neonatal (SRTN), para a realização de exames, na Fase IV pelo Ministério da Saúde no Estado do Rio de Janeiro, conforme as diretrizes do Capítulo VI - Da Triagem Neonatal - da Portaria de Consolidação GM/MMS nº 5, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde; e pela Lei Federal nº 14.154/2021, de 26 de maio de 2021, que altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para aperfeiçoar o Programa Nacional de Triagem Neonatal (PNTN), por meio do estabelecimento de rol mínimo de doenças a serem rastreadas pelo teste do pezinho; e amplia o escopo de doenças a serem triadas pelo Programa.  
**VIGÊNCIA:** 12 (doze) meses, contados a partir de sua publicação no Diário Oficial.  
**VALOR TOTAL:** R\$ 30.991.300,08 (trinta milhões, novecentos e noventa e um mil e trezentos reais e oito centavos).  
**DATA DA ASSINATURA:** 31/07/2023.  
**FUNDAMENTO DO ATO:** art. 25, caput, da Lei nº 8.666, de 21/06/1993, e suas alterações; pela Lei Estadual nº 287, de 04 de dezembro de 1979 e Decretos nº 3.149, de 28 de abril de 1980, e 42.301, de 12 de fevereiro de 2010 e do Termo de Referência.  
**PROCESSO Nº SEI-080001/012215/2023**

Id: 2497863

**SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE**  
**EXTRATO DE TERMO ADITIVO**  
**INSTRUMENTO:** PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 019/2022.  
**PARTES:** ESTADO DO RIO DE JANEIRO pela SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE E CIRAC - CENTRO INTEGRADO DE RECOLHIMENTO, ASSISTENCIA E CONTROLE DE ANIMAIS LTDA-ME.  
**OBJETO:** Prorrogação do prazo de vigência do Contrato nº 019/2022, a contar de 20/07/2023 a 19/07/2024.  
**VALOR TOTAL:** R\$ 15.198.860,00 (quinze milhões, cento e noventa e oito mil oitocentos e sessenta reais).  
**DATA DA ASSINATURA:** 18/07/2023.  
**FUNDAMENTO DO ATO:** Art. 57, inciso II, da Lei n.º 8.666, de suas alterações.  
**PROCESSO Nº SEI-020007/001804/2022.**

Id: 2497779

**SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE**  
**EXTRATO DE TERMO ADITIVO**  
**INSTRUMENTO:** PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 021/2022.  
**PARTES:** ESTADO DO RIO DE JANEIRO pela SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE E CONSUJET - SOLUÇÕES EM SAÚDE ANIMAL LTDA.  
**OBJETO:** Prorrogação do prazo de vigência do Contrato nº 021/2022, a contar de 01/08/2023 a 31/07/2024.  
**VALOR TOTAL:** R\$ 19.000.000,00 (dezenove milhões de reais).  
**DATA DA ASSINATURA:** 26/07/2023.  
**FUNDAMENTO DO ATO:** art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993 e suas alterações.  
**PROCESSO Nº SEI-020007/001809/2022.**

Id: 2497780

**SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE**  
**SUBSECRETARIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA**  
**ASSESSORIA TÉCNICA DE PROCESSAMENTO DE SANÇÕES DAS OSS**  
**AVISO**  
**DÁ CIÊNCIA** de que foi instaurado Processo Apuratório SEI-080001/017885/2021, em face da Organização Social de Saúde Hospital Psiquiátrico Espírita Mahatma Gandhi, inscrita no CNPJ sob o nº 47.078.019/0001-14, referente ao Contrato de Gestão 014/2019, com a Unidade de Pronto Atendimento (UPA) Ricardo de Albuquerque.

Id: 2497772

**SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE**  
**SUBSECRETARIA EXECUTIVA**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES**  
**COORDENAÇÃO DE LICITAÇÃO**  
**AVISO**

**A COORDENAÇÃO DE LICITAÇÃO/SES** torna pública a seguinte licitação:

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 362/23.**  
**TIPO:** Registro de Preços.  
**OBJETO:** Aquisição de medicamento (LOÇÃO HIDRATANTE CETAPHIL PRO AD RESTORADERM®), para atender à Assessoria de Atendimento as Demandas Judiciais, na forma do Termo de Referência

cia (ANEXO 01).  
**ABERTURA DAS PROPOSTAS:** 21/08/2023, às 10:00 horas  
**ETAPA DE LANCES:** 21/08/2023, às 10:00 horas  
**PROCESSO Nº SEI-E-08/001/929/2017**

O edital encontra-se à disposição dos interessados nos sites: [www.compras.rj.gov.br](http://www.compras.rj.gov.br), <https://sei.fazenda.rj.gov.br> e [www.saude.rj.gov.br/licitacoes](http://www.saude.rj.gov.br/licitacoes). Podendo também ser retirado de forma impressa, na Coordenação de Licitação, mediante a entrega de 01 (uma) resma de papel tamanho A4, sito à Rua Barão de Itapagipe, 225, 7º Andar - Rio Comprido - Rio de Janeiro - RJ, de 2ª a 6ª feira, das 10:00 às 16:00 hs, informações pelo e-mail: [licitacao@saude.rj.gov.br](mailto:licitacao@saude.rj.gov.br).

Id: 2497773

**SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE**  
**SUBSECRETARIA EXECUTIVA**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES**  
**COORDENAÇÃO DE LICITAÇÃO**  
**AVISO**

**A COORDENAÇÃO DE LICITAÇÃO/SES** torna pública a seguinte licitação:

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 363/23.**  
**TIPO:** Registro de Preços.  
**OBJETO:** Aquisição de medicamento (GANCICLOVIR 1 MG/ML - SISTEMA FECHADO), para atender à Superintendência de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos, na forma do Termo de Referência (ANEXO 01).  
**ABERTURA DAS PROPOSTAS:** 21/08/2023, às 11:00 horas  
**ETAPA DE LANCES:** 21/08/2023, às 11:00 horas  
**PROCESSO Nº SEI-080001/006153/2023**

O edital encontra-se à disposição dos interessados nos sites: [www.compras.rj.gov.br](http://www.compras.rj.gov.br), <https://sei.fazenda.rj.gov.br> e [www.saude.rj.gov.br/licitacoes](http://www.saude.rj.gov.br/licitacoes). Podendo também ser retirado de forma impressa, na Coordenação de Licitação, mediante a entrega de 01 (uma) resma de papel tamanho A4, sito à Rua Barão de Itapagipe, 225, 7º Andar - Rio Comprido - Rio de Janeiro - RJ, de 2ª a 6ª feira, das 10:00 às 16:00 hs, informações pelo e-mail: [licitacao@saude.rj.gov.br](mailto:licitacao@saude.rj.gov.br).

Id: 2497774

**SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE**  
**SUBSECRETARIA EXECUTIVA**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES**  
**COORDENAÇÃO DE LICITAÇÃO**  
**AVISO**

**A COORDENAÇÃO DE LICITAÇÃO/SES** torna pública a seguinte licitação:

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 364/23.**  
**TIPO:** Registro de Preços.  
**OBJETO:** Aquisição de medicamento (HIDROXIUREIA 500 MG), para atender à Superintendência de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos, na forma do Termo de Referência (ANEXO 01).  
**ABERTURA DAS PROPOSTAS:** 21/08/2023, às 09:00 horas  
**ETAPA DE LANCES:** 21/08/2023, às 09:00 horas  
**PROCESSO Nº SEI-080001/005359/2023**

O edital encontra-se à disposição dos interessados nos sites: [www.compras.rj.gov.br](http://www.compras.rj.gov.br), <https://sei.fazenda.rj.gov.br> e [www.saude.rj.gov.br/licitacoes](http://www.saude.rj.gov.br/licitacoes). Podendo também ser retirado de forma impressa, na Coordenação de Licitação, mediante a entrega de 01 (uma) resma de papel tamanho A4, sito à Rua Barão de Itapagipe, 225, 7º Andar - Rio Comprido - Rio de Janeiro - RJ, de 2ª a 6ª feira, das 10:00 às 16:00 hs, informações pelo e-mail: [licitacao@saude.rj.gov.br](mailto:licitacao@saude.rj.gov.br).

Id: 2497775

**SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE**  
**SUBSECRETARIA EXECUTIVA**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES**  
**COORDENAÇÃO DE LICITAÇÃO**  
**AVISO**

**A COORDENAÇÃO DE LICITAÇÃO/SES** torna pública a seguinte licitação:

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 365/23.**  
**TIPO:** Registro de Preços.  
**OBJETO:** Aquisição de medicamento (ÁCIDO ZOLEDRÔNICO 0,05 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL), para atender à Superintendência de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos, na forma do Termo de Referência (ANEXO 01).  
**ABERTURA DAS PROPOSTAS:** 21/08/2023, às 10:00 horas  
**ETAPA DE LANCES:** 21/08/2023, às 10:00 horas  
**PROCESSO Nº SEI-080001/004940/2023**

O edital encontra-se à disposição dos interessados nos sites: [www.compras.rj.gov.br](http://www.compras.rj.gov.br), <https://sei.fazenda.rj.gov.br> e [www.saude.rj.gov.br/licitacoes](http://www.saude.rj.gov.br/licitacoes). Podendo também ser retirado de forma impressa, na Coordenação de Licitação, mediante a entrega de 01 (uma) resma de papel tamanho A4, sito à Rua Barão de Itapagipe, 225, 7º Andar - Rio Comprido - Rio de Janeiro - RJ, de 2ª a 6ª feira, das 10:00 às 16:00 hs, informações pelo e-mail: [licitacao@saude.rj.gov.br](mailto:licitacao@saude.rj.gov.br).

Id: 2497776

**SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE**  
**SUBSECRETARIA EXECUTIVA**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES**  
**COORDENAÇÃO DE LICITAÇÃO**  
**AVISO**

**A COORDENAÇÃO DE LICITAÇÃO/SES** torna pública a seguinte licitação:

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 366/23.**  
**TIPO:** Registro de Preços.  
**OBJETO:** Aquisição de medicamento (CANABIDIOL 200 MG/ML SOLUÇÃO ORAL FRASCO 30 ML), para atender à Assessoria de Atendimento as Demandas Judiciais, na forma do Termo de Referência (ANEXO 01).  
**ABERTURA DAS PROPOSTAS:** 21/08/2023, às 11:00 horas  
**ETAPA DE LANCES:** 21/08/2023, às 11:00 horas  
**PROCESSO Nº SEI-080017/000921/2023**

O edital encontra-se à disposição dos interessados nos sites: [www.compras.rj.gov.br](http://www.compras.rj.gov.br), <https://sei.fazenda.rj.gov.br> e [www.saude.rj.gov.br/licitacoes](http://www.saude.rj.gov.br/licitacoes). Podendo também ser retirado de forma impressa, na Coordenação de Licitação, mediante a entrega de 01 (uma) resma de papel tamanho A4, sito à Rua Barão de Itapagipe, 225, 7º Andar - Rio Comprido - Rio de Janeiro - RJ, de 2ª a 6ª feira, das 10:00 às 16:00 hs, informações pelo e-mail: [licitacao@saude.rj.gov.br](mailto:licitacao@saude.rj.gov.br).

Id: 2497777







Luan Gonçalves Esteves, Lucas Nascimento Martins, Luiz Felipe Souza da Silva, Rafaela Theodoro da Silva Machado, Rayane Maria Theodoro dos Santos, Renata Iris de Lucas, Sara dos Santos Oliveira, Sonia Maria Santos Roque, Wellington de Souza Francisco. Diretora: Alessandra Avila de Oliveira, designada no DOERJ de 10/05/2018, Secretária Escolar: Margaret Siqueira Grijó Duarte, designada no DOERJ de 26/09/2019. Servidores responsáveis pela publicação: She-nia Saraiva dos Santos, ID: 43276652 e Sylvania Neuba Menezes Afonso, ID: 4364390-6. Processo nº SEI-030031/001797/2023.

Id: 2497587

SECRETARIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

COORDENADORIA DE INSPEÇÃO ESCOLAR METROPOLITANA III

COLÉGIO ESTADUAL REPÚBLICA DE ANGOLA

EDITAL

**O DIRETOR DO COLÉGIO ESTADUAL REPÚBLICA DE ANGOLA,** Censo Escolar 33069956 - torna público o nome da aluna concluinte: Curso Ensino de 2º grau, Ano 1993: Queila Fernandes de Souza. Di-retora Elaine dos Reis Prata, designada no D.O. 12/08/2020, página 14, 3ª coluna, Secretária Escolar Itinerante lacy de Oliveira Gama e Silva Langer, ID 3836601-0, designado no D.O. de 22/12/2022, página 40, 2ª coluna. Servidores responsáveis pela publicação: Adriani Pi-nheiro Freire, ID 4368741-5 e Andréa Pinto de Oliveira Gonçalves, ID 5099561-8. Processo SEI-030035/002003/2023.

COLEGIO ESTADUAL HEITOR LIRA

EDITAL

**A DIRETORA DO COLÉGIO ESTADUAL HEITOR LIRA,** Censo Es-colar 33069930 - torna pública a seguinte listagem de concluintes: Curso de Ensino Médio na Modalidade Educação de Jovens e Adul-tos, Ano 2022, 2º semestre: Alexandra Duques de Oliveira, Ana Ca-rolina Vicente Fabregas Rocha da Cruz, Addressa da Costa Barbosa, Danielle Gomes da Silva de Jesus, Evilyn Pereira de Jesus, Gustavo Gomes da Silva, Ivon dos Santos Gonçalves, Leilane dos Reis de Souza, Lídia Jordana Rodrigues da Silva, Maria Aparecida Pereira de Souza, Matheus André Teixeira dos Reis, Milena Vitoria Nunes Lopes, Miriam Caitano dos Santos Magno, Patrick Cardoso Moraes de Jesus, Sabrina Oliveira de Carvalho, Sílvia Cristina Mateus Lobato. Diretora Teresa Cristina do Nascimento Vieira, designada no DOERJ de 22/02/2017, Página 14, 1ª coluna, Secretaria Escolar Itinerante lacy de Oliveira Gama e Silva Langer, designada no DOERJ de 22/12/2022, Página 40, coluna 2. Servidores responsáveis pela publicação Deise da Rocha Mendes, ID 4326119-1 e Lucilene Drumond Ribeiro, ID 04391632-5. Processo SEI-030035/002318/2023.

CEJA MADUREIRA

EDITAL

RETIFICAÇÃO

D.O. DE 15/06/2023PÁGINA 30 - 1ª COLUMA

CURSO: Ensino Fundamental na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos  
ANO: 2015

Onde se lê: Ana Paula de Souza Santos da Silva  
Leia-se: Ana Paula de Sousa Santos da Silva

CURSO: Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos  
ANO: 2023  
Onde se lê: Ariclenes José Teófilo Silva  
Leia-se: Ariclenis José Teófilo Silva  
Processo SEI-030046/001021/2023.

COLÉGIO ESTADUAL PARAÍBA

EDITAL

**O DIRETOR DO COLÉGIO ESTADUAL PARAÍBA,** Censo Escolar 33086796 - torna pública a seguinte listagem de concluintes: Curso de Ensino Fundamental na Modalidade Educação de Jovens e Adultos, Ano 2005/1º Semestre: Mariana Silva Ramos. Ano 2007/ 2º Semestre: Leonardo da Silva Guimarães; Luana de Araujo Gonçalves; Maria de Fátima Cardoso Viegas; Nívia Borges Cardoso; Rafaela Natascha Vic-tor de Oliveira; Renata Guimarães Paula; Ricardo Teixeira Araujo; Thamiris Soares Rodrigues; Valdemir Vitor Silva da Rocha; Wellington Luiz Teles Barbosa. Diretor Jarbas Correa da Silva Junior, designad em DOERJ de 10/01/2018, página 17, Secretário Escolar Paulo Ro-berto Fontes de Freitas, designado no DOERJ de 09/11/2022, página 33, 2ª coluna. Servidores responsáveis pela publicação: Carla Cristina Almeida de Araujo, ID. 4425424-1 e Geovanna de Amorim Uzai, ID. 4428646-5. Processo SEI-030035/002815/2023.

COLÉGIO ESTADUAL CYRO MONTEIRO

EDITAL

**A DIRETORA DO COLÉGIO ESTADUAL CYRO MONTEIRO,** Censo Escolar 33086753 - torna pública a seguinte listagem de concluintes: Curso de Ensino Médio na Modalidade Educação de Jovens e Adul-tos, no Ano 2022/2º Semestre: Anderson de Albuquerque; Anna Clara de Sa Fernandes Jales; Beatriz Rocha dos Santos; Eliana Oliveira da Silva Falabriti; Fabio da Silva de Miranda; Giuliano Mattos da Silva Maria; Igor de Oliveira Lima; João Gabriel Teixeira Freire; Jorge Leo-nardo Alves de Jesus; Laio Henrique da Silva Gonçalves Esteves; Lí-via Ishisawa Roberto; Matheus da Silva Vasconcelos; Nilson Cajazeira França Junior; Pedro Paulo Teixeira de Souza, Rosilene de Moura Mattos; Sergio Luiz Gondim Nogueira; Silvana da Silva Lopes; Sued Luiz da Silva Parreira; Sueli Alexandre da Silva; Verônica Ramos da Silva; Wiliane Ferreira de Aguiar; Wilian de Oliveira Pereira do Nas-cimento. Diretora Cássia Regina do Nascimento Ferreira, designada no DOERJ de 24/09/2009, página 13, 1ª coluna, Secretária Escolar Itinerante lacy de Oliveira Gama e Silva Langer, designado no DOERJ de 22/12/2022, página 40,2ª coluna. Servidores responsáveis pela pu-blicação Carla Cristina Almeida de Araujo, ID.4428424-1 e Geovanna de Amorim Uzai, ID.4428646-5. Processo SEI-030035/003587/2023.

COLÉGIO ESTADUAL ANTÔNIO HOUAISS

EDITAL

**A DIRETORA DO COLÉGIO ESTADUAL ANTÔNIO HOUAISS,** Cen-so Escolar 33140715 - torna pública a seguinte listagem de concluin-tes: Curso de Ensino Médio, Ano 2013: Gabriela Pereira da Silva da Costa. Curso de Ensino Médio na Modalidade Educação de Jovens e Adultos, Ano 2022/2º Semestre: Mayke Henrique Viana da Silva, Pa-trick Araujo de Oliveira. Diretora Alessandra da Silva Dias, designada no DOERJ de 05/10/2015, página 19, 2ª coluna, Secretária Escolar: Glória Denise Ferreira Cardoso, designada pela Ordem de Serviço Conjunta DIRA/DIRP/COOIE nº 005/2022. Servidores responsáveis pe-la publicação Flavia Oliveira de Almeida, ID 4326115-9 e Addressa Lopes Carvalho, ID 4326133-7. Processo SEI-030035/003565/2023.

RETIFICAÇÃO

D.O. DE 26/05/2011  
PÁGINA 25 - 3ª COLUMA

CURSO: ENSINO MÉDIO  
TURMA: 3009 - ANO: 2010  
Onde se lê: 10 - João Paulo Alves dos Santos  
Leia-se: 10 - João Paulo Alves Nascimento  
Processo SEI-030035/003565/2023.

COLÉGIO ESTADUAL PROFESSORA MARIA NAZARETH CAVAL-CANTI SILVA

EDITAL

**A DIRETORA DO COLÉGIO ESTADUAL PROFESSORA MARIA NA-ZARETH CAVALCANTI SILVA,** Censo Escolar 33126852 - torna pú-blica a listagem de concluintes: Curso de Ensino Médio na Modali-dade Educação de Jovens e Adultos, Ano 2022/2º semestre: Gustavo Soares Pinto de Freitas; Hugo Henrique Amador de Medeiros; Leo-nardo Luiz Ferreira da Silva; Marco Vinicius Miranda Caldas. Diretora Adriana Bastos Vieira da Silva, designada no DOERJ de 10/12/2020, página 12, 3ª coluna, Secretária escolar itinerante: lacy de Oliveira Gama e Silva langer ID 3836601-0 publicada no DOERJ DE 22/12/2022, fls 40, 2ª coluna. Servidores responsáveis pela publicação Ariadne Viana Reis Gomes, ID 4368435-1 e Patrícia de Fátima Mar-ques Corrêa Vianna, ID 1375852-7. Processo SEI-030035/004254/2023.

Id: 2497451

Secretaria de Estado de  
Ciência, Tecnologia e Inovação

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA  
E INOVAÇÃO

FUNDAÇÃO CENTRO DE CIÊNCIAS E EDUCAÇÃO SUPERIOR

A DISTÂNCIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

COMISSÃO DE PREGÃO ELETRÔNICO

AVISO

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2023.**  
**TIPO:** MENOR PREÇO GLOBAL OBJETO - Prestação de serviços especializados gráficos  
**DATA:** 14/08/2023 às 10h15min (hora de Brasília-DF).  
**LOCAL:** www.compras.rj.gov.br  
**VALOR ESTIMADO:** R\$ 1.448.058,45 (um milhão, quatrocentos e quarenta e oito mil, cinquenta e oito reais e quarenta e cinco cen-tavos).  
**PROCESSO Nº SEI-260004/000054/2023**

O Edital e seus anexos encontram-se disponíveis nos endereços eletrônicos www.compras.rj.gov.br e www.cecierj.edu.br podendo alterna-tivamente, serem obtidos mediante o pagamento da importância R\$ 10,00 (dez reais), comprovado por meio de guia de depósito, confor-me item 1.4 do Edital, na Praça Cristiano Ottoni - 6º andar - sala 614 - Centro/RJ, de segunda a sexta-feira, nos horários de 10:00 às 16:00 horas.

Id: 2497320

SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA  
E INOVAÇÃO

FUNDAÇÃO DE APOIO À ESCOLA TÉCNICA

EXTRATOS DE TERMOS ADITIVOS

**INSTRUMENTO:** 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 008/2022  
**PARTES:** Fundação de Apoio à Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro - FAETEC e MULTIPLY SERVIÇOS E MANUTENÇÃO EIRE-LI.

**OBJETO:** Constitui objeto do presente instrumento a alteração quan-titativa do Contrato nº 008/2022, relativo à contratação de empresa especializada em gerenciamento de serviços terceirizados de mão de obra, devidamente regularizada, para prestar junto as Unidades Es-colares da Fundação de Apoio à Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro - FAETEC, nas funções de VIGIA, LOTE IX sendo estes ser-viços de natureza contínua e nos moldes preconizados na Consolida-ção das Leis Trabalhistas - CLT, conforme Proposta Detalhe (Anexo I) e Termo de Referência (Anexo III) e do instrumento convocatório, com fundamento no inciso I, alínea “b” do art. 65, c/c art. 58, inciso I, da Lei nº 8.666/93, para melhor adequação às finalidades de interesse público.  
**PRAZO:** SEM PRAZO  
**VALOR:** Dá-se ao termo aditivo o valor de R\$ 328.625,04 (trezentos e vinte e oito mil seiscentos e vinte e cinco reais e quatro centavos) - referente a 06 (seis) meses até o término contratual (a contar de 08/08/2023), totalizando o contrato o valor de R\$ 6.231.748,71 (seis milhões, duzentos e trinta e um mil setecentos e quarenta e oito reais e setenta e um centavos).  
**ASSINATURA:** 28/07/2023  
**FUNDAMENTO:** art. 58, inciso I c/c art. 65, inciso I, e seu § 1º, da Lei nº 8.666, de 1993 e suas alterações.  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº SEI-260005/000658/2022**

**INSTRUMENTO:** 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 011/2022.  
**PARTES:** Fundação de Apoio à Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro - FAETEC e MULTIPLY SERVIÇOS E MANUTENÇÃO EIRE-LI.

**OBJETO:** Constitui objeto do presente instrumento a alteração quan-titativa do Contrato nº 011/2022, relativo à contratação de empresa especializada em gerenciamento de serviços terceirizados de mão de obra, devidamente regularizada, para prestar junto as Unidades Es-colares da Fundação de Apoio à Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro - FAETEC, nas funções de VIGIA, LOTE X sendo estes ser-viços de natureza contínua e nos moldes preconizados na Consolida-ção das Leis Trabalhistas - CLT, conforme Proposta Detalhe (Anexo I) e Termo de Referência (Anexo III) e do instrumento convocatório, com fundamento no inciso I, alínea “b” do art. 65, c/c art. 58, inciso I, da Lei nº 8.666/93, para melhor adequação às finalidades de interesse público.

**PRAZO:** SEM PRAZO  
**VALOR:** Dá-se ao termo aditivo o valor de R\$ 399.127,86 (trezentos e noventa e nove mil e cento e vinte e sete reais e oitenta e seis cen-tavos), referente a 06 (seis) meses até o término contratual (a contar de 07/08/2023) totalizando o contrato o valor de R\$ 7.570.351,54 (se-te milhões e quinhentos e setenta mil e trezentos e cinquenta e um reais e cinquenta e quatro centavos).  
**ASSINATURA:** 28/07/2023  
**FUNDAMENTO:** art. 58, inciso I c/c art. 65, inciso I, e seu § 1º, da Lei nº 8.666, de 1993 e suas alterações.  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº SEI-260005/000670/2022**

**INSTRUMENTO:** 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 012/2022  
**PARTES:** Fundação de Apoio à Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro - FAETEC e MULTIPLY SERVIÇOS E MANUTENÇÃO EIRE-LI.

**OBJETO:** Constitui objeto do presente instrumento a alteração quan-titativa do Contrato nº 012/2022, relativo à contratação de empresa especializada em gerenciamento de serviços terceirizados de mão de obra, devidamente regularizada, para prestar junto as Unidades Es-colares da Fundação de Apoio à Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro - FAETEC, nas funções de VIGIA, LOTE XI sendo estes ser-viços de natureza contínua e nos moldes preconizados na Consolida-ção das Leis Trabalhistas - CLT, conforme Proposta Detalhe (Anexo I) e Termo de Referência (Anexo III) e do instrumento convocatório, com fundamento no inciso I, alínea “b” do art. 65, c/c art. 58, inciso I, da Lei nº 8.666/93, para melhor adequação às finalidades de interesse público.

**PRAZO:** SEM PRAZO  
**VALOR:** Dá-se ao termo aditivo o valor de R\$ 224.998,80 (duzentos e vinte e quatro mil novecentos e noventa e oito reais e oitenta cen-tavos) - referente a 6 (seis) meses até o término contratual (a contar de 07/08/2023), totalizando o contrato o valor de R\$ 4.246.109,22 (quatro milhões, duzentos e quarenta e seis mil cento e nove reais e vinte e dois centavos).  
**ASSINATURA:** 28/07/2023  
**FUNDAMENTO:** art. 58, inciso I c/c art. 65, inciso I, e seu § 1º, da Lei nº 8.666, de 1993 e suas alterações.  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº SEI-260005/000533/2022**

Id: 2497759

SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVA-ÇÃO

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

HOSPITAL UNIVERSITÁRIO PEDRO ERNESTO

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

**INSTRUMENTO:** Contrato nº 264/2023/HUPE.  
**PARTES:** UERJ/HUPE e MOGAMI IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA.  
**OBJETO:** Aquisição de material de OPMES para o HUPE.  
**VIGÊNCIA:** 12 (doze) meses.  
**FUNDAMENTAÇÃO DA DESPESA:** Pregão Eletrônico nº 035/2023.  
**VALOR:** R\$ 62.431,20 (sessenta e dois mil quatrocentos e trinta e um reais e vinte centavos).  
**N.E:** 2023NE03059.  
**GESTOR:** VICTOR TEIXEIRA DUBEUX - matrícula nº 36.469-5.  
**FISCAL:** FERNANDO AUGUSTO PEIXOTO DE ARAÚJO - matrícula nº 36.338-2.  
**NOMEAÇÃO:** Portaria nº HUPE/SEI/1462/2023.  
**DATA DA ASSINATURA:** 28 de julho de 2023.  
**FUNDAMENTO DO ATO:** Processo nº SEI-260008/007754/2022.

Id: 2497796

SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA  
E INOVAÇÃO

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS

RETIFICAÇÃO

D.O. DE 10.05.2023  
PÁGINA 47 - 2ª COLUMA

EDITAL

Proc. nº SEI-260007/019962/2022

Onde se lê:

CONCURSO PÚBLICO PARA PROFESSOR A D J U N T O \_ D O D E P A R - TAMENTO DE ANÁLISE ECONÔMICA, ÁREA TEORIA ECO-NÔMICA, NOS TERMOS DA LEI Nº 5.343/2008, DECRETOS Nº 43.876/2012 E 43.007/2011, DA RESOLUÇÃO UERJ Nº 03/91, DOS ATOS EXECUTIVOS DA REITORIA Nº 45/1993 E 021/2011. PROC. SEI-260007/019962/2022.

O DIRETOR DA FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS torna público que no período de 22/05/2023 a 23/06/2023, encontram-se reabertas as inscrições para o Concurso Público de Provas e Títulos para provimento de quatro vagas, conforme acima.

Leia-se:

CONCURSO PÚBLICO PARA PROFESSOR A D J U N T O \_ D O D E P A R - TAMENTO DE ANÁLISE ECONÔMICA, ÁREA TEORIA ECO-NÔMICA, NOS TERMOS DA LEI Nº 5.343/2008, DECRETOS Nº 43.876/2012 E 43.007/2011, DA RESOLUÇÃO UERJ Nº 03/91, DOS ATOS EXECUTIVOS DA REITORIA Nº 45/1993 E 021/2011. PROC. SEI-260007/019962/2022.

O DIRETOR DA FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS torna público que no período de 22/05/2023 a 23/06/2023, encontram-se reabertas as inscrições para o Concurso Público de Provas e Títulos para provimento de 2 (duas) vagas, conforme acima.

Id: 2497701

SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA  
E INOVAÇÃO

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

RETIFICAÇÃO

D.O. DE 31/07/2023  
PÁGINA 29 - 3ª COLUMA

AVISO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 310/2023

ONDE SE LÊ:

... anteriormente marcada para 09/08/2023 às 10h, FICA ADIADA PA-RA 11/07/2023 às 10h.

LEIA-SE:

... anteriormente marcada para 09/08/2023 às 10h, FICA ADIADA PA-RA 11/08/2023 às 10h

Id: 2497700

SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA  
E INOVAÇÃO

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

AVISOS

**O REITOR DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO,** no uso de suas atribuições, torna público que estarão abertas as ins-crições para o Processo Seletivo destinado a formação de cadastro de reserva de Professores Substitutos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ na Faculdade de Odontologia, área: PATOLO-GIA BUCAL.  
As inscrições estarão abertas em até 30 dias após esta publicação, estando o edital completo disponível no sítio eletrônico da Faculdade de Odontologia da Uerj - ODO - http://www.odontologia.uerj.br, bem como nas dependências físicas da Secretaria Acadêmica da Unidade, na rua Boulevard 28 de Setembro, 157, Pavilhão Mário Franco Bar-roso, 2º andar, Vila Isabel - Processo nº SEI-260007/037906/2023.

**O REITOR DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO,** no uso de suas atribuições, torna público que estarão abertas as ins-crições para o Processo Seletivo destinado a formação de cadastro de reserva de Professores Substitutos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, no Instituto de Biologia Roberto Alcântara Go-mes - IBRAG, na área de GENÉTICA.  
As inscrições estarão abertas em até 30 dias após esta publicação, estando o edital completo disponível no sítio eletrônico do Instituto de Biologia Roberto Alcântara Gomes, bem como nas dependências fí-sicas da Secretaria Acadêmica, na rua Boulevard 28 de Setembro, 87, Fds, Vila Isabel - Processo nº SEI-260007/038748/2023.

**O DIRETOR DA FACULDADE DE ODONTOLOGIA,** no uso de suas atribuições, divulga o resultado final do Processo Seletivo para Pro-fessor Substituto, nos termos dispostos nas Leis nº nº 5.343/2008 e 6.901/2014, Processo nº SEI-260007/023551/2023:

DEPARTAMENTO DE DIAGNÓSTICO E TERAPÊUTICA

Área: Estomatologia

Colocação	Nome do Candidato(a)
1º	Ruth Tramontani Ramos
2º	Nathalia de Almeida Freire
3º	Juliana de Souza do Nascimento
4º	Sâmila Gonçalves Barra
5º	Cesar Feitoza Bassi Costa
6º	Thais Souza da Silva
7º	Marina Urquiza Lopes Vieira
8º	Giulianna Lima Pinheiro
9º	Débora Lima Pereira
10º	Humberto Jácome Santos
11º	Thamiris de Castro Abrantes da Silva
12º	Fernanda Vieira Heimlich
13º	Priscilla Carolina Ramos Alves
14º	Ana Luiza Medeiros Cesar
15º	Amanda de Almeida Lima Borba Lopes

Id: 2497740



SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO  
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO

EDITAL

CONCURSO PÚBLICO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS DE DOCENTES NO CARGO DE PROFESSOR ASSOCIADO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO - UENF, COM BASE NA LEI Nº 4.800 DE 29/06/2006.

O REITOR DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO - UENF, no uso de suas atribuições legais e considerando a informação da Superintendência Central de Perícia Médica e Saúde Ocupacional, torna público os resultados dos Exames de Sanidade Físico-Mental dos candidatos abaixo, realizados em 19/07/2023:

CENTRO DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIAS - CCT					
LAB.	ÁREA	CANDIDATO	EDITAL	PROCESSO Nº	RESULTADO
LEPROD	Engenharia de Produção	Frederico Muylaert Margem	D.O. 25/10/2022	SEI-260009/000689/2022	APTO
LEPROD	Engenharia de Produção	Diego Júlio Pacheco	D.O. 25/10/2022	SEI-260009/002745/2022	APTO

Id: 2497746

SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO  
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO

EDITAL

CONCURSO PÚBLICO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS DE DOCENTES NO CARGO DE PROFESSOR ASSOCIADO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO - UENF, COM BASE NA LEI Nº 4.800 DE 29/06/2006.

Secretaria de Estado do  
Ambiente e Sustentabilidade

SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE  
COMISSÃO ESTADUAL DE CONTROLE AMBIENTAL

AVISO

SUSPENSÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

Tendo em vista o princípio da participação popular, estabelecido no artigo 225 da Constituição Federal, prescreve o direito de todo cidadão a um ambiente ecologicamente equilibrado. Isso é reforçado pela Resolução CONAMA nº 001/86, que determina a obrigatoriedade de Audiências Públicas em casos de licenciamento de atividades com potencial de modificação do meio ambiente, particularmente quando há relevância pública significativa. Em tais audiências, o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) deve estar à disposição do público para consulta. Esta norma é igualmente sustentada pela DZ-041.R-13, diretriz para a realização do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e do respectivo RIMA. Conforme item 5.0, subitem 5.12, a diretriz especifica que o EIA e o RIMA devem estar acessíveis ao público, com uma cópia disponível na Biblioteca do Inea, para consulta dos interessados. No entanto, até o momento, não há comprovação de que os municípios impactados pelo empreendimento - São Gonçalo, Itaboraí e Cachoeiras de Macacu - receberam seus respectivos estudos. A disponibilização desses documentos é fundamental para garantir o direito dos cidadãos à informação e à participação nas decisões que afetam o meio ambiente local.

O PRESIDENTE DA COMISSÃO ESTADUAL DE CONTROLE AMBIENTAL - CECA, DA SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto Estadual nº 21.287, de 23/01/95, no cumprimento ao disposto nas Resoluções CONEMA nº 35, de 15/08/2011, nº 89, de 17/04/2020, e nº 94, de 12/05/2022, e tendo em vista os termos da Deliberação CECA nº 6.636 de 06/06/2023, no Processo nº SEI-070007/000115/2022, suspende por 30 (trinta) dias a Audiência Pública, em formato híbrido, para apresentação e discussão do Relatório de Impacto Ambiental - RIMA, com relação ao requerimento de Licença Prévia da empresa SSP TRANSMISSORA DE ENERGIA S/A para implantação de um projeto de transmissão de energia que envolve a construção de duas linhas de transmissão (LT) e três subestações (SE): LT 345kV Comperj - Venda das Pedras; LT 345kV Venda das Pedras - Sete Pontes; SE 345kV Comperj (Ampliação); SE 345kV Venda das Pedras (Ampliação) e SE 345/138kV Sete Pontes (Nova - rede básica), o qual possui extensão aproximada de 56,17 km e cruza os Municípios de Cachoeiras de Macacu, Itaboraí, São Gonçalo e Tanguá. A Audiência Pública em formato híbrido não será realizada na data de 02/08/2023, estando a mesma suspensa. Nova data será informada posteriormente.

Id: 2497569

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE

EXTRATO DE TERMO

**INSTRUMENTO:** Acordo de Cooperação Técnica 01/2023 PARTES: Instituto Estadual do Ambiente e a Associação Prógestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul - AGEVAP, com intervenção do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Piabanha e Sub-Bacias Hidrográficas dos Rios Paquequer e Preto - Comitê Piabanha. **OBJETO:** Estabelecimento de cooperação mútua entre os participantes e a interveniente para consolidação e fortalecimento do banco de dados de Cadastro de Usuários de Recursos Hídricos e Outorgas de Uso de Recursos Hídricos de domínio estadual da Região Hidrográfica IV. **PRAZO:** 12 (meses) meses, contados a partir da data da sua assinatura. **DATA DA ASSINATURA:** 21/07/2023. **PROCESSO Nº** SEI-070002/007952/2023.

Id: 2497618

Secretaria de Estado de  
Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento

SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, PESCA E ABASTECIMENTO  
DIRETORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
COMISSÃO DE PREGÃO

AVISOS

A COMISSÃO DE PREGÃO DA SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, PESCA E ABASTECIMENTO torna público a realização das licitações na modalidade de Pregão Eletrônico para Registro de Preços, abaixo especificadas:

**MODALIDADE:** Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 041/2023. **TIPO:** Menor Preço Global por Lote. **DATA:** 11 de Agosto de 2023 às 10:00 horas **OBJETO:** Registro de preços para a prestação de serviços de locação de máquinas, caminhões e equipamentos para os serviços de desobstrução, limpeza, conservação e manutenção de estradas vicinais vinculadas ao Programa AGRO RJ, incluindo operador, motorista, gerenciamento da frota, manutenção preventiva e corretiva de toda a frota, inclusive reserva técnica operacional e deslocamento da frota,

bem como fornecimento de combustível para todos os veículos e equipamentos, nos municípios de Tanguá e Itaboraí. **VALOR ESTIMADO:** R\$ 22.374.662,18(vinte e dois milhões, trezentos e setenta e quatro mil seiscentos e sessenta e dois reais e dezoito centavos). **PROCESSO Nº** SEI-020007/000006/2023.

**MODALIDADE:** Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 042/2023. **TIPO:** Menor Preço Global por Lote. **DATA:** 11 de Agosto de 2023 às 14:00 horas. **OBJETO:** Registro de preços para eventuais aquisições de materiais de consumo a serem utilizados na recuperação/manutenção de estradas vicinais, vinculadas ao programa Estradas Agro RJ nos municípios de Tanguá e Itaboraí. **VALOR ESTIMADO:** R\$ 11.032.025,11 (onze milhões, trinta e dois mil, vinte e cinco reais e onze centavos). **PROCESSO Nº** SEI-020007/00429/2023.

A documentação completa encontra-se à disposição dos interessados, no site [www.compras.rj.gov.br](http://www.compras.rj.gov.br) (SIGA), a partir do dia 01/08/2023.

Id: 2497720

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, PESCA E ABASTECIMENTO  
EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
COMISSÃO DE PREGÃO ELETRÔNICO

AVISO

PREGÃO ELETRÔNICO SRP-001/2023 - R1

A COMISSÃO DE PREGÃO ELETRÔNICO DA EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, designada pela Portaria 343 de 24 de abril de 2023, torna público que será realizada a licitação na modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO, abaixo especificada: **MODALIDADE:** Pregão Eletrônico SRP nº 001/2023. **TIPO:** MENOR PREÇO GLOBAL, EM SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS; **DATA:** 10 DE AGOSTO DE 2023 às 10:30 horas. **OBJETO:** Contratação de empresa prestadora de serviços de viabilização de eventos presenciais em todo o Estado do Rio de Janeiro, sob demanda, promovidos ou de participação da EMATER-RIO, envolvendo as etapas de gestão, planejamento, organização, promoção, coordenação, operacionalização, acompanhamento, apoio logístico, montagem, desmontagem, manutenção de toda infraestrutura demandada, produção, assessoria e outras atividades correlatas, conforme detalhamento no Termo de Referência, Anexo I do Edital. **FONTE DE RECURSOS:** 1.500.100. **PT-1353.20.122.0002.2016.** A documentação completa estará à disposição dos interessados a partir de 01/08/2023 no site [www.compras.rj.gov.br](http://www.compras.rj.gov.br) (SIGA) **DATA DE ASSINATURA:** 31/07/2023. **PROCESSO Nº** SEI-020002/000200/2023.

Id: 2497699

Secretaria de Estado de  
Cultura e Economia Criativa

AVISO

A SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA torna pública, em caráter excepcional, a prorrogação dos prazos de execução e comprovação da execução dos projetos culturais contemplados no Edital nº 05/2021 "RETOMADA CULTURAL RJ 2". Processo nº SEI-180008/000068/2021.

O não cumprimento dos prazos estabelecidos nesta publicação sujeitará o PROPONENTE, sem prejuízo de eventual indenização por perdas e danos e das demais sanções cabíveis, e observando-se o direito de defesa prévia, a imediata restituição da integralidade do aporte efetuado pela SECEC, devidamente corrigido pelo IPCA-E, acrescido de multa e juros de 0,5% ao mês até o efetivo pagamento, conforme disposto no item 19.1 do referido Edital.

LOTES	EXECUÇÃO DA PROPOSTA	ENVIO DA COMPROVAÇÃO DE EXECUÇÃO DA PROPOSTA	ENVIO DA COMPROVAÇÃO FINANCEIRA DA PROPOSTA
Todos os Lotes	até o dia 31/08/2023	até às 18h do dia 15/09/2023	até às 18h do dia 02/10/2023

Id: 2497696

SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA  
E ECONOMIA CRIATIVA

RETIFICAÇÃO  
D.O. DE 30/06/2023  
PÁGINA 43 - 3º COLUNA

EDITAIL

Processo nº SEI-180007/001718/2023

O REITOR DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO - UENF, no uso de suas atribuições legais e considerando a informação da Superintendência Central de Perícia Médica e Saúde Ocupacional, torna público o resultado do Exame de Sanidade Físico-Mental do candidato abaixo, realizado em 19/07/2023:

CENTRO DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIAS AGROPECUÁRIAS - CCTA					
LAB.	ÁREA	CANDIDATO	EDITAL	PROCESSO Nº	RESULTADO
LRMGA	Imunogenética	Wilder Hernando Ortiz Vega	D.O. 28/06/2022	SEI-260009/000537/2020	APTO

Id: 2497747

SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO  
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO

EDITAL

CONCURSO PÚBLICO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS DE DOCENTES NO CARGO DE PROFESSOR ASSOCIADO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO - UENF, COM BASE NA LEI Nº 4.800 DE 29/06/2006.

O REITOR DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO - UENF, no uso de suas atribuições legais e considerando a informação da Superintendência Central de Perícia Médica e Saúde Ocupacional, torna público o resultado do Exame de Sanidade Físico-Mental da candidata abaixo, realizado em 19/07/2023:

CENTRO DE CIÊNCIAS DO HOMEM - CCH					
LAB.	ÁREA	CANDIDATO	EDITAL	PROCESSO Nº	RESULTADO
LEEL	Educação Especial	Carla Cazelato Ferrari	D.O. 13/07/2022	SEI-260009/001075/2020	APTO

Id: 2497748

Onde se lê:

Parcelas:  
1/5 Valor Incentiva- R\$ 600.000,00  
do: R\$ 600.000,00  
2/5 Valor Incentiva-  
do:  
3/5 Valor Incentiva-  
do: R\$ 600.000,00  
4/5 Valor Incentiva-  
do: R\$ 600.000,00  
5/5 Valor Incentiva- R\$ 598.000,00  
do:

Leia-se:

Parcelas:  
1/3 Valor Incentiva- R\$ 600.000,00  
do:  
2/3 Valor Incentiva- R\$ 1.920.400,00  
do:  
3/3 Valor Incentiva-  
do: R\$ 477.600,00

Id: 2497331

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA  
FUNDAÇÃO ANITA MANTUANO DE ARTES  
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

**INSTRUMENTO:** I TERMO ADITIVO DE ALTERAÇÃO E DE RERRATIFICAÇÃO DO TPUT Nº 180022/194/2023 **PARTES:** FUNARJ e ACADEMIA BRASILEIRA DE MÚSICA **OBJETO:** A correção da numeração do TPUT nº 180022/194/2023, referente à utilização, à título precário, da SALA CECÍLIA MEIRELES, sendo destinado exclusivamente para os concertos comemorativos ao Aniversário da Academia Brasileira de Música 2023 e do Espaço Guiomar Novaes no dia 25 de julho de 2023 para Posse do Maestro Tim Rescala Cadeira 34, e a alteração do caput da cláusula primeira e a inclusão do parágrafo único na cláusula sexta em razão da autorização para gravação de áudio e vídeo dos concertos realizados nos dias 23 e 24 de julho de 2023. **VALOR:** Em razão da autorização para realização de gravação de áudio e vídeo dos concertos realizados nos dias 23 e 24 de julho, mediante o pagamento de R\$ 1.600,00 (mil e seiscentos reais). **DATA DA ASSINATURA:** 24/07/2023. **FUNDAMENTO:** Proc. nº SEI E-18/002/001112/2023.

Id: 2497535

SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA  
FUNDAÇÃO THEATRO MUNICIPAL DO ESTADO  
DO RIO DE JANEIRO

EXTRATO DE TERMO

**INSTRUMENTO:** Termo Autorização de Uso de Imagem e de Reprodução dos Bens Culturais e Documentos nº 53/2023. **PARTES:** FTM/RJ e MARIA CLAUDIA FERNANDES LOPES. **OBJETO:** A FTM/RJ autoriza, obedecida a disciplina do art. 79 da Lei nº 9610, de 19/02/1998, a utilizar a imagem, respeitando todos os critérios de preservação do imóvel, das áreas comuns do Theatro Municipal, quais sejam: Escadaria Principal; Varandas e Foyer. **VALOR:** Em contrapartida ao presente termo de autorização de Uso, obriga-se o AUTORIZATÁRIO o pagamento do valor de R\$525,00 (quinhentos e vinte e cinco reais). **DATA DA ASSINATURA:** 26/07/2023 **PROCESSO Nº** SEI-180005/000566/2023.

Id: 2497612

SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA  
FUNDAÇÃO THEATRO MUNICIPAL DO ESTADO  
DO RIO DE JANEIRO

EXTRATO DE TERMO

**INSTRUMENTO:** Termo Autorização de Uso de Imagem e de Reprodução dos Bens Culturais e Documentos nº 56/2023. **PARTES:** FTM/RJ e VANESSA DE PAULA SARTO BASTOS. **OBJETO:** A FTM/RJ autoriza, obedecida a disciplina do art. 79 da Lei nº 9610, de 19/02/1998, a utilizar a imagem, respeitando todos os critérios de preservação do imóvel, das áreas comuns do Theatro Municipal, quais sejam: Escadaria Principal; Varandas e Foyer. **VALOR:** Em contrapartida ao presente termo de autorização de Uso, obriga-se o AUTORIZATÁRIO o pagamento do valor de R\$700,00 (setecentos reais). **DATA DA ASSINATURA:** 25/07/2023 **PROCESSO Nº** SEI-180005/000576/2023.

Id: 2497610





